



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIANÇA: O PAPEL DA
COMUNIDADE NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E BEM-
ESTAR

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Serviço
Social

Por

Mariana Sofia Pereira da Silva Farinha

Faculdade de Ciências Humanas

Março de 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIANÇA: O PAPEL DA COMUNIDADE
NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS E BEM-ESTAR

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Mariana Sofia Pereira da Silva Farinha

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Professora Doutora Ana Maria da Costa Oliveira

Março de 2021

RESUMO

Respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos da criança, um tema rasante que atravessa a realidade social das crianças, num quadro de múltiplos desafios, tensões e disparidades, atores e contextos. Por que modos se expressa, então, o reconhecimento dos seus direitos nas políticas e práticas vigentes, em Portugal? De que forma a construção de cidades e comunidades *das e para a* criança pode contribuir para assegurar o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar? Eis as questões que orientaram a presente investigação, visando descortinar fatores que distam a teoria da prática, num caminho que se tem feito de avanços e recuos, entre a proteção e a desproteção da infância.

Mais concretamente, procurou-se neste estudo: contribuir para uma definição e significação de políticas de infância integradas; estimular o debate sobre a (in)visibilidade da criança nas políticas e práticas sociais dominantes, à escala nacional e local; e contribuir para a compreensão de fundamentos de bem-estar na comunidade, potenciadores da afirmação da criança como sujeito de Direito e de direitos.

Assente numa pesquisa qualitativa, teve por base a realização de entrevistas semiestruturadas a um total de doze entrevistados agrupados consoante a categoria profissional e área de intervenção de relevo nos domínios da infância, juventude e família.

Os seus contributos, alicerçados no quadro teórico de referência, permitiram tanto desocultar linhas que separam a real promoção da despromoção dos direitos da criança, como vislumbrar pistas para a ação potencialmente suscetíveis de as colmatar. Deste ensaio, emergiu o local como espaço-tempo de vivências partilhadas, lugar de proximidade por excelência, favorável à afirmação de uma cultura da criança.

Sem pretender que esta dissertação responda cabalmente a este paradigma, concluiu-se que quanto mais coesa for uma comunidade, maiores serão as garantias de promoção do bem-estar da criança.

Palavras-chave: Direitos da Criança; Políticas de Infância Integradas; Comunidade; Bem-Estar

ABSTRACT

In context of multiple challenges, tensions, disparities, and actors arises an overarching theme that cuts across the social reality of children: to respect, protect and fulfil their human rights. Hence, how are children's rights recognised and translated into Portugal's policies and practices? How can cities and communities ensure an effective fulfilment of their rights and well-being, and in how far would building child friendly cities and communities contribute to reach such purpose?

These are the questions that guided this thesis in identifying and unveiling the factors that distance the theory and practice of children's rights, while exposing the reality of a path that has experienced both advances and setbacks in the realm of childhood protection.

Specifically, this study sought to define and understand what integrated childhood policies mean; to push the debate further on the (in)visibility of the child in the prevailing social policies and practices, at both national and local level; and to identify and understand the elements contributing to community well-being and may therefore enhance the affirmation of the child as a subject of both law and rights.

Drawing upon qualitative research methods, namely semi-structured interviews, a total of twelve interviews were conducted. The interviewees were grouped according to their professional category and/or their main intervention area in the fields of childhood, youth, and family. In addition to the theoretical framework here presented, their inputs provided potential clues for action to overcome the perils and challenges that undermine the promotion of the rights of the child.

From this study, the local emerges as a privileged vehicle for the development of shared experiences, both in space and time, allowing the affirmation of a culture of childhood. In this spirit, our results suggested that cohesive communities are more likely to promote and guarantee the child's well-being.

Keywords: Child Rights; Integrated Child Policies; Community; Well-being

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientadora desta dissertação, a Professora Doutora Ana Maria da Costa Oliveira, pelo apoio, contributos e críticas construtivas, que serviram de suporte à elaboração deste documento;

A todos os entrevistados, pela disponibilidade para participarem nesta investigação e, sobretudo, pela partilha de conhecimento, saberes e experiências enriquecedoras proferidas a propósito da temática abordada;

À UNICEF Portugal, e às minhas colegas de trabalho, pelo desafio constante;

À minha família e amigos, pela motivação enfatizada ao longo deste caminho.

ÍNDICE

RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
AGRADECIMENTOS	v
ÍNDICE.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	ix
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA A REFERENCIAL PARA A PRÁTICA	4
1.1. Evolução Histórica dos Direitos da Criança: Criança-Objeto ou Criança-Sujeito? ...	4
1.1.1. Uma viagem pela proteção internacional dos direitos da criança	5
1.1.1.1. A Declaração sobre os Direitos da Criança	6
1.1.1.2. A Convenção sobre os Direitos da Criança e seus Protocolos Facultativos.....	8
1.1.2. A Convenção e o Comité dos Direitos da Criança: conteúdo e implicações.....	10
1.1.2.1. O princípio da não discriminação	11
1.1.2.2. O princípio do interesse superior da criança	12
1.1.2.3. O princípio do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento	14
1.1.2.4. O princípio do respeito pelas opiniões da criança	14
1.1.2.5. A construção de um novo paradigma	15
1.2. Direitos da Criança e Política Pública: Que Medidas Subsistem, em Portugal?	17
1.2.1. Pensar o Estado Social como garante de direitos fundamentais.....	19
1.2.2.1. Políticas sociais: a ação do Estado na provisão de bem-estar	24
1.2.2. Políticas de infância e de família: principais medidas no território nacional	29
1.2.3. Políticas de infância integradas: uma proposta de definição	35
1.3. Direitos da Criança em Prática: Uma Miragem ou Um Desígnio Político?	36
CAPÍTULO 2. DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA NO ESPAÇO E TEMPO PÚBLICOS	41

2.1. Cidades e Comunidades Das e Para a Criança	41
2.1.1. A criança no meio urbano: novos contornos espaciotemporais	41
2.1.1.1. As Cidades Educadoras	43
2.1.1.2. A Cidade das Crianças.....	45
2.1.1.3. As Cidades Amigas das Crianças	48
2.1.2. Ambiente e interação social de qualidade: o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida	50
2.1.3 A criança na família, na escola e na comunidade: uma relação de bem-estar? ..	54
2.1.4. Que fatores para comunidades seguras, protetoras e inclusivas?	56
2.2. Centralidade da Criança nas Políticas Locais: Que (In)Visibilidade?.....	59
CAPÍTULO 3. FUNDAMENTOS PARA O BEM-ESTAR DA CRIANÇA: UMA COMUNIDADE COMPROMETIDA?.....	64
3.1. Desenho Metodológico.....	64
3.2. Caminhos entre a Teoria e a Prática dos Direitos: Uma Via de Sentido Único ou O Acentuar de Uma Dicotomia?	73
3.2.1. Políticas de infância integradas: definição e posicionamento	73
3.2.2. Medidas de política a favor da criança e da família: forças e fraquezas	79
3.2.3. Entre programas e iniciativas para a criança: oportunidades e ameaças	84
3.2.3.1. Família, comunidade e poder local: construção de níveis de significado ..	88
3.2.4. Respeitar, proteger e cumprir os direitos da criança: propostas para a ação	92
CONCLUSÃO.....	97
BIBLIOGRAFIA	99
APÊNDICES	I
A. Transcrição das Entrevistas	I
E1.....	I
E2.....	VII
E3.....	XV
E4.....	XXII
E5.....	XXX
E6.....	XXXIX

E7.....	XLVII
E8.....	LVI
E9.....	LXVII
E10.....	LXXVII
E11.....	LXXXV
E12.....	XCVI
B. Análise dos Dados Empíricos no Programa MAXQDA 2020.....	CII
Segmentos codificados	CII
Matriz de códigos	CLXXIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. "Estrutura e contribuições dos agentes territoriais implicados no sistema formativo integrado"	44
Figura 2. "Y tú, ¿cómo te imaginas la escuela en 2050?"	46
Figura 3. "Space and scale of urban childhoods"	50
Figura 4. "The Kids in Communities Study conceptual framework"	58
Figura 5. "Unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)”	62
Figura 6. "Modes of participation”	63
Figura 7. Políticas de infância integradas: em busca de um conceito	78
Figura 8. Ultrapassando a fragmentação: Sistema Integrado para a Infância	96

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. "The list of FCFS"	58
Tabela 2. Perfil dos Entrevistados - Grupo A	68
Tabela 3. Perfil dos Entrevistados - Grupo B	69
Tabela 4. Categorias e Guião da Entrevista	71

INTRODUÇÃO

O retrato das condições e contextos sociais da vida contemporânea das crianças e suas famílias parece indicar um cenário continuamente demarcado por um hiato entre políticas e práticas de proteção da infância e da família; entre um discurso inaugurado na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e seus Protocolos Facultativos e um terreno de múltiplas problemáticas e realidades sociais que deixa a descoberto profundas clivagens sociais, económicas e culturais, denunciadas pelo número persistentemente elevado de crianças em risco de pobreza e de exclusão social no país (Costa Araújo & Fernandes, 2016; M. Silva, 2016; Veiga & Araújo, 2016). Considerado o interesse em desocultar estas dicotomias, entende-se que:

“Quanto maior é o fosso entre direitos e práticas de cidadania, mais evidentes se tornam os sinais da desigualdade que estrutura a ordem social e se reforça a necessidade do conhecimento trazido pelas ciências sociais” (Almeida, Ribeiro, & Rowland, 2018, p. 525).

A presente investigação enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. O Serviço Social constitui-se como uma disciplina científica inter e transdisciplinar no campo das ciências sociais e humanas e uma prática sociopolítica. Centrado na mudança social, tem como propósito “alterar as condições de desigualdades, de injustiça e de opressão das sociedades” (Carvalho, 2020, p. IX), pelo que a ação profissional em Serviço Social orienta-se pelos princípios éticos de defesa dos direitos humanos, da justiça e coesão sociais. Neste lastro, a intervenção social tem em vista a afirmação da dignidade e autodeterminação da pessoa humana enquanto sujeito de plenos direitos, a promoção do bem-estar pessoal e social e a melhoria da qualidade de vida, “implicando o indivíduo, o grupo e a comunidade, assim como as instituições e serviços relacionados com as diferentes áreas de intervenção” (J. Ferreira, 2011, p. 76). Desde a sua génese até hoje, a sua atuação tem se pautado por intervenções junto de crianças e jovens em torno da sua proteção, de apoio às famílias e no âmbito de políticas sociais (Braga & Amaro, 2018; Carvalho, 2020). Branco (2008), corrobora-o, afirmando que a pesquisa em Serviço Social tem estado sediada em torno de questões de política social, assinalando-se, contudo, “uma reduzida difusão e socialização

deste acúmulo de conhecimento sobre a realidade social portuguesa e as políticas sociais em Portugal” (p. 59).

A par desta reflexão, destaca-se a importância de o Serviço Social participar “ao nível de conceção, execução e avaliação e na crítica de políticas públicas e sociais nacionais, regionais e internacionais” (Carvalho, 2020, p. 114), uma dimensão que se pretende ver enriquecida e para a qual se pretende contribuir com esta investigação. Procura-se, pois, refletir sobre o lugar da Convenção sobre os Direitos da Criança enquanto norma de sustentação teórico-prática. Visa-se relacionar linhas de tensão entre o legislado e o vivido pelas crianças, no contexto de uma disciplina como o Serviço Social que “faz a apologia da interligação entre a teoria e a prática” (Amaro, 2015, p. 265).

Tendo como tema de trabalho analisar esta dicotomia, procura-se compreender de que modo os direitos humanos da criança juridicamente consagrados se encontram refletidos no seu quotidiano e traduzidos em políticas e práticas espaciotemporais conducentes à efetivação do seu desenvolvimento e bem-estar. A escolha deste tema e a sua pertinência não são alheias à celebração do trigésimo aniversário da adoção da Convenção pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2019, nem dos trinta anos da sua ratificação pelo Estado português em 2020. Duas datas que propiciam ensaiar a situação atual de vida das crianças e das famílias com crianças na sociedade contemporânea portuguesa à luz das medidas de política existentes, sob pena de violação dos compromissos e obrigações por que se rege a ação pública do Estado.

Deste entendimento, o objeto de estudo da investigação são os direitos humanos da criança nos termos da Convenção, como abordagem para a (re)estruturação de políticas, processos e práticas articuladas entre si ao nível nacional e local, em contexto de cidades e comunidades *das e para a* criança. Considerando-se como seu objetivo central, produzir um exercício reflexivo sobre os fatores que distam a teoria da prática dos direitos no quadro dos contornos atuais de vida das crianças e suas famílias. E traçando-se como objetivos específicos na investigação: contribuir para uma definição e significação de políticas de infância integradas; estimular o debate sobre a (in)visibilidade da criança nas políticas e práticas sociais dominantes, à escala nacional e local; e contribuir para a compreensão de fundamentos de bem-estar na comunidade, potenciadores da afirmação da criança como sujeito de Direito e de direitos. Por seu turno, as questões de investigação que norteiam este estudo são as seguintes: Por que modos se expressa o reconhecimento dos direitos da criança

nas políticas e práticas vigentes, em Portugal? De que forma a construção de cidades e comunidades *das e para a* criança pode contribuir para assegurar o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar? Adota-se, em conformidade, uma estratégia metodológica qualitativa e recorrem-se a entrevistas semiestruturadas a atores sociais privilegiados em matéria de defesa e promoção dos direitos da criança (Blaikie, 2000; Flick, 2005; Rey, 2005).

Em relação à estrutura, esta dissertação organiza-se em três capítulos, sendo que o primeiro e segundo aprofundam a literatura na matéria que versa sobre o objeto de estudo. Mais concretamente, no Capítulo 1, toma-se a Convenção como instrumento de referência para a prática, numa discussão em torno da sua centralidade. No Capítulo 2, observam-se caminhos potenciadores da afirmação da cidadania da criança no espaço e tempo públicos. Já o Capítulo 3 incide, primeiramente, sobre o desenho metodológico, expondo as técnicas de recolha e de tratamento de informação selecionadas, os procedimentos adotados, a amostragem definida, a grelha categorial e o guião de entrevista aplicado. No momento segundo, trata da análise e discussão dos dados empíricos, com identificação de pistas para a ação no quadro de uma comunidade que se espera comprometida com a concretização dos direitos da criança. A encerrar, é apresentada a conclusão onde se tecem algumas considerações finais sobre os resultados alcançados, ponderam-se as limitações encontradas ao longo do percurso investigativo e tentam introduzir-se novas formulações nesta área como mote para investigações futuras.

CAPÍTULO 1. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA A REFERENCIAL PARA A PRÁTICA

“Num futuro muito distante, haverá uma história para crianças a começar assim:
Era uma vez
no tempo em que os adultos tinham o direito
de obrigar as crianças a ser à sua imagem e semelhança
ou as abandonavam à sua liberdade
ou lhes roubavam a sua infância...”
(Monteiro, 2010, p. 108).

O modo de olhar para a criança e de pensar os seus direitos sofreu alterações significativas ao longo da História da Humanidade. Durante o século XX, apelidado de ‘Século da Criança’, esta trajetória vê-se refletida na diversidade de soluções que os diplomas então promulgados acolheram e que neste capítulo se propõem analisar, no primeiro ponto. Compreende-se que dão conta do progresso “dos sentimentos e mentalidades relativamente à criança, bem como do seu estatuto social” (Monteiro, 2010, p. 11) até ao estágio de “*reconhecimento* contemporâneo e respeito pela criança, como sujeito com a mesma dignidade e direitos que os adultos, e mais *direitos* ainda, devido à sua imaturidade, vulnerabilidade, dependência e necessidades de desenvolvimento” (Monteiro, 2010, p. 11).

Observam-se, em consequência, num segundo momento, as políticas públicas e sociais, em Portugal, para as crianças e para as famílias com as crianças, bem como, num terceiro, as suas condições sociais de vida. Inscrevem-se ambos num exercício reflexivo enquadrado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, aqui entendida como referencial teórico para a prossecução e aplicação de uma perspetiva de direitos.

1.1. Evolução Histórica dos Direitos da Criança: *Criança-Objeto* ou *Criança-Sujeito*?

No rescaldo da II Guerra Mundial, a necessidade de proteção das crianças deixada a descoberto pelas atrocidades cometidas naquele período lança o mote para um debate público e político orientado para a defesa dos grupos de crianças mais vulneráveis. Um debate que se entende até ao final do século XX e que é atravessado pela adoção de um conjunto de diplomas legais e, conseqüente, assunção de obrigações e compromissos internacionais, regionais e nacionais, pela grande maioria dos Estados, entre os quais o Estado português. Daqui decorrendo um ponto de viragem: do progressivo reconhecimento

dos direitos humanos, em geral, e dos direitos da criança, em particular, radica uma nova conceção de criança e a edificação de um quadro de responsabilidades político-sociais, que obrigam famílias, comunidades e Estados à concretização dos direitos.

1.1.1. Uma viagem pela proteção internacional dos direitos da criança

Com o fulgor de um renovado enquadramento político-jurídico no contexto da recém-fundada ordem internacional, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), aquando da sua terceira sessão, no ano de 1946, recomendou à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) a adoção da Declaração de Genebra, de 1924¹, “com o objetivo de canalizar as atenções do mundo pós-guerra para os problemas urgentes relacionados com crianças” (Albuquerque, 2001, p. 1). E ainda, ao abrigo do artigo 55.º da Carta das Nações Unidas², a criação de um Fundo Internacional de Emergência para as Crianças (UNICEF). Este viria a ser estabelecido a 11 de dezembro de 1946 por Resolução da Assembleia Geral, com vista à prestação de ajuda humanitária e assistência a crianças e jovens vitimados pela guerra, de forma a garantir a sua reabilitação (cf. A/RES/57 (I), 11 de dezembro de 1946). Em 1947, Maurice Pate foi nomeado como primeiro Diretor Executivo da UNICEF, cargo que ocupou durante dezoito anos, até 1965.

O seu longo mandato foi marcado por uma série de acontecimentos que acompanham a história dos direitos da criança à medida que o contexto político-económico e sociocultural do mundo pós-guerra se foi transformando e favorecendo uma maior atenção à promoção dos direitos da criança, contribuindo, dessa feita, para a renovação da missão da UNICEF. Maurice Pate, impôs, desde logo, no quadro da Guerra Fria, como condição para aceitar a nomeação para o cargo, que o trabalho da organização incluísse ‘todas as crianças’, porquanto ‘não há crianças inimigas’ (cf. UNICEF Portugal, n.d.). No início do seu mandato,

¹ A Declaração dos Direitos da Criança ou somente Declaração de Genebra, de 1924, foi adotada pela Sociedade das Nações, naquele ano. Demonstrando a preocupação da comunidade internacional para com a proteção das crianças, as suas necessidades e direitos, a Declaração consagrava 10 princípios com o propósito de guiar a atuação dos países-membros da Sociedade das Nações no quadro do pós-I Guerra Mundial (cf. Albuquerque, 2001; DSRIC, 2015; Monteiro, 2010).

² Artigo 55.º da Carta das Nações Unidas: “Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão: a) A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico e social; b) A solução dos problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional; c) O respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (ONU, 1945).

foram também criados os primeiros Comitês Nacionais para a UNICEF, sendo na atualidade quarenta e seis, e desenvolvidas um conjunto de iniciativas, especialmente centradas no acesso à saúde e na melhoria dos cuidados de saúde materna e infantil, que seriam precursoras de muito do trabalho que a agência continua a desenvolver, hoje, neste domínio, como são exemplo os seus programas de vacinação (cf. UNICEF Portugal, n.d.). Gradualmente abarcando “todas as necessidades da infância” (DSRIC, 2015, p. 19) como áreas de atuação, designadamente no campo da educação a partir de 1961, a UNICEF foi galardoada com o Prémio Nobel da Paz, em Oslo, na Noruega, no ano de 1965 (cf. UNICEF Portugal, n.d.). Um marco que sucedeu à sua consagração, em 6 de outubro de 1953 por Resolução da Assembleia Geral da ONU, como agência permanente do sistema das Nações Unidas e renomeação para Fundo das Nações Unidas para a Infância (cf. A/RES/802 (VIII), de 6 de outubro 1953). Com um mandato prorrogado indefinidamente, para trás deixa o caráter temporário que havia presidido à sua formação e adquire um estatuto de trabalho permanente para a defesa e proteção de todas as crianças, em todo o mundo (cf. Albuquerque, 2001; Cardoso, Guerreiro, Silva, Lansdown, & CESIS, 2017; Monteiro, 2010).

1.1.1.1. A Declaração sobre os Direitos da Criança

Em 20 de novembro de 1959, seis anos passados sobre a prorrogação do trabalho da UNICEF por tempo indeterminado, foi aprovada, por unanimidade, pela AGNU, a Declaração sobre os Direitos da Criança. Esta Declaração sagra-se no primeiro instrumento jurídico a reconhecer a todas as crianças o direito a um nome e a uma nacionalidade desde o nascimento, bem como a um conjunto de direitos em matéria de nutrição, habitação, educação, proteção e cuidados de saúde, “independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra da criança, ou da sua família, da sua origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação”, conforme previsto no seu Princípio 1.º (ONU, 1959). Este facto ocorria onze anos após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), também pela AGNU, nos termos da qual haviam sido reunidos, pela primeira vez, num único documento “direitos de caráter civil e político, mas também de natureza económica, social e cultural de que todos os seres humanos (incluindo as crianças) devem beneficiar” (Albuquerque, 2001, p. 1) e cujo o seu

artigo 25.º, n.º 2, reconhece que: “A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais” (ONU, 1948). E ainda, trinta e cinco anos volvidos da aprovação, pela mesma Assembleia, da Declaração de Genebra, de 1924, o primeiro diploma a incluir ma referência explícita a ‘direitos da criança’ (cf. Albuquerque, 2001).

Partindo, assim, de princípios acolhidos em documentos que a antecederam e “[c]onsiderando que a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais” (Preâmbulo, ONU, 1959), a Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1959, estabeleceu que “a Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar” (Preâmbulo, ONU, 1959). Esse posicionamento valeu-lhe o reconhecimento de “documento revolucionário” (Monteiro, 2010, p. 30), serviu de “enquadramento moral para os direitos da criança” (Albuquerque, 2001, p. 2) e respetiva defesa e proteção da criança durante largos anos. Todavia, ainda que visasse “chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, (...) para a necessidade de se empenharem na respetiva aplicação” (Preâmbulo, ONU, 1959) dos direitos e liberdades ali estabelecidos “através de medidas legislativas ou outras” (Preâmbulo, ONU, 1959), a sua aplicação ficou aquém das expetativas. Sem carácter vinculativo, não comporta quaisquer responsabilidades jurídicas, assemelhando-se a sua prática à da Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1924. Como proferiu Janusz Korczak, pioneiro dos direitos da criança, a seu respeito: “Os legisladores de Genebra confundiram as noções de dever e de direito; o tom da sua declaração é o de um pedido, não de uma exigência; um apelo à boa vontade, à compreensão” (Korczak, 1928, como referido em Monteiro, 2010, pp. 30-31). Subscrive-se, para este efeito, posição idêntica perante a Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1959.

Declaração essa que tão pouco rompe com a visão social, então predominante, de que *as crianças são de cristal* (cf. Lança, 2018), logo contribuindo para a manutenção, ainda que atenuada (cf. Albuquerque, 2001), de uma “abordagem assistencial da criança como *menor* e *objeto* de Direito, mais do que como *sujeito de direitos*” (Monteiro, 2010, pp. 30-31); uma abordagem que só viria, *de facto*, a ser ultrapassada três décadas mais tarde. Em sintonia,

“com a definição de uma ideia sobre a criança, assistimos à sua segregação do mundo dos adultos, marginalizada das conversas, excluída do mundo da política, da economia e da moralidade, encerrada em escolas, num movimento que começou por a colocar numa campânula protetora, até à pós-modernidade, onde as (...) crianças são como inocentes e frágeis bonecas chinesas de porcelana” (Lança, 2018, p. 238).

Ora, é em 1976, que a AGNU anunciaria a decisão de dedicar um ano, o de 1979, à reflexão e discussão de temas relacionadas com a criança e os seus direitos; um ano de apelo aos Estados para a melhoria das condições de vida das crianças através da tomada de medidas adequadas às suas necessidades; um ano que serviu de mote para a apresentação do projeto inicial de uma Convenção sobre os Direitos da Criança pelo governo polaco e que impulsionou a constituição de um Grupo de Trabalho pela Comissão de Direitos Humanos, orientado para a sua redação (cf. Albuquerque, 2001; DSRIC, 2015). Foi também por altura do Ano Internacional da Criança, em 10 de abril de 1979, que, à escala nacional, se assinalou a criação do Comité Português para a UNICEF, enquanto “organização não-governamental como o Estatuto de Associação de Utilidade Pública” (UNICEF Portugal, 2020), pelo grupo *Amigos do Fundo das Nações Unidas para a Infância*, presidido por Maria Violante Vieira (cf. UNICEF Portugal, n.d.).

1.1.1.2. A Convenção sobre os Direitos da Criança e seus Protocolos Facultativos

Em 1989, dez anos volvidos da celebração do Ano Internacional da Criança e trinta da adoção da Declaração sobre os Direitos da Criança, de 1959, a comunidade internacional volta a reunir-se na AGNU para “desenvolver de forma mais significativa e abrangente a área dos direitos da criança” (DSRIC, 2015, p. 9). Adota, por unanimidade, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ao dia 20 do mês de novembro de 1989, que entra em vigor em 2 de setembro de 1990.

Composta por um Preâmbulo, três Partes e 54 artigos, a CDC apresenta-se como o “primeiro instrumento jurídico internacional autónomo e vinculativo a enunciar detalhadamente um amplo catálogo de direitos da criança – civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (DSRIC, 2015, p. 9), dispondo, assim, de “uma resposta de direitos humanos a todas as dimensões e preocupações da criança” (DSRIC, 2015, p. 12). Consiste no tratado internacional de direitos humanos mais rápida e amplamente ratificado na História, tendo sido subscrito por todos os países do mundo, excetuando os Estados Unidos da América³. Portugal foi um dos primeiros a ratificá-lo, em 21 de setembro de 1990. A feitura e promulgação da Convenção são, por isso, reflexo:

³ As objeções que os Estados Unidos da América alegam para fundamentar a não ratificação da Convenção e outros instrumentos jurídicos internacionais podem ser consultadas em Monteiro (2010, pp. 69-70).

“de uma década de negociações e discussões envolvendo, não só os Estados-Membros da ONU, mas também representantes de organismos do sistema das Nações Unidas, organizações não governamentais (ONG), líderes religiosos e peritos em áreas como os direitos humanos, educação, saúde, desenvolvimento infantil e assistência social” (DSRIC, 2015, p. 12).

E, em igual sentido, símbolo de uma união política e pública histórica que culminaria na afirmação de uma nova conceção de criança, que adiante se detalhará, e de um desenvolvimento sem precedentes na proteção de todas as crianças, em todo o mundo. Onde, a Convenção é, ainda hoje, aclamada como o instrumento de referência universal em matéria de defesa e promoção dos direitos da criança.

Ultrapassando uma mera carta de princípios, a CDC concede, pois, pela primeira vez, “força jurídica internacional aos direitos da criança” (Albuquerque, 2001, p. 6), assim afastando-se dos diplomas que a antecederam⁴. Pelo que, não apenas compromete os 196 Estados signatários a aplicarem os seus princípios e disposições, como determina que os tornem “amplamente conhecidos, por meios ativos e adequados, (...), tantos pelos adultos como pelas crianças” (artigo 42.º) com vista a uma plena integração dos direitos da criança na sociedade. No seu artigo 1.º, define-se expressamente o conceito de criança, segundo o qual: “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (ONU, 1989).

Com a entrada no novo século, em 25 de maio de 2000, é complementada com dois Protocolos Facultativos, adotados pela AGNU: um relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil e outro ao envolvimento de crianças em conflitos armados, ambos ratificados pelo Estado português no ano de 2003, a 16 de maio e 19 de agosto, respetivamente. A 28 de fevereiro de 2012, a mesma Assembleia adota um terceiro Protocolo Facultativo à Convenção, sendo este último relativo à instituição de um procedimento de Comunicação, que Portugal ratifica em 9 de setembro de 2013 e que entra em vigor em 14 de abril de 2014. Este diploma vem ampliar as competências do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, criado, nos termos da Convenção, para monitorizar a sua

⁴ “A diferença fundamental entre este texto [Convenção sobre os Direitos da Criança] e a Declaração dos Direitos da Criança, adotada 30 anos antes, consiste no facto de a Convenção tornar os Estados que nela são Partes juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da criança e por todas as ações que tomem em relação às crianças, enquanto a Declaração de 1959 impunha meras obrigações de carácter moral” (Albuquerque, 2001, p. 6).

aplicação, bem como a dos seus Protocolos Facultativos (artigo 43.º, n.º 1), capacitando-o, a partir de então, para:

“examinar queixas individuais por alegada violação da Convenção ou seus Protocolos Facultativos pelos respetivos Estados Partes, bem como para examinar queixas interestaduais e instaurar procedimentos de inquérito em caso de ‘violações graves ou sistemáticas’ das disposições da Convenção ou seus Protocolos” (DSRIC, 2015, p. 13).

1.1.2. A Convenção e o Comité dos Direitos da Criança: conteúdo e implicações

O Comité dos Direitos da Criança, que iniciara atividade em 1991, é, hoje, constituído por “18 peritos de alta autoridade moral e de reconhecida competência” (artigo 43.º, n.º 2), em matéria de direitos da criança, eleitos pelos Estados Partes por um período de quatro anos, com possibilidade de reeleição⁵ (artigo 43.º, n.º 6). Reúne-se, por norma, em Genebra, três vezes ao ano, por um período de três semanas⁶.

Além da apreciação de queixas nas situações suprarreferidas, tem como funções: examinar os relatórios dos Estados Partes, que se veem obrigados a, de forma periódica,

“apresentar ao Comité, através do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adotado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos” (artigo 44.º, n.º 1, da CDC).

Tal como, a “indicar os fatores e as dificuldades, se a elas houver lugar, que impeçam o incumprimento” (artigo 44.º, n.º 2) das disposições da Convenção no país, de modo a produzir uma imagem fidedigna da sua implementação no território. Por via de regra, discute previamente os relatórios iniciais submetidos pelos Estados com uma delegação nacional, podendo valer-se da participação nas suas sessões, da disponibilização de informações pertinentes e da elaboração de pareceres técnicos de agências especializadas, da UNICEF e outras entidades do sistema das Nações Unidas (artigo 45, alínea *a*)).

Ademais, formula, o Comité, comentários gerais interpretativos que incidem sobre disposições da Convenção ou temas por ela suscitados, com o propósito de auxiliar os

⁵ Sublinhe-se, aqui, que, ainda que sejam eleitos pelos Estados Partes, os 18 peritos do Comité dos Direitos da Criança são independentes, exercendo “funções a título pessoal, [e] não representando pois os Estados Partes que os propuseram como candidatos ou que os elegeram” (DSRIC, 2015, p. 13).

⁶ “Cedo se percebeu que a reunião anual prevista no artigo 43.º, n.º 10 da CDC seria insuficiente, tendo o tempo de reunião vindo a ser sucessivamente alargado” (GDCC - Ministério Público, n.d.).

Estados no cumprimento das obrigações que lhes cabem e, dessa forma, promover a sua efetiva aplicação. Convoca, ainda, ordinariamente, debates gerais temáticos que, versando sobre assuntos vários no âmbito dos direitos da criança, terminam com a apresentação de sugestões e recomendações gerais que visam a sua sistematização e contribuem para melhor entender o conteúdo, alcance e implicações da Convenção (cf. DSRIC, 2015; Monteiro, 2010).

Na sua primeira sessão, em 15 de outubro de 1991, em Genebra, adotou o Comité “Orientações gerais sobre a forma e o conteúdo dos relatórios iniciais que os Estados Partes têm de apresentar, em conformidade com o artigo 44.º, parágrafo 1 (a), da Convenção” (CRC/C/5, de 30 de outubro de 1991). As quais apontam, no seu parágrafo 13, para os quatro princípios fundamentais que devem presidir à leitura e interpretação integradas de todas as disposições da Convenção, como também orientar os Estados na adoção de todas as medidas adequadas – legislativas, judiciais, administrativas ou outras – para a realização dos direitos da criança. Nesta linha de entendimento, recomenda o Comité que os princípios da não discriminação (artigo 2.º), interesse superior da criança (artigo 3.º), direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6.º) e respeito pelas opiniões da criança (artigo 12.º) devem estar refletidos na legislação interna dos Estados, servindo-lhes, simultaneamente, como guia e indicador da sua atuação (cf. Cardoso et al., 2017; DSRIC, 2015; Monteiro, 2010).

1.1.2.1. O princípio da não discriminação

O princípio da não discriminação obriga cada Estado Parte a respeitar e a assegurar a todas as crianças, sob sua jurisdição, o pleno gozo dos seus direitos, declaradamente, proibindo qualquer forma de discriminação, i.e.:

“qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação” (artigo 2.º, n.º 1, da CDC).

Ancorado na ideia-chave de que “não há “crianças ‘mais merecedoras’ do que outras” (Cardoso et al., 2017, p. 42), compromete cada Estado a tomar medidas positivas que garantam a sua adequada e efetiva proteção (artigo 2.º, n.º 2). Porquanto a discriminação

afeta a real concretização dos direitos da criança e há crianças mais suscetíveis do que outras a ser alvo de discriminação por razão da sua condição. As práticas que a originam tendem, aliás, a interligar-se, a reforçar-se e a produzir “exclusões colocando as crianças vítimas da discriminação numa situação de desvantagem social agravada” (Cardoso et al., 2017, p. 43), que potencia vulnerabilidades preexistentes e afasta o ideal da igualdade de oportunidades.

Diante o exposto, o Comité dos Direitos da Criança tem chamado a atenção dos Estados para a importância e implicações do princípio da não discriminação. No seu Comentário Geral n.º 5, sobre medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (2003), considera caber a cada Estado a obrigatoriedade de combater ativamente todas as formas de discriminação no seu território. Assim postulando a necessidade de identificação das crianças e grupos de crianças vítimas de discriminação e a adoção de medidas especiais, i.e., de discriminação positiva, de promoção dos seus direitos; a recolha de dados desagregados que possibilitem conhecer a extensão de tal fenómeno, real ou potencial, no país; e a prossecução de reformas legislativas, administrativas e de alocação de recursos, bem como a tomada de medidas educativas que permitam uma alteração de comportamentos (cf. CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 12, p. 4).

1.1.2.2. O princípio do interesse superior da criança

O princípio do interesse superior da criança (artigo 3.º), segundo o qual:

“Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança” (artigo 3.º, n.º 1, da CDC).

Apresenta-se como princípio norteador de toda e qualquer decisão que envolva a criança e deve constituir a principal preocupação de toda e a qualquer ação que a ela se dirige, assim remetendo para a necessidade de conceder prioridade política e social à criança em todas as decisões que a afetem. O conceito do interesse superior da criança, referenciado em vários artigos da Convenção⁷, merece, então, a atenção e preocupação continuadas dos Estados

⁷ O princípio do interesse superior da criança, além de consagrado no artigo 3.º da CDC, surge também explicitamente mencionado noutros artigos da Convenção, concretamente: artigos 9.º (separação de seus pais); 10.º (reunificação da família); 18.º (responsabilidades dos pais); 20.º (proteção da criança privada de ambiente familiar); 21.º (adoção); 37.º, alínea c) (separação da criança privada de liberdade dos adultos); 40.º, n. 2.º,

para com a criação das condições necessárias ao bem-estar da criança e impele-os a agir em conformidade, conforme estipulado no artigo 3.º, n.º 2, da CDC:

“Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este feito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas” (artigo 3.º, n.º 2, da CDC).

Na mesma linha de sentido, declara o Comité dos Direitos da Criança, no supracitado Comentário Geral n.º 5 (2003), que este princípio:

“requer medidas ativas pelo Governo, parlamento e tribunais. Todos os órgãos ou instituições legislativas, administrativas e judiciais são chamados a aplicar o princípio do superior interesse da criança considerando sistematicamente como é que os direitos e os interesses da criança são ou serão afetados pelas suas decisões e ações” (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 12, p. 4, tradução própria).

Amplamente apreciado como a pedra angular dos direitos da criança (cf. DSRIC, 2015; Lança, 2018), viria reafirmado o seu papel e importância para “assegurar a fruição plena e efetiva de todos os direitos reconhecidos na Convenção e o desenvolvimento global da criança” e a persecução “de uma abordagem assente em direitos, envolvendo todos os intervenientes” com a adoção do Comentário Geral n.º 14, sobre o direito da criança a que o seu interesse superior seja primacialmente tido em conta, pelo Comité dos Direitos da Criança, aquando da sua décima-segunda sessão, entre 14 de janeiro e 1 de fevereiro de 2013. Pois reconhecido, neste comentário geral autónomo, a “natureza tripla” do conceito, enquanto “(a) direito substantivo”, “(b) princípio jurídico fundamentalmente interpretativo, e “(c) regra processual” (CRC/C/GC/14, de 29 de maio de 2014, par. 4-6, pp. 9-10). Com isto, entende-se o interesse superior da criança como barómetro de aferição da definição e aplicação de medidas, e respetiva alocação de recursos, para a concretização do bem-estar da criança, i.e., para “o estabelecimento de condições psicológicas, materiais, sociais e morais favoráveis ao seu desenvolvimento harmónico e à sua progressiva autonomização” (Vilar do & Fialho, 2011, p. 139, como referido em Lança, 2018, p. 43).

alínea b), ponto iii) (garantias processuais, incluindo a presença dos pais ou representantes legais em audiências judiciais sobre matérias penais que envolvam crianças em conflito com a lei). É-lhe igualmente feita referência no preâmbulo e artigo 8.º do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil, e no preâmbulo e artigos 2.º e 3.º do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (cf. CRC/C/GC/14, de 29 de maio de 2014, par. 3, p. 9).

1.1.2.3. O princípio do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento

Do princípio do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento, plasmado no artigo 6.º, da CDC, e na esteira do qual “os Estados Partes reconhecem à criança o direito inerente à vida” (n.º 1) e “asseguram na máxima medida do possível a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (n.º 2), espera o Comité dos Direitos da Criança, que o termo ‘desenvolvimento’ “seja interpretado em sentido lato, como conceito holístico que abrange o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral, psicológico e social” da criança (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 12, p. 4, tradução própria).

Considera ainda, a necessidade de “implementação de medidas que procurem alcançar o desenvolvimento ótimo de todas as crianças” (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 12, p. 4, tradução própria).

Crucial à interpretação e aplicação da Convenção, várias são as disposições que lhe fazem referência⁸, ora assumindo-o enquanto objetivo, ora destacando “o papel fundamental dos pais e da família no desenvolvimento da criança e a obrigação do Estado de os apoiar” (DSRIC, 2015, p. 18) em todos os domínios que concernem a proteção da criança e promovam os seus direitos.

1.1.2.4. O princípio do respeito pelas opiniões da criança

Segundo o princípio do respeito pelas opiniões da criança (artigo 12.º, da CDC), o último dos quatro princípios gerais identificados pelo Comité, os Estados Partes ficam obrigados a assegurar a todas as crianças “com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade” (artigo 12.º, n.º 1, da CDC).

Em conformidade, comprometem-se a criar condições que possibilitem “a oportunidade [da criança] ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado” (artigo 12.º, n.º 2, da CDC).

⁸ Conforme avançado por Monteiro (2010), a Convenção sobre os Direitos da Criança faz 21 menções ao termo ‘desenvolvimento’ ou a palavras do mesmo étimo no seu articulado, estas encontrando-se no preâmbulo e nos artigos 6.º, n.º 2; 18.º, n.º 1; 23.º, n.º 3; 27.º, n.º 1; 29, n.º 1, alínea a); e 32.º, n.º 1.

Para o Comité dos Direitos da Criança, respeitar as opiniões das crianças e considerá-las seriamente, eleva-as, pela primeira vez de que há registo, à condição de participantes ativos na promoção, proteção e monitorização dos seus direitos (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 12, p. 4, tradução própria).

Na mesma ordem de sentido, declara o Comité, no Comentário Geral n.º 12, adotado aquando da sua quinquagésima primeira sessão entre 25 de maio e 12 de junho de 2009, em Genebra, sobre o direito da criança a ser ouvida, que: o artigo 12.º da Convenção “é uma disposição sem precedentes num tratado de direitos humanos; aborda o estatuto jurídico e social da criança que, se por um lado carece da autonomia total dos adultos, (...) é, por outro, sujeito de direitos” (CRC/C/GC/12, de 20 de julho de 2009, par. 1, p. 5).

Assinala, contudo, a contínua inobservância deste direito, “entravado por práticas e atitudes persistentes, bem como por barreiras políticas e económicas”, especialmente gravosas no caso de “certos grupos de crianças, incluindo raparigas e rapazes mais novos, bem como crianças que pertencem a grupos marginalizados e desfavorecidos” (CRC/C/GC/12, de 20 de julho de 2009, par. 4, p. 6).

Investir na realização do direito da criança a exprimir livremente a sua opinião, estando este interrelacionado com a satisfação de todos os seus direitos, é, portanto, como conclui o mesmo organismo naquele documento,

“uma obrigação jurídica clara e imediata dos Estados Partes nos termos da Convenção. É um direito de todas as crianças, sem qualquer discriminação. [Tanto que] Alcançar oportunidades substanciais para a aplicação do artigo 12.º exige o desmantelamento dos obstáculos jurídicos, políticos, económicos, sociais e culturais que atualmente entravam a possibilidade da criança a ser ouvida e o seu acesso à participação em todas as questões que a afetam. Exige uma reação imediata aos preconceitos sobre as capacidades das crianças e a promoção de contextos dentro dos quais as crianças possam consolidar e demonstrar as suas capacidades” (CRC/C/GC/12, de 20 de julho de 2009, par. 135, p. 31).

1.1.2.5. A construção de um novo paradigma

Os quatro princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança e o vasto leque de direitos – direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais – nela reunidos podem agrupar-se em quatro categorias de direitos (cf. Cardoso et al., 2017)⁹:

⁹ Em Monteiro (2010) é apresentada outra proposta. Segundo o autor, os direitos da criança estabelecidos na CDC podem, genericamente, organizar-se em três grandes categorias de direitos, segundo a lógica dos *Três Ps*: *prestação*, *proteção* e *participação*. Os primeiros, reportam à “satisfação das suas necessidades básicas e

- (i) direitos de sobrevivência (no artigo 6.º e nos artigos 23.º ao 27.º);
- (ii) direitos de desenvolvimento (no artigo 6.º e nos artigos 27.º ao 31.º);
- (iii) direitos de proteção (no artigo 19.º até ao 22.º e nos artigos 33.º ao 37.º);
- (iv) direitos de participação (no artigo 12.º até ao 17.º).

Segundo Cardoso et al. (2017),

“[a] leitura da CDC através da lente destes quatro grupos de direitos ajuda a perceber como é que a mesma olha para as crianças e jovens, as suas necessidades, o seu desenvolvimento pessoal e até mesmo o seu papel na sociedade. (...). É esta a base que deve servir para o respeito, proteção e implementação dos direitos das crianças” (Cardoso et al., 2017, p. 35).

Desta interpretação, entende-se a proposta do Comité dos Direitos da Criança, avançada no parágrafo 12 do seu Comentário Geral n.º 5 (2003), onde se sugere o desenvolvimento de uma perspetiva de direitos da criança. Esta deverá ser prosseguida pelas principais instituições do Estado – governo, parlamento e tribunais –, de forma a que os países signatários garantam a efetiva implementação da Convenção no seu todo.

A adoção de tal código internacional há trinta e um anos, a sua aprovação quase universal, única no panorama dos direitos humanos, e a sua ratificação pelo Estado português há três décadas, obriga, pois, à defesa e aplicação de uma abordagem holística da criança que chama a si todas as dimensões do bem-estar, às escalas internacional, regional, nacional e local. Não tivesse a Convenção – a *Magna Carta das crianças* (cf. Monteiro, 2010) – convocado uma alteração de paradigma: primeiro, rompendo com a noção de criança como ‘menor’¹⁰, ser socialmente passivo, mero recetor de proteção e cuidados, um objeto de subdireitos; segundo, inaugurando o ideário de criança cidadã como titular, agente e sujeito de Direito e de direitos, um ator social dotado de voz. Para trás fica a condição de inferioridade que lhe consignava a família, a comunidade e o Estado, e torna-se protagonista da sua emancipação em todos os espaços e tempos em que cresce e se desenvolve.

Desta *revolução* resultou “o fim da discriminação da criança, por ser criança” em virtude da fundação de “um novo Direito da Criança cuja radical novidade consiste na passagem: da conceção tradicional (naturalista) da *criança-objeto* (de proteção) para a nova visão (ética)

desenvolvimento”; os segundos remetem para a “prevenção e reparação da violação dos seus direitos”; os terceiros e últimos aportam à “expressão e valorizaram da sua opinião em todas as decisões que lhe digam respeito” (p. 40).

¹⁰ Na senda de Guerra (2018), defende-se a utilização da palavra criança em virtude do termo ‘menor’, que “é palavra malcheirosa, a extirpar definitivamente do nosso léxico e legislação” (p. 11).

da *criança-sujeito* (de direito)” (Monteiro, 2010, p. 106). Este, por seu turno, inscreve-se no núcleo duro da *Ética dos Direitos da Criança*¹¹ e assenta em três premissas-chave (Monteiro, 2010, p. 75):

- a. *Primado do interesse superior da criança e prioridades das crianças;*
- b. *Desenvolvimento e autonomia progressiva da criança;*
- c. *Responsabilidade pelas crianças.*

Entende-se da leitura conjugada destes pressupostos a necessidade de prosseguir um exercício reflexivo sobre o reconhecimento da criança na sua globalidade e a prioridade política e social que lhe é conferida no atual contexto societário.

1.2. Direitos da Criança e Política Pública: Que Medidas Subsistem, em Portugal?

O modo como a sociedade contemporânea portuguesa revela reconhecer as crianças como agentes “competentes na construção das suas vidas, das vidas dos outros à sua volta e das sociedades em que vivem” (Almeida, Ribeiro, & Rowland, 2018, p. 509) pode apreciar-se pela frequência e volume de debates científicos, diplomas legais, programas, projetos e medidas de política nas áreas de infância, juventude, família e matérias conexas que, proliferando nos contextos internacional, comunitário e nacional, têm contribuído para afirmar o estatuto de cidadania das crianças e animar o legado da Convenção e seus Protocolos Facultativos.

Certificando-o, no texto introdutório da recém-aprovada Estratégia Nacional para os Direitos da Criança (ENDC) 2021-2024, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro¹², declara-se que “Portugal pertence ao grupo de 33 Estados-Membros das Nações Unidas que são, simultaneamente, Parte na CDC e em todos os seus Protocolos Facultativos”, onde reitera “a universalidade dos direitos da criança e jovem, bem

¹¹ “A *Ética dos Direitos da Criança*, inscrita na *Ética dos Direitos Humanos*, pode ser definida como o conjunto dos valores morais que devem respeitar os adultos na sua relação com as crianças, à luz dos direitos que lhes são universalmente reconhecidos” (Monteiro, 2010, p. 74).

¹² Segundo consta no sumário da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro, que aprova a ENDC 2021-2024, entende-se que esta tem como pretensão “contribuir para a construção das bases de um novo ciclo de planeamento em matéria de infância e juventude, traduzindo uma abordagem mais estratégica e abrangente, que reforça o papel individual dos agentes envolvidos e o compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e ações a implementar. Esta abordagem sistemática pretende desenhar uma visão integrada, que permita a construção colaborativa de um futuro comum, estruturante e sustentável”.

como o compromisso de promover a sua implementação e de respeitar, proteger e garantir estes direitos a todas as crianças e jovens” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

Em sintonia, fica o Estado português obrigado, perante o Comité dos Direitos da Criança, à “apresentação de relatórios periódicos sobre as medidas adotadas (...) para dar cumprimento às obrigações impostas por aqueles [instrumentos]” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

Anuncia-se, ainda, no enquadramento da referida Estratégia, que Portugal tem acompanhado o trabalho da ONU e suas agências especializadas, nomeadamente da UNICEF, assim como tem procurado dar resposta às orientações inscritas nas resoluções da AGNU. Destas, destaca-se a que trata da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Resolução A/RES/70/1, de 25 de setembro de 2015), frisando-se que “muitos dos ODS estão em consonância com os objetivos definidos na CDC” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

No quadro das exigências da União Europeia (UE), tem procurado atender às Diretrizes da UE para a Promoção e Proteção dos Direitos da Criança (2017) – Não deixar para trás nenhuma criança¹³. Adotou, em maio de 2012 (Resolução da Assembleia da República n.º 75/2012, de 28 de maio), a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (2007)¹⁴. Acolheu a Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos da Criança (2016-2021), lançada em março de 2016¹⁵, e tem-se mostrado disponível para apoiar as iniciativas da Comissão Europeia, de que é exemplo a

¹³ As Diretrizes da UE para a Promoção dos Direitos da Criança (2017) – Não deixar ninguém para trás “apelam aos Estados-Membros para a elaboração e implementação de documentos, planos e estratégias nacionais claros e baseados nos direitos, desenvolvidos com base em processos de consulta pública que incluem as crianças e jovens. As estratégias nacionais devem, por isso, prestar particular atenção aos grupos de crianças e jovens marginalizados e em situações de vulnerabilidade, com uma atenção específica às questões de género, bem como à situação de exclusão social de crianças migrantes e descendentes de crianças ciganas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

¹⁴ De acordo com o artigo 1.º da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote em outubro de 2007, esta “tem por objeto: a) Prevenir e combater a exploração sexual e os abusos sexuais de crianças; b) Proteger os direitos das crianças vítimas de exploração sexual e de abusos sexuais; c) Promover a cooperação internacional contra a exploração sexual e os abusos sexuais de crianças” (Resolução da Assembleia da República n.º 75/2012, de 28 de maio, Anexo, art. 1.º)

¹⁵ A Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos da Criança (2016-2021) assenta nos “quatro princípios consagrados na CDC: não discriminação, interesse superior da criança, direito da criança à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento e respeito pelas opiniões da criança, com as seguintes prioridades para todas as crianças: 1) igualdade de oportunidades; 2) participação; 3) vida livre de violência; 4) justiça amiga das crianças, e 5) direitos da criança no ambiente digital” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

Recomendação 2013/112/UE, de 20 de fevereiro de 2013, “Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade”¹⁶. Para tanto, empenhando-se na definição e implementação de um diversificado conjunto de políticas públicas, com o objetivo de, no plano dos compromissos assumidos a nível internacional e europeu, assegurar a todas as crianças residentes em Portugal o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar.

A observação da situação atual da infância continua, porém, a evidenciar um forte contraste entre aquela atividade programática do Estado, sobretudo na defesa das crianças que se encontram em situação de maior vulnerabilidade económica e social, e o exercício dos seus direitos, uma constatação que se torna possível pela manutenção de obstáculos múltiplos que impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades da criança no território nacional, obstando à garantia de um nível de vida digno, ao acesso equitativo a cuidados de saúde e de educação de qualidade, à proteção contra todas as formas de violência.

Para dar corpo esta reflexão, realiza-se um levantamento, ainda que não exaustivo, de políticas públicas nacionais para as crianças e para as famílias com crianças, assim como iniciativas europeias com potencial impacto na vida das crianças portuguesas e suas famílias. Tal exercício de mapeamento, implica, em primeira mão, enquadrar o papel e a intervenção pública do Estado Social na promoção de direitos fundamentais, uma dimensão transversal dos modernos Estados-Providência. E, em segundo, um olhar crítico sobre a atuação do Estado português no domínio das medidas de política para a infância e para família, a partir das obrigações e compromissos que lhe cabem enquanto Estado Parte num conjunto vasto de instrumentos de proteção internacional da criança, a que acima se fez breve referência.

1.2.1. Pensar o Estado Social como garante de direitos fundamentais

O Estado Social, forma política de Estado que não encontra na academia uma definição consensual, comporta, para Silva (2017), alguns traços fundantes. Desde logo, “pressupõe uma transferência de responsabilidade na garantia do bem-estar económico e social do

¹⁶ Na Recomendação 2013/112/UE da Comissão Europeia, ‘Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade’, apela-se “aos Estados o desenvolvimento de estratégias integradas que garantam a segurança material das crianças e promovam a igualdade de oportunidades e promovam igualdade de oportunidades, na perspetiva do respeito, proteção e aplicação dos direitos da criança, nomeadamente os consagrados no Tratado da União Europeia, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro, Anexo I, art. 2.º).

conjunto da sociedade para o Estado. Uma responsabilidade que passa assim a ser partilhada, ou socializada” (p. 29). Esta reflete-se num “modelo universal no qual o Estado, isto é, todos nós, assume a responsabilidade pelo bem-estar geral, incluindo a igualdade e a justiça social” (Queiroz, 2020, p. 11).

Peneda (2013) afirma, em conformidade: “As políticas públicas são uma expressão de perspetiva sobre o futuro que queremos e, por isso, são na sua essência, o que de mais nobre encerra a atividade política” (p. 97). De outra forma, Araújo & Rodrigues (2017) sustentam:

“As políticas públicas, enquanto objeto de estudo, configuram, em primeiro lugar, processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão — local, regional, nacional e transnacional. Em segundo lugar, envolvem diferentes atores — governantes, legisladores, eleitores, administração pública, grupos de interesse, públicos-alvo e organismos transnacionais —, que agem em quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e de recursos” (Araújo & Rodrigues, 2017, pp. 11-12).

Partindo desta definição, sublinha-se que uma política aponta para o conjunto interrelacionado de decisões e ações, onde diferentes agentes participam na resolução de uma situação específica, na identificação de objetivos a alcançar e na escolha de meios a que podem ter acesso para que tais objetivos sejam alcançados. Donde, uma política (*'policy'*) constitui o resultado de um sistema político (*'political system'*), num dado contexto (*'environment'*), perante uma *necessidade social* diagnosticada (cf. Pereirinha, 2018).

Com isto, analisar uma política pública (*'policy analysis'*) implica estudar o processo de tomada de decisões políticas e a ação governativa, entendendo-se “em ciência política, como a disciplina que permite abrir a ‘caixa negra’ do sistema político” (Araújo & Rodrigues, 2017, p. 12). Não fosse procurar “saber o que os governos fazem, porque o fazem e que diferença isso faz” (Rocha, 2010, p. 51) na vida dos cidadãos. Um exercício desta natureza assume contornos distintos consoante o modelo teórico de análise de políticas públicas que se adote. Para melhor o entender, justifica-se a exposição de dois: um primeiro, referente ao modelo das etapas ou do ciclo político, e um segundo, concernente ao modelo sistémico.

Lasswell (1956), pioneiro na escalpelização do processo político em sete fases lógica e sequencialmente ordenadas, introduziu a classificação operativa que, hoje, após sucessivas reformulações, é hábito apresentar-se, esquematicamente, em apenas quatro: *'definição do problema e agendamento'*, *'formulação das medidas de política e legitimação da decisão'*, *'implementação'* e *'avaliação e mudança'* (cf. Rodrigues, 2017).

A primeira, segundo define Rocha (2010), “trata da formação das políticas, isto é, dos problemas que chamam a atenção dos políticos e motivam uma proposta política destinada a resolver esses mesmos problemas” (p. 95). Lembra o autor, todavia, que nem todos os problemas são de interesse político, pelo que questionar as motivações que justificam que “determinados problemas entram na agenda política e outros não” (p. 95) é de suma relevância. Para esse efeito, a natureza, alcance, abrangência e intensidade do debate público e político gerado em torno de um certo tema parece constituir um importante indicador da sua relevância coletiva, sendo esta crucial para a entrada, ou não, daquele tema na agenda de decisão, i.e., para a sua apreciação enquanto objeto de decisão política.

Rocha (2010) socorre-se de Birkland (2007) para definir “*agenda-setting* como o processo pelo qual os problemas ganham e perdem a atenção do público e das elites” (p. 95). Donde decorre o seguinte pressuposto: a entrada de um problema na agenda política resulta do seu reconhecimento como problema *político* (cf. Rodrigues, 2017). E, como explica Rocha (2010):

“A conversão de um facto em problema depende da forma como as pessoas o veem como problema, isto é, depende de um intérprete. Ora, a interpretação não é necessariamente racional; envolve valores, crenças, ideologias e interesses, pois são estes fatores que dão forma às perceções da realidade” (Rocha, 2010, p. 97).

A segunda etapa é, de acordo com Anderson (1984), fruto de dois tipos de atividade:

“A primeira consiste em decidir o que deve ser feito ou não, relativamente a um problema que passa a fazer parte da agenda política. Uma vez decidido o que fazer, o segundo tipo de atividade consiste no draft da legislação ou na simples organização do programa” (Anderson, 1984, como referido em Rocha, 2010, p.113).

A terceira, remete para a tradução prática das propostas anteriormente definidas, e pode analisar-se à luz de duas lentes teóricas, a abordagem *top-down* e a perspetiva *bottom-up*, ou numa versão combinada. O processo de implementação:

“acontece depois de as leis autorizarem um programa, uma política, um benefício ou de alguma espécie de *output* tangível. Inclui, assim, um conjunto de atividades com vista a operacionalizar as decisões governamentais” (Ripley & Franklin, 1982, como referido em Rocha, 2010, p. 135).

A quarta e última etapa, visa:

“monitorizar, sistematizar e graduar as intervenções do governo (políticas, programas, projetos, atividades), os seus efeitos e os processos que precedem estes efeitos, incluindo as perceções do conteúdo da intervenção” (Evert Vedung, 2006, como referido em Rocha, 2010, p. 142).

Muito embora a utilidade e praticidade analíticas deste modelo tenham sido, e continuem a ser, apreciadas para o estudo de políticas públicas mediante a intenção de as analisar “por redução da sua complexidade” (Rodrigues, 2017, p. 6), autores como Sabatier (2007) e Kingdon (2011) teceram-lhe duras críticas. Denunciaram uma possível superficialidade na compreensão das dinâmicas do sistema político (cf. Araújo & Rodrigues, 2017), porquanto “não existe um ciclo político para cada política; os ciclos interagem e relacionam-se” (Rocha, 2010, p. 30).

Por seu turno, Muller (2010), reconhecendo-lhe tanto virtudes como desvirtudes, chamou a atenção para o modo de emprego do mesmo, indicando que “a representação sequencial das políticas não deve ser utilizada de forma mecânica. É indispensável entender as políticas como um fluxo contínuo de decisões e procedimentos, para os quais é necessário encontrar um sentido” (Muller, 2010, p. 27, como referido em Araújo & Rodrigues, 2017, p. 20).

O processo político pode, em alternativa, ser representando pelo modelo sistémico de Easton (1957) ou de Jenkins (1978). Para o primeiro, para que possa captar-se a complexidade da vida política será necessário concebê-la como uma ou, na verdade, múltiplas atividades, que se desenrolam ao ritmo de um permanente e dinâmico processo de (re)construção das decisões políticas que ali se constituem e dali resultam, no seio de uma teia conceptual que interliga os vários atores e instituições, normas e valores, que compreendem aquele sistema político, efetivamente percecionado como um *sistema* (cf. Easton, 1957).

Conforme adianta Pereirinha (2018), a partir da abordagem de Jenkins, o “conjunto de necessidades, meios e apoios” (p. 17) empenhados para uma política pública refere-se aos *inputs* dessa atuação. Atuação essa que, ao incidir sobre a realidade e ao produzir alguma alteração na mesma, dá origem a *outputs*, ao resultado dessa política, como resposta à necessidade, ou necessidades, que havia(m) sido identificada(s). Segundo o mesmo autor:

“[é] a partir desse resultado que teremos elementos importantes para avaliar essa política comparando, por exemplo, o que foi realizado no horizonte temporal em que está a decorrer a atuação dessa política, com o que foi fixado como objetivo, por essa política, nesse horizonte temporal” (Pereirinha, 2018, p. 18).

E, continua, uma análise deste tipo confere elementos para uma avaliação dessa política em termos de *eficácia*: “[u]ma política terá tido uma eficácia tão mais elevada quanto mais próximos se encontrarem os valores dos resultados alcançados dos valores fixados para os objetivos (ou *metas*) no horizonte temporal fixado” (Pereirinha, 2018, p. 18). E, em termos de *eficiência*: “[a] eficiência de uma política é tanto mais elevada quanto maior for o rácio resultado/meios, usando uma unidade de medida adequada” (Pereirinha, 2018, p. 18).

O autor recomenda, contudo, atentar tanto aos *outputs*, aos resultados dessa política, i.e., ao que “*a política faz*”, como aos seus *outcomes*, aos seus impactos, i.e., “avaliar o que “*a política provoca*”, ou seja, dos efeitos que gera em domínios que estão fora do conjunto dos objetivos enunciados da política” (Pereirinha, 2018, p. 19).

Em conexão com a estreita correlação entre *inputs*, *outputs* e *outcomes*, Easton (1957) elaborou o conceito de *feedback*. O efeito de *feedback*, ou de retroalimentação, na feliz tradução espanhola, aponta para a dinâmica cíclica e inacabada de constante reprodução e reformulação do sistema político que o caracterizam quando analisado pelo prisma do modelo sistémico, na medida em que *outputs* e *outcomes* podem originar novos *inputs* (cf. Araújo & Rodrigues, 2017).

A importância de considerar uma abordagem sistémica na análise do processo político advém, pois, da valorização das relações de interdependência e contínuos fluxos entre os múltiplos atores e o conjunto de instituições que compõem esse sistema, e que o vão realimentando. As políticas públicas são, neste âmbito, alvo de sucessiva remodelação consoante o tempo e o contexto, político, económico, social, cultural e geográfico, específicos. Estas variações têm implicações distintas “conforme a natureza das políticas e das áreas sobre que atuam” (Pereirinha, 2018, p. 21). Observar as finalidades que as políticas públicas almejam atingir em cada momento e contexto, assume, portanto, uma tarefa vital quando se pretende caracterizá-las (cf. Pereirinha, 2018).

1.2.2.1. Políticas sociais: a ação do Estado na provisão de bem-estar

Retomando a linha de pensamento de Silva (2017), o Estado Social apresenta, também, como elemento diferenciador, instrumentos de política, como sejam as *políticas de proteção social*, que tendem a caracterizá-lo. Esta assunção remete para o entendimento de Política Social, na ótica de Pereirinha (2018), enquanto “a forma de atuação das políticas públicas com a finalidade de promover e garantir o bem-estar social, através da consagração de direitos sociais e das condições necessárias à sua realização na sociedade” (p. 23). É pelo facto de as políticas sociais consubstanciarem tal finalidade geral que se distinguem das demais políticas públicas. Deste modo, entrecruzando-se a finalidade da Política Social com a ação pública, com finalidades sociais, do próprio Estado Social, igualmente apelidado de Estado de Bem-estar.

O termo *bem-estar social*, explica o mesmo autor, posiciona-nos na “perspetiva do cidadão, portador de direitos que tem esses direitos realizados por alguma medida de Política Social ou, ao invés, não tem esses direitos realizados devido à sua ausência” (Pereirinha, 2018, p. 146). Ora, o bem-estar apresenta fatores de ordem negativa e de ordem positiva. Os primeiros, dizem respeito a uma série de causas que, no caso de atuarem, motivam uma redução desse estado de bem-estar, pelo que forçam uma “não-ação, isto é, o impedimento de comportamentos que venham a originar efeitos negativos sobre o bem-estar” (Pereirinha, 2018, p. 155). Em contrapartida, os segundos, inexistentes no meio natural, porque são construções sociais, implicam uma ação. As sociedades estruturam-se de modo a que fatores positivos de bem-estar, como o acesso a cuidados de saúde e de educação, sejam assegurados, criando, para o efeito, instituições, estabelecendo normas e *direitos*. Assim, “reconhecem o direito à garantia do bem-estar” (Pereirinha, 2018, p. 155). Em síntese, conclui o autor:

“A Política Social, entendida como forma de atuação pública dirigida à garantia e promoção do bem-estar, significa então, introduzindo a dimensão dos direitos, uma *forma de atuação pública dirigida à garantia dos direitos sociais*. É nestes termos que se encontram formulados e institucionalmente organizados os Estados-Providência modernos” (Pereirinha, 2018, p. 157).

A Constituição da República Portuguesa (CRP), de 1976, estipula para as áreas do emprego, educação, saúde, habitação e proteção social um conjunto de direitos universais aos quais equivalem *políticas sociais sectoriais*. Estas, especializadas consoante os direitos

sociais que têm por intuito realizar, traduzem-se em quadros de decisão e de administração próprios, a saber, Ministérios, Secretarias de Estado e Direções-gerais (cf. Pereirinha, 2018). A par de direitos estabelecidos de forma universal, a CRP consagra “uma lógica categorial de direitos e, portanto, de políticas. São as designadas *políticas sociais categoriais*” (Pereirinha, 2018, p. 29), presentes no domínios da família (art. 67.º, da CRP), da infância (art.º 69, da CRP) e juventude (art. 70.º, da CRP), entre outros. Note-se que o que as diferencia é o facto de terem

“natureza transversal, que envolvem as várias dimensões dos direitos universais que encontramos em algum grupo populacional ou risco social específico e que obrigam, tendo em consideração as especificidades destes grupos e riscos, a coordenar as políticas sociais sectoriais que atuam sobre cada um dessas dimensões” (Pereirinha, 2018, p. 29).

Além de políticas sociais de natureza sectorial e categorial, Pereirinha (2018) aponta a necessidade de desenvolvimento de *políticas globais*, cujo carácter nacional, regional ou local, de atuação, envolvendo todos os grupos da sociedade, pode possibilitar uma resposta a problemas sociais cada vez mais complexos e multidimensionais. Neste espetro, cabem as políticas focadas na pobreza e exclusão social, como sejam os projetos locais de combate a estes fenómenos. Pode vir, ainda, a constituir exemplo deste tipo de políticas a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, atualmente sob construção (cf. Despacho n.º 10277/2020, de 26 de outubro).

Por *problema social* entende-se o reconhecimento social e político de uma *necessidade social*, i.e., “uma situação em que existe algum défice de bem-estar” (Pereirinha, 2018, p. 157), seja ele efetivo ou potencial. Com isto, e em sintonia com o acima exposto aquando da primeira fase do modelo das etapas, um problema social, ou *político*, consta da agenda política sempre que se verifica uma noção deliberada de intervir sobre a realidade social, ora sobre evidências da mesma, ora sobre factos previsíveis de ocorrer, correspondendo, neste último caso, a atuações de cariz preventivo.

Acresce referir que as respostas aos problemas sociais podem ser equacionadas por duas vias: uma *direta*, quando visam agir sobre o problema, quer tratando-se de uma situação social geral (como a pobreza), quer de um grupo populacional (como o insucesso e abandono escolares); e outra *indireta*, quando a atuação adotada, não se dirigindo ao mesmo, para ele reverte (tal como sucede com as medidas de promoção de crescimento económico e o seu efeito no rendimento das famílias, um efeito que se pressupõe positivo).

Uma vez coexistindo e reforçando-se mutuamente, devem ponderar-se respostas que combinem ambas as formas de atuação. Na verdade,

“não pode esperar-se que o crescimento económico (atuação *indireta*) venha resolver o problema de populações em situação de carência que precisam, por esse facto, de atuação urgente (atuação *direta*). Mas não pode também atuar-se sobre um problema de forma meramente curativa (atribuição de um subsídio, atuação direta) sem nada fazer de forma preventiva que, indiretamente, atua sobre o problema” (Pereirinha, 2018, p. 164).

Esta questão, adverte Pereirinha (2018), tem ressonância noutro debate referente às atuações de tipo seletivo e de tipo universal. No caso das políticas sociais que envolvem transferências pecuniárias, procede-se, nas primeiras, a uma clara identificação do problema e grupo social a que se dirigem, reunindo, por isso, condições para que se garanta uma atuação, simultaneamente, eficaz e eficiente:

“estando a população destinatária bem identificada, não há razões para crer que haja recursos financeiros destinados a esta medida que sejam mal utilizados, isto é, que sejam dirigidos a destinatários que não necessitem dessas transferências” (Pereirinha, 2018, p. 165)

Questiona-se, todavia, a capacidade para, de forma rigorosa, identificar tal grupo-alvo e equacionam-se os possíveis efeitos de marginalização dessa população que, em situação de carência económica e social, pode beneficiar de tal prestação. Perspetiva-se, inclusive, se a totalidade de indivíduos que a ela pode ter acesso, porque a medida a eles se destina, tem efetivo conhecimento da mesma, ou antes, se por desconhecimento, dela não usufrui. Estes são alguns dos argumentos que constituem fundamento para a defesa de uma atuação de tipo universal, isto significando uma atuação que, dirigindo-se a toda a população, tem natureza indireta. Com isto, respondendo, de um lado, ao critério de eficácia, mas, de outro, arriscando comprometer o critério de eficiência, porquanto “seriam objeto dessa medida de política parte da população não carenciada” (Pereirinha, 2018, p. 165). A este debate, os Estados-Providência europeus reagem de forma diferenciada, dividindo-se no tipo de orientações que acolhem.

Retoma-se, agora, o conceito de *necessidade social*, ou de *necessidades sociais*, com o intuito de introduzir os procedimentos pelos quais podem ser identificados estes défices de bem-estar. Na linha da ‘taxonomia de necessidade social’ de Bradshaw (1972), Pereirinha (2018) aborda quatro: as necessidades *sentidas*, cuja identificação do estado deficitário de

bem-estar remete para percepções subjetivas de um bem-estar não realizado, inteligível por meio de inquirição (de que são prova os estudos centrados na subjetividade da pobreza¹⁷) ou da intervenção social junto de populações.

As necessidades *expressas*, em resultado de “exigência feita, individualmente ou em grupo, seja ele organizado ou informal, de atuação pública para satisfazer alguma necessidade” (p. 158), aqui destacando-se a importância de a população estar representada e envolver-se em órgãos consultivos, bem como do papel que grupos de interesse e meios de comunicação social podem ter, se funcionaram como verdadeiras artérias comunicantes entre as necessidades da população e o poder político.

As necessidades *comparadas*, de acordo com uma abordagem *relativa*, e já não absoluta como as duas anteriores, são identificadas mediante o confronto entre um grupo ou situação de referência e o caso que se esteja a avaliar, sendo, por isso, um método muito utilizado nos estudos sobre a problemática da pobreza centrados no conceito de pobreza monetária relativa, segundo o qual “a pessoa é pobre se, e apenas se, o seu nível de rendimento se encontra abaixo do limiar da pobreza definido” (Moreira & Gomes, 2014, p. 114). De facto, parece expectável assumir-se que “mais facilmente uma intenção de atuação de política se torna efetiva se tiver em adequada linha as possibilidades (os recursos) de execução” (Pereirinha, 2018, p. 159)¹⁸.

Por fim, as necessidades *normativas* aludem não a uma situação *real*, mas, pelo contrário, a uma situação *ideal*, correspondendo, dessa forma, a um referencial normativo que torna possível a identificação de importantes aspetos e dimensões de bem-estar, e ainda a comparação com a situação que se tem em mãos. É, então, do balanço entre aquilo que se espera encontrar e aquilo que, efetivamente, se encontra na realidade social que se constata

¹⁷ A este respeito, esclarece Pereirinha (2018): “*Subjetividade*, na medição da pobreza, significa (...) que a aferição da pobreza em que cada indivíduo possa estar é feita a partir da *percepção* que cada indivíduo faz do seu próprio bem-estar. Esta avaliação é, em geral, feita por inquirição à população sobre o seu nível de bem-estar” (p. 196). Porém, reconhece-se que “este método não assenta em nenhum critério normativo de bem-estar, crucial na avaliação deste fenómeno social. Daí que a generalidade dos estudos da pobreza faça assentar a caracterização deste fenómeno essencialmente em outros métodos, que designamos por objetivos” (p. 196).

¹⁸ A este respeito, Pereirinha, Pereira, Branco, Amaro & Costa (2020) notam que: “O indicador de pobreza monetário utilizado correntemente na União Europeia, utilizado pelo EUROSTAT e, naturalmente, em Portugal, é uma medida de pobreza monetária relativa, assente num limiar de pobreza calculado como uma percentagem (60%) do rendimento familiar mediano por adulto equivalente no país de referência. A linha de pobreza assim estimada está portanto desligada de uma avaliação normativa do rendimento adequado para viver em sociedade” (p. 11). Perante isto, desenvolveram o projeto raP-Portugal (Rendimento Adequado em Portugal), com objetivo de “determinar um padrão socialmente aceite, assente em investigação empírica, que permit[isse] responder à questão: ‘Qual é o nível de rendimento que permite obter um nível de vida digno em Portugal para diferentes tipologias familiares?’” (p. 46).

a existência, ou ausência, de défices de bem-estar. São exemplos constitutivos de fontes normativas os tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e seus Protocolos Facultativos, assim como, no contexto profissional, o saber e atividade de assistentes sociais, médicos, educadores, entre outros (cf. Pereirinha, 2018).

Nesta continuidade, quando se identifica uma necessidade, ou necessidades sociais, cuja natureza pode ser material ou imaterial, tal deve impulsionar uma atuação dos poderes públicos orientada para a provisão do bem-estar, para a garantia e realização de direitos sociais, que “como direitos-crédito, obrigam essa sociedade a afetar recursos à sua realização” (Pereirinha, 2018, p. 160).

A este propósito, adianta Queiroz (2020): os direitos fundamentais sociais “constituem prestações *positivas* cuja satisfação não consiste numa ‘omissão’, um *non facere*, mas numa ‘ação’, um *facere*” (p. 16). Devem radicar numa ‘política de direitos’, conforme a linha instaurada na CRP, a qual “adota uma política de reconhecimento de ‘*direitos*’ acompanhada da obrigação de implementação de ‘*políticas públicas*’ de concretização e realização desses direitos no caso particular” (p. 91).

Desta moldura, prosseguem as políticas sociais, em domínios como a saúde, educação, habitação, segurança social e ação social, os seguintes objetivos basilares: ‘*redistribuição de recursos*’, ‘*gestão dos riscos sociais*’ e ‘*promoção da inclusão social*’ (Pereirinha, 2018, pp. 23-24). A estes, correspondem formas distintas de intervenção e atuação estatal quanto à redistribuição de rendimentos e às atividades de produção de bens e serviços, traduzindo-se, também, em diferentes medidas de política. Assim, se, de um lado, a dimensão redistributiva está presente nalgumas políticas sociais mediante o envolvimento de transferências sociais, i.e.,

“transferências de pagamentos de vária ordem financiados por contribuições dos trabalhadores ou por impostos no âmbito da Segurança Social (bolsas de estudo, abono de família, rendimento social de inserção, pensões, subsídios por doença e por desemprego). (...) [que] ocorrem, por via da solidariedade institucionalizada pelo Estado” (Santos, 2012).

O Estado pode, de outro lado, enquanto “agente produtor de serviços” (Pereirinha, 2018, p. 27), fornecer aos “cidadãos gratuitamente ou a preços subsidiados: educação, saúde, serviços sociais, habitação, transportes urbanos, atividades culturais, atividades de tempos livres” (Santos, 2012).

Pode, ainda, regular “a atividade de outros agentes, delegando neles a atividade de produção de serviços, cuja provisão é assegurada pela subsídio desses serviços pelo Estado aos produtores privados” (Pereirinha, 2018, pp. 27-28), que, por seu turno, agem segundo lógicas lucrativas ou não lucrativas.

1.2.2. Políticas de infância e de família: principais medidas no território nacional

A forma de organização dos modernos Estados-Providência, conhecida por *‘welfare mix’* ou *‘welfare pluralism’*, evidencia o modo concertado como conjugam os “três setores da política social” – Estado, mercado e terceiro setor – “na provisão do bem-estar” (Pereirinha, 2018, p. 28). O caso de Portugal é ilustrativo:

“apresenta um modelo de Estado-Providência misto, em que o Estado reparte as responsabilidades entre o mercado lucrativo e o não lucrativo, orientado para a subsidiariedade, isto é, o Estado só intervém quando as famílias, as instituições locais e a comunidade não conseguem fazê-lo. Nesse modelo, predominante nos últimos anos, convivem instituições internacionais, regionais, nacionais e locais, públicas ou privadas, com responsabilidades nas áreas da política pública e social” (Carvalho, 2020, p. 37).

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)¹⁹, no território continental, é uma das faces visíveis desta partilha de responsabilidades²⁰, fazendo assentar os serviços de apoio às famílias no desenvolvimento de parcerias com o setor da economia social.

Na mesma linha de entendimento, retrata o Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP), nos seus dois últimos relatórios (Correia, 2020; Leitão, 2019), que a cobertura e expansão de tais serviços, respostas e equipamentos sociais tem-se feito menos à custa do investimento público direto do que do estabelecimento de acordos de cooperação, que se revelam insuficientes face às necessidades e recursos das famílias portuguesas.

¹⁹ “A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar” (GEP/MTSSS, 2019, p. 11).

²⁰ Conforme compreendido na Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2018 (GEP/MTSSS, 2019), “as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)” (p. 12).

Este modelo de intervenção misto, em cenário de crise do Estado-Providência, deixa a descoberto as suas fragilidades: “o papel do Estado é essencial para garantir o direito aos cuidados sociais e proteção social para os sujeitos que não têm família ou não podem beneficiar de proteção familiar” (Branco, 2009, p. 19, como referido em Diogo, 2018, p. 28).

Lembre-se que o Estado-Providência se desenvolveu tardiamente no nosso país. Escreve Santos (2012), a este propósito, que “[o] Estado social português nasceu em contraciclo, depois da revolução do 25 de abril de 1974”, assumindo a forma de “um Estado muito pouco ambicioso (quando comparado com os outros Estados europeus), um quase-Estado-providência, [...], e nunca deixou de depender de uma forte sociedade-providência”.

Este ideário encontra paralelo no constructo de Esping-Andersen (1990; 1999). Após críticas ao seu trabalho original²¹, o autor elaborou o conceito de *desfamiliarização* para captar as especificidades distintivas dos modelos de bem-estar social, permitindo a inclusão dos países da Europa do Sul, inicialmente excluídos da análise (com exceção da Itália), no seu modelo analítico. Com um forte grau de *familiarismo*, Portugal apresenta um regime de bem-estar largamente dependente dos cuidados da família na provisão social. Assume, portanto, uma versão menos desenvolvida do modelo *conservador-corporativo* de Estado-Providência, onde ressalta o peso da matriz católica na valorização da tradição familiar e a persistência de mecanismos preexistentes de solidariedade social (cf. Diogo, 2018; Pereirinha, 2018). Assim como, “esquemas de proteção social [que] baseiam-se essencialmente em transferências monetárias, utilizando um mecanismo horizontal de distribuição, não promovendo, de forma generalizada, serviços de apoio à família” (Silva, 2002, p. 29, como referido em Diogo, 2018, p. 25).

De facto, sobressai, à luz deste panorama, o desenvolvimento insuficiente dos serviços e prestações de apoio à família e declaram-se ausentes as políticas de família explícitas, não se podendo, em rigor, “analisar a ‘política familiar’, mas apenas olhar a políticas sociais do

²¹ Esping-Andersen (1990), considerando que “um Estado-Providência é um certo tipo de estado democrático, assente num conjunto de princípios constitutivos, não sendo uma mera adição de políticas sociais, mas antes um conjunto complexo de dimensões legais e organizacionais que configuram um *sistema*” (Pereirinha, 2018, p. 104), analisou o comportamento de dezoito países, “com base em três princípios teóricos que funcionam enquanto agregadores de indicadores: os efeitos da cidadania social na posição dos indivíduos perante o mercado de trabalho; o sistema de estratificação social que daí resulta; e a relação que se estabelece entre Estado, mercado e família na provisão social” (Silva, 2002, p. 6, como referido em Diogo, 2018, p. 24). À luz destes, propôs a observação de três tipos-ideais de Estado-Providência, de três regimes ou modelos de bem-estar social: o *social-democrata* ou escandinavo, do qual fazem parte a Dinamarca, Finlândia e Suécia; o *liberal* ou anglo-saxónico, que integra a Austrália, Canadá, EUA, Irlanda e Reino Unido; e o *conservador-corporativo* ou continental, compreendido pela Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Luxemburgo (cf. Diogo, 2018; Pereirinha, 2018).

ponto de vista da ‘questão familiar’ ou falar em ‘políticas de família implícitas’” (Diogo, 2018, p. 30).

Assinala-se, de todo o modo, no Relatório 2016-2017 da OFAP (Leitão, 2019), com nota positiva, que as políticas de família configuram naqueles anos uma dimensão mais evidente:

“deixam de estar ‘diluídas’ nas políticas de solidariedade, promovem maior autonomia dos indivíduos e das famílias, por via do reforço dos seus direitos aos benefícios sociais, assim como recuperam uma maior visibilidade institucional dos organismos de tutela por via da redefinição da Comissão para as Políticas Sociais e Políticas de Família” (Leitão, 2019, p. 11).

A Comissão de Políticas Sociais e da Família²² é uma das cinco comissões temáticas que integra o Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Famílias, Reabilitação e Segurança Social, conhecido por Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social (CNPSSS), juntamente com um Conselho Geral. Sob tutela do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, enquanto órgão consultivo do respetivo Ministério, o CNPSSS data de 2011 (Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de dezembro; Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro), embora a sua composição, competências e modo de funcionamento apenas tenham sido fixados em 2017, em sede de documento próprio (Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio).

De acordo com Wall (2010), a locução ‘políticas de família’ remete para:

“ações governamentais dirigidas às famílias, isto é, a tudo o que os governos fazem para regular e apoiar a vida familiar. Trata-se da legislação, das resoluções, dos subsídios e dos programas delineados e concebidos para atingir determinados objetivos para os indivíduos nos seus papéis familiares ou para o núcleo familiar no seu conjunto” (Wall, 2010, p. 67).

²² Integram esta Comissão os seguintes representantes: um membro do Governo responsável pela área do trabalho, solidariedade e segurança social, que a preside, bem como um membro do Governo responsável pelas áreas das finanças, justiça, cidadania e igualdade, educação, saúde, Direção-geral da Segurança Social, Gabinete de Estratégia e Planeamento, Instituto da Segurança Social e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. E, ainda, um representante da SCML; Casa Pia de Lisboa; CNPDPCJ; CNIS; União das Mutualidades Portuguesas; UMP; EAPN/Portugal; UNICEF Portugal; Cáritas Portuguesa; FNGIS; Federação Portuguesa dos BACF; APF; ILGA-Portugal; APFN; Conselho Nacional da Juventude; Associação Grace; e das Associações de Mulheres da Seção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género. Por fim, duas personalidades propostas pelo presidente da Comissão (cf. Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio, art. 9.º, n.º1). No quadro das suas competências específicas (art. 15.º), compete, designadamente, a esta Comissão: “b) Propor medidas de promoção da igualdade de oportunidades para crianças e jovens, contribuindo para a identificação das áreas mais marcadas por situações críticas de pobreza infantil”; e “f) Contribuir para a criação de um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social a partir do acompanhamento das crianças beneficiárias do abono de família, possibilitando uma ação mais integrada do sistema de proteção social”.

Considerando a autora que as ‘políticas de família implícitas’ apontam para ações governamentais criadas no âmbito de outras políticas públicas (por exemplo, de habitação ou de proteção social), pelo que não procuram alcançar objetivos específicos para a família. Já as ‘políticas de família explícitas’ visam atingir tais objetivos específicos para a família (a saber, proteção de agregados vulneráveis à pobreza, proteção da paternidade, aumento da redistribuição vertical). Mais ainda, procuram institucionalizar a política de família, na medida em que criam instituições ou organismos públicos com responsabilidade neste domínio, entenda-se uma Direção-geral, uma Secretaria de Estado, uma agência especializada.

Explicita, também, a autora que a atividade do Estado em favor das famílias e, como tal, as medidas de política a estas dirigidas, abarcam três instrumentos: um, a regulação dos processos de adoção, violência doméstica, divórcio e conciliação da vida profissional e familiar, etc.; dois, o apoio económico às famílias, mediante benefícios fiscais e prestações por encargos familiares, assinalando-se, aqui, com particular interesse, as que se destinam às famílias com crianças; três, infraestruturas de apoio às funções parentais, com respostas destinadas a famílias com crianças e jovens (cf. Wall, 2010).

Do elenco de prestações sociais que o Estado paga mensalmente às famílias, destacam-se as seguintes medidas: Abono de família (abono de família para crianças e jovens e abono de família pré-natal)²³; Bolsa de estudo; Ação Social Escolar (ASE); Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores; Prestações por dependência e deficiência (como o subsídio por assistência de 3.^a pessoa e o subsídio de bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência ou o subsídio de educação especial, respetivamente); Subsídios parentais (de que são exemplo, o subsídio parental, o subsídio social parental, o subsídio parental alargado, o subsídio social por risco clínico durante a gravidez, o subsídio por riscos específicos, o subsídio específico por internamento hospitalar do recém-nascido, e o subsídio por adoção); e, a terminar, o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Subsídio de desemprego. Consideram-se, também, apoios económicos de outro tipo, como os passes escolares (designadamente, o passe 4_18@escola.pt), a distribuição gratuita de manuais escolares, os cheques dentista e a tarifa social de eletricidade e de gás natural. Na sua globalidade, estas medidas têm implicações na qualidade de vida e bem-estar das crianças e

²³O abono de família representa “a componente com maior peso nos apoios do Estado em prestações familiares, representando quase 80% da despesa total com prestações familiares em 2017” (Correia, 2020, p. 24).

suas famílias, um efeito que tem se verificado largamente variável conforme os montantes atribuídos e o número de famílias beneficiárias (cf. Correia, 2020; DSRIC, 2015).

Já no que respeita às principais respostas sociais de apoio à criança e à família atende-se à RSES que, de acordo com a informação disponibilizada na Carta Social de 2018, engloba a rede de Creches e Amas, a Educação Pré-Escolar, o Centro de Atividade de Tempos Livres (CATL), o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP). (cf. GEP/MTSSS, 2019). Segundo a mesma,

“as respostas sociais destinadas a crianças e jovens residentes em Portugal continental representavam, neste ano [de 2018], 49% do universo de respostas, tendo sofrido um aumento significativo nas últimas duas décadas (na ordem dos 23%), embora com oscilações entre o tipo de respostas” (Correia, 2020, p. 65).

A par dos referidos equipamentos e serviços sociais, cujas respostas possibilitam a satisfação de necessidades específicas da criança e facilitam a conciliação da vida profissional com a vida familiar, cabe mencionar o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, e baseado nos princípios da CDC e do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006-2009.

Desenvolvido “através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade” (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, art. 1.º, n.º2), prossegue um conjunto de objetivos, em concreto:

“a) Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de IPI em todo o território nacional; b) Detetar e sinalizar todas as crianças com risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco grave de atraso de desenvolvimento; c) Intervir, após a deteção e sinalização nos termos da alínea anterior, em função das necessidades do contexto familiar de cada criança elegível, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento; d) Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação; e) Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social” (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, art. 4.º).

Em paralelo, nos termos do artigo 35.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, Lei n.º 23/2017, de 23 de

maio e Lei n.º 26/2018, de 5 de julho), o Sistema de Proteção de Infância e Juventude (SPIJ)²⁴ compreende uma série de medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo²⁵ a executar em meio natural de vida – “apoio junto dos pais” ou de um deles (alínea *a*)), “apoio junto de outro familiar” (alínea *b*)), “confiança a pessoa idónea” (alínea *c*)), “apoio para a autonomia de vida” (alínea *d*)), e “confiança a pessoa selecionada para adoção” (alínea *g*) – ou em regime de colocação – “acolhimento familiar” (alínea *e*)), “acolhimento residencial” (alínea *f*)), e “confiança (...), a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção” (alínea *g*) (cf. Guerra, 2019)²⁶.

À luz deste desiderato, entende-se o artigo 69.º da CRP, que visa assegurar à criança o direito à proteção pública, em nome do seu desenvolvimento integral. Daí que consigne que:

“a sociedade e o Estado têm um especial dever de desencadear as ações adequadas à proteção da criança vítima de violência, abuso sexual, exploração, abandono ou tratamento negligente, ou por qualquer outra forma privada de um ambiente familiar normal” (Guerra, 2019, p. 21).

De facto, embora no art.º 67 da CRP a família seja postulada “como elemento fundamental da sociedade” (n.º 1) e mereça a proteção do Estado (n.º 2), nomeadamente através da definição e execução de “uma política de família com caráter global e integrado” (alínea *g*)), na esteira do proposto na CDC, a verdade é que “em algumas situações, a família deixa de ser uma instituição segura para a criança, emergindo como um lugar revestido de riscos e de eventual perigo” (Diogo, 2018, pp. 43-44), motivando uma intervenção capaz de assegurar à criança uma proteção alternativa, tendo em linha de conta o seu interesse superior (art 20.º, da CDC). Consagra a CRP, de outro lado, no seu art. 68.º, a devida proteção ao

²⁴ O SPIJ “é de tipo não judiciário, assente num princípio de subsidiariedade de base comunitária, i.e., existe uma hierarquia de responsabilidade na intervenção em situações de crianças e jovens em perigo que deve ser respeitada: primeiro, intervêm as entidades com competência em matéria de Infância e Juventude (e.g., saúde, educação); seguindo-se as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ]; e, em último recurso, aos tribunais” (Bettencourt, Alexandre, Carvalho, & Parente, 2019, p. 2).

²⁵ As medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo, ou, somente, medidas de promoção e proteção, têm por finalidade: “a) Afastar o perigo em que estes se encontram; b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art. 34º).

²⁶ Guerra (2019) enquadrava a situação da criança acolhida familiarmente (alínea *g*), n.º 1, do art.º 35º, da Lei n.º 26/2018, de 5 de julho) como uma medida de colocação. Argumenta, contudo, que “a inclusão desta medida nas medidas de colocação inculca a ideia de que a criança apenas está na família de acolhimento – como estará numa casa de acolhimento – à espera eventualmente de um projeto adotivo de terceiros. Mas parece-me injusto que não se possa aproveitar essa porta aberta para fazer coincidir os afetos mútuos num projeto que se construiu, embora sem essa inicial motivação... Não mudarão de colo assim tanto essas crianças!” (pp. 112-113).

exercício da paternidade e da maternidade, a partir da “conjugação dos direitos da família e da criança” (DSRIC, 2015, p. 34). Sobre a mesma matéria, prevê a Convenção, no seu art. 18.º, n.º 2, que os Estados Partes cumpram:

“uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança e garantem o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à infância” (CDC, 1989, art. 18.º, n.º 2).

As medidas de política de família e de infância a que acima se aludiu enquadram-se no campo de intervenção da Segurança Social, de forma isolada ou em parceria com outros Ministérios, recaindo tanto sobre as famílias como sobre as próprias crianças. Em comum, partilham, como exposto, “princípios incontornáveis constantes na própria Constituição mas também decorrentes do ordenamento jurídico internacional que Portugal subscreve” (DSRIC, 2015, p. 37).

1.2.3. Políticas de infância integradas: uma proposta de definição

No tocante a políticas públicas e sociais para as crianças importa, agora, aludir à existência simultânea de medidas que procuram impactá-las, de forma deliberada, do conjunto de outras que, não visando tal objetivo, podem, ainda assim, implicá-las. Sobre as últimas, e uma vez não se dirigindo especificamente à infância, pode considerar-se desnecessária ou mesmo inútil a sua apreciação na avaliação do quotidiano e da qualidade de vida das crianças, adverte Qvortrup (2010).

Porém, lembra o autor, “muito do que influencia as crianças no seu dia a dia é, na verdade, instigado, inventado, ou simplesmente ocorre sem que houvesse a menor preocupação com as crianças ou a infância” (p. 783). Afirma, inclusivamente, que “talvez a influência mais marcante na vida das crianças venha das ações não focalizadas e instrumentalizadas direcionadas às crianças e à infância”, o que o leva a concluir que “se permanece importante focalizar as crianças diretamente, talvez devêssemos ficar mais atentos a todas as influências sobre as crianças que não planejamos e que desconhecemos” (p. 791).

Em paralelo com esta argumentação, M. J. Sarmiento (2019b) avança com a necessidade de se desenvolverem políticas integradas de infância. Assentes numa visão holística da

criança, correspondem à natureza também holística do seu desenvolvimento e estão alinhadas com os princípios da universalidade e indivisibilidade que subjazem aos direitos humanos. Políticas públicas integradas para a infância traduzem-se, pois, em políticas que “tomam a criança e a infância como totalidades, isto é, enquanto destinatários da ação política globalmente considerada” (p. 4). Fomentam o reconhecimento e visibilidade da criança enquanto sujeito de Direito e cidadão de plenos direitos.

Convergem, segundo entende o Comité dos Direitos da Criança, numa “estratégia nacional global ou plano nacional de ação para as crianças, fundado no quadro da Convenção” (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, par. 29, p. 8, tradução própria), mobilizando toda a produção legislativa nacional e local em matéria de direitos da criança (cf. CRC/C/PRT/CO/5-6, de 27 de setembro de 2019, par. 6, p. 2). Uma estratégia que deve incorporar “metas e objetivos específicos, quantificáveis e com prazos definidos a fim de monitorizar eficazmente os processos realizados na implementação dos direitos da criança em todo o território” (CRC/C/PRT/CO/3-4, de 31 de janeiro de 2014, par. 12, p. 4, tradução própria). Assim recomenda o referido Comité ao Estado português, nas Observações Finais do terceiro e quarto (2014) e quinto e sexto (2019) relatórios periódicos sobre a aplicação da Convenção em espaço nacional.

1.3. Direitos da Criança em Prática: Uma Miragem ou Um Desígnio Político?

A prossecução de uma abordagem de direitos humanos, em especial de direitos humanos da criança, validada amplamente no domínio discursivo, oral e escrito, social e politicamente exaltada por decisores políticos; incorporada em leis, políticas, programas, projetos e demais iniciativas; aclamada pela academia e sociedade em geral, escassas vezes reflete a formulação, implementação, avaliação e redefinição de políticas públicas e sociais assentes nessa mesma perspetiva, ajustadas, portanto, às necessidades da criança de acordo com o seu contexto e estágio de desenvolvimento. A realidade das crianças e das famílias portuguesas mostra-se, aliás, longe de reproduzir aquele consenso, ficando aquém da concretização do pleno potencial de todas as crianças, como uma análise multidimensional do seu bem-estar atesta (cf. Bastos, 2016).

A adoção de uma perspetiva integrada e transversal que tem em conta todas as dimensões de vida da criança parece, de facto, permanecer ausente (cf. M. J. Sarmiento,

2019b). Uma constatação que se torna possível perante a ótica sectorial e fragmentária da ação política para as crianças, no panorama nacional, que insiste em olhá-las de forma parcelar:

“ora como alunos, ora como beneficiários dos serviços sociais, ora como público infantojuvenil de programas culturais, ora como utentes dos serviços de pediatria, ora como destinatários de ações de intervenção em condições de risco e perigo, pelas CPCJ e os tribunais, etc.” (M. J. Sarmiento, 2019b, p. 4).

Na verdade, continua a poder verificar-se que:

“Ao mesmo tempo que se deteta um aparente maior reconhecimento sobre os direitos das crianças, os seus discursos ainda são relativizados pela maioria dos adultos. As possibilidades de participação na vida social que lhes são conferidas pelo Estado e comunidades, na qualidade de cidadãos de plenos direitos estão distantes dos ideais consagrados juridicamente” (Leote de Carvalho, 2016, p. 68).

Esta visão revela-se, igualmente, numa atuação descoordenada entre os diferentes organismos e Ministérios com responsabilidade pelos direitos da criança e assuntos que lhes dizem respeito, mormente, os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Finanças, Educação, Cultura, Saúde, Justiça, Infraestruturas e Habitação, Ambiente e Ação Climática. Como nota Sarmiento (2019b), enquanto:

“Alguns países (por ex.: a Irlanda), têm sido notados pela capacidade de produzirem políticas intersectoriais e definirem estratégias efetivas de combate à pobreza infantil. Não é, infelizmente, o caso português, onde não existe nenhuma instância de articulação intersectorial de políticas para a infância” (M. J. Sarmiento, 2019b, p. 4).

De facto, fenómenos multidimensionais como a pobreza e a exclusão social, particularmente expressivos nas crianças, evidenciam a necessidade de as priorizar, tanto quanto reforçam a importância da definição e implementação de “medidas de política social complexas, transversais a várias áreas e com diversas formas de intervenção” (Bastos, Machado, & Passos, 2011, p. 158), centradas nos seus direitos. Não fossem as crianças, desde 2008, o grupo etário mais vulnerável à pobreza e exclusão social no nosso país. Em 2018, 18,5% viviam em situação de risco de pobreza, o que corresponde à maior taxa de risco de pobreza entre todos os grupos etários, quando comparada com as das populações idosa (17,3%) e ativa (16,9%) (cf. INE, 2019).

Mais, segundo Bastos et al. (2011), “[é] ao nível das crianças que a política social parece registar menor eficácia, considerando todos os tipos de prestações sociais” (p. 138), inclusive naquelas “especificamente direcionadas para a família/criança” (p. 138). No caso do abono de família pode interrogar-se se esta prestação social, uma das mais significativas no que concerne ao rendimento familiar e potenciador de uma melhoria das condições de vida, “é uma prestação de apoio financeiro dirigida às famílias com crianças/jovens a cargo” (Leitão, 2019, p. 4) ou, somente, “uma prestação que visa combater e/ou reduzir a pobreza das famílias de muito baixos rendimentos” (Leitão, 2019, p. 4), uma vez detendo um carácter fortemente seletivo, em Portugal.

Para o centro desta discussão há, seguramente, a introduzir o conceito de pobreza infantil, o qual remete para um “estado deficitário de bem-estar que tem subjacente carências de vária ordem” (Bastos et al., 2011, p. 158), de natureza material e imaterial:

“educação; saúde; informação; segurança social e económica; habitação; identidade e meio familiar; liberdade de expressão; pensamento e religião; liberdade de associação e reunião; justiça; proteção contra todas as formas de violência; maus tratos; negligência e exploração e, finalmente, lazer e tempos livres” (Bastos, 2016, p. 31).

Um olhar multidimensional sobre as privações que condicionam o desenvolvimento e qualidade de vida da criança obrigam, pois, a pensar além do rendimento dos agregados familiares e de que como é que este se reflete no bem-estar. Em primeiro lugar, faz exigir que as medidas de combate à pobreza infantil assentem numa “perspetiva de ciclo de vida”²⁷, fazendo parte integrante de uma “política global para a infância” e de “planos globais de luta contra a pobreza” (Bastos et al., 2011, p. 158), por forma a garantir maior eficácia e adequação das respostas. Subscreve-se a proposta de Sarmento (2019):

“Se a pobreza infantil tem múltiplas dimensões, as respostas no sentido da sua prevenção e erradicação devem exprimir-se em múltiplos domínios: no plano estrutural, em políticas de distribuição de rendimentos e em transferências sociais que garantam condições de vida com dignidade às famílias das crianças; no plano institucional, em ações que conduzam a que a restrição de condições de vida não se reflita (ou, pelo menos, isso seja mitigado) nos desempenhos das crianças enquanto usufrutuários de serviços públicos, desde o jardim de infância e a escola até às unidades de saúde e às atividades lúdico-culturais; no plano interindividual, na promoção de relações

²⁷ Como explicam Bastos et al. (2011), “As crianças passam por diferentes estádios de desenvolvimento que envolvem necessidades também diferenciadas” (p. 158), pelo que se as medidas de política social integrarem uma “perspetiva de ciclo de vida” (p. 158) tal permitirá “ter em conta esta diferenciação, [e] está [também] a criar condições de maior eficácia das políticas encetadas” (p. 158). Esta leitura é acolhida, aqui.

empáticas, de inclusão e afeto; no plano pessoal, na garantia de condições de satisfação e bem-estar” (Sarmiento, 2019, p. 4).

Em segundo lugar, impele à observação de um conjunto abrangente de dimensões que afetam a sua vida e bem-estar, e que importa considerar, como sejam: o contexto e relações familiares; a saúde e a nutrição; a educação, formal, não formal e informal, desde os primeiros anos de vida; a proteção contra todas as formas de violência; a habitação e vizinhança, como corolário da inserção social, bem como o grau de participação das crianças no espaço e tempo públicos (Bastos, Fernandes, Passos, & Malho, 2008; M. Ferreira & Sarmiento, 2008; M. J. Sarmiento, Fernandes, & Tomás, 2007; Wall et al., 2015). O bem-estar das crianças reúne, portanto, uma dupla aceção, individual e social, ora: “dizendo prioritariamente respeito às crianças, é algo que mobiliza fundamentalmente os adultos e o conjunto da sociedade” (Sarmiento, 2015, p. 42). M. Ferreira & Sarmiento (2008) advogam, assim, por uma “visão integrada de bem-estar” (p. 70), que simbolize uma “condição de satisfação pessoal e inclusão plena, dos indivíduos e das comunidades sociais” (p. 71).

A Eurochild e a International Step by Step Association (ISSA) lançaram em dezembro de 2020, em parceria com a European Public Health Alliance (EPHA) e o Roma Education Fund (REF), a campanha europeia *First Years First Priority*. A decorrer em nove países europeus, um deles Portugal, no corrente ano de 2021, a campanha nacional, coordenada pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS), procura dar resposta à situação observada aquando da avaliação diagnóstica sobre as medidas de apoio ao desenvolvimento infantil no nosso país (cf. Eurochild, International Step by Step Association, European Public Health Alliance, & Roma Education Fund, 2020). Perante a qual foram apresentadas as seguintes recomendações-chave: i) “Reduzir as desigualdades na saúde infantil, por meio de deteção e intervenção precoces”; ii) “Melhorar o acesso atempado a serviços de saúde de qualidade para todas as crianças, especialmente as mais necessitadas”; iii) “Promover a transição de crianças institucionalizadas para acolhimento familiar”; iv) Aumentar a cobertura de creches dirigidas aos 0-3 anos, valorizando esta resposta social também como educativa” (Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, 2020).

A priorização da medida de colocação de acolhimento familiar para crianças até aos seis anos de idade, introduzida pela segunda alteração à LPCJP (Lei n.º 142/2015, de 8 de

setembro, que altera a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)²⁸, reforçada no Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro, que estabelece o seu regime de execução, e acolhida na Prioridade II da ENDC 2021-2014, cujo objetivo estratégico (OE) 9.4. prevê a formulação e aplicação de novas medidas que a privilegiem, vê-se especialmente relevante, ao evidenciar em pleno o desfazamento entre o corpo teórico-normativo e a prática do sistema de proteção da criança português (cf. Diogo & Branco, 2020).

Não obstante, o contexto atual parece revelar-se oportuno à adoção de uma agenda ambiciosa para as crianças dada a introdução de um conjunto de novos instrumentos político-legais orientadores, nos planos nacional e comunitário²⁹. Nesta moldura, apela Soares (2020) à tomada de um conjunto de ações prioritárias:

“investir na melhoria dos serviços públicos dirigidos às crianças em áreas como o acolhimento, a educação e a saúde; proteger os direitos de maternidade e paternidade; combater a pobreza infantil, fixando objetivos de redução para metade na Agenda da UE 2030; criar uma “Garantia para a Infância”, dotada de recursos financeiros adequados; investir na promoção e proteção da saúde mental de crianças; garantir o acesso equitativo e de qualidade à educação; investir na educação pré-escolar; investir numa justiça adaptada às crianças antes, durante e depois do processo judicial, respeitando o seu direito de ser ouvida; criar uma abordagem intersectorial de proteção das crianças em situação mais vulnerável; promover a desinstitucionalização criando respostas na comunidade; eliminar todas as formas de violência; proteger a segurança on-line das crianças; e promover o direito à participação da criança, criando verdadeiros mecanismos de participação” (Soares, 2020).

Estas devem ter na Convenção sobre os Direitos da Criança o “documento estratégico, orientador de políticas e práticas” (Cardoso et al., 2017, p. 14), logo rompendo com o paradigma da criança-objeto.

²⁸ Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, art. 46.º, n.º 4: “Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade, salvo: a) Quando a consideração da excecional e específica situação da criança ou jovem carecidos de proteção imponha a aplicação da medida de acolhimento residencial; b) Quando se constate impossibilidade de facto”.

²⁹ Destacam-se, para o efeito, a recém-aprovada ENDC 2021-2024 e a elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, bem como, no âmbito do Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Estratégia da União Europeia para os Direitos da Criança e a Garantia para a Infância.

CAPÍTULO 2. DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA NO ESPAÇO E TEMPO PÚBLICOS

“falamos de práticas onde a criança é sujeito – construtora de um espaço e de um cotidiano com significados para ela própria e parceira do adulto nos processos de desenvolvimento e de requalificação das comunidades” (D’Espiney, 2009, p. 9).

As relações que a criança estabelece, de forma direta e indireta, com o meio e os atores sociais, e, mais ainda, a sua vivência em contexto urbano tem suscitado um crescente interesse investigativo multidisciplinar, focado na observação e descrição das ações quotidianas, equacionando-se a mobilidade e as condições de segurança, o acesso a equipamentos e respostas sociais, as oportunidades e mecanismos de participação social e política, a par de uma análise às políticas públicas.

Deste panorama, têm sobressaído propostas de reorganização da cidade e um elencar de fatores para a construção participada de cidades e comunidades seguras, protetoras e inclusivas, que são objeto de análise neste capítulo. Logo seguido de um questionamento sobre o lugar que a criança ocupa na conceção do projeto político e social dos municípios portugueses.

2.1. Cidades e Comunidades *Das e Para a Criança*

Compreender as relações e experiências que a criança estabelece no espaço e tempo públicos requer que se entenda a sua variação consoante os contextos sociais de vida da criança (cf. Bronfenbrenner, 1979), assinalando-se que é no espaço e através do espaço que a sua identidade é configurada (cf. Seixas, Tomás, & Giacchetta, 2020).

2.1.1. A criança no meio urbano: novos contornos espaciotemporais

Vivendo, hoje, a maior parte das crianças em contexto urbano, importa observar as condições e usos que a cidade oferece à criança, sendo esta tanto palco de oportunidades e facilitadora de acesso a um maior número de serviços e equipamentos sociais, como cenário de exclusão e desvantagem socioeconómica para muitas crianças, o que obsta à concretização dos seus direitos e à realização do seu pleno potencial (cf. UNICEF, 2012).

Para nomear apenas algumas situações, pensem-se nas crianças em situação de risco de pobreza e exclusão social, nas crianças de etnia cigana e afrodescendentes, nas crianças com deficiência, cujos direitos à não discriminação (art. 2.º da CDC) e a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento (art. 27.º da CDC) são tantas vezes esquecidos, ignorados. De facto, habitar um mesmo espaço não equivale a partilhar uma mesma representação social do lugar, intersectando-se na cidade díspares “geografias da infância” (Barbosa, 2019), conforme o que “lhes é permitido viver na, e da cidade” (Malho, 2004, p. 49).

De outro lado, Seixas et al. (2020), alertam para o facto de lhes ser vedada a fruição e usufruto da “cidade na sua plenitude, de ter tempo ao tempo livre, de ter tempo a brincar nos espaços públicos e ter autonomia de escolha e circulação” (p. 137). Perante tal considerando, apontam para a pertinência de se conceber “a ideia de lugares ‘das crianças’ e não apenas ‘para as crianças’” (p. 140), estes traduzindo-se em “espaços que a criança usa, onde está fisicamente, onde tem experiências especiais, aos quais atribui um significado especial e que lhe provocam sentimentos específicos” (p. 140), i.e., lugares da sua apropriação.

Por palavras de Sarmiento (2018): “a vida das crianças exprime a complexidade das realidades sociais contemporâneas, podendo associar-se aos contextos urbanos, tanto fatores de restrição da cidadania da infância quanto fatores de possibilidade” (p. 232). Esta constatação traz para o debate a necessidade de se atender a “políticas públicas que potenciam o bem-estar das crianças e a afirmação dos seus direitos em contexto urbano” (p. 232).

Sob este pano de fundo, entende o autor (2013, 2015a) que ter nos direitos da criança o referencial da ação em educação é o pontapé de partida para o estabelecimento de uma nova política educativa, especialmente preocupada com a educação nos primeiros anos de vida, onde as instituições educativas asseguram “enquanto elos da política social e em parceria com os outros serviços públicos e a comunidade, a realização dos direitos” (Sarmiento, 2015a, p. 38) da criança, uma vez conscientes de que a educação “é uma educação na cidade” (Sarmiento, 2015a, p. 39).

Nesta, as aprendizagens formais, não formais e informais estabelecem-se como modalidades educativas complementares de uma política concertada que tem “na criança a razão de ser e do fazer” (Sarmiento, 2013, p. 141), reunindo agentes, tempos e “espaços para outras formas de educar e aprender” (Gomes, 2018, p. 70). Na continuidade da escola, a rua, o bairro, as bibliotecas, os museus e os teatros, os jardins e os parques urbanos e infantis, as

associações desportivas e as bandas de músicas, os clubes de leitura, pintura, dança e canto, são palco de aprendizagens não formais e informais que as instituições educativas devem promover e com quem devem articular. A educação, assim concebida, emerge, para Sarmiento (2015a), como “o lugar de aplicação do princípio de justiça do bem-estar infantil” (p. 39).

Não obstante, interroga Lúcio (2019):

“poderão as cidades atuais ser contextos de desenvolvimento social e educativo para indivíduos e grupos? Que papel têm e/ou podem ter as crianças e os jovens na construção da cidade (...)? Que plataformas podem potenciar a conexão ao tecido urbano (e, logo, ao local)?” (Lúcio, 2019, pp. 90-91).

Este questionamento direciona o olhar para o portefólio de programas que têm desafiado os municípios a uma nova forma de pensar a organização, intervenção e relação com as pessoas, bem como a definição e aplicação de políticas públicas que expressem essa mesma visão.

2.1.1.1. As Cidades Educadoras

O Movimento das Cidades Educadoras (MCE), promovido pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), fundada em 1994, aquando do III Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Bolonha³⁰, consiste num exemplo paradigmático desta revisitação dos modos de conceptualização e administração do território, enquanto:

³⁰ Inspirado pelo Relatório de Faure et al. (1972), no seio do qual é desenvolvido o ideário de ‘cidade educativa’, e baseado na produção científica e prática que se lhe seguiu, realizou-se, em 1990, em Barcelona, o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, sob o tema ‘A cidade educadora para crianças e adolescentes’, cujo esforço colaborativo dos municípios aí representados resultou na redação de vinte princípios consagrados na Declaração de Barcelona ou Carta das Cidades Educadoras, atualizada por três vezes, uma em 1994, no III Congresso Internacional, em Bolonha, outra em 2004, aquando do VIII Congresso, em Génova, e a última, em 2020, como resposta a novas necessidades e desafios sociais. A Carta funda-se num conjunto-chave de instrumentos jurídicos de defesa de direitos humanos, desde logo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), e mais recentemente, na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015). Os Congressos Internacionais ocorrem, por noma, de dois em dois anos, tendo Lisboa acolhido a VI edição na viragem do milénio, sob o tema ‘A cidade, espaço educativo no novo milénio’ e Cascais a XV, em 2018, em torno da temática ‘Cidade, pertença das pessoas: caminhos para a coesão social na cidade’. O XVI Congresso foi cancelado devido à pandemia da Covid-19. Teria lugar em Katowice, em 2020, e seria dedicado à discussão da ‘Cidade de mudança como espaço de criatividade e inovação: música, meio ambiente, lazer e participação’ (Associação Internacional de Cidades Educadoras, n.d.-a, n.d.-b; Caballo Villar, 2001).

“projeto educativo integral e integrador. Integral porque contemplará todas as dimensões de desenvolvimento pessoal e social, afetando a esse desenvolvimento todos os recursos existentes ou agenciáveis; integrador porque o projeto sendo sistematicamente participado, terá um efeito intencional de inclusão de todos os membros da comunidade” (Pinto, 2001, p. 10).

Caballo Villar (2001) propõe, na linha de linha de Bernet (1990), uma definição tridimensional de ‘Cidade Educadora’, em que a cidade é contexto, agente e conteúdo de educação, donde se aprende ‘na’, ‘da’ e ‘a’ cidade. A última, consistindo no grande desafio deste ideário, é a menos evidente. Convoca à formulação de um projeto político e sociocultural do município que obriga a compromissos e responsabilidades amplos por parte da administração pública local (cf. Caballo Villar, 2001; Guedes, 2005; Lúcio, 2019). Defende-se, neste sentido, a renovação de “papéis e funções dos diferentes agentes implicados nas atuações que suportam o desenvolvimento socioeducativo e cultural das comunidades locais” (Caballo Villar, 2001, p. 13), no quadro de um ‘Sistema Formativo Integrado’ (Figura 1):

“Já não é a escola (...) a que utiliza a cidade, mas o território que organiza um sistema educativo, como um elemento mais, dentro do qual existe a escola. Neste contexto é a comunidade local a primeira responsável da definição de um projeto educativo integral em que devem participar a escola com a família, instituições locais e associações como principais agentes educativos, juntamente com a estrutura produtiva e privada, assumindo cada um deles um papel bem definido” (Caballo Villar, 2001, p. 30).



Figura 1. "Estrutura e contribuições dos agentes territoriais implicados no sistema formativo integrado"

Fonte: Caballo Villar, 2001, p. 31

Reconhecendo a autora que não existe, na realidade, uma tradução ideal desta filosofia, apresenta um guia orientador para o seu desenho e implementação graduais, num modelo de organização e intervenção municipal que faz variar as suas características e configurações consoante as necessidades da comunidade e as especificidades e recursos do território para a promoção da qualidade de vida. Do leque de diretrizes que expõe, destaca-se a necessidade de “abandonar a *sectorialização*” (p. 212) e empreender um plano global, local e integrado em quatro frentes de ação:

“no *político*, através da vontade prática de coordenar e elaborar programas conjuntos, o que pressupõe uma rigorosa delimitação de competências e responsabilidades para que as conexões sejam claras, coerentes e eficazes; no nível *técnico*, formando uma só equipa organicamente estabelecida de profissionais com dependência de áreas ou âmbitos municipais diversos e responsabilidades diferentes; no *económico*, consensualizando os recursos materiais e de pessoal que cada área ou âmbito implicado traz para a iniciativa; e a nível de *infraestruturas*, medida que permite poupar gastos de manutenção, multiplicar a utilização de espaços e facilitar o acesso do cidadão a diferentes serviços” (Caballo Villar, 2001, pp. 211-212).

Numa entrevista concedida a Caballo Villar aquando do III Congresso Internacional das Cidades Educadoras (1994), Fiorenzo Alfieri entende a operacionalização da Cidade Educadora em três momentos históricos: um primeiro, correspondente ao da sua definição e delimitação conceptuais, na década de 1970, perante a consciencialização de que embora “a responsabilidade da formação das crianças e adolescentes recaía fundamentalmente na instituição escolar, a comunidade começa a descobrir que pode facilitar o labor da escola” (Caballo Villar, 2001, pp. 23-24); um segundo, nos anos 1980, durante a qual esta relação dialética é aprofundada; e um terceiro, de maior complexidade, nos anos 1990, em muito avançada por uma nova perspetiva de cidade a partir do olhar da criança, promovida por Francesco Tonucci, no âmbito do projeto ‘A Cidade das Crianças’ (*La Città dei Bambini*), desde 1991, na sua cidade natal, em Fano, Itália.

2.1.1.2. *A Cidade das Crianças*

Partindo de um diagnóstico da situação das crianças na sua cidade, Tonucci concluiu tratar-se de uma experiência marcada pela “[s]eparação e especialização dos espaços e das competências, isto é, lugares diferentes para pessoas diferentes, lugares diferentes para funções diferentes (Tonucci, 2019b, p. 45). No seguimento desta análise, arquiteta “uma

nova filosofia no processo de avaliar, programar, projetar e modificar a cidade” (Tonucci, 2019b, p. 61), centrada na criança, nas suas necessidades e direitos. Uma cidade na qual é tida como “*indicador ambiental*. Se nela se encontrarem crianças a brincar e a passear sozinhas, significa que a cidade é saudável; se nela não se encontrarem crianças, significa que a cidade está doente” (Tonucci, 2019b, p. 113).

Este programa implica renunciar uma cidade padronizada por adultos e para adultos, homens, trabalhadores. Em contrapartida, reclama nivelar:

“o ponto de vista da administração até à altura da criança, *para não perder ninguém*. Trata-se de aceitar a diversidade que a criança traz consigo *como garante de todas as diversidades*. (...). Presume-se que quando a cidade estiver mais adaptada às crianças, estará mais adaptada a todos” (Tonucci, 2019b, p. 61).

Uma das linhas de força desta proposta consiste na valorização do brincar nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, uma evidência cientificamente comprovada. Esta preposição leva o autor a sugerir a criação não tanto de parques infantis, a elas *destinados*, e que se apresentam, por via de regra, como espaços estandardizados e pouco estimulantes, mas antes ao planeamento criativo com as crianças de espaços *deixados*, virados para a descoberta, dado que “o modo de brincar, a quê e com o quê, quem sabe são as crianças” (Tonucci, 2019b, p. 150). Como sugere uma das suas mais recentes ilustrações, na qual convida à reimaginação do ambiente escolar, no ano de 2050 (Figura 2).

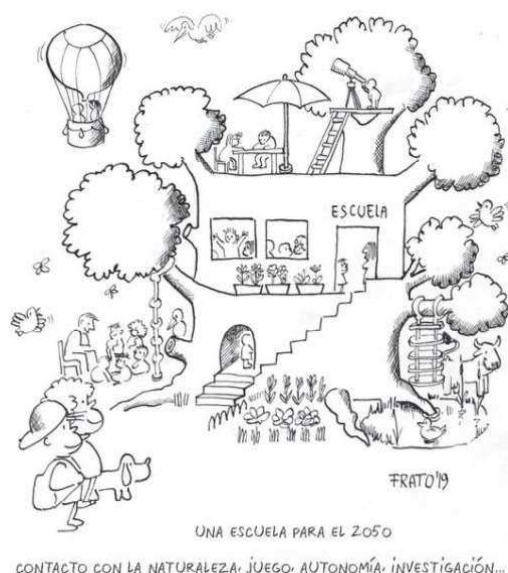


Figura 2. “Y tú, ¿cómo te imaginas la escuela en 2050?”
Fonte: Tonucci, 2019a, p. 48

Para Frato, pseudónimo pelo qual também é conhecido³¹, este ideário traduz, portanto, espaços:

“ricos, frequentes, próximos, originais, abertos a toda a gente, apropriados para crianças e para velhos, para quem quer ler o jornal e para os namorados. Espaços ricos significa articulados, que tenham relevos, obstáculos, moitas, muretes, árvores, materiais diversos. Espaços onde cada um possa fazer aquilo que quiser, porque não são para um único uso, não são destinados, são justamente espaços *deixados*” (Tonucci, 2019b, p. 151).

A partir deste prisma, projeta, em Fano, um Laboratório-piloto que encerra um papel verdadeiramente educador da comunidade na medida em que a impele a ouvir a criança e a considerar as suas opiniões na governação da cidade. Assim, comportando:

“uma função prioritária de ‘grilo falante’, de consciência do presidente da câmara e da junta municipal, questionando-os sempre que a promessa feita for traída; e como isso acontecerá com frequência, a presença do Laboratório tornar-se-á incómoda. Por isso, abrir o Laboratório significar aceitar um conflito permanente, porque a discórdia entre a criança e o adulto nunca terá fim, irá sempre um pouco mais além” (Tonucci, 2019b, p. 86).

Hoje replicada em mais de duzentas cidades na Europa (sem ainda se ter registado adesão em Portugal) e na América Central e do Sul, membros da Rede Internacional d’ ‘A Cidade das Crianças’, criada em 1996, esta é para Tonucci uma “utopia concreta, uma utopia sustentável” (p. 180), dado consistir num projeto político integrado a cargo da administração pública, de um Presidente de Câmara, Vereadores e técnicos seriamente comprometidos com a mudança social e o bem-estar das crianças, e de todos os cidadãos. Um projeto que tem como face visível a consagração de Conselhos das crianças, onde expressam de “maneira livre e autêntica” (p. 91) os seus pontos de vista, “não tanto, ou não só, em relação aos problemas de puro interesse infantil, mas abrangendo todos os temas que dizem respeito à cidade” (p. 191).

Esta solução requer a reunião de condições necessárias a uma participação efetiva das crianças, como, sobretudo, obriga à consideração das suas opiniões pelos decisores políticos,

³¹ Sob o pseudónimo de Frato, Francesco Tonucci assina, em 1968, a sua primeira banda desenhada. Continua por largos anos a criar histórias aos quadrinhos, acompanhando o seu trabalho investigativo e de observação das crianças na cidade. As suas vinhetas são, pois, “denúncias, feitas a partir da ironia e, às vezes, da sátira, embora também constituam propostas claras e positivas; são como uma forma de abrir a comunicação a um vasto público, para além do mundo amiúde autorreferencial dos investigadores, e ainda um instrumento de formação decente” (Costa Rico, 2019, pp. 21-22).

devendo estes “encontrar formas adequadas de dar força às ideias” (p. 91), exigências e necessidades que expressam.

De facto, como adverte Tonucci numa entrevista concedida no ano de 2016: “Há muitos [presidentes de Câmara] que querem escutá-l[as] aparentemente, como forma de publicidade, para sair em fotos na imprensa. Nós renunciamos a todos esses dispositivos” (Ribeiro, 2016). No mesmo sentido, declarou Hart, em 1992: “As crianças são indubitavelmente os membros mais fotografados da sociedade e os menos escutados” (p. 9).

O conceituado psicopedagogo italiano, Tonucci, foi galardoado, em 2019, com o Prémio UNICEF Espanha Joaquín Ruiz-Giménez pelo contributo inestimável de uma vida e carreira de mais de 50 anos dedicada à defesa dos direitos da criança, centrada na valorização da participação das crianças nas administrações locais e no “estudo do pensamento e comportamento da criança no âmbito da família, da escola e da cidade, sempre ‘com olhos de criança’³²” (UNICEF Espanha, 2019).

2.1.1.3. As Cidades Amigas das Crianças

A nível internacional, a UNICEF e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) lançaram, em junho de 1996, na cidade de Istambul, a Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), conhecida como ‘A Cimeira da Cidade’. Nesta, “declarou-se que o bem-estar da criança é o principal indicador de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e da boa governação” (UNICEF, 2018a, p. 8).

Mais recentemente, na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Sustentável (Habitat III), realizada em Quito, em outubro de 2016, foi apresentada a ‘Carta das Crianças’, um documento elaborado com a participação de cem crianças de todo o mundo, sob coordenação da World Vision International, na Assembleia das Crianças, criada com o propósito de as ouvir.

A ‘Nova Agenda Urbana’, adotada na referida Conferência, pretende ser um guia para a definição e implementação de políticas e programas locais de planeamento urbano sustentável, até 2036, à luz da qual os Governos se comprometem a garantir o acesso

³² *Com Olhos de Criança* (no original, *Con Gli Occhi del Bambino*) é uma das obras emblemáticas de Tonucci, publicada, pela primeira vez, 1981.

equitativo a serviços essenciais e a “promover ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e protegidos” (ONU-Habitat, 2019, p. 13), particularmente atentos às necessidades, direitos e bem-estar das crianças.

No quadro da Iniciativa Cidades Amigas das Crianças, liderada pela UNICEF, desde 2000, entende-se por ‘Cidade Amiga da Criança’:

“cidade, vila, comunidade ou qualquer outro sistema administrativo local comprometido com a realização dos direitos da criança, conforme disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança. É uma cidade ou comunidade onde as vozes, necessidades, prioridades e direitos da criança são parte integrante das políticas, programas e decisões públicas. Assim, uma ‘Cidade Amiga da Criança’ é uma cidade para todos” (UNICEF, 2018a, p. 10, tradução própria).

A aplicação desta abordagem apoia-se nos quatro princípios fundamentais da Convenção, e compromete todos os níveis afetos à Administração Pública, assim como a rede de entidades parceiras, com a prática dos direitos da criança. Cabe, então, aos municípios reconhecidos como Cidade Amiga das Crianças assegurar resultados sustentáveis e progressivos para a melhoria da qualidade de vida das crianças.

Resultados esses que devem concentrar-se em cinco grandes objetivos de ação no território: a valorização e respeito da criança na comunidade, assegurando um tratamento justo e equitativo; a garantia de que a sua voz, necessidades e prioridades são atendidas e tidas em consideração na legislação, políticas públicas e orçamentais, programas e em todas decisões que as afetam; o acesso a serviços de qualidade nos cuidados de saúde, educação, justiça; a promoção de ambientes seguros e protetores para todas; e o compromisso de que tenham igual oportunidade de disfrutar da vida familiar, atividades culturais, recreativas e de lazer (cf. UNICEF, 2018a).

Integrar a perspetiva da criança, ou tê-la *como parâmetro*, lembrando Tonucci, parece ser, de facto, vital para a conceção, planeamento e construção de espaços urbanos inclusivos e democráticos. Deste entendimento, depreende-se que:

“O ambiente construído oferece oportunidades para que as cidades possam comprometer-se a respeitar os direitos das crianças. Por outro lado, quando um ambiente construído é disfuncional para as crianças, tal afeta a qualidade de vida de todos. As crianças podem ensinar-nos coisas essenciais. A sua interação diária na e com a vida urbana e o uso que fazem do espaço urbano representam todos os grupos vulneráveis numa comunidade, incluindo as pessoas com deficiência e os idosos” (UNICEF, 2018b, p. 27, tradução própria).

Com efeito, espaços onde a criança tem visibilidade, autonomia e liberdade e nos quais se prima pelo acesso a serviços básicos de proximidade à criança e à família, numa cidade que encerra vários ‘bairros’ (Figura 3), são cruciais. Em contraposição com o seu “afastamento do espaço público” (Sarmiento, 2015b, p. 44), remetido para as tradicionais ‘ilhas urbanas’ entre as quais deambula, em “espaços circunscritos, estruturados, controlados, homogêneos e avessos a qualquer tipo de risco” (Seixas et al., 2020, p. 137).

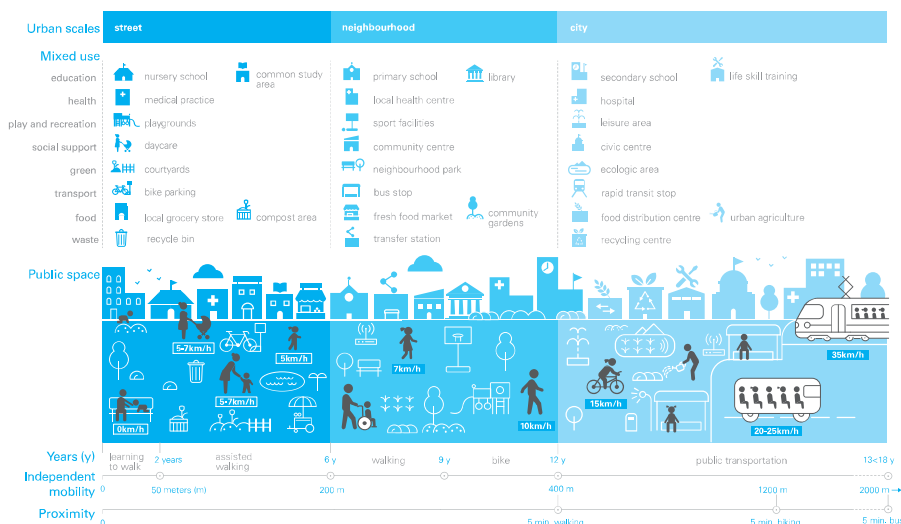


Figura 3. “Space and scale of urban childhoods”
 Fonte: UNICEF, 2018b, p. 28

Assim sendo, pensar, hoje, o planeamento urbano implica considerar que:

“A criança cresce nas escalas espaciais da casa, da rua, do bairro e da cidade. As escalas refletem o modelo socioecológico que os especialistas em desenvolvimento infantil usam para construir estratégias que garantam os direitos da criança. O acesso a serviços urbanos adequados deve ser ajustado de acordo com a idade da criança, as necessidades e os padrões diários do seu cuidador” (UNICEF, 2018b, p. 27, tradução própria).

2.1.2. Ambiente e interação social de qualidade: o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida

Pensar em lugares *das* e *para a* criança como espaços-tempos do seu bem-estar, desenhar cidades sustentáveis e inclusivas, de forma participada, ‘amigáveis’ para as crianças e suas famílias, gera uma necessidade de compreensão dos diferentes modos como o ambiente em que habitam e crescem as afeta de acordo com o seu estágio de desenvolvimento.

Nesta linha de sentido, reconhece o Conselho Nacional de Saúde (2018) que o meio ambiente, definido como “o conjunto de condições físicas, químicas, biológicas, sociais, culturais e económicas com as quais os seres humanos interagem” (p. 119), configura

“um importante determinante para muitas dimensões de saúde das crianças. O saneamento básico e a água potável, habitações e bairros seguros, espaços públicos limpos ou ar de boa qualidade afetam a saúde física e mental das crianças e assumem-se como dimensões importantes para o seu bem-estar e desenvolvimento saudável” (Conselho Nacional de Saúde, 2018, p. 119).

Percecionar o desenvolvimento da criança pressupõe, portanto, o estudo da relação entre “o meio ambiente e os distintos modos em que este influencia a saúde das crianças” (p. 119).

A Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1977, 1979) ilustra esta interação. Para o autor, o ser humano desenvolve-se de forma contextual, uma relação bidirecional entre pessoa e meio, resultante da:

“acomodação progressiva, ao longo da vida, entre um organismo humano em crescimento e o ambiente em mudança no qual ele vive e cresce. Este último inclui não apenas o contexto imediato, mas também os contextos sociais mais amplos, tanto formais como informais” (Bronfenbrenner, 1977, p. 513).

Com uma configuração idêntica à das *matrioskas*, a abordagem ecológica sustenta-se em quatro níveis de sistemas dinâmicos, interrelacionados e interdependentes. O primeiro, o microsistema, rege-se pelo estabelecimento de interações entre indivíduo e meio, nos cenários imediatos em que atua e participa, i.e., em casa, na escola, no local de trabalho. O segundo, o mesossistema, pauta-se pela formação de inter-relações entre aqueles cenários, consubstanciando-se num ‘sistema de microsistemas’. O terceiro, o exossistema, compreende a expansão do anterior, abarcando outras estruturas sociais formais e informais, como o bairro, a rede de transportes e demais infraestruturas, organismos públicos, que influenciam o indivíduo. O quarto e último, o macrossistema, caracteriza-se pelo predomínio de estruturas político-ideológicas, socioculturais, sistemas normativos e valorativos, que, dando significância à organização social, determinam todas as relações precedentes (cf. Bronfenbrenner, 1977, 1979; E. Diogo, 2018).

Em face do exposto, e sob a ótica da perspectiva ecológica, entende-se a criança como ser biopsicossocial (cf. M. J. Sarmiento, 2015b), como “parte inseparável do ambiente, atua sobre ele modificando-o e em contrapartida o ambiente em constante mutação também atua e muda[-a]” (E. Diogo, 2018, p. 63). À luz desta orientação, um processo de crescimento,

desenvolvimento e aprendizagem contínuos requer o encontro com uma pluralidade de atores, em diferentes espaços e tempos sociais. Há, ainda, que “contextualizar as discussões acerca do bem-estar infantil, compreendendo os constrangimentos e pressões estruturais, políticas e económicas na vida das crianças” (Morrow, 2008, p. 51, como referido em M. J. Sarmiento, 2015b, p. 37).

Ora, o ‘desenvolvimento harmonioso da personalidade’ da criança, ao qual alude o Preâmbulo da Convenção, depende largamente da “qualidade das interações que elas estabelecem com as pessoas importantes da sua vida, dentro e fora da família” (T. Almeida, 2020). Uma consideração que se revela decisiva nos primeiros anos de vida, dado “o que acontece durante esse período poder ter consequências, ao longo da vida, na saúde e no bem-estar das crianças” (Grande, 2020). A necessidade de assegurar que essas interações são positivas, estimulantes, recíprocas, previsíveis e estáveis justifica-se pelo impacto no desenvolvimento da arquitetura cerebral, uma vez que o estabelecimento das ligações neurais e a qualidade das conexões que se formam precocemente constituírem a base para as que se veem a formar (cf. T. Almeida, 2020).

Evidências científicas no campo da neurociência confirmam que durante os primeiros anos de vida “a criança encontra-se particularmente suscetível a influências externas, isto é, a experiências positivas e negativas que possam ter impacto no seu desenvolvimento global” (Grande, 2020). Tal expressa, por um lado, a importância de realizar intervenções precoces, centradas na criança e que promovam os recursos da família e da comunidade, mediante a “articulação entre o conhecimento da investigação no domínio da neurociência e na implementação de políticas e serviços” (Grande, 2020) a elas dirigidos. Por outro lado, atesta que o desenvolvimento na infância é o produto conjugado da “disposição genética ou biológica” (Grande, 2020), das condições dos contextos em que está inserida e da “qualidade das relações que nele[s] constrói (e destrói)” (Delgado, 2010b, p. 465, como referido em Diogo, 2018, p. 63).

Observações desta natureza remontam para a necessidade de desconstruir o conceito de ‘socialização’ de Durkheim, o qual acometia “as crianças para a condição de seres pré-sociais, assim tematizadas como objeto de um processo de inculcação de valores, normas de comportamento e de saberes úteis para o exercício futuro de práticas sociais pertinentes” (Sarmiento, 2005, p. 374), à luz da reconfiguração da infância e de um novo olhar sobre a criança, o seu processo de crescimento, construção de aprendizagens e desenvolvimento. Em

paralelo, orientam o debate para a superação de uma visão minorizante da criança, baseada em preposições adultocêntricas acerca do seu bem-estar e que dificultam conhecê-la ‘a partir de si própria’, nas suas práticas, culturas e interações (cf. Sarmento, 2015b). De facto, entendemo-las, hoje, como seres sociais ativos, com autonomia e identidade própria, valorizadas como ‘*beings and becomings*’ (cf. Castro, 2018).

M. Ferreira (2011), ao analisar o quotidiano de uma sala de jardim infantil numa pesquisa em que considera as culturas, ações e práticas lúdicas das crianças, aprecia, justamente, a “apropriação integrada e globalizada” (p. 247) que fazem do lugar. Nesta, constata os distintos modos como, individualmente ou em grupo, atribuem “outras significações simbólicas àquele espaço institucional” (p. 234), através de um contínuo exercício de ressignificação espaciotemporal, revelador da sua capacidade de agência, competência e criatividade. Observa, pois, como “influenciam as suas circunstâncias sociais de existência, são por elas influenciadas e podem ainda criar outras que alterem o próprio espaço social da infância” (p. 237). Desta moldura, o contexto adquire um “conteúdo que é simultaneamente social, relacional e histórico, onde se funda, reúne e une a identidade do lugar” (p. 235), a “identidade do grupo no/pelo tempo” (p. 235) e a identidade da criança.

O brincar merece, neste enquadramento, especial atenção. Consagrado no artigo 31.º da CDC como um direito alienável da criança, abarca a concretização do “direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística”. Assume, portanto, um carácter “fundamental para a qualidade da infância, para o direito das crianças a um desenvolvimento integral, para a promoção da resiliência e para a realização de outros direitos” (CRC/C/GC/17, de 17 de abril 2013, para. 8, p. 4, tradução própria), tal como defendido pelo Comité dos Direitos da Criança, no Comentário Geral n.º 17, sobre o direito da criança ao repouso, tempos livres, brincar, atividades recreativas, vida cultural e artística (2013).

Enquanto brinca, a criança conhece-se e explora o mundo em seu redor. Desenvolve competências cognitivas, pessoais e sociais que lhe permitem responder tanto aos desafios que cria, através do faz-de-conta, como aos que enfrenta e vivencia no meio social. Apropria-se e participa nas dinâmicas da vida sociocultural, ao mesmo tempo que se torna e assume como sujeito ativo perante a família – ou *famílias*, tendo em conta a diversidade de tipologias e modelos relacionais familiares contemporâneos –, a escola e a comunidade, as quais

desempenham um papel fulcral no seu processo de formação e socialização, presentes e futuros (cf. Fernandes & Tomás, 2014; T. Sarmiento & Silva, 2017).

2.1.3 A criança na família, na escola e na comunidade: uma relação de bem-estar?

É, desde logo, em ambiente de natureza familiar que a criança inicia o seu processo de formação e de socialização, assumindo a família, ao longo da vida, um estatuto de “permanente educadora” (Martins, Sarmiento, & Alves, 2019, p. 211). Porquanto cumpre socialmente um conjunto alargado de papéis vitais ao crescimento adequado da criança, desde o nascimento até à vida adulta, como são: as funções biológica ou reprodutora; económica, enquanto garante da satisfação das necessidades básicas; emocional e afetiva; educativa e cultural; e de proteção contra todas as formas de violência, intra e extrafamiliar (cf. J. Ferreira, 2016; Martins et al., 2019).

As responsabilidades da família são partilhadas com um leque de atores e instituições sociais, donde se destaca uma relação privilegiada, porque complementar, com a escola. Na verdade:

“A finalidade da escola não deve nunca ser esquecida: a aprendizagem das crianças. E esta aprendizagem não é apenas cognitiva. É também a da solidariedade, da responsabilidade, do sentido crítico, da criatividade, dos laços sociais. E todo este compósito de aprendizagens só é possível se à criança for proporcionado espaço de intervenção, naturalmente de acordo com as características da sua faixa etária” (P. Silva, 2009, p. 37).

Consequentemente, na “relação escola-família, *a criança constitui um ator social*. E, enquanto tal, o seu papel não deve – não pode – ser ignorado”, até porque “é *por* ela e *para* ela que a relação existe, mas também *com* ela” (P. Silva, 2009, p. 39).

Também o papel da comunidade não pode ser desconsiderado nesta relação, podendo, em boa hora, falar-se de uma ‘relação escola-família-comunidade’. Esta proposição transpõe a diversidade de atores, uns mais centrais do que outros, que interagem, direta e indiretamente, com a criança, e “por quem, para quem e com quem ela se realiza” (p. 19). Não se circunscrevendo, por isso, à interação entre família e educadores/professores, impele à consideração da comunidade como um todo:

“associações de pais (ator diferente dos pais em si), os auxiliares de ação educativa, as autarquias, os ATL, as organizações locais com uma relação privilegiado com a escola

(centros recreativos e culturais, empresas, bibliotecas, centros de saúde, clubes desportivos...), as amas, os explicadores, as próprias comunidades...” (P. Silva, 2009, p. 19).

Esta abertura à comunidade obriga a uma tentativa de definição do conceito, de natureza polissémica. Segundo P. Silva (2009) há, contudo, unanimidade entre autores ao existir um consenso entre três componentes-chave: unidade territorial, sistema de valores e relações sociais. Em concreto, a comunidade pode afigurar-se como:

“uma área da vida social que se singulariza pela adesão que mantêm os seus integrantes, com um sentido de pertença que não se entende sem a presença de níveis mínimos de solidariedade e de intercâmbio de significados, características psicológicas e culturais” (Caride-Gomez, Freitas, & Callegas, 2007, p. 132, como referido em M. J. Sarmento et al., 2020, p. 77).

A Psicologia Comunitária chama a atenção para a centralidade do conceito de *Sentimento Psicológico de Comunidade* (SPC), iniciado por Sarason (1974), que o descreveu como: “o sentimento de que fazemos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974, p. 1, como referido em Elvas & Moniz, 2010, p.452). Uma década mais tarde, McMillan & Chavis (1986) incorporaram na análise quatro elementos constitutivos do termo: (i) *‘fazer parte de’*; (ii) *‘influência’*; (iii) *‘integração e satisfação de necessidades’*; (iv) *‘partilha de ligações emocionais’* (cf. Elvas & Moniz, 2010).

As investigações conduzidas neste campo atestam o seguinte: quanto maior for o sentimento de comunidade, maiores serão os benefícios quer a título individual, quer a título coletivo. Donde se traduzem tanto num aumento de bem-estar, qualidade e satisfação de vida pessoal; num forte sentido de justiça social; proteção e segurança, referentes a “um baixo índice de doenças mentais, suicídios, abusos sexuais de crianças, diminuição da criminalidade, melhor qualidade ambiental nos bairros e fortalecimento das pessoas” (Elvas & Moniz, 2010, p. 452). Como, igualmente, numa “maior colaboração e força comunitária, maior mobilização da comunidade para as soluções dos seus problemas comuns” (p. 462), no fundo, maior “participação em torno da mudança social” (p. 451).

Assente nesta visão, na Psicologia Comunitária, o peso da dimensão comunitária, estudado mediante ponderação do sentimento psicológico de comunidade, e os efeitos gerados no desenvolvimento e bem-estar da criança são sobejamente enaltecidos. Não só pelo “reconhecimento da comunidade como um contexto privilegiado para a interação e

desenvolvimento das crianças” do qual “decorre o interesse crescente no estudo dos impactos do contexto urbano em crianças, jovens e as suas famílias” (Ornelas & Moniz, 2007, p. 156), que vêm a ser trabalhados neste capítulo. Como também, pela clara assunção de que “as comunidades menos coesas e organizadas são talvez os ambientes menos adequados para proporcionar o desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens” (Ornelas & Moniz, 2007, p. 156). Neste domínio, algumas pesquisas enfatizam, ainda, o papel da comunidade e a importância de se adotarem medidas comunitárias para a prevenção de todas as formas de violência contra as crianças, aclamando que:

“será (...) característica de um bom programa de prevenção aquele que procura envolver outros atores no processo de prevenção: os familiares, os professores, os auxiliares e outras pessoas da comunidade, como maior ou menor contacto direto com crianças. Só assim, podemos ambicionar criar contextos mais seguros e livres de ASC [abusos sexuais de crianças] para todos” (Maria & Ornelas, 2010, p. 428).

2.1.4. Que fatores para comunidades seguras, protetoras e inclusivas?

Para informar a discussão olha-se para os contributos do *Kids in Communities Study* (KiCS) (Estudo das Crianças nas Comunidades, na tradução portuguesa), financiado pelo *Australian Research Center* (ARC), e que contou com o apoio de um conjunto de Universidades na Austrália, Canadá e EUA e de um leque de entidades governamentais e não governamentais australianas. Conduzido após uma fase piloto em 2010, foi aplicado em 25 comunidades na Austrália de distintas condições socioeconómicas, entre 2015 e 2017, a partir de um levantamento e análise de dados do *Australian Early Development Census* (AEDC), entrevistas e grupos focais, esperando-se, agora, que possa ser ampliado e testado, com base no manual produzido (*KICS FCF Manual*, sob consulta) (cf. Goldfeld et al., 2018).

Da revisão de literatura, tomaram os investigadores em consideração duas ordens de razões: uma que, de seu lado, evidenciava que crianças que vivam em comunidades vulneráveis, marcadas pela ausência de recursos e de oportunidades, iniciam o seu percurso escolar numa ‘trajetória de desvantagem’, porquanto apresentam um nível de vulnerabilidade de desenvolvimento três vezes maior do que crianças que vivam em contextos socioeconómicos menos vulneráveis (18,4% vs. 6,7%). Donde, uma vez instalada essa trajetória, ela tende a persistir ao longo da vida da criança e entre gerações. Outra que, por seu turno, sublinhava que, mesmo em comunidades vulneráveis, existem fatores promotores de um desenvolvimento saudável das crianças, sobretudo durante a primeira

infância, de que é exemplo o envolvimento ativo das famílias na comunidade, a prevalência de organizações comunitárias ativas e de bairros seguros, com espaços de lazer e locais para as crianças brincarem (cf. Goldfeld, Gilles-Corti, et al., 2018; Goldfeld & Villanueva, 2017).

Do estado da arte, constataram, ainda, a prevalência de linhas investigativas fundamentalmente centradas em ambientes familiares e escolares, em detrimento de outras especialmente atentas aos chamados ‘efeitos de vizinhança’, i.e., à influência dos fatores de nível comunitário no desenvolvimento dos primeiros anos de vida. Com esta investigação, propuseram-se a colmatar essa lacuna (cf. Goldfeld & Villanueva, 2017).

O *KiCs* partiu, então, da seguinte pergunta: ‘Podem as comunidades fazer a diferença no desenvolvimento das crianças durante os primeiros anos de vida?’ (Goldfeld & Villanueva, 2017, tradução própria). Assente numa visão ecológica do desenvolvimento da criança, assumiu como premissa que a prestação de cuidados de saúde materno-infantis de qualidade acoplados a ambientes estimulantes e positivos desde os primeiros anos de vida são fundantes para um crescimento saudável ao longo da vida. Logo convocando à compreensão do impacto de fatores vários, a diferentes escalas de influência, no desenvolvimento e bem-estar da criança (cf. Goldfeld, Gilles-Corti, et al., 2018; Goldfeld, Villanueva, et al., 2018).

Tinha, assim, por objetivo identificar que fatores presentes numa comunidade contribuem de forma significativa para uma infância de qualidade. Mais ainda, determinar quais, entre estes, são mensuráveis e passíveis de modificação para assegurar um desenvolvimento saudável para todas as crianças, em todas as comunidades. Visavam, nesta medida, contribuir para a conceção e implementação de políticas e programas mais eficazes na promoção do desenvolvimento das crianças ao nível da comunidade, mormente informando a definição de políticas públicas e sociais, nas áreas do planeamento urbano e de serviços de saúde. Através da construção de indicadores e medidas, esperavam dotar as comunidades, autoridades locais e demais agentes com ferramentas capazes de promover políticas e programas locais adequadas às necessidades de desenvolvimento das crianças nas suas comunidades (cf. Goldfeld, Villanueva, et al., 2018).

Recorrendo a uma metodologia mista, identificaram uma série de fatores de dimensão comunitária com influência no desenvolvimento da criança, em cinco domínios/ambientes: físico, social, dos serviços, de governança e socioeconómico. Daqui resultou o seguinte constructo conceptual (Figura 4):

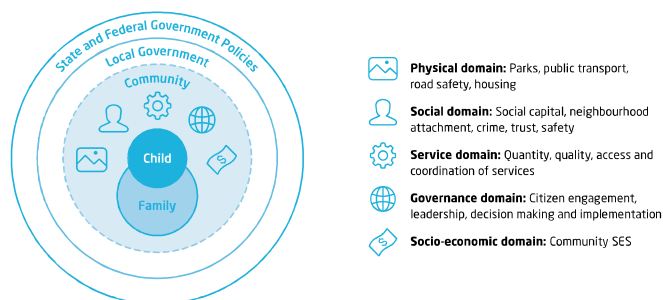


Figura 4. “The Kids in Communities Study conceptual framework”
 Fonte: Goldfeld et al., 2018, p. 2

À luz deste, arquitetaram um portfólio de ‘Fatores Comunitários Fundamentais’ (*Foundational Community Factors, FCFs*), percebidos como estruturantes para as comunidades que se querem promotoras de um desenvolvimento saudável e de bem-estar das crianças que nelas crescem e habitam (Tabela 1).

Tabela 1. “The list of FCFS”

Differentiating Foundational Community Factor - What KiCS found differentiates disadvantaged local communities doing well or poorly on ECD		
1	Income ^a	Median household income ^a and degree of economic diversity ² is greater in disadvantaged areas doing well on ECD
2	Highest level of schooling ^a	There is a higher proportion of the population that have completed Year 12 or equivalent ³ in disadvantaged areas doing well on ECD
3	Gentrification	Relatively higher income (but still disadvantaged) families are moving into disadvantaged areas doing well on ECD, resulting in the displacement of more disadvantaged groups ²
4	Housing affordability	Housing is perceived as more affordable in disadvantaged areas doing well on ECD ²
5	Housing tenure (stability) ^a	There is a lower proportion of renters compared to private home owners in disadvantaged areas doing well ¹
6	Public housing ^a	There is a lower proportion of public renters ¹ and less perceived presence of public housing ² in disadvantaged areas doing well on ECD
7	Housing density ^a	There is a lower proportion of high rise (three or more storeys) ¹ and perceived fewer high rise density dwellings (vs low rise housing developments) ² in disadvantaged areas doing well on ECD
8	Stigma	Negative reputation of a local community ² is less in disadvantaged areas doing well on ECD
9	Perceived primary school reputation	Perceptions of primary school quality were better in disadvantaged areas doing well on ECD ²
10	Perceived Early Childhood Education and Care (ECEC) availability	There was more perceived Early Childhood Education and Care (ECEC) service availability in disadvantaged areas doing well on ECD ²
11	Perceived crime	There was less perceived crime in disadvantaged areas doing well on ECD ²
12	Historical events	The response of leaders to events that bring local community members together ² is greater in disadvantaged areas doing well ²
13	Local decision-making	As a result of local decision-making, ‘novel approaches’ or locally tailored initiatives or solutions (including any with a focus on social capital) have been developed in the community doing well ²
Important Foundational Community Factor - What KiCS found is important for communities ²		
14	Physical access to services	Reported instances of ability to get to services
15	Walkability	Perceived walkability to facilities and services was seen as important for physical access
16	Public transport availability	Perceived presence of/access to public transport was seen as important for easy access within the suburb
17	Traffic exposure	Being away from traffic within the suburb is an important factor for children being safe
18	Public open space - availability and quality	Having parks in the suburb was seen as important for young children and families. Having good quality parks was seen as important for use, play and social interaction
19	Facilities - availability and diversity	Having a range of family-friendly destinations and activities is important for young families and children
20	ECEC cost	Perceived affordability of ECEC is considered important and affects use
21	Leadership	The presence of local champions, leaders and boundary spanners driving local governance
Encouraging Important FCF - Analysis incomplete ²		
22	Service Co-ordination	Co-ordination of services in a local community
23	Sense of community	Reported strong neighbourhood attachment or sense of belonging and pride in being connected to a local community
24	Natural environments	Natural spaces are seen as important for young families

¹Quantitative; ²Qualitative; ^arelated to Public housing; ³indicator; ECD: Early childhood development

Fonte: Goldfeld et al., 2018, p. 7

Entenderam, assim, os autores tanto a possibilidade de diferenciar os elementos que promovem ou obstam o desenvolvimento durante os primeiros anos de vida. Como, igualmente, servir de instrumento para a tomada de decisões e intervenções que, ultrapassando a esfera individual, têm por visão uma resposta ao nível mais amplo da comunidade e com um horizonte temporal alargado, com o potencial de beneficiar um maior número de crianças e famílias. Em suma, esta matriz aponta o caminho para melhor direcionar investimentos no desenvolvimento da primeira infância. Fomenta o mapeamento de recursos e oportunidades na comunidade a ser mobilizados, bem como ilustra áreas de especial preocupação a ter em consideração aquando da definição de iniciativas locais, conforme indica o manual de apoio ao *KiCS* (cf. Goldfeld, Villanueva, et al., 2018).

Reduzir vulnerabilidades no processo de desenvolvimento das crianças e potenciar trajetórias positivas e estimulantes desde os primeiros anos de vida deve, pois, constituir um objetivo político expresso da Administração Pública, designadamente da Administração Local, conclui a equipa de investigação (cf. Goldfeld, Villanueva, et al., 2018).

2.2. Centralidade da Criança nas Políticas Locais: Que (In)Visibilidade?

A atuação do poder local, em Portugal, com vista à promoção dos direitos e bem-estar de cada cidadão, de cada criança e família, em particular, e da comunidade, em geral, tem vindo a transformar-se ao longo dos últimos vinte anos, no seio da discussão política inerente à questão da centralização e descentralização³³.

Para Tavares et al. (2018), a alteração da intervenção dos municípios verifica-se no acréscimo de competências e responsabilidades que, então, encerram³⁴ e na assunção da “coordenação dos múltiplos agentes envolvidos no desenho, adoção, implementação e avaliação de políticas públicas e na prestação de serviços públicos direcionados para as necessidades e realidades locais” (p. 15), que dão corpo ao processo de ‘governança local’³⁵.

³³ “Descentralização: processo de transferência de competências, hoje exercidas pelo Estado central, para as autarquias. Debatido ao longo do tempo, é um dos temas mais relevantes na ciência política contemporânea e nas políticas públicas, essencial para a revisão do papel dos governos de proximidade e para a reforma da administração local em Portugal” (Teles, 2021, p. 2).

³⁴ Integram, hoje, o vasto leque de competências e responsabilidades atribuídas aos municípios, em Portugal os: “[s]erviços de interesse geral, proteção civil, desenvolvimento económico, transportes, mobilidade, proteção ambiental, saneamento, gestão de resíduos, florestas, praias, infraestruturas rodoviárias, habitação, apoio social, gestão e planeamento urbano, saúde, educação” (Teles, 2021, p. 16).

³⁵ O processo de governança local pode definir-se como aquele que “engloba múltiplos atores, em primeira linha os eleitos locais, dirigentes e funcionários, mas também organizações do setor público e do setor privado

Uma das razões que justifica a utilização deste novo conceito, prende-se, justamente, com a crescente complexificação, transversalidade e emergência dos problemas locais, exigindo, cada vez mais, a sua resolução “uma coordenação horizontal (*e.g.* entre os municípios de uma região) e uma coordenação vertical (entre diferentes níveis do governo, particularmente municipal, regional, nacional e supranacional)” (p. 15).

Denuncia Teles (2021), todavia, que “[a]inda que as competências dos municípios em Portugal sejam muito significativas e que os programas de delegação mais recentes as tenham reforçado” (p. 16), o grau de descentralização do país é diminuto. A tal ponto que “[a] desproporção entre a administração local e a administração central apenas encontra paralelo na Europa em raras situações, quer seja medida em termos de despesa pública, número total de trabalhadores, investimento ou receitas” (p. 16).

Em igual sentido crítico, Tavares et al. fazem notar que os esforços para reforçar o papel das autarquias “nem sempre foi acompanhado por um nível adequado de autonomia, capacitação institucional e de disponibilização de recursos financeiros adequados para fazer face a essas novas exigências da governação” (Tavares et al., 2018, p. 15). Pese embora haja evidências a demonstrar que a um maior nível de autogoverno local correspondem “melhores resultados em termos de qualidade da democracia e da governação local” (Teles, 2021, p. 26).

A par destas limitações, J. Ferreira (2016) assinala que o modelo de atuação do Estado não tem privilegiado um modelo de tipo *bottom-up*, sendo este aquele que “mais se relaciona com a intervenção do cidadão e das comunidades locais na promoção de uma cidadania ativa” (p. 238). Em contraponto, tanto o envolvimento dos cidadãos na implantação de medidas de política territorialmente adequadas, como a apreciação da “proximidade como indicador de maior sucesso” (p. 245), têm sido relegados para um segundo plano. Continuando a atribuir-se “aos parceiros sociais e comunitários uma participação supletiva e complementar o que enfraquece a participação e tomada de decisão dos atores e agentes sociais (individuais e institucionais) da sociedade civil” (p. 238).

Vieira & Ferreira (2019) alertam para o facto de esta realidade, quando transposta para a atuação e relação institucional com os jovens, nomeadamente à escala municipal, teimar em excluí-los de uma participação ativa no desenho, monitorização e avaliação de medidas

e atores da sociedade civil, bem como as tradições, regras e instituições que enquadram as complexas interações entre esses atores” (Tavares et al., 2018, p. 16).

de política, deixando estas de cumprir a função de responder aos distintos contextos sociais da vida quotidiana desta população-alvo³⁶.

Desta feita, incorrendo o risco de as políticas de juventude³⁷ se configuraram a partir de um olhar fragmentado e parcelar, com

“um foco adultocêntrico, generalista, estereotipado e desenraizado das realidades sobre as quais procuram agir, com pouca adesão às realidades vividas e experienciadas pelos sujeitos que a elas se sujeitam e são assujeitados, podendo vir a acarretar efeitos perversos e não previstos” (Vieira & Ferreira, 2019, p. 24).

A informar estes condicionantes, T. Ferreira, Marinho, Vieira, & Ferreira (2019) ilustram, com base nos resultados principais do *Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude*, aplicado em 308 municípios, entre novembro de 2017 e março de 2018, quer a organização interna, quer as formas de intervenção das autarquias portuguesas na área da juventude. Este mapeamento permite-lhes identificar a prioridade que é dada aos jovens a nível local. Constatam, desde logo, quanto ao modelo de governança municipal, que:

“Cerca de 1/4 dos municípios portugueses não tem, na sua estrutura, uma unidade orgânica (UO) dedicada à intervenção na área da juventude, mas unidades orgânicas dedicadas à juventude em articulação com outros domínios de intervenção – educação, desporto, ou ação social, entre outros” (T. Ferreira et al., 2019, p. 4).

Em consequência, observam que o grupo minoritário de municípios que apresenta um gabinete, departamento ou divisão exclusivamente dedicado aos jovens e direcionado para esta área de intervenção (12%) está sobre representado no litoral do país, tendo particular incidência nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (66,7%) e do Porto (37,5%), como mostra a Figura 5.

No mesmo âmbito da estrutura de intervenção municipal, verificam a afetação de recursos humanos e financeiros. Denotam, por um lado, que grande parte das autarquias tem até seis recursos humanos adstritos à intervenção na área da juventude, um resultado que

³⁶ A obra a que se aponta dá conta dos “resultados do Estudo ‘Juventude(s): do Local ao Nacional – que intervenção?’ constante do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 20 de Novembro de 2017, e que teve por objeto o apoio à realização de um estudo visando o levantamento exaustivo e integral, para a totalidade dos municípios portugueses, de elementos referentes às políticas municipais de Juventude” (Vieira & Ferreira, 2019, p. 7).

³⁷ De acordo com o estipulado no Plano Nacional para a Juventude (PNJ), aprovado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro, as políticas públicas de juventude são direcionadas à população portuguesa com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos.

decrece de forma expressiva se considerado o número de profissionais que a ela se dedica especificamente. E ainda, que quase metade destes não possui formação específica na área (45,1%). Comprovam, por outro, que a “maioria dos municípios respondentes (59,4%) não dispõe de um orçamento específico” (p. 6), gerindo, inclusive, “orçamentos limitados no que diz respeito à intervenção” (p. 11) neste domínio.

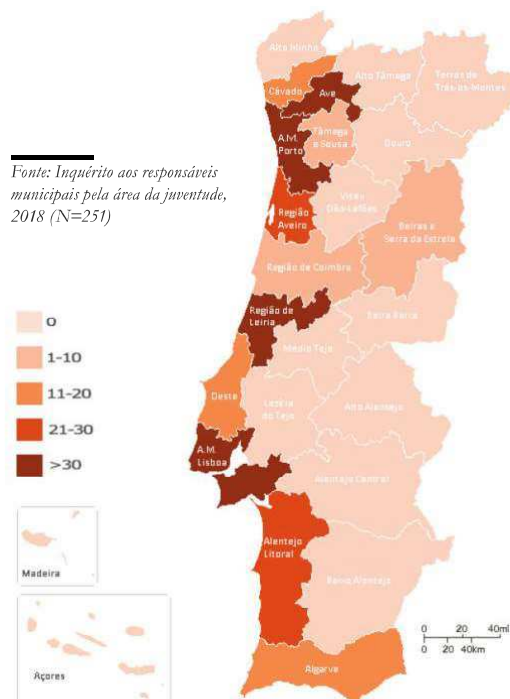


Figura 5. “Unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)”
 Fonte: T. Ferreira et al., 2019, p. 5

Da análise diagnóstica das formas de intervenção praticadas a nível municipal sobressai a ausência de uma “política definida para a área da juventude, e instrumentos como o Plano Municipal de Juventude e o Conselho Municipal de Juventude [que] em muitos casos não se encontram estabelecidos” (p. 11). Concluindo os autores que o racional para a não utilização destas ferramentas pauta-se “mais pela agenda política do município, na qual a área da juventude não surge definida como prioritária, do que pela proporção de jovens existentes no município” (T. Ferreira et al., 2019, p. 11).

Numa entrevista concedida por M. J. Sarmiento (2018b), o autor pronuncia-se, justamente, sobre a prevalência de uma “tensão entre visibilidade e invisibilidade” das crianças na sociedade contemporânea. Se, de um lado, constituem figuras altamente mediatizadas, de outro, no plano político, não lhes é atribuída verdadeira centralidade, ignorando-se as vantagens da auscultação e participação da criança aquando da construção

de políticas públicas, bem como da sua capacidade de influência na tomada de decisões em assuntos que lhes dizem respeito.

A este propósito, veja-se a Figura 6, a qual explana, à luz da escada da participação de Hart (1992), um largo espetro que varia entre a não participação, a participação simbólica e a participação ativa e efetiva da criança.

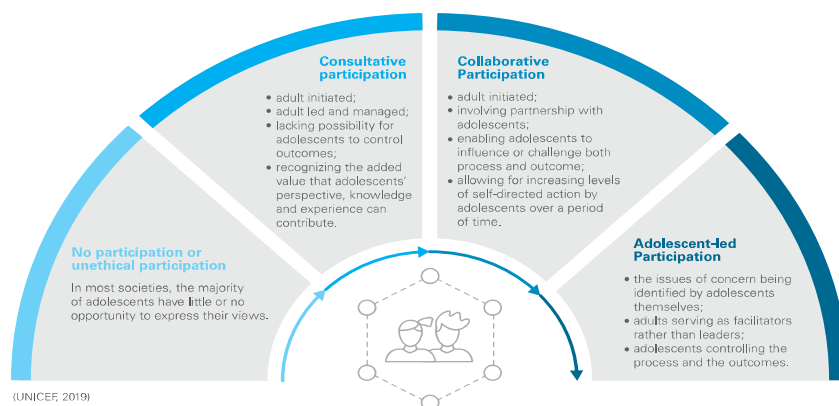


Figura 6. “Modes of participation”
Fonte: UNICEF, 2020, p. 11

Segundo defende M. J. Sarmiento (2018b, 2019b) é, à escala municipal, ao nível das ‘políticas de proximidade’ que melhor se compreende e assegura a participação da criança, dado ser aí que a sua ação política se tem vindo a consolidar com maior expressividade.

Em face do exposto, existem, hoje, um conjunto diverso de instrumentos e plataformas nos quais a criança pode dar corpo à sua opinião, não se verificando, contudo, uma disponibilidade e difusão homogêneas destas ferramentas no território nacional, como acima evidenciado. Prevalece, assim, a visão de que:

“As crianças são mais consideradas como destinatárias das políticas públicas e muito menos como sujeitos dessas políticas públicas. No entanto as crianças têm opiniões e posições, e essas posições e opiniões são relevantes, para o que se passa, por exemplo, na escola ou na cidade” (M. J. Sarmiento, 2018b, p. 11).

De facto, denota-se a necessidade de o poder local trabalhar para o reconhecimento e presença efetiva da criança num espaço-tempo público, democrático e inclusivo, que (re)constrói e para o qual contribui (cf. Trevisan, 2016). Parece, pois, ser “fundamentalmente, no plano local que as estratégias condutoras de ações integradas, multissetoriais e focadas na promoção do bem-estar e direitos das crianças têm mais sentido e capacidade de eficácia” (M. J. Sarmiento, 2019b, pp. 4–5).

CAPÍTULO 3. FUNDAMENTOS PARA O BEM-ESTAR DA CRIANÇA: UMA COMUNIDADE COMPROMETIDA?

A pesquisa no campo do Serviço Social, entendido como ciência aplicada, tem demonstrado uma tendência de focalização na produção de conhecimento teórico e procura de boas práticas sobre os modos de formulação, implementação e avaliação da política pública e social. Demonstra, sobretudo, uma preocupação com a configuração e a operacionalização de políticas e programas, projetos e outras respostas sociais dirigidas a indivíduos e a grupos como crianças, jovens e famílias (cf. Carvalho, 2020; Ruffolo, Thoburn, & Allen-Meares, 2009), destacando-se de entre as temáticas mais estudadas a “comunidade” e as “crianças” (Carvalho, 2020, p. 3). O que no contexto de uma “área do conhecimento e uma prática teórica, disciplinarmente orientada e teoricamente informada” (Carvalho, 2020, p. 1) como o Serviço Social, comprometido com princípios de direitos humanos, a justiça e a coesão sociais, “pode gerar mais desenvolvimentos em teoria, política e práticas” (Carvalho, 2020, p. 1) que respeitem e promovam a dignidade da pessoa humana e o bem-estar individual, comunitário e social. Não fossem estas linhas investigativas, “ensaiando formas de dar sentido às práticas e de produzir novos saberes” (Amaro, 2015, p. 265), expressão da “vontade de alcançar resultados suscetíveis de conduzir à ação, de melhorar a situação em que se encontra um indivíduo ou grupo vulnerável” (Branco, 2008, p. 59).

Deste racional, busca-se, aqui, fundamentalmente, traçar linhas de sentido sobre o usufruto dos direitos da criança, e o respeito, proteção e cumprimento dos mesmos por uma pluralidade de atores políticos e sociocomunitários a eles obrigados, a partir dos quadrantes teóricos visitados nos dois anteriores capítulos. Procedendo-se, neste, num primeiro ponto, à explanação do desenho metodológico adotado, necessário à construção do percurso analítico percorrido. E, num segundo, à apresentação e discussão dos resultados obtidos em conformidade com os parâmetros que orientaram a pesquisa.

3.1. Desenho Metodológico

Tendo a presente investigação como objeto de estudo os direitos humanos da criança nos termos da Convenção, como abordagem para a (re)estruturação de políticas, processos

e práticas articuladas entre si ao nível nacional e local, em contexto de cidades e comunidades *das e para a criança*, considerou-se como seu objetivo central produzir um exercício reflexivo sobre os fatores que distam a teoria da prática dos direitos no quadro dos contornos atuais de vida das crianças e suas famílias.

Nestes termos, optou-se por uma estratégia metodológica qualitativa, sendo esta “particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida” (Flick, 2005, p. 2). Parece, de facto, essencial atender-se à multiplicidade, e não de somenos importância, à qualidade das interações que a criança estabelece com um conjunto alargado de atores sociais, em diferentes meios, e o papel central ou marginal que estes desempenham no seu desenvolvimento, ora potenciando-o, ora condicionando-o (cf. T. Almeida, 2020; P. Silva, 2009).

Segundo Rey (2005), na investigação qualitativa, o problema constitui “a primeira representação sistêmica desenvolvida pelo pesquisador do que deseja estudar e a qual permite (...) a aproximação com a pesquisa” (p. 90). Entendendo o autor que o momento da definição inicial tem uma função metodológica orientadora do processo de organização, e a qual “envolve, associado à leitura e à reflexão, uma imersão no campo” (p. 92). A pesquisa, aqui, encetada partiu da consulta a uma diversidade de fontes, recorrendo-se a relatórios e estudos com dados sobre a realidade das crianças e suas famílias, no panorama local, nacional, regional e internacional; legislação e instrumentos normativos nacionais, bem como diretrizes comunitárias e internacionais relevantes em matéria de direitos da criança; e, ainda, documentação temática de suporte à pesquisa empírica, tendo em conta as dimensões de análise. Em complemento ao acervo de informação reunida, realizou-se uma incursão informal no campo, mediante conversas exploratórias a técnicos e quadros superiores com conhecimento privilegiado e intervenção junto de crianças e jovens, que revelaram significações essenciais à compreensão das condições sociais de vida contemporânea das crianças e o papel de diferentes atores sociais e ambientes comunitários na defesa e promoção dos seus direitos.

Este trabalho investigativo em *continuum* é ilustrativo do processo de aprofundamento do fenómeno em estudo, tendo conduzido à delimitação progressiva do problema da pesquisa. Problema esse, que foi sendo enriquecido com novas interrogações fruto do percurso metodológico, e, por isso, “susceptível de modificação no curso do processo” (Rey, 2005, p. 87). Daqui transparece que o “problema de fato evolui na medida em que o processo

de pesquisa avança, e em que o modelo oriundo desse processo se organiza, permitindo o trânsito do pesquisador por representações muito mais complexas” (Rey, 2005, p. 91). De salientar que, neste caso em concreto, estabeleceu-se uma relação dialética entre a literatura e a empiria, onde as várias etapas da pesquisa, ainda que interligadas entre si, não expressam uma linearidade determinista. Ou seja, não se primou pela “representação de momentos analíticos separados, mas sim por um sistema de pensamento, cujos momentos distintos se afetam de forma recíproca” (Rey, 2005, p. 93). E, tal característica, inerente a uma investigação de natureza qualitativa, exigiu “muito maior atenção” (Flick, 2005, p. 41), visto esta circularidade impor um exercício de questionamento da realidade social observada a partir do esquema conceptual traçado.

Nesta dissertação, de entre as principais estratégias de investigação utilizadas para dar resposta às questões de investigação, adotou-se uma estratégia indutiva. Na sua “forma ‘pura’”, inicia-se pela coleta e análise de dados, seguida do estabelecimento de generalizações explicativas das relações encontradas no mundo social (cf. Blaikie, 2000). De todo o modo, entende Blaikie (2000) a necessidade de ajustar às pesquisas efetuadas no campo das ciências sociais, propondo que a seleção de conceitos e a identificação de pistas teóricas anteceda a fase de recolha de dados, servindo-lhe de orientação. Foi, pois, com base nesta ótica que se procedeu à exploração do material empírico coletado, contrariando os requisitos originais da estratégia indutiva de investigação. Considerou-se ser esta a forma mais adequada de ir ao encontro do propósito deste estudo: perceber o fosso que separa a teoria da prática dos direitos da criança na sociedade contemporânea portuguesa.

Ora, valorizando-se, a descoberta de homogeneidades e heterogeneidades na observação do real, prosseguiu-se, neste trabalho, com a escolha da entrevista semiestruturada como procedimento de estudo. Caminhou-se no sentido da construção de um guião com “perguntas mais ou menos abertas” (Flick, 2005, p. 94), em que se esperava que os entrevistados pudessem responder “livremente a essas perguntas” (Flick, 2005, p. 94). Como tal, e ainda que se tenha mantida a estrutura definida *a priori*, a formulação exata das perguntas nem sempre seguiu uma forma predeterminada. Tal proporcionou, por um lado, a criação de novas formulações resultantes da interação entrevistador-entrevistado e, por outro, a verificação de regularidades e especificidades alinhadas com os objetivos da investigação. Como vantagem desta conduta destacou-se particularmente a obtenção de “afirmações

concretas” (Flick, 2005, p. 95) sobre o tema em discussão, a possibilidade de se clarificarem os discursos obtidos e a inclusão de tópicos inicialmente não considerados. Tendo-se revelado pertinentes para a compreensão do objeto de estudo, não ficarem fora da explicitação, uma atuação que veio a dar frutos aquando do tratamento da informação.

Entendeu-se com este fito que a inclusão de contribuições discursivas de atores sociais diferenciados permitiria uma visão também ela diferenciada, e mais completa, da problemática em análise, fruto das distintas lógicas de atuação e do conhecimento de base científico, pelo que se adotou a “entrevista a especialistas como uma forma específica de entrevista semiestruturada” (Flick, 2005, p. 92). Nesta, reside a particularidade de o “campo de atividade” (Flick, 2005, p. 92) suplantar o interesse colocado sob os inquiridos como pessoa, tendo-se, pois, decidido genericamente orientar a sua seleção com base na categoria profissional e área de intervenção.

Dada esta resolução, não se esperava que a amostra, composta por doze “pessoas específicas” (Flick, 2005, p. 66), fosse representativa, porquanto a sua seleção não foi “garantida nem pelo método aleatório nem pela estratificação” (Flick, 2005, p. 66). Antes, focou-se no “seu nível (esperado) de gerarem novas ideias para a elaboração da teoria” (Flick, 2005, p. 66), que serve de referência para o enriquecimento do debate em torno da defesa e promoção dos direitos da criança na vida comunitária contemporânea. A escolha dos entrevistados obedeceu, por isso, a uma estratégia gradual de amostragem, onde as decisões sobre a recolha e análise dos dados foram ponderadas ao longo do processo de maturação da investigação segundo o princípio da amostragem teórica, aqui justificado pela incidência de “critérios concretos relacionados com o assunto, em vez de utilizar critérios metodológicos abstratos” (Flick, 2005, p. 69).

De facto, teve-se em conta a categoria profissional e área de intervenção dos inquiridos como critério delimitador de seleção, subordinado aos seguintes âmbitos: responsabilidade na área da política pública e social, em domínios relativos à promoção dos direitos da criança, trabalhando na adequação de respostas sociais destinadas às crianças e suas famílias, no plano nacional e local; personalidades com notório trabalho investigativo e colaboração científica em projetos de relevância nacional no campo de temáticas específicas ligadas aos direitos da criança; representantes com ação em organizações, estruturas e programas de intervenção em matéria de infância e juventude, cuja obra e práticas, orientadas pelos direitos da criança, influenciam decisores políticos e sociedade civil no sentido de uma maior

consciencialização e reconhecimento dos mesmos. Este racional foi, ainda, completado pela ponderação de determinados atributos, alinhados com a pertinência para a pesquisa: o grau de notoriedade pública das organizações e iniciativas, bem como a unicidade de alguns projetos, e a sua incidência sobre dimensões particulares do bem-estar da criança, designadamente: o contexto e qualidade das relações familiares e comunitárias; saúde materno-infantil; importância da educação formal, não formal e informal, desde os primeiros anos de vida; proteção contra todas as formas de violência e combate às privações; existência de mecanismos e grau de participação da criança no espaço e tempo públicos; oferta e livre envolvimento em atividades culturais e artísticas (Bastos et al., 2008; Wall et al., 2015). Assume-se, a concluir, que a amostra selecionada, não sendo nem estratificada nem proporcional, é diversificada na medida em que tentou incluir elementos de todos os âmbitos aqui definidos.

Deste desenho, derivaram dois perfis de análise de entrevistado, agrupados num segmento A e num B, totalizando o primeiro, assente na responsabilidade política, quatro entrevistados (Tabela 2), e o segundo, mais heterógeno, oito (Tabela 3).

Tabela 2. Perfil dos Entrevistados - Grupo A

Grupo A		
Categoria profissional/ Área de intervenção	Entrevistado	Identificação
Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ). Neste âmbito, é representante de Portugal no Comité dos Direitos da Criança do Conselho da Europa.	Rosário Farmhouse	E2
Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social dos Serviços Centrais do Instituto de Segurança Social, I.P./Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (ISS, I.P/MTSS), integrando, neste contexto, o Conselho Nacional para a Adoção e a Comissão de Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), na qualidade de Presidente.	Maria Inês Amaro	E3
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almada, com os pelouros de Economia, Empreendedorismo, Turismo,	João Couvaneiro	E9

Sistemas de Informação, Economia e Emprego, Educação, Juventude e Desporto, englobando genericamente os seguintes serviços: Departamento de Economia e Desenvolvimento Local; Departamento de Educação; e Departamento de Desporto e Juventude. Membro da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras (RTPCE).		
Chefe de Divisão de Ação Social (DAS) do Departamento de Intervenção Social e Educação (DISE) da Câmara Municipal de Guimarães.	Alexandra Cunha	E12

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3. Perfil dos Entrevistados - Grupo B

Grupo B		
Categoria profissional/ Área de intervenção	Entrevistado	Identificação
Programa Educação pelos Direitos do Departamento de Políticas de Infância e Juventude da UNICEF Portugal.	Leonor Costa	E1
Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências Sociais da Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Professor visitante nas Universidades Basse-Normandie, Caen, França, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Brasil. Diretor da Revista Investigar em Educação, da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação. Membro da Direção do <i>Laboratório Colaborativo ProChild CoLab against Poverty and Social Exclusion</i> .	Manuel Jacinto Sarmiento	E4
Diretora do Departamento de Políticas de Infância e Juventude da UNICEF Portugal.	Francisca Magano	E5
Diretora Artística do LU.CA – Teatro Luís de Camões.	Susana Menezes	E6
Diretora de Educação da Fundação Aga Khan Portugal.	Alexandra Marques	E7

Responsável de Área de Cooperação Nacional e Internacional do Instituto de Apoio à Criança (IAC).	Paula Paçó	E8
Professor Associado da <i>Lisbon School of Economics and Management</i> da Universidade de Lisboa (ISEG/UL). Membro da Comissão de Coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, em construção. Membro da Comissão Científica que acompanha a implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social na Região Autónoma dos Açores. Consultor científico do Programa Proinfância promovido pela Fundação ‘La Caixa’. Membro da Direção do Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson-Correia da Serra. Investigador do Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica (CEMAPRE). Assessor do Instituto Nacional de Estatística (INE). Coordenador científico, em Portugal, do projeto europeu “ <i>EUROMOD – Tax-benefit microsimulation model for the European Union</i> ”.	Carlos Farinha Rodrigues	E10
Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS).	Mafalda Lourenço	E11

Fonte: Elaboração própria

Dado o contexto de pandemia da Covid-19, teve-se por constrangimento a impossibilidade de realizar presencialmente as entrevistas. Em alternativa, foi solicitada a participação via correio eletrónico, tendo-se explicitado o fim científico a que a entrevista se destinava, o tema e objetivos da investigação. Previamente agendadas, e com recurso à plataforma *online Zoom*, as dozes entrevistas ocorreram entre meados do mês de fevereiro e início do mês de março de 2021, com uma duração média de trinta minutos. No início das mesmas, e para efeitos de gravação, foi solicitada autorização.

Apresenta-se, agora, a grelha categorial e o guião da entrevista semiestruturado aplicado (Tabela 4).

Tabela 4. Categorias e Guião da Entrevista

Categorias	Guião da Entrevista
Políticas de infância integradas: definição e posicionamento	Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?
Medidas de política a favor da criança e da família: forças e fraquezas	Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias? <ul style="list-style-type: none"> • E as menos?
Programas, projetos e iniciativas dirigidos à criança: oportunidades e ameaças	Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidas para as crianças, o que aponta como fatores diferenciadores da sua implementação?
Envolvimento dos atores sociais na sua execução	Q.3.1. Como vê o envolvimento das famílias, da comunidade e do poder local neste contexto?
Realização dos direitos da criança: propostas para a ação	Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança? <ul style="list-style-type: none"> • O que falta, então, cumprir para assegurar à criança o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar, em Portugal?

Fonte: Elaboração própria

No tocante à transcrição integral do material empírico recorreu-se, primeiramente, ao *software Sonix.ai*, o que possibilitou a conversão e transcrição automática dos ficheiros áudio em textos, em formato editável. Exportados para um documento *Word*, a totalidade dos discursos foi, depois, alvo de verificação e retificação como garante da veracidade do seu conteúdo (Apêndice A).

Quanto ao tratamento e interpretação da informação coletada adotou-se a “análise de conteúdo qualitativa, um procedimento que inclui um modelo processual de análise do texto” (Flick, 2005, p. 193), e que tem como aspeto fundamental a “utilização de categorias (...) são aplicadas ao material empírico, não são necessariamente extraídas dele, embora sejam repetidamente confrontadas com ele e, se necessário, modificadas” (Flick, 2005, p. 193).

Ora, consistindo esta numa fase crítica do trabalho investigativo recorreu-se ao *software* MAXQDA 2020 para a análise do *corpus* de dados, com a possibilidade de produção e exportação de documentos vários, fundamentais à qualidade da apresentação e descrição da informação apurada (Apêndice B). Mais, sendo este facilitador da “*representação* dos dados, das suas estruturas e resultados em mapas gráficos e outras formas de exposição” (Flick, 2005, p. 257), a utilização de diagramas mostrou-se útil aquando a etapa da discussão do material empírico à luz da matriz categorial desenhada.

Importa explicitar que o tratamento da informação, não sendo um procedimento linear, se revelou moroso e exigiu um contínuo trabalho de aprofundamento do material empírico. A dinâmica de ordenação e agrupamento dos dados teve, pois, por intuito descobrir a estrutura interna dos discursos, colocando-os em relação, e canalizando a atenção para a procura de nexos lógicos e a segmentação em unidades de sentido. Para este efeito, foi necessário realizar uma série de leituras verticais, documento a documento, seguidas de leituras e recortes horizontais de partes textuais, por forma a detetar núcleos de sentido não previstos inicialmente, mas com potencial de pertinência para os objetivos da investigação. Daqui resultou “uma lista de códigos e categorias que foram atribuídas ao texto” (Flick, 2005, p. 193), produto tanto de conceitos retirados do quadro teórico de referência (“códigos construídos”), como outros elaborados indutivamente (“códigos *in vivo*”, parágrafo a parágrafo), fruto de “expressões dos entrevistados” (Flick, 2005, p. 181). Destacando-se a utilização destes últimos enquanto estratégia rica de significado, porque são os “mais próximo[s] do material estudado” (Flick, 2005, p. 181). A terminar, entende-se que da inventariação e sistematização substantiva da informação coletada conseguiu consolidar-se a compreensão do objeto de estudo, transformando gradualmente os dados numa construção interpretativa singular em linha com os objetivos da investigação.

Procede-se, pois, em seguida, à apresentação dos resultados obtidos mediante a realização de doze entrevistas semiestruturadas a atores sociais privilegiados.

3.2. Caminhos entre a Teoria e a Prática dos Direitos: Uma Via de Sentido Único ou O Acentuar de Uma Dicotomia?

Nos trilhos da questão que serve de título a este ponto, traz-se a palco principal a análise e discussão dos contributos discursivos observados, contemplando-se os segmentos entendidos como os mais expressivos no corpo do debate que alimenta a dissertação.

A reflexão aqui criada, segue uma correspondência direta com as perguntas colocadas aos entrevistados e as quatro principais categorias que delimitaram a pesquisa empírica. Assim sendo, e de acordo com esta matriz, passam a expor-se e interpretar-se os discursos apurados.

3.2.1. Políticas de infância integradas: definição e posicionamento

Para dar início a esta problematização recorda-se e sistematiza-se a visão dos atores sociais entrevistados, descodificada a partir das ideias e opiniões por elas expressas, sobre a proposição ‘políticas de infância integradas’. Pedia-se-lhes não tanto que se debruçassem sobre uma conceção preestabelecida, mas sobretudo que avançassem com uma definição.

Este exercício motivou da parte de um dos participantes uma consideração prévia em torno da noção de política pública e da ação do Estado na provisão de bem-estar:

“quando falamos em políticas públicas falamos em intervenção do Estado e o Estado tem a obrigação de garantir o bem-estar da população” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

Esta afirmação, como teve oportunidade de se ver acima, encontra paralelo com a conceptualização de Estado Social discutida em Silva (2017), que equaciona o papel e especificidades do Estado-Providência numa dada linha temporal, também denominado de Estado de Bem-estar graças às finalidades da sua atuação, como sugerido por Pereirinha (2018). Queiroz (2020) enfatiza esta ideia, aludindo à “implementação e desenvolvimento de políticas de bem-estar económico e social” enquanto “parte integrante da responsabilidade” (p. 12) do Estado, em sintonia com a obrigatoriedade de adotar políticas públicas de direitos fundamentais.

Desta lógica, uma das entrevistadas incorreu na exposição de que uma política pública, independentemente da área, carece de uma configuração “integrada” e “interativa”, em

relação “com o todo” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3), com o sistema político ao qual pertence. Mais abordou, dada a complexidade de problemáticas como a pobreza e a exclusão social, cuja necessidade de resposta atravessa todos os grupos populacionais e setores da política social, a premência de considerar-se uma abordagem integrada, com políticas articuladas entre si, numa perspetiva de organização da política social semelhante à ideia de “*políticas globais*” (Pereirinha, 2018, p. 30). Na ausência destas, entende que “estamos a criar bolhas (...) que funcionam dentro de si mesmas”, porquanto pensar em problemas sociais complexos só faz sentido “a partir de políticas que estão todas elas interligadas” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3). Adiantou, a terminar, que o mesmo raciocínio tem especial aplicabilidade sobre as políticas destinadas às crianças e jovens:

“as políticas de infância e de juventude não são diferentes disto, porque não podem ser pensadas de forma separada das políticas de envelhecimento (...) de educação nem de emprego (...)” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

Um depoimento partilhado por outro entrevistado:

“não podemos pensar em políticas para um determinado setor, nomeadamente para as crianças, desligadas das outras (...)” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

Este tipo de olhar supõe, na mesma linha, e pela ótica de outros intervenientes, um investimento em políticas “interligadas” (Presidente da CNPDPCJ, E2) com os demais grupos etários e que abarquem todas as dimensões que digam respeito à criança, apoiando e fortalecendo as condições e competências da “família” no exercício da parentalidade:

“É preciso ter políticas de família (...) e essas (...) têm também uma dimensão que passa (...) pela economia, passa pela cultura, que passa pelos espaços públicos” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

E agregando “todas as outras áreas” da “saúde”, da “educação” e dos “apoios sociais” (E2; E8), mas também a “participação social e política (...) e tudo o que resto que tem haver com todas as condições de vida, com o cuidado, com a proteção” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5), numa lógica promotora do “desenvolvimento harmonioso e pleno” da criança (Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC, E8).

Foi, neste contexto, assinalado como prioritário que as medidas de combate à pobreza infantil assentem numa perspetiva multidimensional e integrada do fenómeno, ao invés de em políticas sectoriais pouco articuladas entre si, como se viu no Capítulo 1 (Bastos et al., 2011; M. J. Sarmiento, 2019b):

“a infância, sendo ela própria transversal e tendo necessidades transversais, só com políticas integradas é que se conseguem responder (...) aos desafios multisectoriais da infância (...). Se queremos combater, por exemplo, questões como a pobreza infantil” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

“as crianças são (...) mais vulneráveis às situações de pobreza e (...) isso também justifica uma atenção especial das políticas públicas (...) porque (...) precisam de fazer um percurso mais partilhado com os outros..., mas, essencialmente, porque também ali se encontra grande parte da esperança de renovação e de resolução dos nossos problemas, em termos de futuro” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

Como pode depreender-se destes discursos, deve caminhar-se na (re)adequação das políticas sociais vigentes para uma resolução estrutural de questões sociais como a pobreza, em particular a pobreza nas crianças; de outra forma será difícil quebrar o ciclo de “transmissão intergeracional” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10). Esta orientação parece exigir que as reformas legislativas, políticas, administrativas ou outras que possam ter lugar sejam equacionadas sob uma visão holística da criança, para “que possam responder de uma forma sistémica” (Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal, E1) às suas necessidades, protegê-las, e garantir o cumprimento dos seus direitos, em conformidade com as obrigações impostas aos Estados Partes nos termos da Convenção:

“devemos olhar para os direitos das crianças como direitos das pessoas, com alguns qualitativos adicionais (...) as crianças ainda não têm capacidade de defender integralmente só por si os seus direitos e, portanto, isso dá uma responsabilidade acrescida ao Estado de zelar pelos direitos das crianças” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

“as políticas de infância e de adolescência (...) devem ter por base os direitos humanos da criança e, nesse sentido, a própria Convenção (...) e uma política que tenha em conta a Convenção sobre os Direitos da Criança deve ser ela integrada, no sentido em que os próprios direitos da criança são vários, interdependentes e interrelacionados, e, portanto, para serem postos em prática têm que o ser na sua globalidade” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5).

A singularidade dos “direitos das crianças” e da prossecução de políticas que têm “por base” esses mesmos direitos sobressai da racionalidade destes atores, e segue a linha do Comité das Nações Unidas, nos seus comentários e recomendações gerais, relativos à

aplicação da Convenção, seus princípios e disposições, pelos respetivos países signatários. Despertam, a este nível, o debate em torno da necessidade de se desenvolver estratégias globais e abrangentes de implementação da Convenção, com soluções alternativas e inovadoras pensadas para proteger a criança, promover toda a sua “potencialidade”, de acordo com “o seu interesse superior” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3). No fundo, que convidem à “articulação” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3) das políticas, programas e respostas sociais existentes em matéria de infância e juventude, reforçando-as de forma plurisectorial, e que impulsionem formas de coordenação interministerial e interdepartamental:

“Na prática, e uma política pública não deve ser pensada apenas no seu desenho teórico, mas também nas condições que possam existir para a sua aplicabilidade, ela deve permitir, ou deve ter em conta, de que forma é que as várias entidades com responsabilidades diferenciadas se podem articular” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5).

Esta postura de colaboração institucional em tudo se afasta da constatação que outra entrevistada faz da realidade, apontando um permanente desajuste entre as entidades públicas com responsabilidade na área dos direitos da criança:

“não podemos ter o Ministério da Educação a desenhar uma coisa que, depois, muitas vezes, entra em conflito, em termos de tempo e de disponibilidades, com o que o Ministério da Saúde (...) o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desenha (...) que não tem em atenção as necessidades educativas ou as necessidades de saúde... nós temos mesmo que deixar de trabalhar em silos” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11).

Como esboçado noutra testemunho, a consolidação de uma “visão de integração para o bem-estar” ou de uma “visão de cidadania” da criança (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7), parece, de facto, ser vista como um processo de grande envergadura e complexidade, na medida em que implica os vários níveis de decisão e intervenção pública com impacto potencial na vida da criança, na efetivação dos seus direitos e bem-estar. Não querendo isto significar que a sua concretização seja intransponível: “se tivermos esta ambição, este sonho e esta convicção” projeta-se a “sustentabilidade da humanidade”. Segundo o racional exposto, “ser agentes verdadeiros dos direitos constitucionais e (...) de todos os outros instrumentos internacionais” de proteção da criança implica esforços em três frentes de ação, entendidas como “dimensões” do conceito de integração: uma primeira,

concernente à “adoção progressiva de uma linguagem (...) comum” para uma “integração entre os diversos setores que atuam para que a criança (...) possa ser um cidadão de pleno direito”; uma segunda, referente à disponibilidade de serviços integrados para a infância, que a acompanhem “ao longo das várias transições por que passa (...) e ela é tão crítica (...) nos primeiros três anos, primeiros seis anos” e que garanta “transições (...) seguras, significativas, que nasçam desta articulação entre os setores, desta corresponsabilização dos setores com a família”; uma terceira, e última, relacionada com os “níveis de governança”, convocando a um exercício político-administrativo multinível focalizado na criança e nos seus direitos, ao qual concorre o “Estado, enquanto comunidade”.

O modo de governança foi, também, abordado noutra depoimento, no qual pode ser inferido como elemento potenciador e fator crítico de sucesso de políticas integradas de infância, onde a criança é concebida tanto como destinatária, como intérprete das políticas que a ela se dirigem:

“Políticas integradas são políticas que são conduzidas para a totalidade da infância (...) que exercem a vários níveis, desde logo, ao nível fundamental, a questão das políticas de Estado, mas depois também ao nível local (...) têm sempre o mesmo foco: contribuir para que as crianças sejam entendidas como cidadãos de pleno direito, com capacidade participativa e globalmente consideradas naquilo que é o exercício das políticas públicas” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Na voz do mesmo entrevistado, este panorama reveste-se, contudo, de um semblante crítico quando vislumbrado o caso português numa análise comparada:

“Aquilo que caracteriza as políticas de infância, num país como Portugal, que tem uma administração muito centralizada e, simultaneamente, muito compartimentada, é a fragmentação (...) impede que nós tenhamos (...) uma verdadeira política de infância (...) Se nos perguntarmos (...) quem é o último responsável (...) pelas crianças (...) essa pergunta não tem resposta. Outros países resolveram essa questão criando o Ministério da Criança, como é o caso, por exemplo, da Irlanda. Outros criaram (...) Comissões Interministeriais, na dependência do Chefe do Governo, para (...) construir modalidades de ação em que a criança seja vista globalmente como um todo” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Os constrangimentos identificados remetem, uma vez mais, para a ausência de políticas adequadas às necessidades da criança e articuladas entre si a nível nacional e local, bem como para as dificuldades de interligação entre as diferentes entidades e uma miríade de atores público-privados. Esta situação culmina na inexistência de uma estrutura de coordenação interinstitucional com competências de gestão em todos os assuntos que digam

respeito aos direitos da criança. Realça-se, nesta senda, que é tempo de colocar “as crianças no centro das políticas que as afetam” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11), tal como defendido por uma das entrevistadas.

Ora, a terminar, toma-se como importante assinalar uma convergência de significados em torno da noção de ‘políticas de infância integradas’, ainda que tenha havido lugar à identificação de distintas linhas de sentido e de pistas para a ação, que apontam caminhos vários para o conteúdo, alcance e implicações deste conceito. De facto, partindo de uma análise transversal das intervenções, podem reconhecer-se três principais tendências de resposta: uma, tendente à definição do conceito e da gramática que o suporta; outra, orientada para a sua operacionalização; e ainda, uma outra, que expõe as fragilidades das práticas em contexto nacional, deixando a descoberto as falhas de um sistema que continua a dirigir-se à criança como “menor”:

“e isso diz muito da cultura das nossas sociedades atuais (...) parecem ser menores em tudo, até na promoção (...) e na real experiência dos seus direitos” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11).



Figura 7. Políticas de infância integradas: em busca de um conceito

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas recolhidas

Em tom conclusivo, tenta a Figura 7 dar-lhes corpo, ao ilustrar a predominância das expressões utilizadas e afigurando-se como representativa do olhar dos atores sociais convidados a posicionar-se sobre esta matéria. Assumimo-la como contributo para uma definição possível de “políticas de infância integradas”.

3.2.2. Medidas de política a favor da criança e da família: forças e fraquezas

Assente na literatura da área, e tendo por objetivo conhecer, no discurso dos entrevistados, quais as políticas públicas com impacto nas crianças e nas suas famílias, interrogou-se a amostra sobre as mais revelantes para compreender os atuais contornos de vida das crianças na sociedade portuguesa.

Este questionamento suscitou da parte de alguns dos participantes a vontade de desenvolver uma contextualização histórica da situação da infância desde a transição democrática até à atualidade, enunciando os ganhos conquistados de uma significativa melhoria dos quadros gerais de vida:

“se há condição necessária para (...) que tudo o que ambicionamos seja concretizado é a continuidade (...) é preciso percebermos (...) de onde é que partimos (...) com índices altíssimos de analfabetismo, com uma taxa de mortalidade e morbilidade de crianças assustadora (...), a ausência de planeamento familiar” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

“quando nós comparamos a situação das crianças, hoje, em Portugal, com as crianças há quarenta anos, antes do 25 de abril (...) os passos dados foram gigantescos (...) temos (...) melhores condições de vida, (...) de saúde, (...), económicas... até melhor sensibilidade para os problemas das crianças” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

O primeiro destes testemunhos transporta para a importante questão da “continuidade” das políticas, sinalizada como condição *sine quo non* para um exercício de monitorização e avaliação das mesmas, conducente à sua eventual (re)validação e/ou (re)ajustamento tendo em conta as necessidades identificadas no terreno. Esta ótica parece ser, ainda, próxima à da adoção de políticas para a infância numa abordagem de ciclo de vida, a que se aludiu no quadro teórico de referência a propósito do fenómeno multidimensional da pobreza infantil (Bastos et al., 2011). Fica, porém, patente, na voz da mesma entrevistada, a ausência de mecanismos que deem cobro a tal prática e a tal perspetiva:

“essa é a tarefa mais difícil (...) a partidarização do governo do Estado, que se opera em ciclos de quatro ou cinco anos tem originado, em todas as democracias (...) a descontinuidade das políticas” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

A fragmentação assim colocada inviabiliza percursos que se pautem por lógicas de continuidade, negando respostas integradas para a totalidade e diversidade dos mundos

sociais da criança. Não obstante, e face aos variados constrangimentos que daqui radicam, são apontados em ambos os discursos aspetos positivos do que de mais relevante se tem feito em política pública nas últimas quase cinco décadas, denotando uma clara preocupação e investimento nas áreas da proteção social, saúde e educação no pós-25 de abril.

Concorrem, justamente, os entrevistados deste estudo no destaque da criação dos sistemas nacionais de saúde e de educação, de acesso universal e gratuito. Sublinhando-se, no caso do primeiro, os avanços alcançados no domínio da saúde materno-infantil, com a assinalável redução das taxas de mortalidade de crianças, e no segundo, o alargamento da escolaridade obrigatória e a atualização do regime jurídico da educação inclusiva, percecionados como motores de uma maior mobilidade social e garantes do direito de todas as crianças a uma educação inclusiva e equitativa de qualidade:

“educação continua a ser a régua pela qual nós aferimos (...) a possibilidade das crianças se virem a desenvolver, a possibilidade de o elevador social funcionar e de nós conseguirmos alguma ascensão social das crianças” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

“continua a ser um dos grandes reguladores das respostas dos poderes públicos junto da nossa comunidade (...) contribuir (...) para reforçar a equidade e garantir que as crianças, independentemente das suas condições sociais de origem, possam concretizar os seus projetos de vida, e este é um princípio absolutamente essencial” (Vice-Presidente da CM de Almada, E9).

“E a escola, (...), não é apenas um local onde vamos aprender. É importante ter esta visão (...), sendo esta potenciadora da defesa dos direitos da criança, uma vez que engloba as várias áreas de desenvolvimento da mesma” (Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal, E1).

Realçou-se, ainda, no âmbito da história da institucionalização da educação pré-escolar portuguesa, o investimento no desenvolvimento da primeira infância em linha com o que a comunidade científica vinha aclamando a respeito de uma renovada abordagem pedagógica e da importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento global da criança (T. Almeida, 2020; Grande, 2020). Ora, assumida como prioridade governativa em meados da década de 1990, espelhou a aposta em políticas e programas de educação pré-escolar, chave para o seu alargamento e valorização na comunidade, e conseqüente difusão de princípios e práticas inovadoras, porque integradas:

“a educação pré-escolar nasceu de um modo muito robusto e fundado já naquilo que, na altura, era mais atual em termos de visão pedagógica da educação de infância (...). Não era só para ter as crianças ocupadas para as famílias irem trabalhar, era porque...

era importante para a criança. Isso não está totalmente conseguido ainda, mas há valorização por parte das famílias (...) essa é uma conquista enquanto sociedade, mas também dependeu do modo como, politicamente (...) foi organizado o Sistema Educativo, sobretudo a partir de 1997 com o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, que teve esta visão integrada, porque foi a todas as dimensões do sistema” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

A passagem discursiva apresentada reporta, seguramente, à trama de valores, interesses e ideologias por detrás da definição da agenda política, e que condicionam a entrada ou não de um dado tema no debate público (Rocha, 2010; Rodrigues, 2017). Remete, também, num quadro mais amplo, para a existência de condicionalismos históricos, culturais, sociais e de imperativos ideológico-políticos na determinação das opções de política a prosseguir (Pereirinha, 2018).

Apontaram, ainda, os entrevistados para um conjunto de transformações ocorridas na vida das famílias portuguesas (Cordeiro, 2015): o aumento dos níveis de escolarização parental, designadamente da “literacia das mães” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7), cuja influência tem reflexos no nível esperado de aprendizagem dos filhos; a recomposição e feminização do mercado de trabalho, evidenciada pelo facto de se ter, hoje, “uma taxa à volta dos 80% de mulheres no mercado de trabalho a tempo inteiro, com crianças menores de três anos” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7); a alteração dos padrões demográficos, com o incremento de famílias monoparentais, especialmente encabeçadas por mulheres, num país “em que tenho, geralmente a mãe com as crianças, em que tudo recai sobre ela” e, onde, a adoção de políticas e práticas conciliadoras da vida profissional com a vida familiar está “muito negligenciada” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3). Não obstante, e no domínio das medidas de apoio à família, estar-se a “andar devagarinho, mas, ainda assim, a andar para (...) uma maior participação do pai” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11) nos cuidados da infância e no reconhecimento do importante papel da figura paterna no processo global de desenvolvimento da criança, com, por exemplo, o alargamento – ainda que tímido – do subsídio parental inicial exclusivo do pai de quinze para vinte dias úteis de gozo obrigatório, e cinco facultativos, após nascimento do filho.

Sobre esta área de política pública, é ainda interessante perceber o que foi dito nas entrevistas acerca da necessidade de “diversificação de respostas para as crianças mais pequenas” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7) e da criação de novas soluções de suporte à família:

“É importante que na comunidade haja este tipo de respostas, que sejam ágeis, que sejam fáceis de acionar, que (...) não sirvam só para quando já existem processos de proteção (...), mas que sejam cada vez mais respostas que possam servir para pais e mães (...) no exercício da sua parentalidade” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

Esta consideração teve por pano de fundo uma reflexão sobre a destradicionalização da sociedade, que se acredita encontrar semelhanças no pensamento de Giddens (2001), quando defende que a organização quotidiana dos tempos sociais está a “libertar-se do peso da tradição” (p. 50) em resultado dos impactos da globalização. Veja-se, agora, no discurso direto:

“não nos podemos esquecer que há uma aprendizagem do que é a parentalidade, que tradicionalmente era feita de pais para filhos e no contexto das redes informais comunitárias, porque havia muito mais essa vida comunitária... Estes laços... essa transmissão..., hoje, desapareceu (...) é preciso haver, no fundo, o caminho entre as sociedades tradicionais e as sociedades complexas, (...) das instâncias, digamos, (...) tradicionais de socialização e aprendizagem serem substituídas... por outro tipo de instâncias, mas que possam dar essa resposta” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

Aqui chegados, regista-se, a concluir, que ao longo das entrevistas, foram os atores sociais identificando e interpretando medidas várias a favor da criança e da família, no quadro geral das “funções sociais do Estado” (Vice-Presidente da CM de Almada, E9). Reportaram, em jeito de balanço, tanto a aspetos positivos como a claros sinais de fragilidade social e política, de entre os quais se sublinha a questão da compartimentação da Administração Pública e da dispersão dos assuntos da criança – que havia já despertado atenção na resposta à anterior pergunta –, bem como ao desaproveitamento e má gestão de recursos existentes:

“continuamos a ter ainda uma Segurança Social com uma visão (...) descolada da realidade, no que concerne à infância (...) uma divisão entre a educação antes dos três e depois dos três” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

“o Plano Nacional das Artes, que tentou articular o Ministério da Cultura e o Ministério de Educação... é uma iniciativa que não é nova, no sentido teórico, ou seja, houve várias tentativas ao longo dos anos para se criarem departamentos interministeriais e áreas de convergência..., mas eu penso que ainda estamos muito longe de conseguir (...) uma eficácia de relação e (...) na utilização mais ajustada possível dos recursos existentes (...) o que eu acho que falta é uma correta e eficaz articulação entre estas duas áreas tão grandes” (Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões, E6).

Isto posto, tem a notar-se com interesse o facto desta pergunta ter tido a precedê-la uma apreciação do conceito de integração no âmbito das políticas de infância, o que poderá ter condicionado a reflexão aqui traçada pelos atores sociais. Verificou-se, pois, que os seus contributos oscilaram entre o ideário teórico a que haviam previamente aludido e uma leitura crítica das medidas de política de infância e de família existentes no país. Assim, orientaram-se, na sua maioria, para a identificação quer de (des)continuidades políticas, no quadro de uma contextualização histórica, quer de potenciais brechas legislativas ou políticas, apontando para áreas de necessário investimento público, num deambular entre passado e presente:

“Para ser coerente com tudo aquilo que já disse até agora (...) aquilo que é verdadeiramente importante (...) é exatamente esta capacidade de articulação e de coerência do sistema (...) Essa articulação é, talvez, a maior garantia que nós podemos ter de que as crianças têm melhores certezas de um bom desenvolvimento e de um bem-estar” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

“Significa isto que está tudo bem e que nós já podemos dormir descansados? Claro que não (...) há muitas crianças que ainda hoje veem os seus direitos (...) limitados (...). E, portanto, (...) temos que sensibilizar mais pessoas para a importância do que é nós apostarmos fortemente nas crianças. Temos que ter medidas que previnam situações (...) de violação dos direitos (...) e (...) para punir quem os não fizer (...) temos que perceber que, quando falamos em crianças, falamos em realidades muito diversificadas (...) temos que ter uma gama de intervenções que permita colmatar estas várias situações” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

Outros, ainda, julgaram, em sede final, ser pertinente destacar um novo e inovador instrumento de política pública em matéria de defesa e promoção dos direitos da criança, em Portugal: fala-se da recém adotada Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2014, a que teve oportunidade de ser fazer referência no Capítulo 1:

“o maior instrumento de política pública que acabou de sair (...) é a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança (...) que junta nos seus pilares aquilo que são as grandes prioridades de Portugal, no âmbito da infância (...). E eu acho que só com uma visão mais global é que conseguimos...” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

“Poderia apontar, de facto, medidas específicas em cada um desses setores... da educação, da saúde ou da segurança social... Eu creio que aquilo que aconteceu de mais importante (...) foi a definição de uma Estratégia (...) que (...) poderá colaborar no sentido de ter uma visão global daquilo que é necessário fazer e, de alguma forma, concentrarmos as intervenções, permitindo, portanto, um foco orientado na mesma direção de todas as políticas sectoriais” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Defendem poder vir a contribuir para a concertação das “políticas sectoriais” e para ensaiar novas formas de intervenção, no quadro de uma “visão global” da criança e da definição de “prioridades” políticas com expressão na (re)formulação de respostas sociais, há tanto almejado.

Olha-se com franca expectativa para o potencial deste documento na construção de uma agenda política que tenha a criança e os seus direitos como prioritários, enquadrada numa nova moldura comunitária de proteção dos direitos da criança (Soares, 2020). Adverte-se, todavia, para a necessidade desta Estratégia ir além dos desafios que até hoje têm marcado as políticas públicas para a criança e que têm sido objeto de muitos outros documentos e estratégias cujo produto tem sido o de uma imagem difusa da criança na sociedade, aquém da satisfação do seu pleno potencial.

3.2.3. Entre programas e iniciativas para a criança: oportunidades e ameaças

Num terceiro momento, procurou saber-se junto dos entrevistados quais os elementos críticos de (in)sucesso na implementação de programas, projetos e iniciativas dirigidos a crianças e jovens, direcionando-os na ponderação de intervenções tanto de âmbito nacional como de âmbito local.

Emergiu, pertinentemente, numa das entrevistas a estrutura de resposta que se considera cobrir esta questão em toda a sua amplitude, porquanto nela se faz uso de uma lógica de pensamento sistematizada em torno de “três tipos de intervenções” em que o entrevistado colaborou (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4). Todas elas são suficientemente ricas e exemplificativas de oportunidades e ameaças que atravessam a operacionalização de programas, projetos e iniciativas para crianças e jovens no país. Tendo tal motivado entendê-las como chave de leitura e guia de organização das demais narrativas selecionadas para este exercício.

Assume-se, com efeito, respeitar aquele esquema mental, intercalando-o com outros contributos igualmente expressivos na enunciação de critérios que importa reter: (i) recolha de dados para conhecimento da realidade e desenho de respostas a ela ajustadas; (ii) monitorização e avaliação de políticas e programas sociais; (iii) participação da criança na construção de políticas e envolvimento na vida sociocomunitária.

Considerando, agora, a primeira das três intervenções, destaca-se pela voz do entrevistado em questão, “os programas contra o trabalho infantil”, criados no Portugal dos anos 1980-1990 para fazer face à situação de exploração infantil, uma “chaga social exposta”. Denota, enquanto “perito externo” e responsável pela “equipa de avaliação”, que a sua erradicação, hoje celebrada, resultou senão do estudo extensivo, do desenho de intervenções baseados nos resultados encontrados e na mobilização de recursos aliada a uma conjugação de esforços público-privados para a concertação de decisões e ações:

“dar resposta a um problema que tinha sido identificado, mas que não tinha resposta até então (...) é, evidentemente, uma vitória de políticas ajustadas (...) foi possível pelo estudo e por uma intervenção focada em resolver o problema” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Esta atuação ressoa noutra narrativa, no plano cultural e local. Nesta, a construção de respostas culturais diversificadas para crianças e jovens faz-se depender de um sólido e aprofundado conhecimento do terreno, da “missão” com que nele se intervém, da auscultação a múltiplos atores e do mapeamento de recursos:

“Primeiro, eu acho que é preciso fazer um reconhecimento muito grande do terreno, de onde é que nós estamos... Que sítio é este onde nós existimos? Qual é a missão deste sítio? Para onde é que ele quer ir? O que é que ele quer fazer? Que recursos e que equipas é que tem? Mas, sobretudo, ter uma grande consciência do lugar. (...) Portanto, é perceber bem quais são os territórios e que outras instituições é que existem para além daquela e quais são as suas missões..., porque há uma coisa que é muito importante que é a diferenciação (...) na oferta (...) podermos oferecer às crianças e aos jovens propostas diversas, diferentes, múltiplas, com outras pessoas que, no fundo, lhes permitam criar um acervo de experiências, que os ajudem, depois, a transformar isso e a acamar essa informação, para que ela se transforme num olhar crítico e mais sabedor” (Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões, E6).

Retomando o raciocínio que precedeu à estruturação desta análise, volta-se o olhar para a segunda das intervenções. A partir de esta, enquadrada no âmbito de um trabalho de avaliação das “práticas”, “dificuldades” e “representações sociais” das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), conferiu o entrevistado pertinência à monitorização e avaliação de programas e práticas sociais dominantes. Acompanhar e avaliar revelaram-se tarefas necessárias à introdução de “propostas de modificação do sistema” à medida das “disfunções” encontradas:

“este é um sistema que necessita de ser considerado e avaliado (...) num duplo sentido: por um lado, o de enraizamento e ancoragem das suas soluções preventivas, através de

uma melhor (...) articulação alargada (...) das Comissões de Proteção, e (...) os Conselhos Locais da Ação Social, da rede social, de base municipal... e, por outro lado, no sentido de uma maior especialização das comissões restritas, (...) e que não são dotadas de recursos suficientemente formados para poderem fazer um diagnóstico e intervenção mais adequado (...) isto é um aspeto absolutamente crítico e essencial. Eu creio que nós temos um sistema de proteção com aspetos muito positivos, mas temos necessidade de o melhorar de forma muito significativa, quer no domínio da prevenção, quer no domínio da intervenção mais focada” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Em sentido idêntico, valorizou-se noutros discursos a avaliação de políticas e programas para crianças enquanto mecanismo essencial para uma contínua (re)definição e (re)adaptação das respostas sociais, visto tal permitir ir ao encontro das reais necessidades das crianças e das suas famílias, bem como ponderar elementos para a sua eficácia e eficiência (Pereirinha, 2018). Com base nestes elementos, teceram os profissionais duras críticas a Portugal perante a inobservância de uma prática de avaliação:

“eu acho que há dois fatores essenciais (...) serem desenhados nas próprias crianças (...) e intervir de acordo com as necessidades de cada criança (...) pelo lado negativo (...) a ‘cultura de projeto’ (...) por muitos bons resultados que tenham, infelizmente, a maioria deles não passa a política pública, não escala (...) temos, de facto, de levar a avaliação de impacto muito a sério... e de ser uma avaliação contínua e de estarmos dispostos a alterar o desenho de programas, projetos ou políticas, de acordo com os resultados dessas avaliações (...) nós temos muito boas políticas, muito bem desenhadas (...) quando as conseguimos implementar, não sabemos que mudanças duradouras é que elas trazem, porque não as avaliamos” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11).

“nós, em Portugal, temos este grave problema de não conseguirmos medir o impacto das políticas, e isso é uma questão que é muito apontada internacionalmente ao nosso país... nós temos boas políticas (...), mas temos poucos e fracos instrumentos para monitorizar o impacto das políticas” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

Mais adiante, e dando corpo a estes constrangimentos, testemunhou-se a ambivalência do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Apresentado como uma política pública particularmente bem desenhada, porque promotora de articulação interministerial, foi, simultaneamente, apontado como exemplo da ausência de mecanismos de avaliação de resultados e de impacto:

“O próprio Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, teórica e conceptualmente, está pensado desta forma, no sentido de promover a articulação (...) e de uma questão ainda mais importante, que não é apenas a intervenção, mas também a prevenção (...) numa idade precoce (...) No entanto, aquilo que vamos recebendo, enfim..., da prática..., é que nem sempre os recursos estão lá para que ele funcione. (...)

identificámos no Relatório Alternativo (...) que existiam poucos dados sobre a avaliação da implementação (...), portanto, não conseguimos perceber a qualidade da intervenção, por faltarem dados (...) rigorosos que nos permitam, efetivamente, avaliar a eficácia deste Programa” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5).

De facto, à fraca avaliação das políticas e programas sociais parecem, ainda, associar-se soluções débeis de acompanhamento e monitorização da evolução dos programas e intervenção, com penosas repercussões para a sustentabilidade das respostas. Veja-se, aliás, que com políticas sectoriais, desintegradas e “dispersas” (Presidente da CNPDPCJ, E2), de difícil “navegação (...), para as próprias famílias dentro dos sistemas” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11), tanto crianças como famílias:

“nem sempre conhecem (...) como é que têm acesso a determinados direitos (...) o cheque dentista é muito pouco usado, por exemplo, porque muitas famílias não sabem... (...) políticas temos várias, umas melhores, outras menos boas, mas falta-nos aqui este acompanhamento...” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

Avança-se por ora com a terceira, e última, dos “três tipos de intervenções” que delimitaram este momento analítico. Ora, do apoio ao trabalho das CPCJ no “desenvolvimento dos seus planos estratégicos de prevenção”, evidenciou o entrevistado a importância de as crianças serem ouvidas e das suas opiniões serem tidas em conta em todos os assuntos que lhe dizem respeito (artigo 12.º, da CDC) – uma componente que se vê como potenciadora da defesa de todos os seus direitos no espaço de comunidades coesas:

“aspeto mais importante que cabe ressaltar é o facto de que a prevenção de risco das crianças tem tudo a ganhar se for feita em articulação com a participação social das mesmas. As crianças, se estiverem envolvidas num esforço coletivo de consciencialização dos direitos da criança (...) e se tiverem possibilidade de exprimir a sua voz e essa voz ser ouvida e transformada em orientação política (...) isso tem vantagens acrescidas no desenvolvimento do trabalho de prevenção (...). Este é um trabalho de toda a comunidade organizada (...) de todos os recursos que possam garantir que, numa comunidade, uma criança seja efetivamente sustentada, apoiada e promovida no seu desenvolvimento e bem-estar” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

Para a mesma conclusão, convergem outros depoimentos: a participação é o fator primordial na execução de políticas, programas e demais iniciativas para as crianças (Vieira & Ferreira, 2019). Todavia, a observação da realidade social denuncia a violação deste princípio fundamental (Leote de Carvalho, 2016):

“o fator diferenciador é a participação efetiva das crianças (...) ao longo das últimas décadas de intervenção nesta área, aquilo que, efetivamente, ficou deficitário... e muito trabalho tem sido feito...ah... foi, precisamente, a participação e o envolvimento efetivo das crianças nas decisões e no trabalho que estamos a fazer em prol delas” (Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães, E12).

“no Conselho Nacional eles refletem muito (...) sobre serem mais ouvidos, de poderem expressar a sua opinião (...) em espaços, como o de ontem (...) em que eles puderam dizer o que queriam sobre vários temas, ‘porta aberta’, sem criticar, sem julgar (...) na escola..., se não houver uma boa política de cidadania e uma boa disciplina de cidadania, (...) não sentem ter espaço para isso, sentem muitas dificuldades” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

Em jeito de síntese, constata-se da leitura transversal dos contributos discursivos aqui observados um conjunto significativo de oportunidades e ameaças que concorrem numa implementação com (in)sucesso de um qualquer programa, projeto e iniciativa direcionado para crianças. Sublinha-se, desde logo, que do estudo aprofundado da realidade no terreno parece ser possível intervir de maneira focada. Debelando problemas, porque os conhecendo, podem desenhar-se políticas adequadas e respostas diversificadas, à medida da criança e das suas necessidades. Entende-se, ainda, a criação de processos de monitorização e avaliação como garantes de boas práticas e continuidade de programas, projetos e iniciativas, que devem necessariamente integrar as opiniões e perspetivas das crianças e jovens desde o seu desenho até à sua operacionalização, bem como no momento da formulação de propostas suscetíveis de as reformular. Nota-se, contudo, que qualquer um destes fatores se vê inviabilizado pela falta de articulação e de integração das respostas; da não afetação de recursos humanos e materiais adequados ao seu desenvolvimento sustentável e continuado no tempo; da ausência de mecanismos de acompanhamento e de avaliação; assim como de oportunidades e espaços para uma participação efetiva das crianças e jovens nos programas, projetos e iniciativas que a eles se dirigem, o que nas palavras de uma das entrevistadas, remete para “uma dimensão de qualidade” dos sistemas de infância; para “o valor inquestionável” da participação em tudo o quanto se faça relacionado com crianças (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

3.2.3.1. Família, comunidade e poder local: construção de níveis de significado

Na continuidade desta reflexão, questionaram-se os profissionais sobre o envolvimento da família, comunidade e poder local na execução de programas, projetos e iniciativas

desenvolvidas para crianças. Seria a participação e/ou colaboração destes percebida como risco ou fator crítico de sucesso na implementação?

De uma análise diagonal dos discursos, sobressaiu, primeiramente, a relativa cumplicidade das respostas recolhidas. Desde logo, quanto à importância de promover uma relação colaborativa com as famílias (J. Ferreira, 2016; P. Silva, 2009):

“não faz sentido pensar que melhoramos a situação das crianças em oposição às famílias. Isso implica (...) pô-las a refletir sobre o que significa criar uma criança... ou várias crianças, que é a situação mais normal no caso da precariedade” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

“o trabalho com as famílias só tem sentido se for *com* (...) não estamos ali a trabalhar *para* (...) estamos a trabalhar *com* eles” (Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC, E8).

Em igual sentido, emergiu a comunidade nas narrativas, de forma consensual, como espaço-tempo de proximidades, de vivências partilhadas entre uma pluralidade de atores sociais que nela convergem em “níveis mínimos de solidariedade e de intercâmbio de significados” (Caride-Gomez, Freitas, & Callegas, 2007, p. 132, como referido em M. J. Sarmiento et al., 2020, p. 77). Retira-se, nesta linha, do discurso direto, a ideia de “parceria”, e a necessidade do seu estabelecimento, para o sucesso das intervenções:

“Com a comunidade, é ter uma visão que não seja instrumental, ou seja, eu não vou lá fora só buscar aquilo de que preciso... eu também tenho que ter a capacidade de me abrir e servir outros, não é? (...) e construir (...) esta parceria evolui num sentido de trabalho em rede... criam-se micro-redes” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

Mais se sublinha, o papel da comunidade e o peso do contexto comunitário, das relações e recursos que nele se constituem, na (des)promoção da criança e dos seus direitos (Goldfeld & Villanueva, 2017; Ornelas & Moniz, 2007):

“é preciso uma aldeia inteira para criar, para educar uma criança, e, portanto, a comunidade tem um papel fundamental..., e aquilo que nós temos visto, até no âmbito das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (...), que funcionam melhor aquelas que a comunidade é (...) mais ativa, mais dinâmica, mais plural, que respeita, que interage, que protege... e, nessas comunidades, geralmente, há sempre também presente esta componente da participação das crianças, seja através do município, seja através das escolas, já são comunidades mais maduras..., temos outras comunidades que ainda estão muito fatiadas, e muito isoladas, e cada uma na sua capelinha, e que as crianças são ali um instrumento que está no meio (...) esta falta de articulação, de junção de meios, que são poucos, é uma pena, porque a comunidade pode ter um potencial enorme se se unir, se partilhar recursos... e pode potenciar respostas muito mais integradas do

que fazendo isoladamente. (...) E, por isso, (...) uma comunidade ativa e atenta faz toda a diferença, sim” (Presidente da CNPDPCJ, E2).

Quanto ao poder local, centraram-se os discursos, em uníssono, na sua valorização. Reconheceu-se o papel das autarquias locais na proximidade às pessoas, às suas necessidades, e a um conhecimento dos problemas que favorece uma resolução baseada em soluções adequadas e ajustadas. A par da articulação entre serviços e parceiros de um modo mais ágil, promotor de ações concertadas, possibilitadas pelo facto de terem um “peso organizacional e burocrático” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4) diferente em comparação com a administração pública central; e, ainda, pela possibilidade de aderirem a programas ou plataformas internacionais de redes de cidades, impulsionadoras de novas formas de pensar e implementar os direitos da criança no espaço urbano (M. J. Sarmiento, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b):

“O poder local (...) é absolutamente essencial, na medida em que detém algumas chaves de resposta de proximidade aos problemas sociais. (...) Os municípios (...) podem articular outros serviços (...) têm programas, como as ‘Cidades Amigas das Crianças’ ou as ‘Cidades Educadoras’, que são absolutamente determinantes (...) é exatamente no contexto local que, mais facilmente, a participação das crianças pode ser mobilizada... na exata medida em que é uma participação sobre problemas que as crianças conhecem (...) Tudo isso é absolutamente determinante na criação de uma sociedade em que as crianças façam parte da vida em comum, e colaborem, no sentido da construção, efetivamente, de um espaço convivial, onde todos têm lugar e todos têm voz” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

A reforçar como capital o município na “criação de um espaço-tempo democrático para as crianças” (M. Ferreira & Sarmiento, 2008, p. 73) e sublinhando a intrínseca relação entre as políticas públicas e a participação das crianças no espaço e tempo públicos (Sarmiento et al., 2007, p. 195), ressalta outro discurso. Neste, a gramática da implementação dos direitos da criança ganha expressão em ambiente comunitário. O local emerge como exemplo do desenho de políticas locais integradas assentes nos direitos da crianças e promotoras do seu bem-estar:

“se queremos efetivamente garantir a realização dos direitos temos que envolver o poder local e as várias instituições e entidades que fazem parte da comunidade (...). Programa das Cidades Amigas (...) tenta pôr em prática (...) envolver os municípios (...) na aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, começando por desenvolver um (...) Plano Local para os Direitos da Criança, que pense estrategicamente aquilo que o município quer (...) para os próximos quatro anos (...). tem, em vários territórios (...) demonstrado como estas mudanças são possíveis e como podemos ter políticas locais

integradas que promovem os direitos da criança, (...) e de como os direitos são postos em prática” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5).

Neste âmbito, evidenciou-se noutro testemunho a necessidade de redesenho do atual modelo de governação multinível em Portugal, o qual, altamente centralizado, aparenta não estar preparado “para abordar diretamente os problemas a nível regional. De facto, as questões regionais são quase estritamente da responsabilidade da (...) intervenção direta da administração central” (Teles, 2021, p. 63). A este constrangimento, acresce um outro: a “volatilidade e instabilidade” (Teles, 2021, p. 62) por que se pautam as políticas locais, o que tem obstado à resolução de fenómenos sociais complexos e multidimensionais como a pobreza infantil. Veja-se no discurso direto:

“assim como (...) o Estado central não se pode se pode desresponsabilizar (...) deveríamos ter, em Portugal, uma institucionalização maior do papel das autarquias (...) uma lógica integrada, em que (...) vários organismos tivessem um papel reconhecido e estabelecido de combate à pobreza (...) em particular à pobreza das crianças... Até porque, nas autarquias, já estão, hoje, um conjunto muito grande de competências (...). Portanto, (...) devemos ter orientações globais... e isso tem a ver com o facto de funcionarmos num regime democrático e, portanto, aquilo que são as políticas públicas devem ser uma emergência da vontade popular, expressa democraticamente..., mas, para além disso (...) devemos tentar que a implementação prática dessas medidas seja o mais possível ao nível local e ao nível da proximidade com as pessoas” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

Daqui retém-se, a terminar, a exigência de uma “articulação multinível eficaz, com instrumentos políticos e âmbito de ação claros e estáveis” (Teles, 2021, p. 62). Conclui-se, em conformidade, pelo envolvimento ativo de todos quantos tenham responsabilidade e ação sobre a criança e os assuntos que lhe dizem respeito. A família, a comunidade e o poder local constituem-se, assim, como fator crítico de sucesso para uma execução eficiente de políticas e programas, projetos e iniciativas que sobre ela versem e sobre as dimensões da sua vida atuam. São elementos de coerência, estabilidade e compromisso na construção participada e participativa de serviços, respostas e intervenções que vão ao encontro das necessidades e aspirações da criança; vitais ao desenho de uma estratégia integrada e inclusiva no território, transversal à comunidade (M. J. Sarmiento, 2019b; Trevisan, 2016).

3.2.4. Respeitar, proteger e cumprir os direitos da criança: propostas para a ação

A quarta, e última, das categorias traçadas visava reunir um conjunto de pistas orientadoras, de prioridades e mensagens-chave para uma efetiva realização dos direitos e bem-estar da criança na sociedade portuguesa. Propunha-se, nesta ótica, indagar junto dos atores sociais entrevistados contributos para uma (re)definição de políticas públicas e sociais, de programas e respostas para a infância eficiente e eficaz, tendo em vista o respeito pelos princípios, a defesa e promoção dos direitos, liberdades e garantias previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança para assegurar a todas as crianças o seu pleno potencial.

Da análise e interpretação dos discursos, tem a assinalar-se, em primeira mão, a forte convergência das considerações e recomendações adotadas pelos profissionais. Em regra geral, resultantes tanto da prévia identificação de falhas, lacunas e demais insuficiências em respostas para crianças, jovens e famílias, como da sinalização de boas práticas de âmbito local e nacional, introduzidas ora aquando desta questão em particular, ora discutidas nouro momento da entrevista.

Atentando ao propósito deste ponto, e feita esta breve caracterização, considera-se justificada a vontade de lhes dar voz ativa, tendo tal presidido como critério estruturante para a apresentação das narrativas, que doravante se expõem.

A esta motivação ter-se-á somado outra, de igual ou maior importância, na seleção e organização dos discursos. Tal prendendo-se com a relação que mantêm e a pertinência com que concorrem para a criação do que uma das entrevistadas designou de “sistema integrado de infância” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

Um sistema que, aqui, se conceptualiza, a partir da sua narrativa, como um conceito tipo-ideal; um sistema que, não existindo, se pode construir, em contraponto à fragmentação da atividade ministerial e das respostas para a infância, da ausência de procedimentos de monitorização e avaliação essenciais à melhoria dos sistemas:

“o essencial é termos um sistema integrado para a infância (...) é preciso, se calhar, alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo para que os três anos façam parte do sistema educativo, (...) também é possível fazer muitas outras coisas sem que isso aconteça... basta que os Ministérios se entendam e saibam ter uma visão integrada. Mas as leis são importantes e, portanto, eu diria que a Lei de Bases do Sistema Educativo deveria ser alterada. Depois, é, de facto, esta dimensão de qualidade (...) no que concerne à monitorização e à avaliação (...), sem isto, (...) vai ser muito difícil (...) conseguirmos

ter os primeiros anos de vida assegurados, porque se nós não monitorizarmos e avaliarmos, constantemente, não só as organizações, mas também as políticas públicas, que têm que ser robustas o suficiente (...), não há continuidade” (Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal, E7).

Daqui decorre a necessária conceptualização da Convenção como um documento estratégico (Cardoso et al., 2017), como um referencial para a prática; dos direitos da criança como “indicador continuamente atualizado e sob vigilância teórica e empírica, das condições de progresso da cidadania e bem-estar das crianças, enquanto expressão de cidadania e bem-estar social plenos” (M. J. Sarmiento, 2015b, p. 37). Mais se entende, perante a expressividade e riqueza de tal proposta, a razão pela qual nela se fez convergir todos os contributos recolhidos. Assume-se, de facto, tal “sistema integrado para a infância” como mote para uma importante discussão em torno dos elementos que o compõem e de que caminhos se pode materializar.

Concretizando, parte-se desta ideia, da procura de um “sistema integrado para a infância”, moldado pelos direitos e bem-estar, para a exposição dos testemunhos dos entrevistados. O primeiro dos quais remete para a articulação interministerial, mobilização de meios e sinergias:

“muito importante capitalizar os artistas que trabalham já para o Estado, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Bailado, o Teatro Nacional de São João, a Orquestra Metropolitana de Lisboa (...) e que poderiam perfeitamente criar relações com diferentes escolas, a nível nacional (...) deveria haver concursos específicos para projetos para crianças, de diferentes linguagens artísticas” (Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões, E6).

No que concerne ao diagnóstico de necessidades e auscultação de entidades no terreno:

“perceber o que realmente se passa (...) ouvir as pessoas para quem as medidas são (...). As mudanças não se operam de um momento para o outro (...), mas (...) se começarem a pensar que é importante, aqui, escutar e procurar entender os outros, se calhar, conseguem-se pensar em coisas mais adequadas” (Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC, E8).

No âmbito da concertação de redes de parceiros:

“promover esta interação entre a academia, entre o serviço público, ao nível de quem está mais a conceber e a pensar e as pessoas que estão depois na prática, no concreto, a pôr em marcha e a operacionalizar (...) é (...) extraordinariamente importante nestas áreas, porque (...) há aqui um efeito prático, (...), uma implicação para a vida real, que é muito forte (...) que (...) deve passar a ser a prática geral daquilo que é feito, no âmbito

da intervenção nesta área” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

No que respeita ao acompanhamento da execução e avaliação de políticas e programas:

“é preciso avaliar (...) penso que aí vamos entrar, também, numa outra ótica e numa outra problemática de intervenção em Portugal (...) só avaliando é que nós conseguimos perceber, para além do impacto que temos, o que é que temos que fazer de forma diferente, para passar de uma questão de bom senso (...). Este ‘fazer à minha maneira’, ‘fazer à minha interpretação’, pode mudar-se se, de facto, houver uma estratégia de avaliação, porque se eu tiver que avaliar segundo um determinado padrão, eu vou ter que balizar as coisas” (Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal, E1).

No tocante à reflexividade, capacitação contínua e especialização dos profissionais:

“acho que há aqui uma vigilância permanente (...) e é um caminho (...) que temos, a toda a hora, de nos voltar a questionar se estamos a ir na direção certa e isso é muito importante (...) esta é uma área que exige um *know-how* do ponto de vista (...) daquilo que são o desenvolvimento de instrumentos, de modelos de intervenção e de abordagens, e, de facto, acho que se deve caminhar para que (...) sejam cada vez mais profissionais que têm uma socialização prévia com estas ferramentas que têm ao seu dispor, para poderem fazer um bom trabalho” (Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP, E3).

No quadrante das políticas públicas, uma “elaboração estrutural”, e a priorização da pobreza infantil como área de claro compromisso e investimento público:

“As políticas têm que ter uma definição ao nível estrutural, isto é, (...): a criação de regras e a distribuição de recursos. E é fundamental, nesse sentido, dar prioridade absoluta às crianças que estão desprovidas de recursos que garantam a vida com dignidade. Portanto, o combate à pobreza infantil parece-me absolutamente essencial. Precisamos que, quer no âmbito da Estratégia de Direitos da Criança, quer no âmbito da Estratégia da Luta contra a Pobreza (...) haja esta clareza de intervenção” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

“Neste momento, está em laboração, em Portugal, uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Ainda (...) não é público o seu conteúdo (...), mas eu não tenho dúvidas nenhuma que, nessa Estratégia, o combate à pobreza das crianças será uma das principais prioridades. E, portanto, o que eu desejo, o que eu auguro é que esse programa seja implementado e que essa prioridade seja um sucesso” (Professor Associado do ISEG/IUL, E10).

No que reporta à salvaguarda de condições de dignidade, segurança, bem-estar e justiça social:

“Em primeiro lugar (...) há princípios de dignidade que têm que ser sempre salvaguardados (...) é difícil nós pensarmos que uma criança concretiza os seus direitos se não tem as necessidades básicas asseguradas (...) Depois, é importante estarmos

muito (...) atentos e vigilantes a tudo aquilo que possa colocar em causa a segurança física, mas também emocional (...) o objetivo é promover o desenvolvimento integral da criança (...) e diria que é fundamental da parte dos poderes públicos e da comunidade como um todo (...) Depois (...) as crianças (...) precisam de ser expostas (...) à imensa riqueza cultural que temos, de terem o acesso a práticas de vida e hábitos de vida que sejam saudáveis (...) a participação em espaços em que estejam com outros e que aprendam com o outro (...) E, por último, (...) aos poderes públicos cumpre criar medidas e políticas que salvaguardem tudo isto e que, para além disso, ainda construam possibilidades de futuro (...) abram horizontes tão amplos quanto possível, ou seja, para que nenhuma criança ou jovem veja (...) confinada, a sua capacidade de sonhar (...) e de ir para além dos limites que, à partida, encontrou, no contexto em que nasceu e cresceu (...) a justiça social concretiza-se, também, por esta via e os direitos da criança são uma forma de justiça social” (Vice-Presidente da CM de Almada, E9).

No concernente ao (des)conhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos:

“é muito importante trabalharmos (...) no domínio do simbólico, isto é, daquilo que são as representações e as perceções da população sobre o que é a criança. E não estamos numa situação, ainda, inconcluída de transição entre uma conceção paternalista, de que a criança é alguém em devir para a condição adulta e que precisa de ser corrigida nessa trajetória... e a outra conceção, que é claramente a da Convenção dos Direitos da Criança, de que a criança é um ser humano (...) dotado de direitos e, portanto, sujeito desses direitos (...) esta transição para a construção de uma cidadania da infância, com a possibilidade de participação das crianças e com reflexos, quer ao nível das relações de intimidade, na cidadania íntima, quer ao nível daquilo que é a vida na cidade, ou daquilo que é a vida nas organizações e instituições, por exemplo, dentro das escolas... Aí precisamos muito de fazer alguns avanços na consciência coletiva” (Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO, E4).

No campo da promoção da participação social e política da criança:

“colocaria a tónica, novamente, naquilo (...) que era conseguirmos que esta participação efetiva, esta integração ativa nos programas da infância, acontecesse a partir das escolas, a aproveitando os contextos educativos e os agentes educativos (...) para poder alavancar esta integração das crianças, porque realmente, por mais que nós tentemos atuar junto às famílias, por mais que realizemos assembleias de crianças, grupos focais (...) eles nunca conseguem ter a regularidade e, se calhar, a familiaridade para estas crianças que tem o contexto escolar... E, portanto, (...) deveríamos recorrer ao contexto (...) escola (...) aos professores (...) para conseguirmos integrá-los de forma mais ativa nas políticas (...) embora isto já aconteça em muitos programas... mas fazê-lo de forma mais intensiva e mais estruturada” (Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães, E12).

Quanto à implementação de intervenções e respostas para a criança, um desenho à sua medida:

“Ao nível da implementação (...) não pegarmos num programa (...) até mesmo os que estão validados cientificamente (...) ele tem sempre que ser adaptado às necessidades de cada criança (...). E (...) sobretudo, (...) escutar as crianças... e desenhar programas,

projetos que vão ao encontro das suas necessidades e anseios” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11).

Relativamente a competências de decisores políticos em matéria de direitos da criança:

“falta, (...) até competência em direitos da criança dos nossos decisores políticos (...) ao nível local, o que o Programa das Cidades Amigas das Crianças tem feito (...) é trabalhar com as próprias autarquias e com todas as partes interessadas nesta dimensão da formação e da capacitação para os direitos, neste reconhecimento de que não é possível implementarmos os direitos sem os conhecermos e sem sabermos como é que os vamos implementar. Isso, (...) foi a primeira necessidade e a primeira resposta que temos incentivado os municípios a tomarem, (...) de outra forma, (...) teremos mais políticas setoriais, e não integradas” (Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal, E5).

No que se refere a conceder prioridade política à criança:

“Nenhuma sociedade é sustentável sem as crianças, de agora (...) são dos investimentos com melhor retorno económico (...) falando dos dinheiros públicos (...) tudo o que nós gastarmos (...) vamos poupar daqui a trinta anos quando eles forem adultos, e daqui a cinquenta quando forem idosos (...), quando percebermos isto, finalmente vamos pôr as crianças no centro de todas as políticas (...) e, portanto, vamos (...), sejam eles pais, profissionais de creches, amas (...), técnicos de acolhimento residencial, (...), investir nestes cuidadores, capacitá-los, na medida (...) das suas necessidades” (Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS, E11).

Tomados na sua globalidade, esquematizaram-se os contributos apurados em torno de um único, corolário de um “sistema integrado para a infância” (Figura 8):



Figura 8. Ultrapassando a fragmentação: Sistema Integrado para a Infância
Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas recolhidas

Imaginam-se, de uma forma sinóptica, como “partes” de um dito “sistema integrado para a infância”, essenciais ao seu desenho e operacionalização; ilustrativos de um caminho que ainda falta percorrer para assegurar à criança o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar.

CONCLUSÃO

“A verdade é que não basta ouvir as crianças; é preciso responder-lhes. Não basta acompanhá-las; é preciso promovê-las” (d’Espiney, 2009, p.11).

Em “Uma Carta Aberta às Crianças de Todo o Mundo – 8 razões de preocupação e esperança” (2019), publicada no âmbito da celebração do trigésimo aniversário da adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, a diretora executiva da UNICEF, Henrietta Fore, construía um exercício de reflexão em torno do passado, presente e futuro das crianças de todo o mundo, somando aos progressos e aos insucessos das últimas três décadas, os riscos e ameaças das próximas três. Assim, à pobreza, às desigualdades, à discriminação e às condições precárias de acesso à saúde e à educação, acrescentava um conjunto de outras transformações e desafios globais.

Os resultados da pesquisa dão corpo a esta ideia. Subsistem e adicionam-se obstáculos à satisfação dos direitos e bem-estar de todas as crianças na contemporaneidade. A montante destes parece encontrar-se a forma como são percecionadas. A elevação da criança à condição de sujeito de Direito e de direitos, tal como preconizada na Convenção, continua, hoje, a ser uma miragem: “Falamos dela como objeto, mantemo-la na condição de objeto” (Kotowicz, 2019).

Transcorrido este percurso de investigação, centrado nos direitos humanos da criança como abordagem para a (re)formulação de políticas, processos e práticas articuladas entre si a nível nacional e local, dois questionamentos serviram-lhe de base: Por que modos se expressa o reconhecimento dos direitos nas políticas e práticas vigentes, em Portugal? De que forma a construção de cidades e comunidades *das e para a* criança pode contribuir para assegurar o gozo efetivo dos direitos da criança e seu bem-estar?

De acordo com o discutido ao longo deste trabalho, a situação atual de vida das crianças e das famílias com crianças em Portugal, esboçada a partir das respostas e intervenções sociais que a elas se dirigem, parece ser o espelho de tais contradições. Não subestimando a rasgos de uma evolução positiva, o retrato presente e futuro revela sinais de preocupação. Com medidas de política e lógicas de atuação parcelares, que tendem a remetê-la a uma condição de *objeto*, de menoridade, apontam os dados para a sub-representação das suas opiniões, necessidades e aspirações em programas, projetos e iniciativas. Simultaneamente,

enformam o debate acerca da sua (in)visibilidade: um debate que se faz mais de uma invisibilidade nacional do que de uma visibilidade local.

Nesta linha de entendimento, julga-se ter encontrado indícios de que seja no plano local, no plano da comunidade, que a criança se realiza enquanto ser social e político, num espaço-tempo público favorável à concretização do paradigma *criança-sujeito*. Agrega a comunidade condições necessárias à sua proteção e promoção; a uma melhor qualidade de vida e bem-estar pessoal e social; e ao desenho inclusivo e participado de soluções próximas das suas necessidades e alinhadas com a suas perspetivas e vontades.

Procurou vislumbrar-se, neste caminho, quais os pontos cardeais de uma ação integrada baseada nos direitos da criança. Privilegiando-se este cariz reflexivo, atentou-se à noção de “políticas de infância integradas”, um conceito para o qual se espera ter podido contribuir com uma possível definição. Ademais, clarificando o que elas não são, como testemunharam os atores sociais entrevistados. A terminar, e motivando a uma articulação nacional e local, munidas de um olhar multissectorial e abrangente sobre todas as dimensões da vida quotidiana, entendem-se políticas públicas integradas para a criança no quadro de um “sistema integrado para a infância”, conducente à superação de visões fragmentadas e adultocêntricas. Um sistema centrado nos direitos e bem-estar, que a todos envolve e a todos compromete numa comunidade *das e para a* criança, que a mostra a partir de si própria, das suas práticas, culturas e (inter)ações num espaço-tempo público verdadeiramente democrático.

Mais do que a encerrar definitivamente esta discussão, acredita-se que esta dissertação possa ter aberto caminhos à exploração de linhas de tensão entre a teoria e a prática dos direitos na sociedade portuguesa, contribuindo, ainda que de forma exploratória, para identificar constrangimentos estruturais e pistas para a ação no sentido da melhoria das respostas para a infância, um processo em contínuo aperfeiçoamento.

Pensa-se, dada a pertinência desta questão, que deverá continuar a merecer reflexões futuras, que possibilitem mapear trajetórias de (in)sucesso até à celebração dos quarenta anos da adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança em 2029, e da sua ratificação pelo Estado português em 2030. Neste lastro, vê-se como princípio e valor fundamental dar vez e voz às crianças, uma dimensão a que não se pode atender neste estudo dada a sua moldura temporal.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, C. (2001). *Os Direitos da Criança: as Nações Unidas, a Convenção e o Comité. Boletim de Documentação e Direito Comparado*.
- Almeida, A. N. de, Ribeiro, A. S., & Rowland, J. (2018). Crianças, cidadania e desigualdade em contextos de crise. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão, & A. Jorge (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva* (1st ed., pp. 505–528). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Almeida, T. (2020). *Arquitetura do cérebro e Educação de Infância*.
- Amaro, M. I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2nd ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Araújo, L., & Rodrigues, M. de L. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11–35. <https://doi.org/10.7458/SPP2017839969>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. A/RES/57 (I), de 11 de dezembro de 1946 (1946).
- Assembleia Geral das Nações Unidas. A/RES/802 (VIII), de 6 de outubro de 1953 (1953).
- Associação Internacional de Cidades Educadoras. (n.d.-a). Carta das Cidades Educadoras.
- Associação Internacional de Cidades Educadoras. (n.d.-b). Congressos. Retrieved from <https://www.edcities.org/pt/congresso/>
- Barbosa, I. (2019). Direito das crianças à cidade: entre a agenda e a agência. Retrieved from <http://www.barometro.com.pt/2019/12/23/direito-das-criancas-a-cidade-entre-a-agenda-e-a-agencia/>
- Bastos, A., Fernandes, G. L., Passos, J., & Malho, M. J. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza Infantil: Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bastos, A., Machado, C., & Passos, J. (2011). *Números com Esperança. Abordagem estatística da pobreza infantil em Portugal: da análise às propostas de actuação*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bettencourt, L., Alexandre, J., Carvalho, H., & Parente, C. (2019). *20 anos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: o que nos dizem os casos reabertos sobre a atuação das CPCJ?* (Policy Brief 2019). Lisboa.
- Blaikie, N. (2000). *Designing Social Research: the logic of anticipation*. Oxford: Polity Press.
- Bradshaw, J. (1972). Taxonomy of social need. In G. McLachlan (Ed.), *Problems and*

- progress in medical care: essays on current research* (7th ed., pp. 71–82). London: Oxford University Press.
- Braga, C. da C., & Amaro, M. I. (2018). Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 42(16), 125–135.
- Branco, F. (2008). A investigação em Serviço Social em Portugal: trajectórias e perspectivas. *Locus Soci@l*, 1, 48–63.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–531. <https://doi.org/https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Harvard University Press.
- Caballo Villar, M. B. (2001). *A Cidade Educadora: Nova perspectiva de organização e intervenção municipal* (2nd ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Cardoso, A., Guerreiro, A., Silva, A. P., Lansdown, G., & CESIS. (2017). *Formação em Direitos da Criança - A Convenção em Prática. Referencial de Formação*. Lisboa.
- Carvalho, M. I. (2020). *Ser Assistente Social - Retrato(s) da profissão*. (M. I. Carvalho, Ed.). Lisboa: PACTOR.
- Castro, H. C. (2018). Uma viagem pelo reconhecimento das crianças: Objetos, sujeitos e/ou protagonistas? *Revista E-Psi*, 8(1), 23–37.
- Comité dos Direitos da Criança. (2003). *CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro de 2003*.
- Comité dos Direitos da Criança. (2013). *CRC/C/GC, de 17 de abril de 2013*.
- Comité dos Direitos da Criança. (2014). *CRC/C/PRT/CO/3-4, de 31 de janeiro de 2014*.
- Conselho Nacional de Saúde. (2018). *Gerações Mais Saudáveis: Políticas públicas de promoção da saúde das crianças e jovens em Portugal*. Lisboa: CNS.
- Cordeiro, M. (2015). *Crianças e Famílias num Portugal em Mudança* (Lisboa). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Correia, R. B. (2020). *Políticas de Família em Portugal 2018: Relatório do Observatório das Famílias e das Políticas de Família*. Lisboa.
- Costa Araújo, S., & Fernandes, N. (2016). A criança como sujeito de direitos no contexto da União Europeia: nuances e diálogos necessários entre os direitos de participação e os direitos de provisão. In A. Bastos & F. Veiga (Eds.), *A Análise do Bem-Estar das*

- Crianças e Jovens e os Direitos da Criança* (pp. 109–130). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Costa Rico, A. (2019). Prefácio. In *A Cidade das Crianças* (pp. 7–24). Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal.
- D’Espiney, R. (2009). À laia de prefácio [Infância, Família e Comunidade: As crianças como atores sociais]. In *Infância, Família e Comunidade: As crianças como atores sociais* (pp. 9–11). Porto: Porto Editora.
- Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro. *Diário da República* n.º 253/2013, 3º Suplemento, Série I.
- Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro. *Diário da República* n.º 193/2009, Série I.
- Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de dezembro. *Diário da República* n.º 249/2011, 1º Suplemento, Série I.
- Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio. *Diário da República* n.º 98/2017, Série I.
- Despacho n.º 10277/2020, de 26 de outubro. *Diário da República* n.º 208/2020, Série II.
- Diogo, E. (2018). *Ser família de acolhimento de crianças em Portugal: motivações e experiências*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Diogo, E., & Branco, F. (2020). The foster family process to maintain the will to remain in foster care - Implications for a sustainable programme. *Sustainability*, 12(19), 1–13.
- DSRIC. (2015). *Políticas para a infância em Portugal na área da Segurança Social*. (E. e S. S. Ministério da Solidariedade, Ed.). Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Easton, D. (1957). An Approach to the Analysis of Political Systems. *World Politics*, 9(3), 383–400. <https://doi.org/10.2307/2008920>
- Elvas, S., & Moniz, M. J. V. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 3(XXVIII), 451–464.
- Eurochild, International Step by Step Association, European Public Health Alliance, & Roma Education Fund. (2020). *Country Fact Sheet 2020: Portugal*.
- Faure, E., Herrera, F., Kaddoura, A.-R., Lopes, H., Petrovsky, A., Rahnama, M., & Ward, F. (1972). *Learning to be: the world of education today and tomorrow*. Paris: UNESCO.
- Fernandes, N., & Tomás, C. (2014). Direitos da criança, brincar e brincadeiras. In C. Tomás & N. Fernandes (Eds.), *Brincar, brinquedos e brincadeiras: modos de ser criança nos*

- países de língua oficial portuguesa* (pp. 13–26). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá.
- Ferreira, J. (2011). Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. *Trabajo Social Global*, 2(1), 62–78.
- Ferreira, J. (2016). As políticas de família na contemporaneidade: a dimensão ecossocial na intervenção territorializada. In M. Conversa (Ed.), *Multiterritorialidades e os desafios da proteção social no Brasil e na Europa* (pp. 228–255). João Pessoa: Editora do CCTA.
- Ferreira, M. (2011). Galgar fronteiras, criar “pontes”, traçar “ruas” e itinerários: a construção social de sentidos nos espaços intersticiais da sala do Jardim de Infância pelas crianças. *Poiésis*, 4(8), 234–251.
- Ferreira, M., & Sarmiento, M. J. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Revista Eletrônica de Educação*, 2(2), 60–91.
- Ferreira, T., Marinho, L., Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2019). *Políticas municipais de juventude: governança, recursos e apoios* (Policy Brief 2019). Lisboa.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Fore, H. (2019). Uma Carta Aberta às Crianças de Todo o Mundo – 8 razões de preocupação e esperança. Retrieved from <https://www.unicef.pt/actualidade/noticias/carta-aberta/>
- Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. (2020). First Years First Priority.
- GDDC - Ministério Público. (n.d.). Comité dos Direitos da Criança.
- GEP/MTSSS. (2019). *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos - Relatório 2018*. Lisboa. Retrieved from <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocial2018.pdf>
- Giddens, A. (2001). *O Mundo na Era da Globalização* (3rd ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Goldfeld, S., Gilles-Corti, B., Woolcock, G., Badland, H., Katz, I., Villanueva, K., ... Brinkman, S. (2018, October 23). No Title. *Working out What Makes a Good Community Where Young Children Can Thrive*. Retrieved from <https://theconversation.com/working-out-what-makes-a-good-community-where-young-children-can-thrive-104933>
- Goldfeld, S., & Villanueva, K. (2017). The Kids in Communities Study: what it is about where you live that makes a difference to children’s development? *Early Childhood Matters 2017*.
- Goldfeld, S., Villanueva, K., Lee, J.-L., Robinson, R., Moriarty, A., Peel, D., ... Katz, I.

- (2018). *Foundational Community Factors (FCFs) for Early Childhood Development: A report on the Kids in Communities Study*.
- Gomes, T. (2018). Educação como Parte Fundamental do Processo de Inclusão Social. In M. I. de Carvalho (Ed.), *Serviço Social em Educação* (pp. 63–80). Lisboa: PACTOR.
- Grande, C. (2020). A importância dos primeiros anos de vida: o papel da intervenção precoce. Retrieved from <http://primeirosanos.iscte-iul.pt/2020/06/03/a-importancia-dos-primeiros-anos-de-vida-o-papel-da-intervencao-precoce/>
- Guedes, G. (2005). A Cidade Educadora. *Revista Do Fórum Português de Administração Educacional*, 5, 20–25.
- Guerra, P. (2019). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Anotada* (4th ed.). Coimbra: Almedina.
- Hart, R. (1992). *Children's participation: from tokenism to citizenship* (Innocenti Essays No. 4). Florence.
- INE. (2019). *Rendimento e Condições de Vida 2019 (Dados provisórios) - 26 de novembro de 2019. Destaque*. Lisboa.
- Kotowicz, A. (2019, November 20). É preciso deixar de “infantilizar” as crianças e passar a vê-las como cidadãs de pleno direito. *Observador*. Retrieved from <https://observador.pt/2019/11/20/e-preciso-deixar-de-infantilizar-as-criancas-e-passar-a-ve-las-como-cidadas-de-pleno-direito/>
- Lança, H. C. (2018). *Cartografia do Direito das Famílias, Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A.
- Leitão, M. (2019). *Principais desenvolvimentos das Políticas de Famílias: Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2016-2017*. Lisboa.
- Leote de Carvalho, M. J. (2016). O bem-estar e desenvolvimento pelos (outros) mundos sociais da infância: o olhar das crianças. In A. Bastos & F. Veiga (Eds.), *A Análise do Bem-Estar das Crianças e Jovens e os Direitos da Criança* (pp. 65–79). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Lúcio, J. (2019). A Cidade como experiência de aprendizagem: reflexões ilustradas sobre o currículo educativo da Cidade. *Kult-Ur - Revista Interdisciplinària Sobre La Cultura de La Ciutat*, 6(11), 87–108. <https://doi.org/https://doi.org/10.6035/Kult-ur.2019.6.11.4>

- Malho, M. J. (2004). A criança e a cidade. Independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. In *Atas do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. Atelier: Modernidade, Incerteza e Risco* (pp. 49–56). Braga: Associação Portuguesa de Sociologia. Retrieved from https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628ed529c42d_1.pdf
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC). *Análise Psicológica*, 3(XXVIII), 411–436.
- Martins, Maria, Sarmiento, T., & Alves, S. (2019). Família: ontem como hoje, permanente educadora. *Gestão e Desenvolvimento*, 27, 211–228. <https://doi.org/https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2019.382>
- Monteiro, A. dos R. (2010). *Direitos da Criança: Era Uma Vez...* Coimbra: Almedina.
- Moreira, V., & Gomes, C. de M. (2014). *Compreender os Direitos Humanos: manual de educação para os direitos humanos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- ONU-Habitat. (2019). *Nova Agenda Urbana - Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Urbanos para Todos*.
- ONU. Carta das Nações Unidas (1945). Retrieved from <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Retrieved from <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- ONU. Declaração dos Direitos da Criança (1959). Retrieved from <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaodtoscrianca.pdf>
- ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Retrieved from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis
- Ornelas, J., & Moniz, M. J. V. (2007). Parcerias comunitárias e intervenção preventiva. *Análise Psicológica*, 1(XXV), 153–158.
- Peneda, J. S. (2013). Um Estado Pode Ser Forte e Não Ser Enorme. In M. de L. Rodrigues & P. A. e Silva (Eds.), *Políticas Públicas para a Reforma do Estado* (pp. 97–105). Coimbra: Edições Almedina.
- Pereirinha, J. A. (2018). *Política Social*. Lisboa: Univerdade Aberta.
- Pereirinha, J. A., Pereira, E., Branco, F., Amaro, M. I., & Costa, D. (2020). *Rendimento adequado em Portugal: um estudo sobre o rendimento suficiente para viver com dignidade em Portugal*. (J. A. Pereirinha, Ed.). Coimbra: Edições Almedina.

- Pinto, C. F. (2001). Prefácio. In M. B. Caballo Villar (Ed.), *A Cidade Educadora: Nova perspectiva de organização e intervenção municipal* (2nd ed., pp. 7–11). Lisboa: Instituto Piaget.
- Queiroz, C. (2020). *Direitos Fundamentais Sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade* (2nd ed.). Forte da Casa: Petrony Editora.
- Qvortrup, J. (2010). Infância e Política. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 777–792.
- Resolução da Assembleia da República n.º 75/2012, de 28 de maio. *Diário da República* n.º 103/2012, Série I.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/200, de 18 de dezembro. *Diário da República* n.º 245/2020, Série I.
- Rey, F. G. (2005). Diferentes momentos do processo de pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In *Pesquisa Qualitativa e Subjectividade* (pp. 79–113). São Paulo: Thomson.
- Ribeiro, R. (2016). Francesco Tonucci: a criança como paradigma de uma cidade para todos. *Educação e Território. Notícias - Reportagens*. Retrieved from <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/francesco-tonucci-a-crianca-como-paradigma-de-uma-cidade-para-todos/>
- Rocha, J. A. O. (2010). *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Rodrigues, M. de L. (2017). O modelo das etapas e a análise das políticas públicas. In M. de L. Rodrigues & H. Carreiras (Eds.), *Exercícios de Análise de Políticas Públicas 2* (1st ed., pp. 5–18). Lisboa: Mundos Sociais.
- Ruffolo, M. C., Thoburn, J., & Allen-Meares, P. (2009). Children, Young People and Families. In I. Shaw, K. Briar-Lawson, J. Orme, & R. Ruckdeschel (Eds.), *The SAGE Handbook of Social Work Research* (pp. 378–391). SAGE Publications.
- Santos, B. de S. (2012). O Estado social, Estado providência e de bem-estar. *Diário de Notícias*. Retrieved from <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/o-estado-social-estado-providencia-e-de-bem-estar-2968300.html>
- Sarmiento, M. J. (2013). Infância contemporânea e educação infantil: uma perspectiva a partir dos direitos da criança. In M. A. Salmaze & O. A. Almeida (Eds.), *Primeira Infância no Século XXI: direito das crianças de viver, brincar explorar e conhecer o mundo* (pp.

- 131–148). Campo Grande: Editora Oeste / OMEP Brasil.
- Sarmento, M. J. (2015a). Educação infantil em tempo integral e bem-estar da criança como princípio de justiça. *Cadernos de Pesquisa Em Educação - PPGE/UFES*, 19(42), 29–44.
- Sarmento, M. J. (2015b). Uma Agenda Crítica para os Estudos da Criança. *Currículo Sem Fronteiras*, 15(1), 31–49.
- Sarmento, M. J. (2018a). Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação (Porto Alegre)*, 41(2), 232–240. Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/issue/view/1214>
- Sarmento, M. J. (2018b). Retrato em Positivo. In *Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças* (pp. 7–16). São Paulo: Blucher.
- Sarmento, M. J. (2019a). Apresentação [Dossiê: Crianças e suas Infâncias na Cidade]. *Cadernos de Pesquisa Em Educação - PPGE/UFES*, 21(49). Retrieved from <http://periodicos.ufes.br/educacao/issue/view/1010>
- Sarmento, M. J. (2019b). Pobreza infantil, insucesso escolar e políticas locais integradas. *Norte 2020: Educação Para Todos*, 8, 4–8.
- Sarmento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183–206.
- Sarmento, M. J., Trevisan, G., Grangeia, H., Sousa, M., Oliveira, I. G. de, Pinto, A., ... Soares, I. (2020). Intervenção local com crianças e famílias face à pandemia COVID-19: ProChild CoLAB em Guimarães. In Manuela Martins & E. Rodrigues (Eds.), *A Universidade do Minho em Tempos de Pandemia: Tomo II: (Re)Ações* (pp. 66–95). Braga: Editora UMinho.
- Sarmento, T., & Silva, M. C. (2017). O brincar na infância é um assunto sério ... In T. Sarmento, F. I. Ferreira, & R. Madeira (Eds.), *Brincar e Aprender na Infância* (pp. 39–56). Porto: Porto Editora.
- Seixas, E. C., Tomás, C., & Giacchetta, N. (2020). Os jardins/ parques urbanos de Lisboa pelo olhar de adultos e pela ação das crianças. *Revista Práxis Educacional*, 16(40), 134–163.
- Silva, M. (2016). Prefácio [A Análise do Bem-estar das Crianças e Jovens e os Direitos da Criança]. In A. Bastos & F. Veiga (Eds.), *A Análise do Bem-Estar das Crianças e Jovens e os Direitos da Criança* (pp. 7–10). V. N. Famalicão: Edições Húmus.

- Silva, P. (2009). Crianças e comunidades como atores sociais: uma reflexão sociológica no âmbito da interação entre escolas e famílias. In *Infância, Família e Comunidade: As crianças como atores sociais* (pp. 17–42). Porto: Porto Editora.
- Silva, P. A. (2017). Protecção Social: domínios e conceitos. In B. A. Félix & M. do C. P. Neves (Eds.), *Ética Aplicada: Protecção Social* (pp. 27–47). Lisboa: Edições 70.
- Soares, O. S. (2020). Missão (im)possível: Direitos da Criança na União Europeia. *Expresso*. Retrieved from <https://expresso.pt/coronavirus/2020-05-08-Missao--impossivelDireitos-da-Crianca-na-UE--lutar-por-uma-agenda-ambiciosa>
- Tavares, A., Sousa, L. de, Macedo, A., Fernandes, D., Teles, F., Mota, L. F., ... Pires, S. M. (2018). *Qualidade da governação local em Portugal*. (A. Tavares & L. de Sousa, Eds.). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Teles, F. (2021). *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tonucci, F. (2019a). ¿Qué podemos esperar para los niños y niñas del 2050? *Revista Aula de Infantil - Ideas, Utopías, Realidades: La Escuela Infantil En El 2050*, 100.
- Tonucci, F. (2019b). *A Cidade das Crianças. Uma nova forma de pensar a cidade*. Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal.
- Trevisan, G. de P. (2016). A participação das crianças em contextos de vida quotidianos: interrogações e possibilidades. In *Análise do Bem-Estar das Crianças e Jovens e os Direitos da Criança* (pp. 93–108). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- UNICEF. (2012). *The State of the World's Children: Children in an Urban World*. New York.
- UNICEF. (2018a). *Child Friendly Cities and Communities Handbook*. Geneva: UNICEF.
- UNICEF. (2018b). *Shaping urbanization for children. A handbook on child-responsive urban planning*. New York: UNICEF.
- UNICEF. (2020). *Engaged and Heard! Guidelines on Adolescent Participation and Civic Participation*. New York: UNICEF.
- UNICEF Espanha. (2019). Premios UNICEF España 2019: Francesco Tonucci, Fundación Pablo Horstmann y “Cinco Continentes.”
- UNICEF Portugal. (n.d.). A UNICEF em Portugal.
- UNICEF Portugal. (2020). *Relatório Anual de Atividades e Contas 2019*. Lisboa.
- Veiga, F., & Araújo, S. (2016). A promoção do bem-estar infantil: o desafio, uma prioridade!

- In A. Bastos & F. Veiga (Eds.), *A Análise do Bem-Estar das Crianças e Jovens e os Direitos da Criança* (pp. 131–139). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2019). *Juventude(s) do local ao nacional - que intervenção?* Porto: Edições Afrontamento.
- Wall, K. (2010). Os homens e a política de família. In K. Wall, S. Aboim, & V. Cunha (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades* (pp. 67–94). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wall, K., Almeida, A. N. de, Vieira, M. M., Cunha, V., Rodrigues, L., Coelho, F., ... Atalia, S. (2015). *Impactos da crise na nas crianças portuguesas: indicadores, políticas, representações*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

APÊNDICES

A. Transcrição das Entrevistas

E1

Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal,

Dr.^a Leonor Costa

09-02-2021, 9h30-10h00

Q.1. O que entendes por políticas de infância integradas?

E1: Ah... Bem, o que é que eu entendo por políticas integradas de infância ou, meramente, por políticas integradas, seja ela de que área estejamos a falar... Não sendo a minha área, ... e essa é uma parte muito interessante no trabalho que desenvolvemos no âmbito da UNICEF Portugal... e também não sendo a minha área de formação nem a minha especialidade, as políticas integradas podem, de facto, e devem ser, de facto, cada vez mais instituídas. Pelo que eu entendo, é construir uma política com base em várias áreas do saber, nomeadamente do serviço social, da ciência política, da economia... ah... e, portanto, que possam responder de uma forma sistémica àquele que será o objetivo dessa política. No âmbito de políticas públicas integradas para a infância, relacionadas obviamente com o tema da infância e da criança, estas estão muito claramente ligadas com os direitos ou com a garantia ou promoção desses mesmos... e considero que, cada vez mais, se coloca essa tónica nas políticas que são desenvolvidas em Portugal, nomeadamente porque começamos a notar um maior envolvimento da sociedade civil, através das organizações não governamentais, quando convidadas para a definição destas mesmas políticas. No entanto, penso que há aqui um trabalho longo a fazer, particularmente naquilo que são as áreas prioritárias do governo, não é... E, portanto, muitas vezes acabamos por perceber que dentro deste a comunicação não flui e não se relacionam áreas importantes, tais como a área da promoção e da proteção, onde a educação, por exemplo, tem um fator importantíssimo e a lei não espelha de uma forma direta esse saber.

Entrevistador: Ah.... Muito bem, muito obrigada.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que consideras mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E1: Mais uma vez, estando eu muito ligada à área educação... ah... eu acho que, nos últimos tempos, temos duas leis, quer a nível internacional, quer a nível nacional, que foram olhadas como positivas e estamos a falar da Lei 54 e da Lei 55 de 2019, que abordam a educação inclusiva. Na área da educação é, de facto, um avanço muito grande o de olhar para todas as crianças da mesma forma e não fazer uma distinção imediata pela diferença que estas possam ter... e possibilita a todas começarem, à partida, do mesmo ponto e não umas mais à frente da meta ou mais atrás da meta, não é... E, portanto, esta é, para mim, uma grande melhoria no que diz respeito à educação. Acho que... posso falar de outras políticas que tenham sido desenvolvidas, mas de facto estas duas são algo que considero bastante positivo... e, uma vez que, no âmbito do trabalho que desenvolvo na UNICEF Portugal, uma das áreas para onde fomos convidados a colaborar foi na definição da Estratégia Nacional de Combate ao Abandono Escolar. Ah... e, mais uma vez, é possível verificar, aqui, a interligação entre estas áreas, ou seja, de que forma é que a inclusão positiva de todos diminui os casos de abandono escolar. Perceber esta visão... e quase relacionando com a pergunta anterior, ... Esta visão de olhar para a criança no seu todo, quer pelas suas características físicas, quer pelas suas características cognitivas e mentais, que estão todas previstas na Lei 54... e de que forma é que isso pode melhorar e contribuir para o seu sucesso escolar. Portanto, eu considero que, ao nível da educação, vemos um esforço para tornar a escolaridade obrigatória, não só pelo direito que ela é, presente na Convenção sobre os Direitos da Criança..., mas também como uma área que permite trabalhar outras, não é... E a escola, tal como nós defendemos na UNICEF Portugal, não é apenas um local onde vamos aprender. É importante ter esta visão novamente, sendo esta potenciadora da defesa dos direitos da criança, uma vez que engloba as várias áreas de desenvolvimento da mesma.

Entrevistador: E se eu tivesse que perguntar quais é que considerarias como as menos relevantes ou menos potenciadoras de melhores condições de vida, conseguirias dizer-me alguma política, ou algum programa ou projeto que consideres menos impactante?

E1: Eu acho que, nessa pergunta, começava por fazer alguma distinção, ... eu acho que os programas ou projetos não têm o mesmo impacto que as políticas públicas, para já porque

as escolas são inundadas com programas... ah... não articulados, não integrados e que cada entidade desenvolve na sua ótica, com o objetivo que pretende alcançar. Deste modo, nós temos escolas com sete, oito e nove entidades que trabalham com programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, como é o caso do programa da UNICEF Portugal, com o Programa Educação pelos Direitos, que pretende ser de sensibilização da Convenção sobre os Direitos da Criança, através da educação formal e não formal. Através de uma participação muito concreta das crianças e jovens na definição daquele que vai ser o plano de ação do próprio programa... Portanto, este é um programa específico para cada turma, porque...ah... só faz sentido desta forma, uma vez que eu não posso trabalhar com uma turma um tema que não tem relevância para essa mesma turma... assim não vou atingir resultado nenhum, pois não vou ter a criança motivada para aprender... Ah... No entanto, nós colaboramos com alguns agrupamentos de escolas e temos outras entidades envolvidas nestes mesmos agrupamentos e, portanto, esta não concertação... esta não visão integrada dos próprios programas não pode, à partida, nutrir ou resultar em algo muito maior, o que poderia acontecer se nós tivéssemos uma relação e se isto fosse estruturado e organizado entre todos... estamos a falar de programas de Juntas de Freguesia, de programas de outras organizações não governamentais..., alguns deles até sobre os mesmos temas, sobre os direitos, que podem não ser os direitos da criança, mas são os direitos humanos e, portanto, falamos na mesma ótica... e, às vezes, até inclusive com as mesmas turmas. Logo, alguma coisa aqui não está a funcionar e a necessidade de promovermos esta articulação passa pelas organizações, obviamente, mas também passa pelos agrupamentos de escolas e, portanto, é necessário fazer este reforço. Ah... Neste sentido, dir-te-ia que há muitos projetos interessantes, ... nós temos muitos projetos aliciantes a nível nacional, contudo, não tenho qualquer noção de avaliação de impacto que te possa dizer, que estes têm um resultado melhor ou pior do que aquele programa que desenvolvemos na UNICEF Portugal. No nosso caso, o que te posso dizer... e numa perspetiva até de quem já estive a executá-la e, neste momento, de quem está numa fase muito mais de organização do próprio programa... é que os resultados não são como qualquer outro treino de competências pessoais e sociais... os resultados não são visíveis na hora, por isso isto muitas vezes tem a ver com um processo de continuidade e de maturidade das próprias crianças... ah... E é esta visão de fazer todos os dias ou de fazer com frequência que faz com que o Programa de Educação seja um Programa que, ... ah... não existindo em muitas

escolas, mas nas que existe seja um Programa de referência..., na medida em que, de facto, desenvolve-o nesta perspetiva do todo e não apenas dos direitos da criança ou de um tema em específico sem interesse para a turma. Ah... e, desta forma, olhando para outros projetos, muitas vezes a falha que eu deteto é que eles são standard, ou seja, eles acontecem de forma idêntica em todos os locais e aí a minha sensibilidade... e o meu... e a minha avaliação acabam por ser negativas. Eu acho que não é possível nós termos um resultado tão... ou alcançarmos um resultado positivo na relação humana e no desenvolvimento de competências humanas se eu fizer igual para todos, não é... isto era quase contraditório... Acabo de dizer que a Lei 54 é benéfica, porque olha para todos, mas de uma forma individualizada; depois não poderia estar a promover um Programa que o fizesse de uma forma oposta. Portanto, essa seria uma das críticas que faria, ... até muito mais relacionada com o meu background enquanto assistente social em vários agrupamentos de escolas e não propriamente com a função que desempenho agora.

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças, o que apontas como fatores diferenciadores, aspetos positivos e negativos, da sua implementação?

E1: Ah... Na minha opinião, como aspetos positivos nós temos uma vantagem..., ou seja, o facto de existirem muitos, à partida, demonstra que há uma preocupação neste contexto... e, portanto, isso para mim é um aspeto positivo, ... é algo que é visível, que é necessário trabalhar nas escolas e que estas ainda não têm competências para o fazer sozinhas. Não têm competências, porque quando falamos de técnicos especializados que possam desenvolver este tipo de projetos...ah... muitas escolas não os têm e, portanto, ficamos a contar apenas com a boa vontade dos professores... que, na sua génese, não têm formação para fazer treino de competências. Desta forma, acaba por ser, na minha ótica, um aspeto muito positivo verificarmos que, quer nas grandes cidades, quer mesmo em contextos mais pequenos, existem IPSS e organizações não governamentais que têm esta capacidade e que, de facto, reconhecem que é algo que precisa de ser feito e que tem benefícios para as crianças e para os jovens... ah... e, portanto, eu acho que esse é um ponto positivo. Garantidamente, um ponto negativo será a falta de organização destes projetos em contextos de escola... e que, portanto, faria sentido haver uma maior articulação, mas que eu considero que não existe também por outros fatores, que não são propriamente de interesse para a tua questão... Contudo, acho que isto passa muito pela questão das próprias organizações... ainda não há

instituído este hábito de colaborar ou de articular... e, assim, eu vou fazer e faço o meu trabalho, e até o faço bem feito, e será suficiente desta forma. Ah...e assim de uma forma muito geral... dir-te-ia que são estes dois fatores.

Q.4. Que elementos gostarias de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E1: Eu acho que há sempre que melhorar..., mas para isso é preciso avaliar... e eu penso que aí vamos entrar, também, numa outra ótica e numa outra problemática de intervenção em Portugal... Avaliar não é propriamente algo que seja muito comum em contexto escolar... O que é que se avalia em contexto escolar? Avaliam-se os testes... avalia-se a assiduidade..., porque são parâmetros quase matemáticos da avaliação e, portanto, não necessitam de uma estrutura, quer ao nível dos indicadores, quer ao nível do conhecimento teórico que fundamente o porquê de se avaliar de uma determinada forma... Ah... E falo isto na mesma posição para o Programa Educação pelos Direitos, ou seja, não há ainda... e isso é algo que se pretende fazer, entretanto... uma estrutura de avaliação clara do impacto que nós temos em contexto escolar. Isto é, nós podemos fazer uma avaliação do aluno, no sentido em que este participa e dá a sua autoavaliação sobre o Programa... ah..., no entanto, não temos uma avaliação estruturada para perceber o impacto que o Programa tem em contexto escolar nas turmas em que é desenvolvido, de uma forma sistemática. É algo que pretendemos fazer e que tem de ser feito... ah..., porque só avaliando é que nós conseguimos perceber, para além do impacto que temos, o que é que temos que fazer de forma diferente, para passar de uma questão de bom senso... das necessidades que as escolas nos transmitem. Ah..., do conhecimento que tenho da prática, isto ainda não é perceptível... e eu acho que essa também é uma necessidade das próprias políticas... o impacto que as coisas têm depois de serem feitas ou quando são colocadas em prática...e, a meu ver, isto é transversal à sociedade portuguesa. E, portanto, nós somos muito bons e sempre fomos muito bons a redigir leis, como a Lei 54 e a 55 de 2019, mas depois o contacto com as escolas e com agrupamentos situados em áreas geográficas diferentes, mostram-nos que as coisas não são aplicadas da mesma forma...e, deste modo, não vamos atingir os mesmos resultados. Este ‘fazer à minha maneira’, ‘fazer à minha interpretação’, pode mudar-se se, de facto, houver uma estratégia de avaliação, porque se eu tiver que avaliar segundo um determinado padrão, eu vou ter que balizar as coisas... Não que eu defenda que tenha que estar tudo quase em formato *checklist*,

obviamente que não... porque é importante que, quando eu vou aplicar aquela lei, possa também ter liberdade de o fazer segundo uma variedade enorme... e estamos a falar aqui, por exemplo, de determinadas leis, como a 54 e a 55... Nós quando vamos ver as medidas, as seletivas e as adicionais, elas não estão definidas quanto ao que é que eu tenho de fazer, obviamente..., pois isso quem tem que o fazer é o professor... é ele que tem conhecimento para a definição das medidas. No entanto, para perceber, de facto, aquilo que estou a promover ou a aplicar, nomeadamente uma lei, eu tenho que saber se ela funciona... e, para saber se ela funciona, tenho que avaliar. Portanto, sim... acho que isto é transversal... acho que... e, não gostando muito da palavra problema, porque tem uma conotação negativa e não é essa que quero deixar aqui..., mas acho que existe, de facto, uma falha naqueles que são os métodos de avaliação de impacto, quer de projetos, quer de políticas públicas.

Entrevistador: Muito bem, muito obrigada.

E1: De nada.

E2

Presidente da CNPDPCJ,
Dr.^a Rosário Farmhouse
09-02-2021, 11h00-11h30

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E2: Bem, eu acho que... a infância e a juventude..., mas vamos falar da infância... a infância é até aos dezoito anos, uma vez que, para mim, são crianças até a essa idade, assim como na Convenção das Nações Unidas e, por isso, quando falarmos de políticas de infância, estamos a abordar até aos dezoito anos. Ah... quanto mais um Estado investir nas políticas da infância, mais está a investir no seu futuro. E a infância, sendo ela própria transversal e tendo necessidades transversais, só com políticas integradas é que se conseguem responder aos desafios da infância..., porque, apesar de serem uma faixa etária concreta, estão interligadas com todas as outras áreas e com todas as outras faixas, porque ainda não são autónomos... e, portanto, todas as políticas, sejam políticas mais focalizadas na infância, na área da saúde infantil, na área da educação, na área dos apoios sociais, ... ah, têm que estar todas elas interligadas também com as políticas da família, porque as crianças... ah, se tudo correr bem... terão todas uma família e se não tiverem uma família biológica, deverão ter a oportunidade de ter uma família de acolhimento ou, no limite, de serem acolhidas... eventualmente, para depois terem um projeto de vida no âmbito da adoção, se caso não seja possível voltarem à família biológica. E, portanto, as políticas públicas... só políticas públicas integradas é que podem responder aos desafios multisectoriais da infância, porque não dá para ‘cortarmos às fatias’. Se queremos combater, por exemplo, questões como a pobreza infantil, ... ah, não é só promovendo o acesso à educação, ... ah, tem que haver políticas sociais, na área da saúde, na área do apoio à família, ao trabalho dos cuidadores, portanto, só de forma integrada é que se consegue... não estou a imaginar de outra forma...

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E2: Ah, bem, eu acho que o maior instrumento de política pública que acabou de sair, e a Mariana pode trabalhá-lo, porque ele é ‘quentinho’, saiu agora em dezembro, é a Estratégia

Nacional para os Direitos da Criança... que é o grande instrumento que junta nos seus pilares aquilo que são as grandes prioridades de Portugal, no âmbito da infância. E, de facto, mais uma vez, é difícil falarmos só numa que seja mais prioritária que a outra, porque elas estão absolutamente interligadas... e, em tempos como os de hoje, que são tempos de pandemia, ainda mais, porque as desigualdades aumentaram, as fragilidades aumentaram. E, portanto, tenho imensa dificuldade em dizer que é só uma ou dizer que... ah..., é muito, muito, difícil, porque todas elas são muitíssimo importantes. E eu acho que só com uma visão mais global é que conseguimos... ah..., ter políticas, embora tenhamos que ter conhecimento... e aqui a academia tem aqui um papel fundamental, porque sem conhecer a realidade também não podemos definir políticas e a Estratégia Nacional tem mesmo um eixo, que é o último eixo, que é a criação de instrumentos de maior conhecimento, a produção de estudos..., que nos irá ajudar a saber melhor como tocar, por exemplo, nas questões da pobreza infantil, que é uma questão tão transversal e tão difícil de atacar... ah... Porque não é só, e temos tido um debate até com alguns especialistas nesta área..., não é só a questão de apoio social propriamente dito, o apoio financeiro às famílias para sair da situação de pobreza, tem que haver um investimento na educação, na parentalidade, no acesso à saúde, em todas as outras coisas para depois poderem sair das situações de pobreza. Portanto, eu tenho dificuldade em escolher só uma, diria... tenho dificuldade...

Entrevistador: Sim... Eu percebo perfeitamente o que diz, porque tem a ver com a primeira questão, não é... esta visão integrada...

E2: É, é isso.... Tem que ser mesmo integrada, sem dúvida...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças e jovens, o que aponta como fatores diferenciadores, positivos e negativos, da sua implementação ou na execução?

E2: Bem, eu devo dizer que... ah... Eu agora estou muito focada só naqueles da Comissão Nacional e depois posso estar a ser injusta..., portanto, estou a tentar pensar um bocadinho mais longe... ah... Eu acho que há uma série de medidas que têm vindo a ser implementadas, ao longo dos anos, e aqui não estou, sequer.... não sei quando é que começaram ou quem é que teve essa ideia..., mas sejam as medidas da saúde oral, do cheque dentista, que são medidas de cuidados de saúde para crianças que fazem a diferença. Também a preocupação

do maior investimento na educação, que agora nos preocupa imenso com a questão do ensino à distância, porque aumenta as desigualdades e porque, de facto, coloca muitas crianças numa situação de ainda maior fragilidade, não só por não terem tantas vezes os instrumentos necessários, mas também não são a única coisa que fazem falta... não é só não ter um computador, é preciso ter condições, é preciso ter uma mesa onde colocá-lo, ter luz, ter internet, ter uma família relativamente organizada e estável para ajudar que a criança entre a horas nas aulas *online*, que saiba colocar *passwords*, que saiba como é que funciona e que tenha alguma literacia digital... e isso... vota para o abandono as crianças que estão em contextos mais vulneráveis, independentemente do contexto económico ou social..., contextos vulneráveis de violência, de desequilíbrio, de problemas de saúde mental... as crianças que estão num ambiente deste têm muita dificuldade em poderem participar ativamente na escola. Mas isto para dizer... assim políticas que tenham tido sucesso, coisas boas... diria... ah, Eu acho que nós, em Portugal, temos este grave problema de não conseguirmos medir o impacto das políticas, e isso é uma questão que é muito apontada internacionalmente ao nosso país... nós temos boas políticas, eu acho que temos, nós pensamos bem as coisas, mas temos poucos e fracos instrumentos para monitorizar o impacto das políticas. Mas, por exemplo, falando agora aqui numa área... agora, vou ‘puxar a brasa para a minha sardinha’, não é.... eu acho que uma política que foi desenvolvida, e que está a ser desenvolvida, aqui, na Comissão Nacional, foi a criação do Conselho Nacional de Crianças e Jovens; criar um instrumento em que as crianças e os jovens de Portugal possam falar de temas que os preocupam. E este Conselho, que foi através de candidaturas das crianças e dos jovens entre os oito e os dezassete anos a nível nacional, começou por ter cento e três jovens, neste momento tem oitenta e tais e vai passar a ter só vinte, um por cada distrito..., mas tem sido bastante gratificante... até porque eu tenho tido o privilégio de estar nas reuniões com eles... ah... encontrar este mecanismo em que eles falam dos temas que os preocupam e dão pistas para políticas públicas. E, portanto, isto é um bocadinho transversal, ou seja, não é tanto uma análise às políticas públicas, embora eles também o façam... eles falam muito... daquilo que eles mais falam... por exemplo, em relação à igualdade de oportunidades e ao bem-estar, que é uma das prioridades da Estratégia... as medidas que eles mais apontam como medidas importantes... é um maior investimento na disciplina de cidadania, que esta seja levada a sério... eles dizem que a maior parte das escolas não leva a sério a disciplina, que, às vezes, os professores utilizam a disciplina para falar das faltas e

não para falar de temas que lhes importa. Ah..., depois, dizem que a cidadania devia ser uma disciplina também prática, em que eles pudessem pôr em prática aquilo que aprendem. Portanto, no pilar do bem-estar e da igualdade de oportunidades, eles falam muito sobre a questão do combate à discriminação e que poderia ser através da educação. E, depois, vão falando também de outras sugestões em relação ao bem-estar, que depois colam com a família... falam muito da questão da conciliação da vida familiar com a vida profissional... muito, muito, muito... que a vida profissional não dá tempo para os pais estarem com os filhos..., ah..., falam muito das questões das famílias monoparentais e das dificuldades de ser família monoparental... falam, muito, das questões da saúde mental e dos problemas da saúde mental, da necessidade de na escola haver psicólogos não só educacionais, mas também clínicos, e que seja desmistificado o acesso ao psicólogo, e que não seja necessário que os pais, ambos, autorizem a participação... que eles próprios podiam ir sem ser necessária a autorização dos pais, porque, por vezes, os pais não deixam e eles sentem que deviam ir. Ah..., ou seja, eu, se calhar, estou a dispersar-me um bocadinho da sua pergunta, mas, no fundo... está-me a pedir políticas públicas que correm bem e correm mal e eu estou a falar delas através dos olhares das crianças e dos jovens com quem tenho estado nestas reuniões...

Entrevistador: Que é o melhor olhar...

E2: ..., ainda ontem, estive com os jovens do Centro de Portugal, no sábado com os do Sul e Ilhas, na outra quinta com os do Norte, e sábado vou estar com os de Lisboa e Santarém e de Setúbal... e, de facto, o olhar atento deles é maravilhoso, porque eles... ah..., eles pensam sobre as coisas... eles, por exemplo, falam na cidadania e dizem que devia ter nota, que devia ser obrigatória, que devia ser dada mais importância, que é por aí que tudo começa..., que deviam ter oportunidades de se conhecer melhor... ah..., e, portanto, eu acho que estamos a fazer um caminho, ..., o que é que eu queria dizer, ... eu acho que a aprovação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança também nos vem dizer que há, aqui, um interesse especial nas crianças... se já havia, não estava tão arrumadinho..., e agora temos um instrumento mais arrumado de políticas públicas ..., e se quiser eu posso lhe mandar a Estratégia, se não tiver, eu posso mandar, ...

Entrevistador: Eu tenho, eu tenho, obrigada...

E2: ..., ah, mais arrumadinho, e que... espero é que possa ser posto em prática, porque os próprios jovens vão fazer parte da Comissão de Acompanhamento, e, portanto, eles também nos vão logo dizer como é que aquilo está a acontecer, se está a acontecer ou não a acontecer... Por isso, eu creio que, como referi, nós temos boas políticas, temos má forma de medir o seu impacto... ah... E, se calhar, o que nos faz mesmo falta é esta maior ligação à academia para saber o impacto, para irmos afinando as políticas..., porque que elas até já vão existindo, às vezes um bocadinho dispersas, outras vezes com muita dificuldade de os próprios perceberem como é que acedem... os próprios, neste caso, as famílias..., nem sempre sabem, nem sempre conhecem como é que têm acesso ao cheque dentista, como é que têm acesso a determinados direitos que tinham e que não sabem que têm... portanto, é muito pouco usado o cheque dentista..., o cheque dentista é muito pouco usado, por exemplo, porque muitas famílias não sabem... E..., por isso, dizer que... eu acho que políticas temos várias, umas melhores, outras menos boas, mas falta-nos aqui este acompanhamento... que eu espero que a Estratégia venha a ser o instrumento que nos vai ajudar a isso.

Entrevistador: E...ah...perguntava-lhe agora, não tanto no âmbito de políticas, e para terminar, mas no âmbito de programas ou projetos e iniciativas... falou-me de que estaria a pensar mais no âmbito da Comissão, e podemos falar disso..., nesses programas em específico, recordo-me, por exemplo, do Selo Protetor.... como é que vê o envolvimento da comunidade neste contexto, no contexto da promoção dos direitos da criança?

E2: O Selo Protetor é outra política da Comissão Nacional que tenta valorizar as escolas que têm políticas ativas de promoção dos direitos da criança. Como eu dizia, apesar de ser um tema aparentemente... ah..., consensual, ..., a verdade é que eu acho que mesmo as escolas nem sempre olham para as crianças como sujeito de direitos, olham como objeto dos direitos e esquecem-se de as auscultar, de criar mecanismos em que... ah... de encontrar respostas que vão ao encontro daquilo que são as necessidades das crianças. E o Selo Protetor tenta puxar as escolas para esse cuidado. Primeiro, numa política proativa de prevenção dos perigos, dos acidentes, dos maus tratos..., portanto, um olhar atento a situações eventuais de maus tratos na infância, em que as crianças possam estar a sofrer e que nem todos os educadores têm essa atenção e podem estar ali ao lado e não perceber que aquela criança está a passar por um momento difícil..., que pode ser um momento pontual ou pode ser até

já todo um momento normal. E... o Selo Protetor avalia isso tudo... têm uma grelha de análises a saber se a escola já tem políticas nesse sentido e como é que fazem para... se têm uma linha, um fio condutor, desde que a criança é vítima de maus tratos, quem é... para que não seja a escola toda a ter que saber disso..., quem é que são os interlocutores, se é respeitada a privacidade, quais são os passos seguintes, como é que intervêm, como é que contactam com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ou não, se não for necessário, não será... Ah,... então, o Selo Protetor é, também, aqui uma tentativa deste foco nas crianças, porque eu acho que a Estratégia nos vai trazer isso... mas que, até aqui, havia pequenas coisas... mas crianças são sempre metidas no ‘pacote’ da família, no ‘pacote’... e são pouco... têm poucas oportunidades de serem os protagonistas da história... são sempre um bocadinho os atores secundários. E, mesmo nas famílias, eu acho piada... também temos aquelas famílias em que eles são tão protagonistas que não têm qualquer regra... e isso também não é o que nós queremos, não é... nós queremos... as crianças precisam de regras, de limites, de muito amor..., mas, também, de muito rigor... ah..., mas a maior parte... e a maior parte das famílias são de extremos, ou a criança pode fazer tudo ou vai ter que andar a ‘toque de caixa’ daquilo que a família decidir, independentemente de ser melhor ou pior... e não é ouvida... e os miúdos falam muito nisso... no Conselho Nacional, eles refletem muito sobre isso também... sobre serem mais ouvidos, de poderem expressar a sua opinião, e até têm dito isso, e ontem, por acaso, voltaram a dizer... em espaços, como o de ontem, em que estiveram duas horas a falar... e, mesmo assim, se eu deixasse, tínhamos ficado a noite toda... em que eles puderam dizer o que queriam sobre vários temas, ‘porta aberta’, sem criticar, sem julgar... ah, mesmo que fossem abordagens menos... daquelas que nós..., vamos conversando e eles vão dando as suas opiniões... e todas as opiniões contam..., pois, claro, há valores básicos que vamos tentando, também, conversar com eles para os pôr a pensar... mas, eles dizem que falta muito esses espaços, porque na escola..., se não houver uma boa política de cidadania e uma boa disciplina de cidadania, eles não têm espaço..., portanto, é a matemática, é o português, é isto, é aquilo e aqueloutro..., ah., e não sentem ter espaço para isso, sentem muitas dificuldades, sentem o problema, referido por eles, também, do *cyberbullying*... E, portanto, ou seja, a Comissão Nacional tem vindo a tentar desenhar políticas para a comunidade... e agora vou à comunidade, que me falou muito nisso, e eu tenho estado a fugir um bocadinho, não sei porquê... porque é preciso uma aldeia inteira para criar, para educar uma criança, e, portanto, a comunidade tem um papel fundamental..., e aquilo que nós temos visto, até no

âmbito das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, elas próprias compostas pela comunidade, que funcionam melhor aquelas que a comunidade é uma comunidade mais ativa, mais dinâmica, mais plural, que respeita, que interage, que protege... e, nessas comunidades, geralmente, há sempre também presente esta componente da participação das crianças, seja através do município, seja através das escolas, já são comunidades mais maduras..., temos outras comunidades que ainda estão muito fatiadas, e muito isoladas, e cada uma na sua capelinha, e que as crianças são ali um instrumento que está no meio... ah, ..., mas com muita dificuldade de articulação... Ah, por acaso, alguns estudos refletem que há famílias, em média, nalguns concelhos... eu li isto no Norte..., que são acompanhadas por sete e oito organizações da área social a mesma família..., e precisam quase de uma agenda para o dia em que têm de ir reunir com a doutora de cada organização para falarem sobre os seus problemas..., e, de facto, esta falta de articulação e de junção de meios, que são poucos, é uma pena, porque a comunidade pode ter um potencial enorme, se se unir, se partilhar recursos... e pode potenciar respostas muito mais integradas do que fazendo isoladamente. O Selo Protetor, também ele, quer muito apostar numa escola aberta à comunidade e, portanto, também tem... tem um requisito de abertura à comunidade... até porque as escolas onde... até há exemplos muito interessantes de escolas que, à noite, são escolas para os pais... e os miúdos, ontem, no Conselho Nacional falavam nisso também, curiosamente ..., diziam, porque não, também, haver escolas para pais à noite, não da matemática e do português, e de tudo, mas para serem melhores famílias..., bem sei que isto é um bocadinho filosófico, porque, depois, os pais não vão... eu trabalhei três anos numa escola e sei que, depois, é difícil chamar os pais... mas, se for assim em carácter de escola, com um diploma, quem sabe... ou com umas ações de formação concretas, se calhar até vão, e, se calhar, até todos ganham com isso... E, por isso, eu acho que uma comunidade ativa e atenta faz toda a diferença, sim.

Entrevistador: Muito obrigada. Eu acho que... a minha última questão relacionava-se com elementos que destaca ou que considera necessários introduzir para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança, mas eu acho..., acredito que a Doutora Rosário, ao falar, foi elencando vários, foi...

E2: Fui respondendo, sim...

Entrevistador: Foi respondendo, claramente, a esta pergunta...ah...e, portanto, eu daria por terminada a entrevista. É um prazer ouvi-la... muito obrigada pela sua disponibilidade.

E2: O prazer é meu, foi um gosto...Boa sorte, boa sorte para o mestrado, que corra tudo bem (...).

Entrevistador: Muito obrigada.

E3

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP,

Professora Doutora Maria Inês Amaro,

09-02-2021, 20h30-21h00

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E3: Desde logo, eu acho que há aqui...acho que qualquer área de política pública...ah... tem que ser vista integrada, com o todo, sendo que, aqui, as áreas que nos interessam são as do bem-estar e as de proteção e desenvolvimento social....e eu não concebo que nenhuma medida de política social seja pensada sem ser em relação com a política económica, de emprego, de segurança ou de educação...Ah... Portanto, se nós... O Professor Alfredo Bruto da Costa dizia uma coisa, que é ‘uma verdade de *La Palice*’, mas que ele conseguia dizer de uma forma muito enfática e que me parece muito certa, que é: se nós formos tratar as políticas de combate à pobreza, as políticas que respondem à questão da exclusão social, das pessoas em situação de sem abrigo, seja o que for, apenas vocacionadas nessa questão, nós estamos a criar bolhas... ah... que funcionam dentro de si mesmas. E, portanto, o problema vai-se gerindo e remediando, mas não se resolve verdadeiramente, só se resolve quando nós abordamos estas questões a partir de políticas, que estão todas elas interligadas. Desta forma, as políticas de infância e de juventude não são diferentes disto, porque não podem ser pensadas de uma forma separada das políticas de envelhecimento, porque... porque envelhecimento acontece desde o dia em que nascemos, não é... Assim, não podem ser separadas de políticas de educação nem de emprego, pois uma grande parte daquilo que nós podemos fazer com os jovens também tem a ver com que oportunidades é que nós temos para lhes oferecer, não é...., que perspetivas de vida e que ideias para o seu futuro...E, portanto, há aqui uma dimensão dessa integração que, do meu ponto de vista, tem a ver com isto tudo... isto tem que ser pensado de uma forma interativa. Por isso, por exemplo, nesta experiência que eu agora tenho, que é muito exigente, pois há diversos *dossiers* que estão dentro daquele Departamento, mas que desse ponto de vista é interessante, porque é uma... ah... oportunidade quase única, se calhar no nosso país, de ter no Departamento uma tal diversidade de coisas, que permite jogar com estas interações... ah... Mas, por outro lado, eu também acho que... Pronto, isto é de um ponto de vista mais *macro*... De um ponto de vista

mais *meso*, eu diria que política de infância e juventude integrada é uma política que está a pensar em toda a articulação, desde as políticas... ah... que visam o... ou que promovem o bom desenvolvimento da criança, como, por exemplo, as de intervenção precoce... coisas como a intervenção precoce... e como é que isto tudo se articula até chegarmos, digamos, ao ponto extremo de tudo correr mal, mas que depois acabem bem, e que é uma adoção. Portanto, nós não podemos pensar no acolhimento familiar *per se*, nas políticas de prevenção *per se*, nas Comissões de Proteção *per se*, no acolhimento residencial *per se*... O integrado é, também, como é que isto tudo se articula... ah... numa resposta, que, no fundo, protege a criança e o jovem, que promove a sua potencialidade e que não esquece o seu superior interesse. Isto é mais fácil dizer do que fazer, mas seria esta a minha ideia e visão sobre o assunto.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E3: Para ser coerente com tudo aquilo que já disse até agora, eu acho que aquilo que é verdadeiramente importante no meio disto tudo é exatamente esta capacidade de articulação e de coerência do sistema... ah... Isso... Essa articulação é, talvez, a maior garantia que nós podemos ter de que as crianças têm melhores certezas de um bom desenvolvimento e de um bem-estar. Gostava de dizer, também, e vai na linha do que já disse, que nós habitualmente, quando falamos de políticas de infância e juventude, ou, eu pelo menos, sou transportada para o universo das medidas de promoção e prevenção, das medidas de colocação, quer seja em acolhimento familiar, quer seja residencial, de medidas de assessoria, de medidas de... Pronto, sou transportada para este universo. Mas talvez aquilo que consiga ser o maior garante do bem-estar das nossas crianças é nós conseguirmos ter políticas que, no fundo, sejam criadoras de oportunidade... e que sejam... de contextos de oportunidade e de contextos que potenciem o que são as competências das pessoas. Quando eu tenho um país que não tem oportunidades, que obriga as pessoas a emigrarem e em que eu passo a ter famílias em que tenho, geralmente, a mãe com as crianças, em que tudo recai sobre ela, em que tenho um pai que está afastado porque emigrou, em que há aqui um stresse familiar... Isto, é... é... muito mais potenciador de mal-estar e desproteção da criança do que propriamente eu depois ter um excelente sistema de acolhimento familiar. E outra coisa que eu acho que se fala, mas que eu acho que está muito negligenciado... e no nosso país acho

que está muito negligenciado... são as políticas de conciliação. Portanto, nós não só temos um contexto que seja gerador de oportunidade, mas que depois tenhamos ambientes de inserção no mercado de trabalho que sejam respeitadores daquilo que é a vida familiar... ah... e, portanto, que não obriguem os pais a despejar os filhos em sítios que possam tomar conta deles ou a utilizarem televisões, *tablets*, telefones... como amas digitais para os filhos, não é... que não esgotem os pais completamente da sua energia, da sua capacidade, da sua criatividade, que quando chega o momento de estarem com os filhos são mais mortos-vivos do que propriamente pais...ah... E esse eu acho que é um vetor também muito importante, ao qual nós muitas vezes não damos atenção e que tem... Eu acho que tem consequências... Não sou, aqui, propriamente documentada relativamente a isso, mas creio que tem consequências muito perniciosas, porque... desde logo a falta de atenção... depois, há muita tendência de substituição de uma atenção por... por hábitos alimentares que são errados e que depois também levam ao desenvolvimento de algumas doenças... também levam ao desenvolvimento de alguns comportamentos, tais como a hiperatividade, etc., ... E que estão muito ligadas, por exemplo, ao consumo excessivo de açúcares. Tudo isto me parece que é muito mais potenciador do risco do que outras questões. Agora, eu acho que nós temos... E se formos transportados para aquele universo das medidas e do Sistema de Promoção e Proteção, eu acho que é fundamental o investimento... e é o que está a acontecer agora... e o desenvolvimento de políticas que promovam a intervenção, a chamada intervenção em meio natural de vida, portanto, políticas... deixe-me dizer assim... ‘desinstitucionalizantes’. Portanto, pensar na casa de acolhimento como... uma resposta que não pode deixar de existir, mas que é residual no sistema. Apostar nas famílias de acolhimento, apostar nas medidas de apoio à família para... para poderem melhor corresponder às exigências da parentalidade... apostar nas medidas em meio natural de vida, que permitam aos jovens, que não possam estar junto das famílias, conseguir autonomamente responder à sua vida e desenvolver os seus percursos sem passarem por meio institucional... ah... Tornar a adoção cada vez mais... ah... sólida, do ponto de vista da forma como se estrutura todo o processo... ah... isso parece-me fundamental. E investir em respostas de apoio na comunidade, ... São fatores que podem dar aqui um suporte à família... podem dar um treino de competências, mas podem dar ali um espaço de... de partilha, de audição, de experiências partilhadas, digamos assim... que pode ajudar as famílias em determinados momentos. É importante que na comunidade haja este tipo de respostas, que sejam ágeis, que sejam fáceis de acionar, que

no fundo permitam... quando se sinaliza alguma questão..., e que também seja retirada alguma carga negativa que estas respostas tenham... portanto, não sirvam só para quando já existem processos de proteção e quando já há ali um problema, mas que sejam cada vez mais respostas que possam servir para pais e mães que, no exercício da sua parentalidade, em algum momento, sentem que precisam de algum apoio... ah... porque nós não nos podemos esquecer que há uma aprendizagem do que é a parentalidade, que tradicionalmente era feita de pais para filhos e no contexto das redes informais comunitárias, porque havia muito mais essa vida comunitária... Estes laços... essa transmissão..., hoje, desapareceu. Muitas vezes, os avós continuam aqui a ter um papel essencial, mas crescentemente mais rarefeito e, portanto, esse espaço de aprendizagem... ah... Muitas vezes, as mães, os pais, também estão até muito mais tarde focados nas suas carreiras, nos seus projetos pessoais... E, quando chegam ao momento da parentalidade, os seus pais... já... já passou o tempo, o seu tempo, para fazer essas transmissões...ah... e, portanto, é preciso haver, no fundo, o caminho entre as sociedades tradicionais e as sociedades complexas, é um bocadinho este... das instâncias, digamos, ... ah... tradicionais, de socialização e de aprendizagem serem substituídas por... por outro tipo de instâncias, mas que possam dar essa resposta. É muito importante que isto exista, que não seja só para mães e pais que estejam marcados já por alguma... avaliação negativa, digamos assim..., e que possam prestar este suporte, este apoio, antes de realmente as situações se tornarem problemáticas.

Entrevistador: Ah... Eu acho que a Professora, rapidamente, entrou naquilo que era a minha terceira pergunta, em que eu lhe perguntava... ou gostaria de perguntar...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças, o que aponta como fatores positivos e negativos da sua implementação?

E3: Alguns aspetos já... já referi... Depois, eu acho que é muito importante... acho que ainda há um trabalho grande a fazer... ah... no cruzamento entre estas áreas, a que nos habituámos a chamar de sociais, digamos assim, toda a área da promoção e proteção e a área da educação e é muito importante que haja alguns aspetos de aprendizagem, que cada vez mais entrem também nas próprias escolas, nos currículos escolares e não apenas na educação para a cidadania, mas noutros... noutros... enfim, noutras matérias e que possam também ser..., de alguma forma, eu acho que este caminho tem vindo a ser feito, mas penso que há ainda

muito para fazer, que possam também ser... ser como promotores de mentalidades mais conscientes daquilo que é o direito da criança, mais conscientes de modelos de parentalidade, em que não se fala tanto... de poder paternal, mas de responsabilidade parental, não é... A parentalidade como uma responsabilidade, mais do que um poder... ah... E o reconhecimento da criança, de facto, como um outro alguém, que tem que ter espaço, ser ouvido e compreendido e tem que se exprimir... ah... Aqui, acho que é, de facto, a comunidade como um todo... mas vejo muito também a comunidade a passar pelo papel que as escolas... que o ensino... que a educação pode ter... e parecem-me fundamentais.

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E3: Eu acho que isto é um caminho que nunca se completa, não é... Acho, também, que é muito importante que os profissionais... enfim, que se vão especializando nesta área... se bem que isto é um bocadinho de verdade para todas as áreas... mas que tenham sempre, que nunca fiquem descansados, não é... que nunca pensem que chegaram ao ponto em que está tudo feito e não há mais nada a fazer. Portanto, acho que há aqui uma vigilância permanente... ah... e é um caminho que, enfim... em que temos, a toda a hora, de nos voltar a questionar se estamos a ir na direcção certa e isso é muito importante... Portanto, há aqui uma dimensão de melhoria do sistema que eu acho que tem a ver com uma crescente... eu vou utilizar esta palavra e depois vou ter que a explicar... uma crescente especialização dos profissionais que trabalham nesta área. Quando eu digo isto, não quer dizer que sejam... não quero, com isto, dizer que sejam profissionais que só saibam de crianças e jovens, até porque isso não é coerente com o início da nossa conversa e a ideia da importância do cruzamento. Eu não estou tão preocupada com o ter, aqui, psicólogos, assistentes sociais e educadores que sejam bastante especializados naquilo que é a infância e a juventude, etc. Agora, acho que esta é uma área que exige um *know-how* do ponto de vista... um *know-how*, é isto mesmo... um 'saber como'... do ponto de vista daquilo que são o desenvolvimento de instrumentos, de modelos de intervenção e de abordagens, e, de facto, acho que se deve caminhar para que, quem trabalha nesta área, sejam cada vez mais profissionais que têm uma socialização prévia, com estas ferramentas que têm ao seu dispor, para poderem fazer um bom trabalho. Depois, acho que as articulações... Eu, na semana passada, estive num *webinar* sobre as questões da adoção, que foi organizado dentro do meu Departamento e que me

parece que foi um bom exemplo do que eu queria aqui dizer. No fundo, nós tivemos uma Universidade a fazer a apresentação de um projeto que desenvolveu... que é um projeto de investigação-ação, que se prende com... com uma metodologia...um modelo de trabalho para a preparação da criança para adoção... da criança e dos pais para adoção... e que foi implementado... e que se recolheram os resultados e, portanto, já foi submetido a alguma espécie de teste. Portanto, este modelo conceitualmente gizado... ah... cientificamente fundamentado, com conceitos bem definidos, etc... foi traduzido por uma pessoa que pertence à minha equipa do Departamento... uma pessoa, quer dizer, não foi ela sozinha... Dentro da equipa da adoção, traduziu isto num guia técnico... ou num guião técnico para as práticas profissionais... ah... e que foi, no fundo, também apresentado neste *webinar*, esse guião técnico. Depois, tivemos uma colega do Centro Distrital de Aveiro, da equipa de adoção, que foi apresentar a experiência de aplicação e os resultados. Ah... E digamos que, não vendo eu isto como estanque, não é... não quer dizer que a pessoa que aplicou não possa dar *inputs* para quem concebeu e quem transformou essa ideia, essa conceção, numa operacionalização, que não possa, também, dar *inputs*... Portanto, tudo isto é interativo. Mas eu acho que esta... e como é no 'ProChild', no fundo promover esta interação entre a academia, entre o serviço público, ao nível de quem está mais a conceber e a pensar e as pessoas que estão depois na prática, no concreto, a pôr em marcha e a operacionalizar... isto é... ah... extraordinariamente importante nestas áreas, porque isto não se trata só de estarmos aqui a debater e discutir ideias, não é... Trata-se de estarmos aqui a pensar... o que é que nós podemos fazer na prática para melhor salvaguardar os interesses das crianças e dos jovens, para melhor corresponder àquilo que é o nosso objetivo que, no fundo, é promover o seu bom desenvolvimento e a sua felicidade, podemos dizer assim... ah... E, portanto, há aqui um efeito prático, não é... uma implicação para a vida real, que é muito forte e, desta forma, estas coisas nunca podem andar... nunca podem andar desligadas e é muito importante promover este tipo de interação e que, no fundo, isto deve ser o que está... deve passar a ser a prática geral daquilo que é feito, no âmbito da intervenção nesta área. Gostava só de deixar aqui uma nota... ia dizer isto há pouco, mas, entretanto, acabou por passar... Muitas vezes, quem está na prática, e sobretudo quem está ligado ao acolhimento residencial... ah... tem muita tendência para achar que o que nos faz muita falta para o sistema são mais casas de acolhimento especializadas, portanto, mais respostas, que têm uma... que sejam especializadas, e que possam responder designadamente a problemas de

doença mental. Da mesma forma, como há uma enorme tendência para quem está no atendimento, por exemplo, de dizer que faz muita falta, os psicólogos no atendimento, porque... para poder abordar as perturbações, digamos assim... psicológicas das pessoas... ah... E eu gostava de dizer que eu tenho uma visão um bocadinho contrária a isso. Acho que não... não escamoteando, que pode haver... e há... que pode haver situações de doença mental que têm que ter uma resposta, que é também uma resposta médica ou clínica, digamos assim... Eu penso que o nosso caminho não deve ser no sentido de procurar ‘medicalizar’ ou ‘psiquiatralizar’ aquilo que é a resposta, no âmbito da promoção e proteção. Digamos que... se estes jovens, que nos chegam ao sistema, não tivessem problemas, isso é que seria estranho... porque, por alguma razão, eles estão no sistema... ou seja, eles para estarem no sistema, é porque alguma coisa correu mal. Se alguma coisa correu mal, digamos que o mais provável é que aquilo que correu mal tenha deixado marcas, do ponto de vista traumático, não é... Marcas no seu... ah... na sua dimensão psicológica, afetiva e emocional... e o que nós precisamos de ter, nas respostas que temos, é ter os tais profissionais cada vez mais especializados neste sentido, cada vez mais dotados de instrumentos... que dominam, que conhecem, que sabem aplicar e que os ajudam a responder a esta complexidade. Não precisamos de criar respostas que tendem a aproximar-se a respostas de saúde, que tendem a aproximar-se a lógicas asilares, de hospício, etc... para colocar... ah... aqueles jovens, que a própria sociedade maltratou, ao ponto de ficarem severamente perturbados e que depois continua a maltratar, encerrando-os em locais longe da vista pública, digamos assim.

Entrevistador: Muito obrigada! Dou por terminada.... Foi um prazer, obrigada pela sua disponibilidade.

E3: Obrigada! (...).

E4

Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO,

Professor Doutor Manuel Sarmento

10-02-2021, 9h30-10h00

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E4: Aquilo que caracteriza as políticas de infância, num país como Portugal, que tem uma administração muito centralizada e, simultaneamente, muito compartimentada, é a fragmentação. Cada um dos setores da Administração Pública e do Governo ocupa-se de uma parte da criança...se a criança fosse multifacetada, portanto, há uma faceta, de que, enfim...o respetivo Departamento se ocupa...o Ministério da Educação, da criança enquanto aluno; o Ministério da Saúde, da criança enquanto paciente da saúde materno-infantil; o Ministério da Segurança Social, das crianças que estão numa situação de vulnerabilidade económica ou social; o Ministério da Justiça, das crianças que estão numa situação sobre a qual há uma específica forma de vulnerabilidade... são crianças que, ou cometeram atos identificados como crime no Código Penal, ou cujas responsabilidades parentais não são exercidas adequadamente e há necessidade de uma intervenção judicial... ah... e por aí adiante... Esta característica da fragmentação das políticas de infância impede que nós tenhamos, verdadeiramente, em Portugal... isto não é exclusivo para Portugal..., mas Portugal é um país paradigmático nesse nível... que nós tenhamos, em Portugal, uma verdadeira política de infância. Se nos perguntarmos quem é o responsável..., ... quem é o último responsável, em última análise, pelas crianças... essa pergunta não tem resposta. Outros países resolveram essa questão criando o Ministério da Criança, como é o caso, por exemplo, da Irlanda. Outros criaram... e, aliás, é uma solução que me agrada mais... Comissões Interministeriais, na dependência do Chefe do Governo, para se ocuparem das políticas de infância e tentarem construir modalidades de ação, em que a criança seja vista globalmente como um todo... em que a geração infantil seja, portanto, objeto de políticas próprias... articulando a saúde com a educação, a segurança social com a justiça... e é nesse sentido que se referem a políticas integradas. Políticas integradas são políticas que são conduzidas para a totalidade da infância, visando o seu desenvolvimento e o seu bem-estar, ultrapassando os limites decorrentes da compartimentação administrativa... ah... e são

políticas que se exercem a vários níveis, desde logo, ao nível fundamental, a questão das políticas de Estado, mas depois, também, a nível local. Esta compartimentação, com alguma frequência, reproduz-se nas instâncias do poder local, por exemplo... e há situações como esta, por exemplo... o Vereador da Educação ocupa-se das crianças a partir dos doze anos de idade, enquanto que a Vereadora da Ação Social está mais centrada na questão das creches de infância, portanto, na educação básica... ou de aspetos parcelares daquilo que é a interação local com crianças. Portanto, estas políticas, que se exercem a diferentes níveis, têm sempre o mesmo foco: contribuir para que as crianças sejam atendidas como cidadãos de pleno direito, com capacidade participativa e globalmente consideradas naquilo que é o exercício das políticas públicas.

Entrevistador: Ah... muito obrigada, Professor.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E4: Ah.... Poderia apontar, de facto, medidas específicas em cada um desses setores...da Educação, da Saúde ou da Segurança Social..... Eu creio que aquilo que aconteceu de mais importante, ou que tem vindo a acontecer de mais importante, nos últimos tempos... e já ultrapassando estas situações conjunturais da pandemia, etc., ... foi a definição de uma Estratégia para a promoção dos direitos da criança. Esse trabalho foi realizado através da coordenação da Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e teve uma articulação muito direta com aquilo que foi... que tem sido a procura de respostas às críticas formuladas pelo Comité para os Direitos da Criança ..., portanto, da ONU. Essas críticas decorrem do processo de avaliação sistemático regulado pela própria Convenção sobre os Direitos da Criança e sinalizam uma série de prioridades que me parecem absolutamente fundamentais, designadamente no domínio do combate à pobreza infantil, através de medidas reforçadas e focadas nessa questão. Através, também, da promoção de modalidades de acolhimento familiar, que se estão a substituir progressivamente naquilo que é o excessivo e inusitado, em termos europeus, peso do acolhimento institucional, em Portugal... ah... medidas orientadas no sentido da promoção da participação das crianças, em todas as instâncias da vida, não apenas no domínio judicial, mas também no domínio daquilo que são, por exemplo, as políticas educativas e as instituições onde estão as crianças. Creio

que essa Estratégia poderá colaborar no sentido de ter uma visão global daquilo que é necessário fazer e, de alguma forma, concentrarmos as intervenções, permitindo, portanto, um foco orientado na mesma direção de todas as políticas setoriais. Talvez isso seja o mais importante do que aconteceu, nos últimos tempos, no que respeita às políticas de infância.

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças e jovens, o que aponta como fatores positivos e negativos da sua implementação?

E4: Falarei, fundamentalmente, em três tipos de intervenções em que eu estive. Na primeira, foram os programas contra o trabalho infantil, em que eu tive oportunidade de acompanhar, enquanto perito externo, os inquéritos ao trabalho infantil em Portugal, que foram promovidos pelo Governo, em particular pelo Ministério da Economia... ah... foi, na altura, criado um dispositivo de estatística do trabalho infantil em Portugal, chamado SIETI [Sistema de Informação Estatística Sobre Trabalho Infantil], para dar resposta a um problema que tinha sido identificado, mas que não tinha tido resposta até então, que era o facto de nós não sabermos quantas crianças trabalhavam em Portugal e de haver apenas algumas opiniões, de facto, com uma natureza muito especulativa... ah... não assentes num trabalho empírico, rigoroso, com diferentes proveniências de algumas ONG's... E, portanto, foi possível, a partir exatamente desse dispositivo muito complexo e muito estruturado de inquérito às famílias portuguesas com filhos em idade escolar, identificar o número de crianças trabalhadoras e o tipo de trabalhos que exerciam e aquelas que, dentro das crianças trabalhadoras, estavam claramente numa situação que se designa por trabalho infantil. Este é um trabalho que não é socialmente aceitável, porque há muitas crianças que fazem ajuda familiar, designadamente no meio rural.... e, desde que isso não seja incompatível com a frequência escolar, com o descanso, com momentos de lazer, isso é aceitável. O que não é aceitável é, de facto, o trabalho das crianças por conta de outrem..., em geral, por conta de outrem..., assalariado e que contrariam condições de desenvolvimento, de descanso, de frequência escolar, etc. Este trabalho foi, depois, a base.... este conhecimento foi a base para a intervenção, no âmbito do PETI – Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, que eu também pude acompanhar, em várias manifestações... e de qual fui o avaliador, fui eu que dirigi a equipa de avaliação desses programas. Este é um Programa muito relevante em Portugal, porque, no princípio dos anos 1980, Portugal era considerado o país da Europa, juntamente com a Turquia, apesar de esta estar fora da União Europeia,

com mais crianças envolvidas em trabalho assalariado. Isto causava, evidentemente, mal-estar social, era muito desprestigiante, mesmo do ponto de vista económico, da concorrência internacional... Isso era um fator muito negativo para a indústria portuguesa, em particular, para os setores industriais manufatureiros, portanto, o calçado e o têxtil, em especial. Também outros sectores, por exemplo, a cerâmica..., mas no calçado e no têxtil era fundamental. A possibilidade de conhecer a realidade e de intervir nessa realidade constituiu uma política pública, com mobilização de vários recursos, com o envolvimento da Universidade, da academia, o que é bastante importante... E, também, com uma afirmação muito expressiva da sociedade civil organizada, através, designadamente, de uma organização criada na altura, a CNASTI – Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil –, e que envolve umas dezenas... e ainda existe... umas dezenas de organizações, de sindicatos, etc. O trabalho infantil, hoje, é um fenómeno que desapareceu em Portugal, praticamente na totalidade... é, hoje, um fenómeno meramente residual... e isto é, evidentemente, uma vitória de políticas ajustadas, para além das condições económicas que, entretanto, a sociedade portuguesa veio a ter... ah... tendo-se desenvolvido uma economia menos assente na manobra intensiva e explorada e mais qualificada, por isso. Mas é significativo, quer dizer... é possível um fenómeno como este, que, no princípio dos anos 80, era, enfim, uma chaga social exposta... com grande visibilidade... foi possível pelo estudo e por uma intervenção focada em resolver o problema. A segunda intervenção que, digamos, quero destacar... ah... foi no âmbito da avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Nós temos um sistema muito inovador, que colocou sobre o terreno organismos não judiciais, que são constituídos por representantes de serviços públicos e de organizações não governamentais. A Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens tem tido um papel extraordinariamente relevante no diagnóstico e na intervenção junto de crianças em perigo. No entanto, há disfunções no funcionamento deste sistema que, de vez em quando, são muito mediatizadas, enfim... por acontecimentos, em geral, de natureza trágica e em que se assinala o facto de as comissões não terem atuado a tempo, não terem tido uma atitude preventiva suficientemente competente para impedir essas tragédias. Ah... Enfim, apesar de haver, por vezes, manifesta injustiça nesse tipo de mediatização, a verdade é que este é um sistema que necessita de ser considerado e avaliado e foi isso exatamente aquilo que foi feito...houve um trabalho de levantamento nacional daquilo que são as práticas das comissões, das suas dificuldades, também das representações sociais em torno das comissões, de grupos locais com vários

responsáveis de diferentes profissões: juízes, magistrados, médicos de saúde pública, de hospitais pediátricos, etc... uma série de estudos de casos de norte a sul do país... Eu fui responsável... lembro-me de ter integrado, naturalmente, o grupo de trabalho... ah... dirigido pela Professora Anália Torres, na altura, do ISCTE... fui responsável pela avaliação do sistema na região Norte do país e também o responsável pela formulação das propostas de modificação do sistema, num duplo sentido: por um lado, o de enraizamento e ancoragem das suas soluções preventivas, através de uma melhor articulação... de uma articulação alargada, chamada modalidade alargada das Comissões de Proteção, e... ah... os quadros, os Conselhos Locais da Ação Social, da rede social, de base municipal... e, por outro lado, no sentido de uma maior especialização das comissões restritas, que desenvolvem, fundamentalmente, ações no domínio de crianças em perigo...isto é, muitas vezes, até de natureza emergencial, e que não são dotadas de recursos suficientemente formados para poderem fazer um diagnóstico e intervenção mais adequado. Há algum amadorismo, que é inerente à própria modalidade de constituição dessas comissões e não vale a pena agora falar de forma muito detalhada sobre isso..., mas isto é um aspeto absolutamente crítico e essencial. Eu creio que nós temos um sistema de proteção com aspetos muito positivos, mas temos necessidade de o melhorar de forma muito significativa, quer no domínio da prevenção, quer no domínio da intervenção mais focada. E, finalmente, uma intervenção mais... recente, foi exatamente junto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido do desenvolvimento dos seus planos estratégicos de prevenção e que, aqui na região Norte do país, em várias Comissões de Proteção... em processos que eu acompanhei e orientei... e cujo aspeto mais importante que cabe ressaltar é o facto de que a prevenção de risco das crianças tem tudo a ganhar se for feita em articulação com a participação social das mesmas. As crianças, se estiverem envolvidas num esforço coletivo de consciencialização dos direitos da criança e, simultaneamente, daquilo que são os riscos... ah... e se tiverem possibilidade de exprimir a sua voz e essa voz ser ouvida e transformada em orientação política... ah... isso tem vantagens acrescidas no desenvolvimento do trabalho de prevenção, que é um trabalho que não pode ser feito só pelas Comissões. Este é um trabalho de toda a comunidade organizada: dos municípios; das Instituições Particulares de Solidariedade Social; de outras instituições privadas, designadamente, empresas; dos serviços públicos, enfim... de todos os recursos que possam garantir que, numa comunidade, uma criança seja efetivamente sustentada, apoiada e promovida no seu desenvolvimento e bem-estar.

Entrevistador: Muito obrigada, Professor. Eu até tinha aqui uma questão que se relaciona, precisamente, em como é que vê o envolvimento da comunidade e do poder local neste contexto, mas, rapidamente, o Professor chegou lá e respondeu. Ah... para terminar, gostaria apenas...

E4: Mas posso..., mas posso dizer, também, alguma coisa...

Entrevistador: Ah.... Sim, se quiser acrescentar...

E4: Ah.... Quero... O poder local, como esta situação da Covid mostrou, é absolutamente essencial, na medida em que detém algumas chaves de resposta de proximidade aos problemas sociais. Se não fosse o poder local...aliás, eu tive a oportunidade de fazer a avaliação sobre isso... no âmbito do laboratório colaborativo ProChild, em que sou membro da direção...ah... em que fizemos um inquérito aos municípios... o poder local foi absolutamente essencial na resposta às necessidades das crianças, designadamente no que respeita, não apenas à distribuição de computadores no ensino à distância, no primeiro confinamento, situação que se está a repetir agora... ainda ontem vi reportagens na televisão acerca disso... ah... como também, na resposta que me pareceu bastante... competente, ainda que algo desagregada, mas nem sequer seria possível fazer de outra maneira... mas uma resposta bastante competente aos problemas eminentes de fome, que poderiam decorrer da situação de desemprego, perda de rendimentos, etc... Creio que, aí, houve um esforço muito significativo, no sentido de debelar esses problemas, de os identificar, de os acompanhar, etc... Em alguns casos, os municípios foram até mais longe... que é o caso do município de Guimarães... com uma intervenção focada junto de situações, por exemplo, de perturbação ou de saúde mental, inerente aos processos de confinamento... e de internação perante qualquer sinal de risco, através da articulação de vários serviços, com uma figura de “pivô”, chamados “gestores de crise”, que eram técnicos e técnicas de serviço social, psicólogos, etc... e cuja função era exatamente identificar esses problemas e fazer esse trabalho de proximidade. Os municípios são absolutamente essenciais, porque detêm essas chaves de resposta e podem articular outros serviços, cujo peso organizacional e burocrático... ah... e mesmo a sua insuficiência de recursos leva a que haja mais dificuldades de resposta, como é o caso de, claramente, os serviços locais de ação social.... que, de facto, deixaram algo a desejar nesta intervenção... em situação de pandemia. Por outro lado, os municípios têm

programas, como as ‘Cidades Amigas das Crianças’ ou as ‘Cidades Educadoras’, que são absolutamente determinantes... e eu acho que... aliás, até escrevi sobre isso... que é exatamente no contexto local que, mais facilmente, a participação das crianças pode ser mobilizada... na exata medida em que é uma participação sobre problemas que as crianças conhecem. E, portanto, a capacidade de formular respostas a problemas conhecidos é muito maior... e a criação de modalidades, como o Orçamento Participativo Local de Crianças, o Orçamento das Escolas, a criação de Assembleias e Conselhos Locais de Crianças, os inquéritos às crianças sobre aspetos, enfim... diferenciados da organização da vida do município, do urbanismo aos equipamentos, aos transportes, à mobilidade, etc... Tudo isso é absolutamente determinante na criação de uma sociedade em que as crianças façam parte da vida em comum e colaborem, no sentido da construção, efetivamente, de um espaço convivial, onde todos têm lugar e todos têm voz.

Entrevistador: Muito obrigada. Ah, ... eu perguntaria, agora, a terminar, ... Eu acho que o Professor já foi deixando várias pistas a este respeito, mas...

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

Entrevistador: Considerando, ou no sentido do que é falta cumprir, em Portugal, para assegurar à criança o gozo efetivo dos direitos e bem-estar, nesta ligação entre teoria e prática.

E4: Pois, muito bem. Ah... As políticas têm que ter uma definição ao nível estrutural, isto é, de criação de recursos..., portanto, a elaboração estrutural significa isto: a criação de regras e a distribuição de recursos. E é fundamental, nesse sentido, dar prioridade absoluta às crianças que estão desprovidas de recursos que garantam a vida com dignidade. Portanto, o combate à pobreza infantil parece-me absolutamente essencial. Precisamos que, quer no âmbito das Estratégias de Direitos da Criança, quer no âmbito da Estratégia da Luta contra a Pobreza, que está a ser, neste momento, objeto, também, de definição, haja esta clareza de intervenção... ah... e sobre isto teria muito a dizer...a partir, designadamente, da primeira experiência, numa Estratégia conduzida na Luta contra a pobreza, que foi na Região Autónoma dos Açores, que tive oportunidade de acompanhar... Mas eu acho que, para além dessa prioridade, ... dessa prioridade absoluta..., é muito importante trabalharmos, também,

no domínio do simbólico, isto é, daquilo que são as representações e as percepções da população sobre o que é a criança. E não estamos numa situação, ainda, inconcluída de transição entre uma concepção paternalista, de que a criança é alguém em devir para a condição adulta e que precisa de ser corrigida nessa trajetória... e a outra concepção, que é claramente a da Convenção dos Direitos da Criança, de que a criança é um ser humano, como qualquer outro ser humano, dotado de direitos e, portanto, sujeito desses direitos, que tem de ser respeitado naquilo que é a sua diferença. E, por isso mesmo, tem, também, o direito de participar na vida coletiva... e esta transição para a construção de uma cidadania da infância, com a possibilidade de participação das crianças e com reflexos, quer ao nível das relações de intimidade, na cidadania íntima, quer ao nível daquilo que é a vida na cidade, ou daquilo que é a vida nas organizações e instituições, por exemplo, dentro das escolas... Aí precisamos muito de fazer alguns avanços na consciência coletiva e, portanto, na representação daquilo que são as crianças... E, citando aqui um autor de que eu gosto, chamado Axel Honneth, ‘se nós estivermos, nas famílias e na vida comunitária, um respeito autêntico pelas crianças, assente numa ética e num cuidado, teremos seguramente sociedades mais democráticas’, porque a formação das crianças torna, inevitavelmente, no diálogo e na participação... ah... e, portanto, no envolvimento e reconhecimento das crianças, condições para que a sociedade seja mais solidária, mais atenta ao outro e, por isso mesmo, mais assentes em princípios da democracia.

Entrevistador: Muito obrigada! Ah.... Dou por terminada a entrevista, Professor.

E4: Com certeza, Mariana.

Entrevistador: Ah... muito obrigada. É mesmo.... É sempre um gosto lê-lo e ouvi-lo e agora falar consigo de viva voz, muito obrigada.

E4: Obrigado, Mariana. Muitas felicidades pelo seu mestrado, que tudo corra bem. (...).

E5

Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal,

Dr.^a Francisca Magano

10-02-2021, 11h30-12h00

Q.1. O que entendes por políticas de infância integradas?

E5: Então... Acima de tudo, para a UNICEF, as políticas de infância e de adolescência, aqui no sentido de olharmos para as políticas que cobrem todo o ser humano até aos 18 anos, portanto, diria infância e adolescência para cobrir estas duas dimensões, devem ter por base os direitos humanos da criança e, nesse sentido, a própria Convenção sobre os Direitos da Criança... e uma política que tenha em conta a Convenção sobre os Direitos da Criança deve ser ela integrada, no sentido em que os próprios direitos da criança são vários, interdependentes e interrelacionados, e, portanto, para serem postos em prática têm que o ser na sua globalidade. Uma política pública que tenha em conta os direitos deve, então, depois, não só na sua prática, mas também na sua própria conceção, incluir todas estas dimensões que dizem respeito à criança... e, daí, incluir todas as dimensões relacionadas com a sobrevivência, com o desenvolvimento, educação, saúde, mas também todas as dimensões da participação, social e política... ah... E, enfim, tudo o resto que tem a ver com todas as condições de vida, com o cuidado, com a proteção e, portanto, diríamos que, do ponto vista mais teórico, isto seria uma política pública integrada. Na prática, e uma política pública não deve ser pensada apenas no seu desenho teórico, mas também nas condições que possam existir para a sua aplicabilidade, ela deve permitir, ou deve ter em conta, de que forma é que as várias entidades com responsabilidades diferenciadas se podem articular. Dando um exemplo, como é que a saúde se pode articular com a educação e com a justiça para que os direitos sejam postos em prática... E, portanto, neste sentido, que uma criança não seja olhada, como o Professor Manuel Sarmento diz muitas vezes, apenas do ponto vista dos lugares que ocupa, não é... o aluno na escola ou o utente no centro de saúde... Mas que seja olhada para a criança que vai à escola e que nesta tem várias necessidades e os seus vários direitos, não é ..., mas que também vai ao centro de saúde, que também participa na sociedade, que também vive numa determinada comunidade, que pode ou não estar em contacto, neste caso, com a lei e aqui para entrar na dimensão da justiça..., mas que continua

a ser a mesma criança e os seus direitos devem ser olhados dessa forma... ah..., do ponto de vista das necessidades, quando estas surgem, por exemplo, de uma criança com algum tipo de necessidades, mas também da criança à qual não identificamos necessidades, mas que continua a ter direitos e os seus direitos devem ser cumpridos... É preciso olhar para a criança no seu todo, na sua globalidade, como sujeito de direitos, de todos estes direitos previstos na Convenção... ah... e, nesse sentido, se tivermos este olhar, teremos políticas públicas integradas e baseadas nos direitos.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E5: O que os estudos têm apontado, e também da própria experiência da UNICEF em vários contextos, é a importância dos primeiros anos de vida e, nesse sentido, do ponto de vista da política pública, do investimento na primeira infância, através da assistência ou dos programas de educação pré-escolar. Está mais do que provado que, para o plano de desenvolvimento da criança, tanto no presente, como também para as competências que vai necessitar no futuro, a educação pré-escolar, mas também nos primeiros anos de vida, é essencial para esse plano de desenvolvimento... e, por isso, os países que mais investem nestes programas de primeira infância são aqueles que, depois, também mostram melhorias no desenvolvimento da criança, ao nível, por exemplo, do desempenho escolar no primeiro ciclo, no segundo ciclo, enfim... em todo o percurso escolar..., mas também noutras competências pessoais e sociais da própria criança, que, por vezes, não estão refletidas no desempenho escolar... e há um relatório muito interessante da UNICEF..., que, depois, se quiseres, eu também te posso enviar, porque ilustra isso... e que faz, também, uma análise do investimento que vários países fazem e aquilo que é considerado o mínimo do investimento que os países devem fazer, para depois termos estes resultados positivos no desenvolvimento da criança. Ah... eu agora não me recordo necessariamente da percentagem, mas é qualquer coisa como: os países devem investir dez por cento do seu PIB em educação na primeira infância, para podermos atingir estes resultados que queremos. Portugal, neste aspeto, tem feito um trabalho considerável, e eu destaco como muito positivo o investimento que tem feito na primeira infância, em particular no pré-escolar e os compromissos que tem assumido para assegurar a universalidade do pré-escolar. Portanto, não só o assegurar, do ponto de vista mais político, este compromisso, mas também o de

garantir que ele é universal, ou seja, que é gratuito... porque a grande questão do pré-escolar não é apenas assegurar um acesso, mas assegurar o acesso universal, ... E, portanto que, principalmente, as crianças de famílias mais desfavorecidas ou em situação mais vulnerável, possam, efetivamente, ter acesso... Porque aquilo que nós também sabemos, de vários estudos que têm sido feitos e dos próprios relatórios do Innocenti, por exemplo, da UNICEF, é que são as crianças destas famílias mais desfavorecidas que mais beneficiam destes programas... ou mais beneficiariam..., mas que têm menos acesso porque, não sendo eles universais, têm que ser pagos... e são essas famílias que não têm dinheiro para pagar por esses programas e, por isso, esta questão da universalidade, não é..., de garantir o acesso gratuito a todas as crianças, mas, em particular, a estas em situação mais vulnerável, seria aquilo que eu destacaria como o mais importante e prioritário neste momento.

Entrevistador: Obrigada, Francisca.

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças, o que aponta como fatores diferenciadores, como aspetos positivas e negativas, da sua implementação?

E5: O que seria, enfim, aqui, ... sem ainda referir nenhum programa em específico ..., mas o que, aqui, seria importante é aquela perspetiva que falávamos há pouco da integração..., portanto, um programa que não seja setorial. Aliás, ele pode começar por ser uma política setorial e pode começar por tentar resolver uma questão, mas depois, na prática, ele tem que se integrado e tem que promover esta articulação entre os vários setores, para refletir esta integração e os direitos da criança. Pensando num programa em particular... ah ... O próprio Sistema Nacional de Intervenção Precoce, teórica e conceptualmente, está pensado desta forma, no sentido de promover a articulação, aqui, em particular, da educação e da saúde, para aquilo que são as necessidades das crianças e de uma questão ainda mais importante que é não apenas a intervenção, mas também a prevenção... de detetar sinais precoces, muito prematuramente na criança, ... e não só sinais precoces, mas numa idade precoce, que são aqui duas dimensões muito importantes para a prevenção real do risco ou das necessidades. Esse Programa, conceptualmente, está pensado dessa forma e isso resultou num Programa de política pública em Portugal que eu destacaria como importante. No entanto, aquilo que vamos recebendo, enfim..., da prática ..., é que nem sempre os recursos estão lá para que ele

funcione. Portanto, se o destaque porque está bem pensado, precisaria, aqui, de mais informação para o conseguir destacar como sendo uma boa prática... até porque aquilo que nós, por exemplo, identificámos no Relatório Alternativo que fizemos na altura é que existiam poucos dados sobre a avaliação da implementação deste próprio Sistema... portanto, não conseguimos perceber a qualidade da intervenção, por faltarem dados... ah..., mais do que perceções, mas dados rigorosos que nos permitam, efetivamente, avaliar a eficácia deste Programa... para além de perceções, sendo que estas são de que há recursos em falta, principalmente para as crianças com efetivas necessidades.

Entrevistador: Portanto, dirias que, como fatores positivos, seria a questão de articulação e, como fatores negativos para a implementação, a questão da falta de ou da afetação de recursos... ah..., e a avaliação.... Portanto, se te estou a compreender, porias estas duas questões na balança, contrapondo-as.

E5: Ah... sim... E a parte da avaliação até nem é só em relação a este Programa ou a este Sistema... é em relação a vários programas que dizem respeito à criança, em que continuamos a implementar vários programas e várias medidas... e não sabemos, depois, a eficácia destas próprias medidas, não é... e não sei se é porque, quando são pensadas, não está já prevista a monitorização e a avaliação, ou se é porque, depois, ela não é posta em prática... ah..., porque vai acontecendo aqui um misto,... uma vez que, se nós, no momento em que as desenharmos, pensarmos logo no sistema de monitorização e avaliação e dedicarmos recursos para que isso possa ser posto em prática, mais facilmente isto é implementado. A verdade é que muitos desses programas são pensados sem terem isto em conta e, depois, vão sendo implementados, não se pensa nisto, não há uma identificação de melhorias... e, portanto, depois os programas acabam por, às vezes, ser revistos, não necessariamente porque foi feita uma avaliação rigorosa da eficácia e da eficiência dos programas... e, dessa forma, continuamos um pouco assim... Aliás, há pouco tempo, numa entrevista ao Público, também me perguntavam quais eram as questões mais prioritárias, no que toca à Estratégia para os Direitos da Criança e eu dizia que é a questão é mesmo a de olharmos para tudo o que existe e integrarmos. Nós temos a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, a Estratégia Nacional para a Igualdade, temos, agora, a Estratégia para os Direitos da Criança, vamos ter uma Estratégia de Combate à Pobreza, que, à partida, terá a pobreza infantil... ah.... Temos um sem número de estratégias, um sem

número de planos operacionais, e não necessariamente um olhar integrado sobre todos estes compromissos. Se o tivéssemos, teríamos aquilo que é importante para atingir resultados, porque não podemos, por exemplo, olhar para o abandono escolar e ter uma Estratégia de Prevenção do Abandono e, depois, ter uma Estratégia de integração, por exemplo, de Comunidades Ciganas que não fala com esta do Abandono, sendo que uma das questões essenciais quando falamos de crianças de etnia cigana são as questões do abandono, não é... Portanto, temos que pôr estas estratégias todas a falar, para atingir o resultado que nós queremos, que é, por exemplo, no caso das crianças ciganas, que completem a escolaridade obrigatória. Contudo, não o podemos fazer se não pensarmos nisto tudo.

Entrevistador: E nesta questão da implementação e da execução dos programas, ou das diferentes estratégias como falavas, como é que vêes o envolvimento da comunidade ou do poder local? E, aqui, não apenas numa perspetiva mais ‘macro’, mas podendo, também, concretizar mais, e falar sobre os Programas da UNICEF...

E5: Ah... Bem, nós na UNICEF Portugal, tal como na UNICEF global, acreditamos e, nos últimos anos, de uma forma muito mais visível, na importância das comunidades e do poder local na implementação dos direitos, no sentido em que as decisões tomadas a nível local têm um impacto direto na vida da criança. Podemos dizer, obviamente, o mesmo em relação às políticas de âmbito nacional, que têm um impacto na vida da criança... e, então, as medidas tomadas, por exemplo, no âmbito da pandemia, têm um impacto direto no dia a dia da criança, mas este nem sempre se vê logo. As medidas locais têm sempre este impacto na criança e, por isso, se queremos efetivamente garantir a realização dos direitos, temos que envolver o poder local e as várias instituições e entidades que fazem parte da comunidade para isto acontecer. Por isso, aqui, em Portugal, o que temos assistido é, por exemplo, ao nível da educação, uma responsabilização, uma delegação de competências cada vez maior nesta área e, portanto, vem reforçar ainda mais esta nossa perspetiva da importância das políticas locais... e porque os municípios não implementam apenas aquilo que são as orientações nacionais, mas vão desenvolvendo aquilo que são as suas políticas e as suas prioridades... e, acima de tudo, porque tentam responder às necessidades da sua própria comunidade e daí a importância do poder local, porque permite não só olhar para as questões que afetam o país todo, mas, em particular, para as questões que afetam a sua comunidade, o seu município no seu todo..., mas depois também para políticas de freguesia, que possam

olhar para dimensões então ainda mais particulares de grupos de pessoas, neste caso, de grupos de crianças. Por isso, quando falamos de Estratégias de Combate à Pobreza, é muito importante pensarmos naquilo que são compromissos nacionais de redução do risco de pobreza infantil, mas termos em conta, por exemplo, a questão do ‘urbano’, não é..., da pobreza que se vive em alguns contextos urbanos e, por isso, o pensar nesta erradicação num território ou nesta redução da pobreza num território, num município como Lisboa será diferente de o fazer num município como Boticas..., mas sem dar exemplos, os dois territórios são diversos, não é... E, por isso, devemos ter em conta tudo isso e as próprias necessidades e os recursos que os municípios têm para conseguir responder... e recursos não só das Câmaras Municipais, mas de todas as entidades que fazem parte dessa comunidade e que devem ser envolvidos nestes esforços. Claro que, quando falamos de comunidade e de políticas públicas, não me refiro apenas à Câmara Municipal como entidade supra que tem toda a responsabilidade; não, é efetivamente uma responsabilidade partilhada. E, no caso destas comunidades, todas as entidades públicas, privadas e semipúblicas ou semiprivadas têm responsabilidade.

Entrevistador: A terminar, Francisca, não sei se queres falar de algum Programa em concreto da UNICEF...

E5: Ah.... Sim.... Posso falar no Programa das Cidades Amigas, que tenta pôr em prática tudo aquilo que eu referi, o envolver os municípios, e aqui a Câmara Municipal, mas todas as outras entidades, na aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, começando por desenvolver uma política local, um Plano Local para os Direitos da Criança, que pense estrategicamente aquilo que o município quer para os próximos, neste caso, no âmbito do Programa, para os próximos quatro anos. Portanto, que pense estrategicamente naquilo que quer mudar, melhorar, implementar ou fazer de novo para os direitos, enfim... para a aplicação dos direitos da criança e, depois, na prática, o que é que quer fazer e com quem é que o quer fazer, tendo sempre em vista aquilo que quer, em termos de mudanças, para a vida da criança. No fundo, o Programa tenta criar esta oportunidade de reflexão nos municípios, e também com a própria UNICEF, para que, em conjunto, possamos pensar sobre isto e ter estes Planos Integrados para a aplicação dos direitos. Portanto, o Programa tem, em vários territórios, permitido a construção destes Planos Locais e a sua implementação. Desta forma, temos já vários municípios pelo país, desde Norte a Sul e nas

Ilhas, que têm demonstrado como estas mudanças são possíveis e como podemos ter políticas locais integradas que promovem os direitos da criança, e, aqui, direitos sociais, políticos, culturais, económicos e civis, e de como os direitos são postos em prática.

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E5: Que as crianças fossem ouvidas. Não falei sobre esta dimensão quando falámos de políticas integradas, mas como é óbvio... aliás, falei dos direitos de participação social e política e, para eles serem postos em prática, é preciso que eles sejam efetivamente implementados, não é... Portanto, acrescentaria ou destacaria esse último ponto quando pensamos em políticas integradas, que, não só de políticas nacionais, mas como de políticas locais, que as crianças pudessem ser envolvidas... ah... no desenho das próprias políticas, na reflexão, mas também na sua implementação e na sua avaliação e monitorização. E que fossem envolvidas não pontualmente ou, mesmo que seja, de forma regular... que não fossem só ouvidas, mas que os seus contributos fossem tidos em conta e, depois, que fossem, obviamente, também tendo conhecimento daquilo que é o impacto dos seus contributos na melhoria ou no desenho das próprias políticas..., uma vez que não podemos pensar em políticas para este grupo da população se não as ouvirmos, no sentido em que são as crianças que sabem melhor sobre a sua vida do que qualquer outra pessoa, não é... Portanto, se ouvirmos as várias partes interessadas quando pensamos nesses grupos, também temos que ouvir as crianças quando pensamos em políticas para elas próprias. Eu aqui destacava uma questão que me tem interessado muito nesta fase de pandemia e não é possível nos distanciarmos da pandemia quando falamos de direitos da criança, dado o impacto que esta está a ter na criança... e, portanto, não querendo aqui introduzir uma questão muito contextual e temporal, mas a verdade é que a pandemia não vai ser apenas uma questão pontual na vida da criança, vai ter um impacto bastante grande e, ao nível das políticas públicas, muito grande então... que é uma questão, enfim, na qual eu tenho dedicado algum tempo...que é o facto de todas estas políticas estão a ter, como eu dizia, um impacto gigantesco na criança, mas ainda ninguém falou para a criança. Não temos, por exemplo, conferências de imprensa para as crianças. Talvez, a conferência de imprensa não seja o modelo mais adequado para a criança... Ah... teríamos que pensar numa outra forma de falar com crianças, mas precisamos de falar para elas, dado que a rotina delas mudou, o dia a dia

delas mudou, não é.... iam à escola, agora deixaram de ir e estão fechados em casa... e não temos decisores políticos, nem a nível nacional, nem a nível local, que eu tenha conhecimento, a falar para elas. Temos algumas experiências locais e a própria UNICEF tentou, também, com questionários, ouvir as próprias crianças, o que é que elas estão a pensar, a sentir e o que é que mudou, no sentido depois de poderem informar as políticas. Mas não vejo isto de forma sistematizada, nem que esteja a ter um verdadeiro impacto, como nós queríamos. Vejo algumas experiências, por exemplo, dos meios de comunicação social, que ouviram um conjunto de crianças e perguntaram-lhes se queriam voltar ou não à escola. E não é surpreendente que as crianças queiram voltar à escola, mas quase como, enfim... todas estas peças, exercícios ou resultados vão saindo como ‘Ah, as crianças estão a dizer isto’, mas e depois? Não tem qualquer consequência, nem há ninguém que explique às crianças, por exemplo, que ‘eu sei que vocês querem ir para a escola, mas não é possível por isto, por isto e por aquilo’ ... e, num momento tão crítico como este, eu diria que isso está a faltar. É preciso, eu diria até, trabalhar estas competências nos decisores políticos, porque também não queremos conferências de imprensa ou momentos destes paternalistas, não é...., do género, ‘eu sei que vocês querem, mas agora não vai dar’. Não, não... Não queremos nada paternalista, queremos algo real, efetivo e que seja genuíno. Temos milhares de crianças fechadas em casa, ou não, ou estão na rua, porque não podem estar fechadas em casa e é necessário que alguém lhes explique isto.

Entrevistador: Portanto, se eu te perguntasse, mesmo para terminar, o que é que falta cumprir para assegurar à criança o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar, em Portugal, tu começarias por dizer que falta ouvi-la e ter uma resposta consequente para fazer face a essa audição?

E5: Ah.... Sim! E falta, se calhar, influenciada por aquilo que eu estava a dizer e por esta reflexão que eu tenho feito, talvez, até competência em direitos da criança dos nossos decisores políticos... e, ao nível local, o que o Programa das Cidades Amigas das Crianças tem feito, também, é trabalhar com as próprias autarquias e com todas as partes interessadas nesta dimensão da formação e da capacitação para os direitos, neste reconhecimento de que não é possível implementarmos os direitos sem os conhecermos e sem sabermos como é que os vamos implementar. Isso, ao nível local, foi a primeira necessidade e a primeira resposta que temos incentivado os municípios a tomarem, que é capacitarem as suas equipas, na medida

em que, se não o fizerem, não serão capazes de implementar os direitos desta forma integrada... de outra forma, teremos mais do mesmo, teremos mais políticas setoriais, e não integradas. Portanto, centrem-se e foquem-se na capacitação e, se o fazemos ao nível local com o Programa das Cidades Amigas das Crianças, sentimos o mesmo ao nível nacional... ah..., de que não existe um real conhecimento e uma capacitação de decisores, enfim..., de várias entidades para a aplicação efetiva desta perspetiva global, integrada e holística da Convenção sobre os Direitos da Criança e que, depois, se manifesta nestes momentos... em que pensamos, enfim..., em que pensamos, por exemplo, mais em questões gerais da sociedade e de saúde pública, e não tanto em direitos da criança, e, em particular, nas próprias crianças.

Entrevistador: Obrigada.

E6

Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões,

Dr.^a Susana Menezes

10-02-2021, 16h00-16h30

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E6: Bom, ah... eu não sei se teve a oportunidade de, enfim, acompanhar um pouco o trabalho que temos desenvolvido... e, na verdade, como imagina, o nosso trabalho está sempre muito orientado para a cultura, portanto, eu posso falar-lhe nesse contexto. O que eu acho que são políticas públicas... ah, são políticas que se dirigem a todos, não é..., ao público, mas que são pensadas com as pessoas..., são pensadas, neste caso, com as crianças, com os pais, com os professores e com as comunidades educativas, no sentido de todos, em conjunto, pensarmos de que modo é que podemos trabalhar numa forma de desenvolver cidades, países, leis e uma Constituição, em que estejam todos mais integrados, mais ligados e sejam todos mais ouvidos.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias? Aponta ou identifica alguma, no caso da cultura, por exemplo?

E6: Infelizmente, no caso da cultura, eu acho que ainda estamos num processo muito embrionário... estamos num processo mais avançado quando pensamos em cultura e educação. Como sabe, muito recentemente, foi criado o Plano Nacional das Artes, que tentou articular o Ministério da Cultura e o Ministério de Educação... é uma iniciativa que não é nova, no sentido teórico, ou seja, houve várias tentativas, ao longo dos anos, para se criarem departamentos interministeriais e áreas de convergência..., mas eu penso que ainda estamos muito longe de conseguir uma eficácia a esse nível, uma eficácia de relação e uma eficácia na utilização mais ajustada possível dos recursos existentes... e os recursos existentes é porque existem muitos recursos ao nível da educação, e existem muitos recursos ao nível da cultura..., o que eu acho que falta é uma correta e eficaz articulação entre estas duas áreas tão grandes. Portanto... ah..., acho, no entanto, que, ao nível municipal, tem havido uma maior evolução, desde logo porque eu penso que tem a ver com as escalas, não é... a escala

de uma cidade é uma escala muito mais controlada que a de um país; é uma escala que, também, se faz de relações afetivas e de proximidade e acho que se faz muito mais de escuta.... ao nível ministerial, estamos a falar de uma outra matéria, de uma outra escala, estamos a falar muito de política e menos de relações.... e, por isso, eu acho que isso é uma das razões pelas quais os processos não avançam mais. Ah..., depois, acho que, nestes vários cruzamentos, encontram-se bolsas que pensam, por exemplo, em encontrar leis, formatos, posturas mais próximas das crianças e deste arco que está à volta do que é a criança – a comunidade educativa, os pais, enfim... e acho que mais ... portanto, dizia que mais a esse nível, ou seja, nomeadamente no caso da cultura, e porque, a verdade, o que acontece com a cultura é que se começou a pensar mais em políticas culturais para as crianças ou... desculpe, elas não existem, mas começamos a pensar mais na criança enquanto um público para a cultura, porque se começou a pensar, antes disso, numa rede de teatros e cineteatros... que, na verdade, não existe, é uma ideia..., mas o que se começou a pensar há uns anos atrás, no início dos anos 2000, foi na requalificação de teatros e cineteatros a nível nacional. Isso foi feito com um alto patrocínio da tabaqueira, mais um grande apoio da União Europeia e mais dinheiros locais, dos municípios... e, portanto, cada capital de distrito tinha um teatro ou cineteatro ou construído de raiz, ou requalificado... e, depois, era preciso pensar no que é que se vai fazer nestes teatros. E, então, começou a pensar-se no conceito da formação de públicos para as artes e para a cultura. Esta ideia de formação de públicos não estava propriamente, e diretamente, e obviamente, não estava... não era óbvio que isto fosse para as crianças, mas também sabemos que as crianças trazem... a relação com as escolas e com as crianças, é uma relação, *a priori*, mais facilitada do que uma relação com os adultos... ou seja, curiosamente, muitas vezes, nós conseguimos que os pais venham com as crianças ao teatro, mas não conseguimos que os pais sozinhos, eles próprios, decidam ir ver um espetáculo e isto faz uma grande diferença.... quer dizer que há... que os adultos se preocupam, por princípio, com as crianças. Porém, as crianças não votam... e, como as crianças não votam, esta parte política não existe. Ou seja, elas não são um elemento que concorre e que é preciso convencer para se conseguirem votos. Mas, por outro lado, os adultos sentem-se, hoje, mais responsabilizados sobre a educação que dão às crianças do que há 50 anos atrás.... há 50 ou 60 anos atrás, nós líamos o “Diário de Notícias” e não havia uma única notícia sobre uma criança. Hoje, seguramente, todos os jornais têm, pelo menos, uma notícia sobre crianças por dia. Quer dizer que nós mudámos a forma como nos

relacionamos com a educação dos nossos filhos, não é... eles antes eram criados com as criadas e, agora, curiosamente, que nós ainda assim temos menos tempo, porque trabalhamos todos mais fora, as mulheres ganharam outro lugar no trabalho... ainda assim, nós hoje dispensamos mais tempo, e ainda bem, e dedicamo-nos muito mais à educação das crianças... e é esta a razão pela qual também nos preocupamos muito mais com aquilo que as crianças consomem, do ponto de vista cultural e artístico. E, por isso, também, por causa dessas necessidades dos próprios pais, as propostas culturais também se redirecionam e se fortalecem, não é... nesse sentido. Por outro lado, nós também sabemos que a educação das crianças deve ser mais completa se elas tiverem acesso ao maior número de experiências de qualidade/ relevância possíveis. Por isso, voltando à questão dos teatros, quero dizer que eles próprios, depois de uma primeira fase, perceberam que era preciso abrir áreas de programação que não só formassem públicos, mas também que fizessem uma formação mais específica, não é..., que pensassem exatamente em que objetos artísticos é que iam propor às crianças, em particular, de modo a que eles pudessem, por um lado, criar relações com o novo edificado, com os teatros, e, por outro lado, que naturalmente criassem relações também com esta experiência artística, do lugar, do palco e da obra por si. E, por isso, eu acho que, ainda que não tenha sido de uma forma direta, mas indiretamente, eu acho que há aqui uma construção de qualquer coisa. Não sei se respondi à sua questão...

Entrevistador: Respondeu, respondeu, perfeitamente. Aliás, isto não há respostas certas nem erradas. E respondeu, perfeitamente. Eu perguntava-lhe agora...

E6: Ah.... Desculpe, eu só queria acrescentar é que, de resto, está na Constituição, como todos sabemos, o direito à fruição cultural. Para haver fruição cultural, tem de haver emissão cultural, têm de se convocar os artistas, portanto, tem de se contratar artistas e dar trabalho aos artistas para se pensar com os artistas e com outros sobre as propostas que se apresentam para as crianças. Mas para que as pessoas possam usufruir, e têm o direito à fruição, tem que haver emissão, não é...., portanto, têm que ser, também, as atividades a serem, elas próprias, proponentes.

Entrevistador: Claro.... Sim, sem dúvida.

Q.3. No âmbito, então, da programação para as crianças, de programas desenvolvidos para as crianças, o que é identifica como fatores diferenciadores da sua implementação?

E6: Primeiro, eu acho que é preciso fazer um reconhecimento muito grande do terreno, de onde é que nós estamos... Que sítio é este onde nós existimos? Qual é a missão deste sítio? Para onde é que ele quer ir? O que é que ele quer fazer? Que recursos e que equipas é que têm? Mas, sobretudo, ter uma grande consciência do lugar. Um teatro municipal no Porto é diferente de um teatro municipal em Lisboa, e é diferente de um Teatro Municipal no Algarve. Portanto, é perceber bem quais são os territórios e que outras instituições é que existem para além daquela e quais são as suas missões..., porque há uma coisa que é muito importante que é a diferenciação... e a diferenciação na oferta..., ou seja, nós podemos oferecer às crianças e aos jovens propostas diversas, diferentes, múltiplas, com outras pessoas que, no fundo, lhes permitam criar um acervo de experiências, que os ajudem, depois, a transformar isso e a acamar essa informação, para que ela se transforme num olhar crítico e mais sabedor. Bom, e, por isso, também, depois, muito mais engajado, muito mais interessado. Pronto... O que é que eu acho que é necessário para além disso? Acho que é necessário... uma das coisas que é muito importante... olhe, acho que é necessário ter recursos e é muito interessado ouvir e escutar... é muito importante, também, ouvir os outros agentes que trabalham para os mesmos públicos ou que se relacionam... neste caso, também com as crianças... é muito importante ouvir os pais, os avós, os vizinhos, os professores... é muito importante... E também é muito importante ouvir as crianças... e ouvir crianças de diferentes espectros, porque ouvir as crianças do bairro da Ajuda, é diferente de ouvir as crianças do Restelo, ou ouvir as crianças da Baixa-Chiado, ou do Porto... E é muito importante ouvi-las porque, naturalmente, em função das experiências que cada uma tem, terá, seguramente, necessidades diferentes. E é muito fácil, numa conversa com uma criança, percebermos, inclusive, que acervo de experiências é que ela tem, quando confrontada com uma proposta que lhe estejamos a dar... e, portanto, essa questão, eu acho que é muito importante. O mapeamento do território, uma definição muito clara de qual é o sentido para onde vamos, mas sempre auscultando quem está à nossa volta... nós nunca estamos sozinhos... nós não trabalhamos para nós... nem trabalhamos só para uns... nós trabalhamos para muitas crianças diferentes. O que elas têm de comum é uma franja de idade e aquilo que nós acreditamos ser uma fase ou um desenvolvimento, que pode ser... que é, mais ou menos, comum a todos... mais ou menos, não é...

Entrevistador: E, nesse mapeamento, nesse ‘trabalhar com’, eu perguntava-lhe... e eu acho que já deu várias pistas neste sentido... como é que vê o envolvimento da comunidade e do poder local neste contexto?

E6: Ah..., eu queria que me especificasse um pouco melhor o que é este contexto...

Entrevistador: Neste... na ‘programação com’..., portanto, quando falava de mapear o local, de definir, de forma clara, o que se está a trabalhar, em que terreno é que se está a atuar, de auscultar todas as pessoas... Como é que vê, aqui, o envolvimento da comunidade, portanto, se pensarmos no teatro, à volta de quem está no teatro, a comunidade em que está o teatro... Como é que vê o envolvimento dessa comunidade no teatro ou com o teatro... ou do teatro para a comunidade... ou da comunidade para o teatro... e o próprio poder local, da Câmara, por exemplo.... Qual é o papel que pode ter aqui de reforçar, ou não, essa ligação?

E6: Hum hum, então, ah... Por exemplo, no nosso caso, o LU.CA nasceu de uma programação que existiu durante doze anos no Teatro Maria Matos e que foi crescendo, crescendo... Nessa altura, o poder local achou que era necessário dar um espaço autónomo e depositor a esta área de programação, e, portanto, os objetivos iniciais da programação do Teatro Maria Matos foram revistos e ampliados e agora ocuparam um teatro com outras questões, com outras interrogações, naturalmente... e também com mais objetivos... Ah..., e, portanto, da parte do poder local, o que eles fizeram foi.... foi fazer uma avaliação de um trabalho e perceber que, se calhar, esse era o futuro, até porque... O que é que acontece? É que teatros que já têm muita programação, e se têm ainda uma área de programação para crianças quer dizer que a comunicação... a forma como nós chegamos às pessoas é uma forma muito mais afastada do que quando nós estamos a comunicar só num sentido, não é Porquê? Porque, naturalmente, estamos a divergir os públicos a quem nós nos dirigimos, não é... E, mais, quando nós temos um teatro só para crianças, nós sentimos... e acho que isso é... acho que todos pensam exatamente assim... é que a própria ideia de existir um teatro para crianças, ela só, como ideia, já é altamente comunicante. Portanto, nós aproximamo-nos... aproximamo-nos de um lugar destes, porque há uma ideia que nos é passada pela própria... pelo próprio... objetivo da instituição, não é... este programar para crianças e para quem é que ele se dirige.... Penso que essa é a única resposta que eu posso dar... No entanto, sei que a Câmara continua... e que tem outros ligamentos... e vários e

muitos com serviços educativos. Mas, na área do teatro, até porque o teatro, pela forma como funciona e pelos requisitos de que necessita... ah..., tem muitas... tem muita equipa associada... mexe com muitos mecanismos... ah, mexe com muito trabalho de... ah, repare... um teatro não tem o acervo que tem um museu, não é... num museu, podemos abrir as portas e estamos em relação com as obras... e pode ser uma relação mais próxima ou mais distante, enfim, depois, haverá vários mecanismos de mediação, que podem ser convocados..., mas nós podemos abrir uma porta e as obras estão ali. Num teatro, nós podemos abrir as portas e acender as luzes e o que temos é um espaço... não quer dizer que ele não seja muito rico e importante de se viver e de se visitar..., mas ele só se vive em pleno quando há qualquer coisa em palco, não é... que o ativa. E, portanto, nós não podemos existir sem uma série de mecanismos, e, por isso, quando um executivo toma uma decisão destas, está também consciente de que está a ativar uma série de mecanismos, que, para já, não tem... quer dizer, que depois já é muito complicado, também, parar... e que eles, naturalmente, darão os seus frutos, é isso que se espera... e também porque mexe, como dizia há pouco... mexe com muitos artistas e com muitas equipas que entram e que saem. Pronto, ... ah..., voltando à sua questão... no nosso caso, nós, quando abrimos, decidimos fazer uma auscultação à cidade... um pouco para... nós tínhamos umas ideias do que é que isto poderia ser...ah... tínhamos feito muita pesquisa e tínhamos, também, já muita experiência..., mas achámos que era muito importante ouvir uma cidade, sobretudo quando há um teatro para crianças novo. Quando há uma nova instituição cultural numa cidade, seja ou não para crianças... isto é uma espécie de placas tectónicas, não é portanto, acontece assim uma coisa e, depois, há assim uma espécie de uma reorganização, não é... e nós todos encontramos-nos e tudo se reorganiza... se calhar, algumas instituições que tinham que investir mais nessa área podem-se retrair e investir mais noutra, porque, de repente, há aqui uma espécie de uma ilha, que faz parte, também, depois, de tudo o resto... de todos os outros planos, não é? E, então, tivemos... desafiámos diretores de teatros com as mesmas características de outros países, que são teatros de referência..., aliás, o LU.CA surge, porque, também, há uma vontade da parte da vereação da cultura de replicar modelos que existiam noutros... noutras cidades da Europa, que têm já há bastantes anos teatros de referência com programação só para crianças e jovens... e, portanto, Lisboa não tinha nenhum e a vereação da cultura achou que era importante replicar esse modelo... E, portanto, ouvimos esses diretores desses outros teatros... um suíço e um belga... ah..., ouvimos, também, professores; ouvimos academia;

ouvimos experiências pedagógicas informais de, por exemplo, do Brasil; e ouvimos, também, os alunos e os estudantes..., num modelo de trabalho, que foi um trabalho continuado, durante algum tempo, de uma escola, para conseguirmos perceber exatamente... para conseguirmos, primeiro, entrar dentro da comunidade escolar, de uma forma confortável e construir uma relação amiga, de modo a que pudéssemos ouvi-los, ouvir as suas partilhas e, depois, perceber como é que, também, este material ia ser apresentado. Fizemos, também, um *World Café*, que é um método de trabalho muito interessante e que nos permitiu, também, levantar pistas para um possível futuro. Com este material todo... reunimos o material todo... ah..., temos um gráfico, aliás, muito bonito e muito interessante, que resultou dessas conferências... e o que fizemos foi perceber, dentro daquilo que, supostamente, é a missão que o LU.CA deve ter... que nos foi encarregue pelo executivo camarário... como é que nós agora juntamos isto, não é? Pegamos nisto, que é o objetivo central do teatro, atribuído por uma política municipal, se quisermos... e, depois, com aquilo que nós auscultámos do terreno... e foi muito bom... até porque neste *World Café*, só para acrescentar, havia pessoas das bibliotecas municipais, de teatros, professores, professores da animação sociocultural, enfim... pessoas com uma grande diversidade, mas sempre com alguma relação ou às crianças ou às propostas educativas, ou aos palcos ou aos teatros... e, por isso, foi um projeto bastante rico. Esse material ajudou-nos bastante a construir aquilo que nós, hoje, somos... Eu não posso dizer que é rigoroso, mas é muito importante, porque construiu-nos, no fundo, uma cama para nós... ah... ou uma estrutura a que nós fomos, depois... ou o início de uma estrutura a que nós, depois, fomos acoplando outro material... e, depois disto, conseguimos fazê-lo de uma forma mais segura. E isso é muito importante..., nós sabermos que... ok, nós podemos agora construir o resto com propriedade e de uma forma mais segura... e justificada... e bem justificada, acho eu.

Entrevistador: Muito obrigada. Ah... é, de facto, uma experiência incrível... o trabalho que desenvolvem... E eu só que lhe gostava de perguntar, a terminar...

Q.4. Que elementos é que gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e mais eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança? E, neste caso, podem ser de âmbito estritamente cultural ou não, enfim... A resposta é sua e, portanto...

E6: Então, eu acho que deveria haver mais apoio aos artistas que fazem criação para crianças e jovens... acho que a DGARTES [Direção-Geral das Artes] deveria abrir um concurso específico só para este tipo de criações. Depois, acho que, também, deveria haver cotas... cotas nas instituições... e cotas têm a ver mesmo com valores orçamentais para estas áreas de programação... e isso devia ser legislado, mesmo. Bem como, esta questão de haver concursos, porque, repare... até há bem pouco tempo, a DGARTES tinha concursos para espetáculos de teatro que tinham, por obrigação, de ter uma área educativa... quando, muitas vezes, há artistas que não se sentem minimamente vocacionados para isso... nem têm que o fazer, se não se sentem vocacionados, não é? Porque, de repente, estão a preencher requisitos que não fazem qualquer sentido. Pronto, então, eu acho que deveria concursos específicos para projetos para crianças, de diferentes linguagens artísticas. Depois, deveria haver cotas nas instituições... e instituições não falo apenas nos teatros, falo em museus, em centros de inspiração... Depois, acho que deveria, efetivamente, haver uma articulação muito concreta e racional entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura... e quando lhe digo muito racional é porque não é preciso sermos demasiado ambiciosos, é preciso conseguir implantar no terreno, sermos eficazes e um pouco mais concretos nestas medidas... ah... pelo menos numa fase inicial e cujo objetivo deve ser mesmo esta relação. Depois, também, acho que era muito importante capitalizar os artistas que trabalham já para o Estado, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Bailado, o Teatro Nacional de São João, a Orquestra Metropolitana de Lisboa..., que são artistas que já trabalham para o Estado e que poderiam perfeitamente criar relações com diferentes escolas, a nível nacional, mesmo... Ou seja, a ideia de que um concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa possa...eu não digo um concerto, porque acho importante não esvaziar os locais de apresentação..., mas eu acho que poder ter um músico numa sala de aula, por exemplo, numa aula de educação musical, acho que era uma enorme ajuda a um professor... bastava uma, seguramente... que isso já tem um papel muito importante... Eu estou a dar isto como exemplo e, se calhar, não o deveria dar, porque...a questão dos exemplos é que, depois, ficamos muito agarrados a eles, não é? Mas eu acho que era... acho que era verdadeiramente importante.... Acho que, pelo menos isso, já era uma grande ajuda.

Entrevistador: Muito obrigada. (...).

E7

Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal,

Dr.^a Alexandra Marques,

11-02-2021, 8h30-9h00

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E7: Bom, para isso, é preciso ir ao conceito de integração, não é? Ah..., e a integração, aqui, quando se está a pensar em crianças, tendo-as como o indivíduo e o cidadão que ela é, e não apenas o que vai ser, ... o cidadão que vai ser... ela já é um cidadão de pleno direito desde que nasce, ou desde até que é idealizada na conceção,... isto pressupõe que todos aqueles que possam contribuir para o seu bem-estar, para a garantia de cidadania que, no nosso caso, em Portugal, está assegurada pela Constituição, para ela e para todos os outros cidadãos... ah... isso compromete a família, as instituições, os serviços, o Estado, entendido, aqui, não só como os agentes públicos na figura das autoridades do Estado, mas o Estado enquanto comunidade, enquanto indivíduos que têm uma responsabilidade para com os outros. E, se for assim, que o entendemos... ah... uma integração ou uma visão de integração para o bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem da criança pressupõe responsabilidades partilhadas, pressupõe partilha de valores desta visão de criança e desta visão de cidadania..., ah, sabendo que isto é muito ambicioso e muito difícil, mesmo numa democracia com quarenta e tal anos. Mas, ainda assim, pressupõe que... quem... ah... governa, possa ter, aqui, um entendimento de que não basta pensar em ter instituições de cuidado, instituições de educação, ter serviços de saúde, não.... É preciso ter políticas de família, antes de tudo mais... e essas políticas de família têm uma dimensão que passa, também, pela economia, passa pela cultura, que passa pelos espaços públicos... ah... e isto, para mim..., isto é uma visão integrada. Ou seja, quando se pensam em políticas públicas tem que se pensar na criança, como em qualquer outro cidadão... com as dimensões todas que a vida da criança tem. Portanto, esta integração entre setores deve estar alinhada com uma visão e em valores comungados, na adoção progressiva de uma linguagem que, também, seja comum, dentro da especificidade científica de cada área..., mas uma linguagem que seja comum, que seja compreensível e que facilite o diálogo... e esta é uma primeira dimensão de integração, entre os diversos setores que atuam para que a criança tenha os seus direitos garantidos, que possa ser um cidadão de pleno

direito. Depois, é garantir que essa integração acontece ao longo das várias transições por que passa o indivíduo... e ela é tão crítica nos primeiros...ah... podíamos dizer, nos primeiros três anos, primeiros seis anos..., que já há evidência mais do que comprovada de que assim é... mas nós, como Fundação, defendemos ainda uma extensão maior desse período até aos nove anos..., que estas transições sejam seguras, significativas, que nasçam desta articulação entre os setores, desta corresponsabilização dos setores com a família, pelo menos, até aos nove anos de idade. E, depois, tem a ver com os níveis de governança, também. Se não entendemos a integração nestes três níveis, não estamos, seguramente, a conseguir... preservar aquilo que é fundamental e ser agentes verdadeiros dos direitos constitucionais e de todas as.... de todos os outros instrumentos internacionais, nomeadamente os direitos da criança, que estão consagrados em Convenção, mas que, na nossa própria Constituição, já estão consagrados. Por isso, fomos dos primeiros países a assinar a Convenção. Por isso, uma visão integrada parte disto... ah..., desta visão partilhada, desta linguagem partilhada, de um conjunto de valores, que têm, como princípio, que a criança é cidadã de pleno direito e que, para tal, é preciso uma política... ou políticas públicas que radiquem nessa conceção. E, depois, o modo como se faz isto, obviamente... que é complexo, não é? Vai desde a formação dos profissionais, mas também com políticas sérias de família, que não... que não desresponsabilizem a família, também, daquilo que é a sua parte do trabalho..., que permitam à criança ter voz, ter espaço, ter direito de participação e tudo aquilo que está consignado..., mas, antes de tudo isso, ter direito à vida e ao nome, e à casa e à família e aquilo tudo que tanto ambicionamos para todos. E isso é o futuro da sociedade.... a sustentabilidade de que falamos, que não é só a sustentabilidade ambiental, é a sustentabilidade da humanidade... é a sustentabilidade desta dimensão de relação entre indivíduos e dos indivíduos com tudo aquilo que os rodeia. Portanto, se tivermos esta ambição, este sonho e esta convicção, eu julgo que, depois, o resto faz-se... com mais dureza ou mais facilidade..., mas faz-se..., na realidade. E é isso que, no fundo, a Fundação tenta fazer pelo mundo... pelo mundo inteiro... e que eu acredito que os Estados também procurem fazer, embora, nem sempre bem-sucedidos.

Entrevistador: Muito obrigada! Ah... eu perguntava-lhe agora...

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou que mais contribuem ou podem contribuir, para a melhoria das condições de vida das crianças e

suas famílias? Consegue apontar, identificar alguma, no caso da educação, em geral, ou, em especial, na educação da primeira infância?

E7: Sim, claro. Ah..., mas isso não confinado à atualidade, ou seja, enquanto...

Entrevistador: Exato...

E7: ..., porque... Porque se há condição necessária para... para que tudo o que ambicionamos seja concretizado é a continuidade... ou seja, a continuidade e a capacidade de monitorizarmos e avaliarmos para poder reajustar, e deixar para trás aquilo que não funcionou e ir à procura de outras, novas, e estar muito atualizado naquilo que se faz. E, por isso, sabemos que essa é a tarefa mais difícil... e não é só em Portugal, é no mundo inteiro... ou seja, a partidarização do governo do Estado, que se opera em ciclos de quatro ou de cinco anos tem originado, em todas as democracias, numas mais do que noutras, a descontinuidade das políticas. Pronto. E este é um fator que temos que considerar... e, daí, também estava a perguntar se me tinha que cingir à atualidade, porque eu acho que é preciso percebermos o que é que... de onde é que partimos, se considerarmos... se considerarmos, a sociedade portuguesa, nos seus interfaces diversos..., de facto, nós estivemos muito isolados, até durante o período da ditadura... ah... e se considerarmos que partimos daí, em 1974, com índices altíssimos de analfabetismo, com uma taxa de mortalidade e morbidade das crianças assustadora... ah..., a ausência de planeamento familiar... tudo..., em quarenta anos, aquilo que eu considero que, em política pública, se fez de mais relevante... eu diria, seguramente, tudo aquilo que se fez na saúde, o Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente os cuidados de saúde primários, com o imenso ainda que há para fazer..., mas, ao nível dos cuidados de saúde primários, os planos de vacinação, todo o trabalho em torno da saúde materno-infantil, o planeamento familiar e, sobretudo, são tudo políticas que ajudaram à qualidade de vida das crianças e das famílias, portanto... ao nível da saúde, por aí, muito seguramente. Ah..., depois, temos a criação do Sistema Educativo, com a universalização da educação e onde a educação pré-escolar esteve logo consagrada, a uma velocidade muito diferente das demais, mas ainda assim..., ah, mas a educação pré-escolar nasceu de um modo muito robusto e fundado já naquilo que, na altura, era mais atual, em termos de visão pedagógica da educação de infância e isso permitiu uma assunção muito clara, por parte das famílias, do valor da educação pré-escolar. Não era só para ter as crianças ocupadas para as

famílias irem trabalhar, era porque... era importante para a criança. Isso não está totalmente conseguido ainda, mas há valorização por parte das famílias portuguesas da educação antes do primeiro ciclo, isso eu não tenho dúvidas nenhuma... E, portanto, eu acho que essa é uma conquista enquanto sociedade, mas também dependeu do modo como, politicamente, se foram... foi organizado o Sistema Educativo, sobretudo a partir de 1997 com o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, que teve esta visão integrada, porque foi a todas as dimensões do sistema, e não apenas há que 'criar o lugar'. Ah..., depois, diria que tudo aquilo que se tem feito em termos de educação para a cidadania, a partir dos mais pequeninos, tem sido... tem sido importante para o bem-estar das crianças. O que se tem feito, em termos de espaço público... e, aí, eu sublinho, muito particularmente, o papel da academia, por um lado, e o papel das autarquias... que é outra conquista da democracia, é o papel da administração local na qualificação da vida... ah... fora das grandes metrópoles, nomeadamente Lisboa e Porto, como sabemos... eu comecei a trabalhar na década de..., em 1986, andei pelo país e sei bem o que era viver numa aldeia, numa vila... e de como a disparidade, a assimetria era tremenda..., e, neste momento, através da administração local e, obviamente, dos financiamentos europeus e da abertura de Portugal ao mundo, também, ... e a academia, porque tem produzido investigação e tem-se alinhado com aquilo que... e tem sido precursor, em muitas dimensões, daquilo que é importante para a aprendizagem e para o desenvolvimento, em todas as áreas.... nas neurociências tem havido um contributo muito, muito, significativo de Portugal e eu penso que, por aí, há um contributo importante. Se isso faz parte da política pública? Faz, porque houve um investimento sério, com Mariano Gago, na investigação, na valorização da academia e da investigação para... como responsabilidade social, ou seja, para a mudança da sociedade. Obviamente, continuamos a ter ainda uma Segurança Social com uma visão... ah... descolada da realidade, no que concerne à infância. Portanto, continuamos ainda a ter uma divisão entre a educação antes dos três e depois dos três... antes dos três é cuidado... ah..., e veja-se, agora, se dúvidas houvesse, que, com o encerramento das escolas ... ah... foram abertos os jardins de infância com atividades no dia 8, esta semana... e as creches, que têm lá educadoras, que é obrigatório por lei, e ainda bem, mas não estão obrigadas a trabalhar... com as famílias... com as crianças. Ou seja, garantem assistência à família, mas não têm que trabalhar com as crianças. Isto é negar às crianças o seu direito à educação. Pronto, eu sublinharia, sobretudo, estas dimensões.... Claro que, na saúde, também houve muitas perdas, porque se alteraram muito..,

no entanto, isso já tem a ver com aspetos mais globais... ah... e que se prendem com os hábitos alimentares e com a abertura a outros produtos e a outros hábitos. Mas eu considero que a saúde foi... foi, em termos de política pública, a saúdee a educação... a saúde e a educação, em termos de políticas públicas, foram as maiores conquistas da democracia... ah ... e aqui, no papel das instituições educativas, muito, também, o trabalho que é feito com os adultos, em termos de educação de adultos, em termos de promoção da sua saúde, da sua qualidade de vida também, não só por prestação assistencial e social, mas investindo verdadeiramente nos pais, na convicção de que há ali uma corresponsabilidade e que ela faz parte... e, porque, também, sabemos que a aprendizagem, sobretudo das mães, e a literacia das mães, influencia a educação dos filhos, e o sucesso que têm e até onde eles conseguem chegar... portanto, eu diria que sim... e aí, também, obviamente, a abertura do ensino superior às mulheres, a escolarização das mulheres e que demonstra que tenhamos das maiores taxas de participação de mulheres no ensino superior, dentro da Europa... portanto, sublinharia isso. Ah..., o mercado de trabalho... a integração da mulher no mercado de trabalho, com todas as limitações que ainda tem, mas, ainda assim, nós somos... nós temos uma taxa à volta dos oitenta por cento de mulheres no mercado de trabalho a tempo inteiro, com crianças menores de três anos... isso devia obrigar-nos a olhar de outro modo para a educação e para a creche... e a creche não é a única resposta.... julgo que nos falta um longíssimo caminho na diversificação de respostas para as crianças mais pequenas... e a prova está aí... confinámos e, se não forem as creches, não há onde pôr as crianças, não há outras soluções...

Entrevistador: Precisamente.

Q.3. No âmbito de programas, projetos ou iniciativas, desenvolvidos para as crianças, o que é que aponta como fatores diferenciadores da sua implementação ou na sua execução?

E7: O fator é a participação da criança. Ah..., e a criança ser ouvida e ser valorizada naquilo que, obviamente, de modo adequado..., ou seja, não basta ouvir a criança porque perguntámos e ela pôde dizer, que já lhe demos o direito de participar... não, isso não é suficiente... porque, às vezes, também se faz isso, não é? Porque se diz que é muito importante ouvir as crianças, então vamos lá perguntar-lhe e vamos ouvir, mas, depois, não fazemos literalmente nada com o que ela disse... ou não sustentamos a sua capacidade de pensar sobre o que disse, elaborar e desenvolver e poder, depois, atuar... nem que seja para

descobrirmos que, afinal, aquela ideia não funciona e que, portanto, é necessário encontrar soluções, numa lógica de trabalho de projeto, não é... e isto é que cria o sentido crítico, todas aquelas competências que estão muito bem definidas, mas que depois, por vezes, não sabemos como fazer. Eu diria que a participação, e a voz das crianças, é absolutamente fundamental. E a participação, como valor inquestionável... de todos..., ou seja, os profissionais também têm que ter direito a participar, dentro das estruturas e das orgânicas que cada organização tenha..., mas, a participação é fundamental. Ah..., uma dimensão de qualidade, que traz lá dentro tudo aquilo que nós consideramos, nomeadamente, em programas para a infância, que consideramos... se falarmos da educação, estamos a falar de currículo, estamos a falar de avaliação... e, aqui, a avaliação não é só a avaliação da criança... é a avaliação do sistema onde a criança... do sistema que está organizado para que a criança tenha as suas condições de aprendizagem e desenvolvimento... ah... é o financiamento... é a capacidade de envolver os pais e a comunidade... e, portanto, a participação está aqui.... e é, seguramente, a qualidade da formação dos profissionais e a possibilidade que têm de se continuarem a desenvolver. Portanto, quando estamos a falar de qualidade, estamos a falar disto tudo, e se não houver uma perspetiva de qualidade nesta aceção os programas de educação para as crianças vão ficar sempre fragilizados, não é? A participação enquanto valor e a qualidade enquanto princípio, com tudo isto lá dentro, a ser agido... ah... e, se não for assim, julgo que, dificilmente, conseguiremos promover a qualidade de vida das crianças e assegurar os seus direitos.

Entrevistador: Sim, eu... há aqui uma subquestão que eu costumo sempre perguntar, que é... como é que vê, na execução dos programas, e no caso da Fundação pensava, especificamente, no Centro Infantil dos Olivais Sul.... como é que vê o envolvimento da comunidade, das famílias e da comunidade, neste contexto da implementação... e, rapidamente, falou, precisamente, da participação da criança e do próprio envolvimento das famílias e da comunidade. Não sei se quer acrescentar mais alguma coisa neste ponto...

E7: Sim, dizer que... dizer que é... Primeiro, antes de conseguirmos, de facto, que isso se concretize e que as pessoas..., que os profissionais o valorizem, nós temos que conseguir ter na equipa essa mesma cultura..., ou seja, a cultura organizacional tem que ser uma cultura democrática, de participação, e de participação não significa que tenhamos que ouvir toda a gente, a todo o momento, sobre tudo... e que toda a gente tenha o direito de decidir, a todo o

momento, sobre tudo... a participação tem muitas outras formas de ser agida e exige responsabilidade. Portanto, eu diria que, para o envolvimento das famílias e para que a sua participação seja... e quando digo, aqui, famílias são os mais diretamente ligados àquela criança, mas falo também da comunidade... é preciso que a organização... e isso é muito claro no Centro Infantil Olivais Sul... é preciso que haja uma cultura organizacional democrática, onde a participação seja um valor.... e, depois, o modo como se garante essa participação... se proporciona, se garante... e como é que as pessoas se sentem no dever e no direito de usarem a participação como espaço de cidadania... não é fácil... garanto-lhe que não é fácil... Agora, isso tem que estar na cultura organizacional e tem que haver um trabalho de equipa para que isso, depois, não seja artificial... porque, senão, a participação das famílias vai ser em reuniões de pais e em festas... e não é isso que se pressupõe que seja a participação... é muito mais. Por isso, tem que haver uma cultura organizacional e uma convicção de que a participação é um valor... e, depois, o modo como ela se vai fazer, obviamente, tem que ser construído entre todos... ah... e nem todas as famílias estão dispostas... ou seja, têm uma visão do uso dos serviços que implique da sua parte essa participação. Portanto, é preciso construir isto, na forma como comunicamos, na forma como eles veem o relacionamento entre equipa, no modo como... como todo o ambiente educativo está organizado. A cultura organizacional é absolutamente fundamental. Depois, o modo de participação das famílias tem que ser ajustado às famílias que lá estão. Também não há modos únicos de fazer, não é? Porque temos... todos os anos, as famílias... o grupo de famílias se altera. Há famílias que estão lá conosco desde os quatro meses até aos seis anos, a grande maioria, mas todos os anos entram famílias novas. Portanto, como é que este tecido social, esta comunidade se vai reestruturando e, ainda assim, não perde aquilo que é o seu valor fundamental. Com a comunidade, é ter uma visão que não seja instrumental, ou seja, eu não vou lá fora só buscar aquilo de que preciso... eu também tenho que ter a capacidade de me abrir e servir outros, não é? Ah... e construir esta capacidade de é uma parceria e, depois, esta parceria evolui num sentido de trabalho em rede... criam-se micro-redes lá dentro... é preciso animar... é preciso animar esta... isto leva tempo... mas não é fácil, porque o próprio centro infantil... ah... já viveu períodos diferentes, em que estava totalmente fechado à comunidade, em que, no bairro, muitas pessoas nem sequer sabiam da existência do Centro Infantil, passavam por lá todos os dias e nem sequer sabiam o que ali se passava... e, neste momento, não...ah... e isso cria-nos, obviamente, outras situações, como a nossa lista

de espera, que é sempre angustiante de longa, mas também sabemos que as pessoas que procuram o Centro Infantil já o fazem porque conhecem mais sobre aquilo que lá se faz e escolhem o Centro Infantil Olivais Sul. E isso é muito, muito, muito importante... e significa que nós estamos a fazer um trabalho na comunidade, também... e que estamos a valorizar aquela equipa no modo como trabalha e estamos a valorizar, modestamente, aquilo que é a qualidade na educação de infância... que os pais consigam perceber a diferença entre isto e aquilo... e que consigam ganhar esta capacidade de questionar..., ou seja, eles lá têm elementos para descodificar aquilo que, seja depois no primeiro ciclo, no segundo, vão encontrar... e encontrar esta capacidade de descodificar e de entabular diálogo com os profissionais em função daquilo que é a sua visão de educação. Isto leva anos a fazer, mas é possível... e, por isso, podemos ter, como nos aconteceu há dois dias, um pai que se encontrou com a nossa diretora na rua e perguntou-lhe ‘Então, como é que é está?’ – porque estão confinados em casa, não é, mas nós estamos sempre em contacto – e disse ‘Ah, mas não se preocupe, porque vocês também são família, se eu precisar eu peço ajuda’. E isto, para nós, vale ouro... isto para nós vale ouro. E, em termos da cultura organizacional, posso-lhe dizer que, ao fim de seis anos, ter as educadoras e as auxiliares a trabalharem em verdadeira equipa educativa e a produzirem recursos para as famílias... e esta semana, por exemplo, eu tive o primeiro... ah... recurso feito em conjunto..., não porque elas não façam já outros, mas feito em conjunto, onde não aparece ‘educadoras e auxiliares’. Elas puseram os nomes de todas por ordem alfabética. Isto, para mim, se eu não tivesse atenta, podia passar absolutamente despercebido, mas não... isto é valorizado e tem que ser dito, tem que ser celebrado... e é assim que eu acho que se constrói essa qualidade e se garante às crianças um espaço seguro, feliz, onde elas constroem memórias..., mas onde a família também constrói memórias, que depois lhe vai levar e que a vão ajudar a ter esta noção de que teve uma infância, que foi uma infância segura, feliz e que vai fazê-la, eu espero, um cidadão diferente.

Entrevistador: Muito obrigada! Eu, a terminar, só gostaria de perguntar...

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E7: Olhe... Ah... eu acho que o essencial é termos um sistema integrado para a infância e não a separação entre tutelas de diferentes Ministérios... ah... E eu costumo dizer que é

preciso, se calhar, alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo para que os três anos façam parte do sistema educativo, mas..., mas também é possível fazer muitas outras coisas sem que isso aconteça... basta que os Ministérios se entendam e saibam ter uma visão integrada. Mas as leis são importantes e, portanto, eu diria que a Lei de Bases do Sistema Educativo deveria ser alterada. Depois, é, de facto, esta dimensão da qualidade, nomeadamente o que concerne à monitorização e à avaliação e aos modelos de financiamento. Eu julgo que, sem isso, vai ser muito difícil nós... ah... conseguirmos ter os primeiros anos de vida e aquilo que é a dimensão do desenvolvimento e da aprendizagem totalmente assegurados, porque se nós não monitorizarmos e não avaliarmos, constantemente, e não são só as organizações, têm que ser as políticas públicas, que têm que ser robustas o suficiente para monitorizar e avaliar e... e, se não for assim, não há continuidade. O bem-estar e a qualidade de vida das pessoas não é património dos governos, é património das sociedades e, portanto, nós temos que atuar. Eu diria que isto é fundamental.

Entrevistador: Muito bem.... muito obrigada! Eu acho que esta entrevista foi tão rica... acho que tenho, aqui, mais que material para trabalhar, muito obrigada...

E7: De nada Mariana, bom sucesso! Espero, depois, poder ver o trabalho.

Entrevistador: Sim, com certeza. (...). Muito obrigada e bom dia.

E7: De nada, um bom dia.

E8

Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC,

Dr.^a Paula Paçó,

11-02-2021, 17h00-17h40

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E8: Olhe... ah... as políticas da infância devem ser integradas... (risos) ... pois, para começar... No fundo, quando nós olhamos... isto, do meu ponto de vista... quando nós olhamos para a criança, nós olhamos para um ser que está em desenvolvimento e que interage com uma quantidade de áreas... ou depende de uma quantidade de áreas para o seu desenvolvimento harmonioso e pleno... ah... e, portanto, é muito importante que as políticas que sejam adotadas, as medidas que sejam avançadas, que contemplem este todo..., portanto, a criança, a família, na saúde, na educação..., portanto, seja o mais abrangente possível... ah, não estava assim à espera desta pergunta, mas, no fundo... ah... porque nós, no Instituto... pronto, a nossa missão, digamos assim, é a promoção e a defesa dos direitos da criança na sua... portanto, para o desenvolvimento integral. E, portanto... e claro que temos de ter sempre em atenção que todas estas áreas se cruzam para o bom desenvolvimento de uma criança, para que ela seja... para que ela viva num ambiente saudável e que se possa desenvolver harmoniosamente... e possa um dia vir a participar na sociedade, que é isso que, também... ah... nós também muito lutamos, para que, efetivamente, faça parte enquanto cidadã ativa, no seu próprio projeto de vida, no seu processo enquanto ser humano.

Entrevistador: Muito obrigada.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem ou têm contribuído, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E8: Ah.... olhe, nós... todas aquelas medidas que surgem de apoio à família são sempre muito bem-vindas, naturalmente. Nós, no IAC, embora o nosso... a nossa missão é pensar em toda a criança, não é... nós temos um trabalho muito particularizado com crianças em situação de vulnerabilidade, portanto, trabalhamos diariamente em comunidades em que nos

deparamos com crianças inseridas em famílias muito... ah... muito vulneráveis... muito vulneráveis a vários níveis..., portanto, não estou aqui só a referir a questão da situação de pobreza, nalguns casos extrema, ou risco de pobreza e exclusão social.... portanto, é... são famílias que estão vulneráveis, também, emocionalmente... e, portanto, , também com muitas dificuldades em lidar com o seu dia a dia da melhor forma. Nós, na comunidade, trabalhamos muito em parceria, porque, naturalmente, de nada nos adianta procurarmos trabalhar com aquela família sozinhos quando nos deparamos com problemas multifacetados... e, então, é importante uma articulação com a escola, com o centro de saúde, com entidades... ah... tais como a nossa, de intervenção de primeira linha... ah... IPSS que também estão no terreno e que podem, no fundo, aqui, concertar a sua ação no sentido de uma intervenção mais adequada, mais célere e concertada, no sentido de minimizar o risco em que estas crianças vivem. Portanto, qualquer medida de política social que seja pensada... e que seja, portanto, ... com o fim da melhoria da vida de uma criança, tem que ter sempre todos estes fatores em conta. A criança, à partida, não está sozinha, portanto, tem uma família... ah.... há aqui a questão da escola, nós sabemos que... e, agora, a pandemia veio ainda trazer a lume mais premente esta questão das desigualdades, não é? Portanto, já não bastou só a questão de ser uma preocupação sanitária e haver aqui um problema de saúde grave que nos afeta a todos, mas, depois, por exemplo, o facto de estarmos em confinamento... isso foi uma das coisas, uma das preocupações que, por exemplo... Eu sinto-me mais confortável em ir falando do nosso trabalho, não sei se...

Entrevistador: Claro, claro...

E8: Eu depois até lhe posso dar uma resposta mais formal, para ajudar, mas acho que... pelo nosso trabalho, acho que dá para ir, portanto, percebendo...

Entrevistador: Claro, claro que sim.

E8: Ah... por exemplo, logo no ano passado, aquando houve o primeiro confinamento, uma das grandes preocupações do Instituto, nomeadamente de quem está no terreno, foi... ah, as crianças com quem nós trabalhamos estão no seio de famílias, algumas, muito problemáticas. Há aqui uma questão do não acesso à escola, à educação, porque não têm as condições necessárias... ou a questão da violência, em casa. Portanto, nós temos famílias que são, por si só, já..., portanto, têm alguns comportamentos desajustados... e embora haja um

investimento muito grande em termos de formação parental e um investimento na questão da parentalidade positiva, e, portanto, os colegas fazem imensas ações e imensos... ah... sempre que temos um atendimento, tudo isto é reforçado..., mas o que acontece é que há famílias que precisam muito de ajuda. E, portanto, estas questões da violência em casa, que deixou de ser visível, não é? Porque a escola e o facto de elas poderem ir ao nosso espaço, por exemplo, era também uma forma de nós irmos, no fundo, tendo uma noção do que é que se está a passar. Ah... não me queria perder, mas, portanto, aqui esta questão da educação. Felizmente, sabemos que têm sido feitos esforços... esforços, se calhar, em certas circunstâncias, esforços hercúleos, para que, efetivamente, grande parte das crianças esteja, agora, neste segundo confinamento, já mais... ah... mais protegida, a vários níveis, não é? Porque nós vamos sempre aprendendo, não é? Com aquilo que vai acontecendo... Ah, o facto de haver linhas de apoio e terem sido criadas outras linhas de apoio, o facto de sensibilizar a população... que é uma das coisas que o Instituto também tem feito muito... sensibilizar a sociedade, como um todo, para todas estas questões, para não sentirmos medo de acharmos que nos estamos a intrometer, mas sim para denunciarmos as situações, se tivermos conhecimento... ou, também, no fundo, apelar à solidariedade de todos nós. Pronto isto ... e, portanto, o IAC, por exemplo, em relação às comunidades, acabou por, numa primeira etapa, manter um contato *online* ou pelo telefone, portanto, com todas as famílias em que era possível. E, assim que foi possível, regressar novamente ao terreno e abrir a porta novamente, com todos os cuidados, naturalmente, em termos de segurança..., mas para procurar, efetivamente, dar todo o apoio possível. Nós, olhe... e temos agora, que estamos... Portugal tem aqui um papel que eu acho que é muito importante, enquanto Presidente do Semestre, da Comissão Europeia agora no primeiro semestre... ah... e que várias medidas foram avançadas... ah... por exemplo, agora aqui a questão... algo que já se falava há muito tempo da implementação de uma Garantia para a Infância... algo que já vinha a ser falado desde, salvo erro, não quero errar, mas 2013, quando foi emitida uma Recomendação para investir... digamos, investir nas crianças, não é? E já passaram oito anos... Portanto, e sempre os Estados a apelarem, as organizações da sociedade civil que trabalham no âmbito da promoção e da proteção dos direitos da criança... algumas das quais, nós fazemos parte... e fomos, de certo modo, testemunhas do quanto foram fazendo pressão para que, efetivamente, se olhassem para as crianças... porque já tinha havido uma Garantia para a Juventude, já se tinha percebido, efetivamente, os efeitos positivos que isso pode trazer na melhoria das

condições de vida. Ah... é nós sabemos que é muito importante o investimento na criança..., portanto, claro que aqui o investimento na criança acaba por... a família, também, ter... portanto, ao investir-se na criança, de certo modo, está-se a investir, também, na própria família, porque que a criança não está sozinha. E eu acho que é muito esta ideia..., porque houve... e ainda estão a chegar a acordo, não é? Esta ideia de que esta Garantia pode, será, efetivamente, uma realidade e que haverá um conjunto... um número elevado de crianças que poderão vir a usufruir desta medida, que as retira do risco de pobreza e de exclusão social e que lhes proporciona uma vida mais condigna, com acesso a uma habitação condigna, uma educação inclusiva, melhores cuidados de saúde, principalmente, nos primeiros anos de vida, que também é tão importante... ah... portanto, há aqui uma esperança de que, efetivamente, isto venha, de certo modo, a ajudar. Ah..., é inadmissível, não é? Nós costumamos pensar... como é que é possível vivermos no século XXI, fazemos parte de um continente que é rico, no fundo, não é? E, ainda assim, uma em cada cinco crianças... que, depois, isto em números é exorbitante... vive em condições de pura miséria?... ah... se eu posso utilizar esta expressão. E, portanto, aqui, por exemplo, eu penso que acaba por ser... não faz ideia há quanto tempo o IAC, enquanto membro da Eurochild, por exemplo, tem vindo a fazer alguma pressão, se é que eu posso dizer assim, sobre o Estado português nesta matéria. E, portanto, nós próprios dizíamos ‘pronto, pode ser que agora, que estamos nos olhos do mundo, nos olhos da Europa, Portugal queira, efetivamente, mostrar o quanto se preocupa’. Também acho que é importante, aqui, referir, em relação ao papel do IAC, não porque possa ser interessante para o seu estudo, mas para ter conhecimento... nós procuramos dentro daquilo que é o nosso trabalho no dia a dia, não é... dos vários serviços intervenientes do IAC e das várias áreas de intervenção... ah, nós temos... vá, um objetivo, por assim dizer, que nós designamos de contribuir para a adequação de medidas de política nas áreas da infância e juventude. E, no fundo, o que é que nós pretendemos com isto? É, com base no trabalho de terreno, com base na auscultação que fazemos de outras entidades com quem nós temos um trabalho de parceria efetivo, que também estão no terreno, com base num diagnóstico que nós queremos que seja fidedigno... ah... pensar em alternativas, em recomendações... portanto, no fundo, nós não vamos, naturalmente, quando pensamos em fazer alguma recomendação... ah... portanto, este trabalho não é um trabalho de pressão, de contrapoder... não tem nada haver com isso... é um trabalho muito de... nós estamos no terreno, estamos a ser, aqui, porta vozes das pessoas com quem nós trabalhamos, e, portanto,

achamos que há alguma... há uma quantidade de medidas que podem, aqui, sofrer alguma alteração, que podem ter em conta, naturalmente, sempre o superior interesse de cada criança e de cada jovem com quem nós trabalhamos.... ah... nós temos essa.... aliás, nós batalhámos pela questão do superior interesse da criança na Assembleia da República, para que isso fosse sempre tido em conta nas decisões que afetam a sua vida, fossem elas quais fossem, e todo o nosso trabalho no dia a dia é sempre, portanto... é quase como fim último isto: não ser um *lobby* de pressão no sentido negativo, mas ser, no fundo, aqui um parceiro... acima de tudo, é um parceiro do Estado, em que vamos, portanto, alertando e vamos expondo aquilo é a nossa.... que são as nossas preocupações sobre a forma daquilo que nós podemos entender como recomendações. Mariana, eu, desculpe, eu tenho esta dificuldade...

Entrevistador: Não, não, está ótimo. E esta questão entre a teoria e a prática, o contribuir para a adequação de políticas, através desta perspetiva da prática...

E8: É... Só nos faz sentido assim, porque nós não fazemos leis, obviamente..., mas, muitas vezes, quem pensa, quem legisla..., ah..., nós queremos acreditar que o estará a fazer, naturalmente, com base em conhecimento e com verdade..., portanto, no melhor sentido. O que acontece é que, às vezes, é importante que se escute quem está e, por isso, outra das coisas que, para nós, é fundamental é a participação... a participação da criança que, para nós, isto vem logo desde... como se costuma dizer, toda a criança consegue participar, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, naturalmente... ah..., mas toda a criança consegue participar e, muitas vezes,... e o que nós sentimos quando fomos, por exemplo, trabalhar para as comunidades pela primeira vez, há cerca de quase trinta anos... ah..., portanto, o Projeto Rua... portanto, o trabalho na comunidade no IAC surge um pouco..., não, surge a partir do trabalho de rua... ah... e a primeira coisa com que os colegas se depararam neste contacto com a população, foi uma completa ausência de motivação, de interesse, de conhecimento, portanto, porque nós, para participarmos, temos que estar informados, não é? Portanto, é isso que nós ensinamos às crianças, não é? Ela tem o direito de se fazer ouvir, tem direito de ser informada... ah... para poder, então, participar, de acordo com..., portanto, tendo em conta o seu ponto de vista... ah... e, portanto, de acordo com aquilo que lhe é solicitado. E o mesmo acontece com as famílias... o mesmo acontecia com os adultos, com a comunidade onde começámos a trabalhar. E, depois, trabalhar aqui esta autoestima... ah... estas populações, na maior parte das vezes, são populações que não têm

autoestima, porque, no fundo, foram-se construindo a si próprias sob o olhar de quem está do outro lado e que acha que não valem nada... e, portanto, nós costumávamos dizer que as comunidades onde nós intervínhamos não eram comunidades excluídas, eram comunidades autoexcluídas, porque as próprias pessoas... ah... demitiram-se de qualquer papel que pudessem desempenhar em prol da promoção do seu bem-estar, em prol de uma vida mais digna... ah... e, portanto, tudo isto... depois isto trabalha-se em Serviço Social, não é? Portanto, eu não sou de Serviço Social, mas também aprendi que nós temos que pegar nos fatores positivos, não é? Nós temos que pegar naquilo que são as qualidades.... porque toda a gente tem um fator positivo... nós, pelo menos, ali no IAC, acreditamos que todas as famílias, por muito desestruturadas que sejam, há ali uma coisa em que elas são boas, então, se calhar, é por aí que a gente tem que começar... é por aí que a gente vai investir... ah... e esse investimento, do nosso ponto de vista, tem sido muito importante..., portanto, porque só assim é que, depois, nós conseguimos que haja, efetivamente, aqui a promoção da autonomia das pessoas... portanto, elas têm que acreditar nelas próprias, perceber que também têm capacidades e, depois, aí, podermos... ah... passo a passo, ir construindo... é, no fundo, como pensar na escada da participação, portanto, há várias etapas... ah... e, portanto, vai-se subindo os degraus com.... com o tempo que for necessário. Portanto, porque cada família... nós sabemos isso... toda a gente sabe isso...cada família e cada criança têm o seu próprio ritmo de aprendizagem, tem o seu próprio ritmo de evolução nas várias etapas... ah... e, portanto, há que, também, respeitar e dar-lhe tempo... e quando eu digo dar tempo ... olhe, ontem, nós realizámos um *webinar*... desculpe, agora, isto é só um aparte... ontem, nós realizámos um *webinar*... ah... que agora o *link* está no *YouTube*, se, depois, quiser espreitar... que é sobre a participação e a autonomia dos jovens.... ah, e, efetivamente, uma das coisas que é muito focada é a questão do tempo. O tempo que nós dispomos, o verdadeiro tempo que nós dispomos, para escutar a criança... e isso acontece com a família... portanto, esta importância da escuta empática é fundamental para que, efetivamente, possamos, depois, assistir, aqui, a um evoluir da situação. Ah.... olhe, agora, ainda aqui assim pensando naquilo que é a nossa esperança hoje em dia... nós, por exemplo, no IAC, estamos, também, crenes, em termos da Estratégia Nacional dos Direitos da Criança..., portanto, nova... portanto, que agora está em vigor até 2024, salvo erro... e que traz, também, no fundo, como pilares, áreas que são fundamentais, o combate à violência, a questão da educação, novamente... que é fundamental... a participação... isto há pouco, quando me lembrei da participação, estava a

pensar, aqui, na própria questão da participação... e a formação parental, que é fundamental, não é? Portanto, ninguém nasce com conhecimento de tudo... e, por exemplo, para nós, o trabalho das competências parentais é extremamente importante, porque... ah... nós deparamo-nos, muitas vezes, com pais e mães que não sabem exercer o seu papel, a sua parentalidade, tão simplesmente porque não tiveram modelo... ah... ou o modelo não foi o mais adequado... e, portanto, reproduzem aquilo que viveram... ah... e, muitas vezes, há depois, aqui, situações que são, efetivamente, muito... ah... com as quais nós temos que lidar e temos que, no fundo, ajudá-los a que possam, efetivamente, promover uma parentalidade adequada... positiva e adequada, a vários níveis.

Entrevistador: Ah...

E7: Ah, Mariana, esteja à vontade, peço desculpa...

Entrevistador: Não tem que pedir desculpa, eu é que agradeço, muito obrigada. Eu perguntava-lhe, agora, e acho que já foi dando várias pistas neste sentido, mas...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças e jovens, e no caso dos projetos desenvolvidos pelo IAC, o que aponta como fatores diferenciadores, positivos ou negativos, da sua implementação?

E8: Ah... olhe... em relação ao IAC, um exemplo muito concreto e aquele exemplo que eu conheço melhor... Os projetos, quando são pensados, são pensados com base num diagnóstico... da realidade, portanto, fidedigno, daquilo que é auscultado no terreno...ah... e procuramos que seja, sempre que possível, naturalmente, com um olhar para a participação das pessoas para quem o projeto é dirigido... portanto, isso pode acontecer, podemos fazer questionários, podemos auscultar as necessidades..., mas pensar sempre e, na medida do possível, que haja ali a participação das pessoas visadas para o desenho daquele projeto. E isto pode parecer, em muitas situações, utópico... porque isto não acontece sempre... quando são projetos mais na comunidade, nós fazemos um esforço imenso para que isso aconteça... quando são projetos mais globais, procuramos, também, que isso aconteça, poderá é já não haver aqui um trabalho de tão grande proximidade. Nós temos, atualmente, em curso um projeto, que é o Projeto Luz Verde à Criança, por exemplo... que é um projeto que é financiado pela Câmara Municipal de Lisboa, portanto, que surge ao abrigo de um protocolo

que o Instituto de Apoio à Criança celebrou com a autarquia e onde nós... o facto de, se calhar, se chamar 'Luz Verde à Criança' já, aqui, dá a entender... o que nós procurámos foi, através deste projeto, criar respostas que fossem de encontro àquilo que nós avaliámos e considerámos que é importante... ah... para o bem-estar da criança... e, no fundo, contribuir, também, enquanto parceiro da Câmara Municipal, para... portanto, vá, como um instrumento para uma cidade que se quer, cada vez mais, amiga das crianças, não é? Portanto, hoje em dia, falamos muito nesta questão da cidade amiga das crianças, da cidade poder ser repensada tendo em conta aquilo que são as necessidades das crianças, aquilo que a voz das crianças nos diz... e este projeto 'Luz Verde', nós queremos crer, portanto, nós, na nossa humilde ideia, de que é um contributo para que haja... para que a cidade de Lisboa possa, efetivamente, se tornar mais amiga das crianças. Claro que este protocolo tem ações... prevê imensas ações e prevê ações que podemos questionar e isso foi um exercício que nós fizemos. Em que medida é que o facto de nós pertencermos a... ou melhor, em que medida é que, e isto é um exemplo porque são os elementos da minha equipa que têm este papel... e eu, a brincar, dizia 'Então, diga-me lá... ah... o facto de nós fazermos parte das Comissões alargadas das quatro CPCJ da cidade de Lisboa, em que medida... isso está lá patente no protocolo, é um compromisso que nós assumimos... em que medida é que nós podemos dizer que estamos a ajudar a que Lisboa se possa tornar uma cidade mais amiga das crianças?' E a resposta foi... no fundo, é engraçada..., mas, no fundo, foi, se nós pensarmos em todo o trabalho que nós fazemos de sensibilização para os direitos da criança, de ações concretas no âmbito do brincar, na questão da participação ... ah... a adequação dos espaços para que as crianças se sintam lá melhor, nomeadamente os recreios, os centros de saúde... agora estamos a investir nas salas do tribunal, portanto, numa sala de tribunal, em que a criança se possa... ah... a ideia é humanizar esse espaço, que é, normalmente... ah, um... as crianças, normalmente, veem o tribunal como aquele edifício escuro, que, normalmente, são chamadas lá porque... ou porque houve problemas, ou porque vão decidir sobre questões da vida dela, não é? E, então, estamos, neste momento, muito numa linha de procurar corresponder àquilo que o Conselho da Europa tanto tem recomendado aos Estados, que é tornar a justiça mais amiga das crianças e, portanto, nós estamos a contribuir, também, nesse sentido. E, portanto, dessa forma, eu acho que este projeto, se pensarmos nas diferentes ações que vamos desenvolvendo, acabam por aqui... ah... acabamos aqui, também, para contribuir para uma cidade mais amiga das crianças.

Entrevistador: Hum hum, muito obrigada. Eu ia, precisamente, perguntar... e eu acho que acabou por dar uma resposta, começou logo por aí... Como é que vê o envolvimento das famílias, da comunidade e do poder local... e acho que este projeto acaba por juntar aqui todas estas peças... neste contexto de implementação dos projetos... se é ou não um fator diferenciador, este envolvimento das famílias, da comunidade e do poder local, na implementação dos programas e dos projetos para as crianças?

E8: Ah... eu acho que, quando nós estamos envolvidos numa ação, temos muito mais facilidade em nos apropriarmos e a querer contribuir cada vez mais. E, portanto, acho que é muito importante que localmente, e para isso existem as Comissões Sociais de Freguesia que são compostas por entidades que têm intervenção local e que chamam a si também, depois... ah..., hoje, as associações locais, as comissões de moradores, no fundo... ah... e isso é muito importante, porque as pessoas envolvem-se mais... ah... sentem como se ‘eu estou a contribuir para mim, também’, não é? E isso acaba por, também, ser uma mais valia. E acho que pode ser... é diferenciador, na medida em que eu acho que leva a uma maior participação... quando as pessoas sentem que, efetivamente, estão a contribuir para melhores condições de bem-estar no seu espaço, na sua comunidade, na sua freguesia... E, assim, o que é importante é que este trabalho em parceria e esta questão de o poder local estar próximo das populações... aqui o papel de uma Junta de Freguesia é fundamental... de auscultar, de conhecer as famílias... claro que há freguesias que têm um número elevado de habitantes e de famílias e é difícil, mas, por isso, é que, depois, há as entidades parceiras que podem auxiliar... e, depois, o trabalho em parceria... acho que facilita... nós costumamos dizer que um trabalho em parceria bem concertado é fundamental e é meio caminho andado para que se possa ter um diagnóstico apurado, para se encontrar a melhor solução. Olhe, nós em Marvila, por exemplo... eu vou dando exemplos naquilo que me é próximo, não é? Mas, por exemplo, em Marvila, nós fazemos parte da Comissão Social de Freguesia de Marvila, estamos no Bairro do Condado há quase trinta anos... ah... e, portanto, no ano que terminou, entidades que fazem parte da Comissão Social de Freguesia candidataram-se, em conjunto, para o Programa Proinfância. O Programa Proinfância é um Programa patrocinado pela Fundação La Caixa, portanto, foi adotado de uma ideia espanhola, mas... ah... transposto aqui para nós, com base em estudos que eles fizeram do trabalho nas comunidades. E lembro-me que, na altura, já há uns anos, nós tínhamos... o IAC estava a beneficiar de um projeto, com o apoio do BPI..., portanto, um projeto financiado pelo BPI... e a Fundação La Caixa

pediu uma visita para conhecer a intervenção e pediu-nos que explicássemos como é que nós trabalhávamos em termos de... o trabalho em parceria na comunidade, o trabalho em modelo integrado. E foram buscar... isto, para nós, foi realmente muito... foi quase que uma espécie de avaliação, porque eles foram buscar... ah... consideraram muito válida esta metodologia e foram... o programa Proinfância tem, também, este toque e, portanto, em Marvila... este programa só vai ser implementado em três freguesias da cidade de Lisboa, porque foi assim.... a Rede Social de Lisboa em conjunto com a Câmara Municipal, portanto, elegeram das diferentes freguesias de toda a cidade três que consideravam aquelas que estavam em maior risco de pobreza e exclusão social, e foram Marvila, Penha de França e Santa Clara... ah... e nós, portanto fazemos parte do consórcio de Marvila e, portanto, também estamos muito expectantes... não é que o trabalho em parceria já não se faça, mas agora temos outros tipos de instrumentos... ah... e, portanto, queremos ainda aperfeiçoar mais... e claro, lá está... vão ser selecionadas famílias para se trabalharem, mas o trabalho aqui... aqui, não... o trabalho com as famílias só tem sentido se for *com*, era isso que eu queria dizer... nós não estamos ali a trabalhar *para* eles, nós estamos a trabalhar *com* eles. Ah.... claro que isto demora o seu tempo, trabalhamos com pessoas, não é? Não trabalhamos com números, trabalhamos com pessoas, logo, o ritmo não é igual... ah... e, portanto, estaremos, enquanto entendermos que é importante o nosso apoio. Quando consideramos que a família atingiu um patamar de autonomia, que não precisa, vá, da bengala do IAC, então, portanto, aí mudamo-nos para... e já aconteceu isso, já estivemos em diferentes comunidades e foi isso que fomos fazendo, no fundo.

Entrevistador: Muito obrigada. Eu perguntava-lhe, a terminar...

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E8: Olhe, acima de tudo, não é muito longe daquilo que já tenho estado a dizer... ah... a questão da participação, de se ouvir... ouvir e escutar. Ah..., nós, agora só um aparte, nós estamos envolvidos num projeto europeu, no âmbito de um trabalho que nós temos com crianças desaparecidas e, portanto, temos a linha do 116000, temos a linha da criança desaparecida... ah... e o que este projeto pretende é dar a conhecer, no fundo, o que é que é fugir de casa... isto em traços gerais... Este projeto conta com a participação de miúdos que

vivenciaram uma situação de fuga, de vários países europeus, entre os quais estão lá alguns nossos... ah... e a ideia é, portanto, mudar aqui a percepção que nós temos de que uma criança que foge é, necessariamente, um delinquente, que é o que, muitas vezes, as pessoas pensam... e, portanto, procurar compreender os motivos que levaram a criança à fuga. E, então, em novembro, que foi o mês que nós dedicámos à campanha... ah... não sei se reparou, houve aí alguns cartazes na cidade de Lisboa, mais nas paragens dos autocarros e no metro... a campanha é... ah... eu não queria errar, mas é muito interessante, porque é a forma como nós trabalhamos... que é, no fundo, o ‘escute’, ah... ai, desculpe, agora deu-me uma branca..., mas, no fundo, é escutar, compreender e depois atuar, para atuar melhor... é uma linha neste sentido. Então, qualquer medida... eu acho que, quando pensam, é bom que auscultem as entidades que estão no terreno... é fundamental auscultar quem está no terreno, diariamente, com as famílias em situação de vulnerabilidade... perceber o que realmente se passa...ah... e, também, aqui, ouvir as pessoas para quem as medidas são políticas... eu sei que isto é tudo muito utópico, parece uma coisa demasiado cor de rosa... ah..., mas tudo leva o seu tempo, não é? As mudanças não se operam de um momento para o outro... ah... a mudança de mentalidades, então, é uma coisa que demora décadas... ah..., mas, pronto... se começarem a pensar que é importante, aqui, escutar e procurar entender os outros, se calhar, conseguem-se pensar em coisas mais adequadas.

Entrevistador: Hum hum, muito obrigada.

E8: Obrigada, Mariana! Obrigada, eu. (...).

E9

Vice-Presidente da CM de Almada,

Professor Doutor João Couvaneiro

12-02-2021, 15h15-16h00

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E9: Normalmente, quando falamos de políticas de infância e políticas de juventude... ah, a conceção que tenho, e que temos defendido, aqui, no município, é que todas as medidas que adotamos para a infância e para a juventude são sempre potencialmente transversais, ou seja, não há nenhum setor da atividade e das políticas públicas... da atividade pública e das políticas públicas... que possa esquecer qualquer um dos grupos que fazem parte da comunidade. E, portanto, o grande princípio é pensar na permanente adequação das decisões que tomamos a uma comunidade que é complexa, diversa... ah... e que, muitas vezes, não só tem, aqui, grupos etários que precisam de respostas adequadas, como, mesmo às vezes dentro destes grupos etários, temos especificidades..., porque as nossas sociedades não são completamente coesas e, como tal, há um esforço de inclusão permanente e, por isso, temos este esforço de trazer... ah... todo o processo de decisão e de intervenção da nossa... do nosso executivo, aqui no caso da Câmara Municipal de Almada, para... trazer todos os vereadores para todos os processos de decisão. Portanto, quando falo de uma perspetiva integrada, é mesmo esta... é de... eu tenho, por exemplo, o pelouro da juventude, entre os pelouros que tenho, e sei que cada vez que se fala de habitação, ou que se fala de desporto, ou que se fala de desenvolvimento económico, ou que se fala de espaços verdes, nós estamos, também, a falar de juventude, não é? Estamos a falar de respostas que têm que atender aos jovens, mas também às crianças, mesmo quando se fala de desenvolvimento económico, porque percebemos e sabemos que uma comunidade que é... ah... sob o ponto de vista do seu desenvolvimento económico, mais justa... combate, por exemplo, um enorme flagelo que temos no nosso concelho e temos no mundo, de uma maneira geral, que é o da pobreza infantil... e, portanto, são aspetos que estamos absolutamente conscientes. Uma das maneiras de o demonstrar é, nos Conselhos Gerais dos agrupamentos e escolas não agrupadas que temos no concelho, ah... tipicamente, as autarquias estão representadas, mas, no nosso caso concreto, em cada Conselho Geral, está representado um vereador, independentemente das áreas que tenha. Por exemplo, o vereador que tem os espaços verdes está num ou dois

Conselhos Gerais, o vereador que tem... até a área dos cemitérios, curiosamente, não é? Porque, é claro que não tem apenas essa área, tem outras áreas, mas é esta percepção de que tudo aquilo que diz respeito à gestão da cidade, afeta todos os seus... todos elementos que vivem nessa cidade.

Entrevistador: Obrigada.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem ou têm contribuído, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E9: Hum hum. Olha, há uma área que, naturalmente, essa ação é muito evidente, que é a área da educação. E, portanto, na perspectiva daquilo que têm sido as transformações, até sob o ponto de vista legislativo... ah... dos princípios, por exemplo, da inclusão... e quando falamos, aqui, da inclusão estamos a falar de respostas que não são apenas, como foram consideradas durante muito tempo, inclusão para a dimensão da deficiência, mas, hoje, quando se fala de inclusão fala-se não só da deficiência, como de grupos que estão mais afastados daquilo que é o *mainstream* da nossa sociedade... e, portanto, o grande trabalho que tem sido feito para promover a inclusão de todas as crianças e jovens no nosso sistema educativo acho que é um contributo absolutamente essencial. A escola, apesar das Cidades Educadoras assumirem, aqui, um protagonismo muito grande e trazerem para o centro do debate político... ah.... a ideia da educação não-formal e da educação informal..., mas o sistema educativo formal continua a ser um dos grandes reguladores das respostas dos poderes públicos junto da nossa comunidade. Ah... a grande aspiração do sistema educativo é contribuir para, por exemplo, reforçar a equidade e garantir que as crianças, independentemente das suas condições sociais de origem, possam concretizar os seus projetos de vida, e este é um princípio que é absolutamente essencial. Portanto, a educação parece-me que é absolutamente essencial como setor e área da política pública que tem impacto nesta questão. Mas, depois, tudo aquilo que diz respeito às funções sociais do Estado, toda a dimensão quer das questões de saúde, quer das questões que têm a ver com a garantia da justiça social e do acesso ao rendimento... e do acesso a um rendimento básico que garanta condições mínimas de dignidade, são dimensões absolutamente essenciais sob ponto de vista das políticas públicas locais e nacionais. Mas, depois, todas as outras

dimensões, eu diria que... ah... também me parece que, tal como temos a preocupação aqui, que da parte dos governos sucessivos tem havido uma maior consciência desta ação que impacta na vida de todos... Mas diria que, para sintetizar a resposta, o essencial são aqueles ministérios ou serviços que estão ligados à administração pública central e que asseguram as funções sociais do Estado. Ah, portanto, educação, saúde, apoio social, cultura... ah... que me parece que são absolutamente centrais neste processo.

Entrevistador: Obrigada pela sua resposta. Perguntar-lhe-ia, agora, ...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças e jovens, o que aponta como fatores diferenciados, positivos ou negativos, da sua implementação ou na sua execução?

E9: Localmente ou a nível nacional? Ah, em aberto, está bem.... Então eu vou dividir a minha resposta...

Entrevistador: Sim, sendo que, depois, podemos falar para o caso específico de uma Cidade Educadora o que é que aponta como fatores diferenciadores de programas e projetos... no caso de uma Cidade Educadora, que tem uma proposta... um ideário tão concreto e tão definitivo.

E9: Hum hum, mas a pergunta é sobre medidas concretas, é? E ações concretas desenvolvidas?

Entrevistador: Sim. O que é que considera que são fatores diferenciadores na implementação de programas e projetos de desenvolvidos para as crianças?

E9: Ok, eu só queria ter a certeza de que estou a perceber bem a questão, porque estamos a falar de medidas concretas ou de medidas... ah... ou princípios gerais?

Entrevistador: De medidas concretas.

E9: Ok! Então, sob o ponto de vista das medidas concretas, eu diria que... sob o ponto de vista local, nós desenvolvemos aqui um conjunto muito vasto de iniciativas que têm um impacto... eu diria... ou que tentamos que tenham um impacto na vida das crianças. Ah, não

descurando o que estamos a viver neste momento, uma situação pandémica com efeitos muito contundentes naquilo que são as condições de vida das crianças e dos jovens... nós procurámos reforçar aquilo que são as nossas respostas para que um mínimo de condições de bem-estar e de acesso aos recursos, no caso de ensino e de aprendizagem, estejam salvaguardados. Relativamente às condições de bem-estar, para dar nota, tivemos, aqui, uma medida que foi duplicar aquilo que era o apoio alimentar, por exemplo, que garantíamos às nossas crianças... ah, no primeiro período de confinamento, em março de 2020, nós estávamos a entregar, a cada criança beneficiária da Ação Social Escolar, escalão A e B, uma refeição... ah... que era um almoço e um lanche, tipicamente... neste segundo período de confinamento, começado em janeiro de 2021, duplicámos esta oferta, ou seja, cada criança recebe duas refeições quentes e dois lanches. O que é que conseguimos garantir com isto? Temos a certeza absoluta de que aquela criança recebe as refeições necessárias para comer durante o dia todo. Portanto, isto, porque estamos muito conscientes de que há muitas famílias que estão a perder emprego, que estão com dificuldades em garantir essa dimensão básica que é a alimentação de todos os seus membros. Depois, também, uma medida que tomámos relativamente, ainda, neste contexto pandémico... agilizámos o processo de referenciação dos alunos para escalão A ou escalão B da Ação Social Escolar... quer isto dizer que famílias que, neste período específico, tenham perdido o emprego, que tenham entrado numa situação de carência comprovada pelas escolas, mesmo que não consigam tratar da documentação necessária para a formalização do processo, estamos a permitir às escolas que as classifiquem dessa forma e, numa fase subsequente, trataremos do processo de formalização. Depois, também, estamos a garantir que..., por exemplo, esta distribuição das refeições, que é um assunto particularmente crítico neste momento, que acontece na escola que está mais perto da residência da criança ou do jovem, independentemente de ser a escola ou não que frequente. Assim como estamos, também, a permitir que crianças e jovens que estudam em escolas que não estão no nosso concelho possam levantar as suas refeições nas escolas no nosso concelho, porque o grande objetivo, desde logo, é garantir e mitigar aquilo que são as consequências da pobreza infantil. Depois, um outro acesso e condição de acesso às aprendizagens, tem a ver com os recursos digitais... ah... computadores, acesso à internet, este tipo de questões. Estamos envolvidos num conjunto de projetos que visam facilitar a chegada destes recursos às crianças... no município, por exemplo, temos um Projeto que se chama 'O Futuro está *On*' e que tem como grande

objetivo... ah, mobiliza associações, mobiliza a academia, mobiliza as juntas de freguesia... quando eu digo a academia estou a falar, aqui, de uma faculdade que tem cursos nessa área do digital e que, portanto, nos ajudam com a assemblagem das máquinas que vêm de empresas que estão em processos de renovação do seu parque informático... e, portanto, no período do primeiro confinamento, fizemos chegar, só com este projeto, quinhentos computadores às crianças... ah... com outros projetos realizados, aqui, no concelho, cerca de mil recursos deste tipo. Ah, e estamos, neste momento, já com uma nova campanha com cerca de duzentos e cinquenta..., portanto, mais duzentos e cinquenta recursos digitais estão a ser entregues para garantirmos o acesso de todos às condições de aprendizagem. Isto para falar, especificamente, do contexto de pandemia... Para além de estarmos a fazer chegar cabazes às famílias e de termos reunido com as associações, para além das direções das escolas, com as associações de pais e encarregados de educação, com os psicólogos educacionais... ah... um dos grandes objetivos é garantir que situações que são sempre... que existem sempre... que são crianças que estão ou em risco de abandono ou que possam viver situações até de violência doméstica... ah... que possam essas situações ser sinalizadas. Sabemos que, muitas vezes, quando há questões deste tipo é na escola que estas situações são detetadas... quando as crianças estão, agora, em casa é particularmente crítico continuarmos a garantir que há visibilidade sobre fenómenos deste tipo e, por isso, a articulação com toda a comunidade educativa e, em particular, com os psicólogos educacionais, é muito importante. Ah... temos, também, as atividades de apoio à família e os profissionais que desenvolvem as atividades de enriquecimento curricular em contactos regulares com as crianças, portanto, reforçando aquilo que é o papel de professores e educadores. Isto, como o essencial das respostas em contexto pandémico. Ah..., para além de todos os processos de vacinação e tudo aquilo que está a ser feito nesse sentido. Depois, fora do contexto pandémico, desenvolvemos um conjunto muito grande de iniciativas que visam promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens... ah... e, também, para além do seu desenvolvimento integral, ah... perspetivando uma dimensão crítica, que é a dimensão da cidadania e da aprendizagem dos processos de cidadania, o empoderamento das crianças e dos jovens nestes processos. Portanto, quando falamos de medidas que desenvolvemos e que eu acho que são interessantes de realçar... ah... nós temos, por exemplo, uma iniciativa muito bonita que se chama ‘A Agenda 21 da Criança’. E ‘A Agenda 21 da Criança’ aquilo que faz é colocar, anualmente, algumas turmas de diferentes escolas a

refletirem sobre os problemas que vivem, os problemas da comunidade em questão e apresentarem propostas para esses problemas.... ah, no final de cada ano letivo, há quatro turmas pelo menos, representando a comunidade das suas escolas, que se reúnem num teatro que tem seiscentos lugares para que... para que essas quatro turmas possam apresentar as propostas, os projetos que construíram... e são projetos, muitas vezes, coisas... ah... situações tão diversas, como, para dar alguns exemplos, do último encontro que tivemos, desde as questões da segurança rodoviária, com crianças que propuseram... e que a Câmara editou uns coletes refletores ao seu tamanho para que pudessem ir em segurança de casa para a escola e promovendo este tipo de circulação... a aprendizagem e a construção de um conjunto de jogos sobre isto, sobre segurança rodoviária, feitos pelas próprias crianças, que depois o município também desenvolveu... a projetos, por exemplo, de educação ambiental, como ‘A Lagarta do Pinheiro’, e os riscos da lagarta do pinheiro para a saúde das crianças e até dos animais, dos seus animais domésticos... ah, sabemos que os cães e os gatos, muitas vezes, são vítimas deste tipo de praga... E, portanto, depois, outras coisas, relacionadas com a própria qualidade de vida nos bairros onde estas crianças vivem. E estes projetos são votados, são apresentados pelas crianças perante uma assembleia de seiscentas pessoas, para se perceber o impacto que isto tem sob o ponto de vista da preparação... ah... até para o desenvolvimento de competências, de falar em público, de organizar ideias... e estamos a falar de crianças do primeiro ciclo... ah... e, depois, são votadas por todos eles. Ah..., muita simbólica... uma das medidas, uma das preocupações que um dos grupos de crianças apresentava era o facto de os pais passarem pouco tempo com eles, e, então, a proposta mais votada nesse ano foi que se criassem condições para uma maior conciliação entre a vida profissional e a vida familiar... e isto é um murro no estômago quando é dito por crianças com nove anos, dez anos... ah... e obriga-nos a todos a pensar muito sobre a maneira como nos organizamos. Depois, para além desta iniciativa, temos projetos muito diversificados, desde... ah... lançámos, respondendo ao desafio e ao repto das crianças e dos jovens relativamente às questões da emergência climática, lançámos um projeto que se chama ‘Sextas-feiras pelo Futuro – Mãos à obra’... e o grande desafio era fazer com que, para além das greves que os jovens estavam a fazer, que se pudessem comprometer com um esforço de... conjuntamente connosco... trabalharmos as questões das alterações climáticas. E como é que decidimos fazê-lo? Em primeiro lugar, por aquela que é a maior resposta que pode ser dada que é uma resposta regenerativa... e esta resposta passa pela plantação de uma árvore,

por cada uma das crianças e jovens que temos no nosso sistema educativo... ah..., mas o projeto não é apenas e só a plantação da árvore... é, depois, a possibilidade de as crianças perceberem que, através da regeneração das áreas verdes, nós conseguimos, por exemplo, regular os circuitos hídricos e o sistema hídrico, conseguimos prevenir ondas de calor, conseguimos valorizar a biodiversidade, conseguimos até valorizar economicamente o território e o valor até que as casas que estão nesse território possam ter... ah... e essa aprendizagem é uma aprendizagem muito interessante que fazemos com... e que desenvolvemos com as crianças. Ah..., muitos projetos de outro tipo que são desenvolvidos... ah... uma iniciativa que lançámos, por exemplo, neste... foi já em janeiro deste ano... ah... decidimos oferecer às crianças umas cartas, que são uma espécie de máquina para construir histórias, ou seja, são cartas com figuras, umas com características locais, outras mais genéricas, e o grande objetivo é levar as crianças a processos de escrita criativa desenvolvidos com as suas famílias... ah... para um concurso que lançámos e que vamos agora preparar a segunda edição, que se chama ‘Escrita Criativa em Família’. Outros projetos que desenvolvemos, na área da infância... ah... estamos a trabalhar com as escolas para apostar muito em processos que passam por uma grande consciência daquilo que são as questões do desporto, da atividade física para a saúde e para o bem-estar. Temos programas de iniciação à natação, estamos a preparar um programa de iniciação ao *surf*, estamos a interligar o desporto que a Câmara promove com o desporto escolar, estamos a preparar os logradouros das escolas para que sejam espaços, também, confortáveis para a realização de atividades pelas crianças. Portanto, isto, a nível local, são... é uma miríade de atividades... ah... Uma outra que gostaria de dar nota, por exemplo, quando é a celebração do Dia da Criança e, também, por ocasião, ... temos sempre eventos, naturalmente..., mas por ocasião da Declaração dos Direitos da Criança há uma sessão de reunião de Câmara em que as crianças vão expor aqueles que são os principais problemas que sentem... ah... e isto parece-me que é muito interessante pela interação com os poderes públicos. Ao nível da juventude, lançámos Orçamentos Participativos Jovens, Conselho Municipal de Juventude, Assembleia Municipal Jovem... ah..., que são tudo iniciativas que têm muito o objetivo de promover a participação dos jovens em atos... que são atos de aprendizagem, também, da cidadania e da participação cidadã. A nível nacional, eu creio que há muitas medidas que se desenvolvem para assumir a centralidade da criança nas preocupações políticas que temos e, relativamente a isso, eu diria que hoje... ah, como já referi há pouco, não há nenhuma

política pública digna desse nome que não integre as crianças no seu desenho, portanto... Mas não me quero alongar muito, não é...

Entrevistador: Não está... muito obrigada. Eu acho que já foi dando pistas neste sentido.... Mas, no âmbito desta pergunta, eu costumo perguntar... e passo o pleonasma... ah... Na implementação de projetos e iniciativas para as crianças... como é que vê o envolvimento da própria criança, das famílias, da comunidade, do poder local neste contexto, para a execução das iniciativas? Não sei se quer dizer mais alguma coisa neste sentido, se quer acrescentar...

E9: Ah, sim... O princípio que seguimos é um princípio que tem já muitos anos na história da humanidade que é aquele princípio do ‘Nada de nós, sem nós’, não é? Portanto, não faz sentido falarmos de políticas para a população mais idosa sem os envolvermos, como não faz sentido falarmos de políticas para a juventude ou para comunidades migrantes ou para as crianças sem as envolvermos, sem terem voz ativa nesses processos... e, por isso, parecemos que é sempre muito importante que haja uma coconstrução dessas políticas e que haja, sempre que possível, ... ah... políticas que são feitas, se quisermos ... que são construídas de baixo para cima, ou seja, que não são imposições... ah... e ideias emanadas dos serviços municipais, ou emanadas centralmente, mas que sejam construções e reivindicações das crianças e dos jovens, no caso, porque estamos a falar aqui desta população específica... ah..., mas a ideia é envolver sempre que possível nos processos de conceção... e, às vezes, diminui-se aquilo que é a capacidade ou surge um bocadinho a ideia de que as crianças ou jovens não conseguem ter ideias sobre o que é melhor para elas... e não é essa a opinião que nós temos. Nós temos a certeza, até por percurso feito antes de estarmos na Câmara, mas, sim, temos trazido isso também para a Câmara, que é... ah... há sempre uma palavra muito esclarecida por parte das crianças e dos jovens quando lhes perguntamos e quando lhes damos o poder de dizerem o que é que sentem que é melhor para as suas vidas. Ah., uma medida lançada centralmente em que eu estive envolvido, porque desempenhei anteriormente funções também no Ministério da Educação, como Adjunto do Secretário de Estado... ah... uma das medidas mais interessantes a que tive ocasião de assistir foi, depois de se ter feito uma iniciativa chamada ‘A Voz dos Professores’, que decorreu na Gulbenkian, em 2016... creio que no início de 2016... ah, no final do ano, lançou-se uma iniciativa que foi ‘A Voz dos Alunos’, e em que se colocaram os alunos a refletir sobre aquilo que deve ser, por exemplo, a escola, a sala de aula, a aula, os projetos, os trabalhos de casa... e, contrariamente à tentação

que poderia existir de alguns adultos de dizer ‘as crianças vão querer é menos trabalhos de casa e mais diversão’, não, pelo contrário. Foram sempre propostas, aquelas que ouvimos neste contexto... e esta iniciativa que foi lançada, em 2016, teve continuidade a nível nacional e foi correndo um bocadinho o país todo, mas também teve... foi, ao nível da OCDE, foi replicada como uma proposta muito interessante e está a ser aplicada, também, por muitos municípios, como, também, no nosso... ah... o grande princípio é que as crianças aquilo que nos apontam é, quando falam sobre a escola, dizem-nos aquilo que, de alguma forma, todos já sabemos, que é melhorar sob o ponto de vista das práticas de aprendizagem... querem práticas mais ativas, querem aprendizagens significativas, querem aprendizagens cooperativas, querem estruturas de... que não são de menos trabalho, mas que são de trabalho, se calhar, e de processo de aprendizagem mais eficaz... E, por isso, em momento algum, acho que podemos deixar de ouvir as crianças, os jovens ou os destinatários das políticas que desenvolvemos, para a sua conceção... e, por isso, mecanismos como os Conselhos Municipais, que, a nível local, concretizam este tipo de medidas, me parece que são tão importantes. Por isso, é tão importante um Conselho Municipal de Educação, um Conselho Municipal do Desporto, ou da Juventude, ou de Ação Social, em que os atores e os beneficiários das medidas se pronunciam sobre elas... e constroem essas medidas.

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança? Um bocadinho neste balanço do que é falta cumprir para assegurar às crianças, em Portugal, o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar.

E9: Bom, em primeiro lugar, eu diria que há princípios de dignidade que têm que ser sempre salvaguardados, ou seja, é difícil nós pensarmos que uma criança concretiza os seus direitos se não tem as necessidades básicas asseguradas... e, portanto, o acesso à alimentação, o acesso à habitação, à saúde, são condições *sine qua non*, ou seja, é impossível nós pensarmos em quaisquer outros direitos sem assegurarmos estes, em primeiro lugar... ah, não é impossível, mas quer dizer... eles são condição efetiva, porque uma criança que não se alimentou devidamente, dificilmente pode ter o direito a ser... a ter a instrução..., naturalmente ela tem que ser salvaguardada e protegida sempre, e esse é um dos primeiros direitos da criança... a sua proteção..., mas concretiza-se, também, por esta via, ou seja... ah... e, por isso, eu diria que há, sob o ponto de vista daquilo que são as nossas respostas sociais,

que garantir condições mínimas de justiça social... ah... e isso é uma condição *sine qua non*, quer dizer, uma família onde a carência alimentar ou a fragilidade da sua condição habitacional estão muito presentes, é uma família... ah... que está ratura e com enormes dificuldades. Depois, é importante estarmos muito atentos a todos os fatores que, a par disto ou para além disto, porque também temos muitas crianças que, muitas vezes, apesar de terem salvaguardadas a habitação, a alimentação, a escola,... ah... têm famílias ou têm estruturas que estão em seu redor, ah... estruturas sociais, que não acautelam a sua segurança, que não acautelam o seu bem-estar e isso é absolutamente essencial... ah... estarmos muito atentos e vigilantes a tudo aquilo que possa colocar em causa a segurança física, mas também emocional das crianças, porque são condições essenciais para o seu desenvolvimento e o objetivo é promover o desenvolvimento integral da criança. Ah... e diria que é fundamental da parte dos poderes públicos e da comunidade como um todo, porque todos... ah..., por exemplo, a violência doméstica é um crime público, hoje, e bem... e bem..., porque não é possível nós termos um polícia ou um vigilante em cada bairro, ou em cada prédio, ou o quer que seja.... mas se, por exemplo, situações de maus tratos são percecionadas por qualquer pessoa, há essa obrigação, que era não só moral, mas que, agora, inclusive, é mesmo uma obrigação legal..., e, portanto, é importante salvaguardarmos isto. Depois, para além desses aspetos, de salvaguardarmos condições de dignidade, condições de segurança e condições bem-estar, há que perspetivar que as crianças precisam de todo o tipo de estímulos, que precisam de ser expostas à riqueza, à imensa riqueza cultural que temos, de terem o acesso a práticas de vida e hábitos de vida que sejam saudáveis... ah... por aí a questão do desporto, a participação em espaços em que estejam com outros e que aprendam com outro,... ah... nos parecem questões, também, absolutamente essenciais. E, por último, dizer que aos poderes públicos cumpre criar medidas e políticas que salvaguardem tudo isto e que, para além disso, ainda construam possibilidades de futuro... e, com isto, eu quero dizer que abram horizontes tão amplos quanto possível, ou seja, para que nenhuma criança ou jovem veja confinados, ou confinada, a sua capacidade de sonhar..., portanto, ... e de ir para além dos limites que, à partida, encontrou, no contexto em que nasceu e cresceu..., portanto, a justiça social concretiza-se, também, por esta via e os direitos da criança são uma forma de justiça social.

Entrevistador: Obrigada. Está terminada a entrevista.

E9: Obrigado, Mariana. (...).

E10

Professor Associado do ISEG/IUL,
Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues
16-02-2021, 18h30-19h00

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E10: Repare, eu acho que nós não podemos pensar em políticas para um determinado setor, nomeadamente para as crianças, desligadas das outras. Nós quando falamos em políticas públicas falamos em intervenção do Estado e o Estado tem a obrigação de garantir o bem-estar da população... e é nesse sentido que eu acho que... ah... nós devemos olhar para os direitos das crianças como direitos das pessoas, com alguns qualificativos adicionais. O primeiro, que torna os direitos das crianças particulares, é que, obviamente, as crianças ainda não têm capacidade de defender integralmente só por si os seus direitos e, portanto, isso dá uma responsabilidade acrescida ao Estado de zelar pelos direitos das crianças. Por outro lado, porque as crianças não são independentes financeiramente... ah... não só financeiramente, mas também, efetivamente, em termos de relacionamento... nós quando falamos em direitos das crianças devemos ter em conta que uma parte desses direitos está conectada com os direitos das famílias onde elas estão inseridas e, portanto, existe aí uma componente. E, por último, quando nós pensamos em direitos das crianças devemos pensar, também... e aqui puxando um pouco mais para as minhas áreas... que as crianças são um dos setores mais vulneráveis às situações de pobreza... ah, e, portanto, isso também justifica uma atenção especial das políticas públicas em relação às crianças. Mas, para além destes motivos, há ainda um motivo adicional... é que... ah... nós quando estamos a pensar nas crianças temos uma atenção particular no sentido em que estamos a falar com pessoas, com seres, que são, no fundo, o embrião do nosso próprio futuro... e, portanto, por exemplo, quando colocamos a questão da pobreza das crianças não só estamos a pensar..., e isso já era suficiente..., nas próprias crianças, mas na própria transmissão intergeracional... ou seja, as crianças têm... são depositárias de um nível de esperança da sociedade que nós temos obrigação de cultivar e de desenvolver. Não é só porque são mais vulneráveis, não é só porque... ah... precisam de fazer um percurso mais partilhado com os outros..., mas, essencialmente, porque também ali se encontra grande parte da esperança de renovação e de

resolução dos nossos problemas, em termos de futuro. Não sei se... esta é uma questão muito vaga, mas há vários motivos pelos quais a questão dos direitos da criança devem merecer-nos uma particular atenção.

Entrevistador: Muito obrigada, Professor. Perguntar-lhe-ia, agora...

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem ou têm contribuído, na sua opinião, para a melhoria das condições de vida das crianças e das suas famílias?

E10: Eu aí, também... estabelecia uma distinção... entre o que são medidas mais gerais com efeitos sobre as crianças e medidas dirigidas às crianças.

Entrevistador: Hum, hum.

E10: É evidente que quando nós comparamos a situação das crianças, hoje, em Portugal, com as crianças há quarenta anos, antes do 25 de abril... ah... os passos dados foram gigantescos, ou seja, hoje nós temos não só melhores condições de vida, melhores condições de saúde, melhores condições económicas... até melhor sensibilidade para os problemas das crianças... e, portanto, tudo isso são conquistas civilizacionais que nós fizemos, melhorando a nossa sociedade, no seu conjunto..., ou seja, claro que, quando nós pugnamos por uma sociedade mais aberta, mais democrática, que valorize os direitos humanos, de uma forma geral, estamos a contribuir para melhorar a situação das nossas crianças. E, aí, a gente pode pensar em exemplos muito concretos... se você pensar nas taxas de mortalidade infantil, se você pensar na... por exemplo, nos níveis de doenças infantis, se pensar nos níveis médios de qualificação das nossas crianças... ou seja, tudo isso são ganhos civilizacionais que nós conseguimos ao longo dos últimos anos. Significa isto que está tudo bem e que nós já podemos dormir descansados? Claro que não... ou seja, ainda há muito que fazer, ainda temos muitas crianças que... ah... não têm as condições mínimas que deveriam ter para uma vida digna; há muitas crianças a quem é rejeitado o acesso à educação, ou é limitado por dificuldades várias; há muitas crianças que ainda hoje veem os seus direitos, enquanto pessoas, enquanto seres, claramente limitados... há crianças que sofrem de abuso, há crianças que sofrem violência doméstica... ou seja, tudo isso nos diz que, apesar dos ganhos havidos, ainda há muito a fazer. E, portanto, claramente, eu diria que... ah... temos que

‘ganhar mais gente’ para... temos que sensibilizar mais pessoas para a importância do que é nós apostarmos fortemente nas crianças. Temos que ter medidas que previnam situações de abuso das crianças ou de violação dos direitos, em termos gerais, de crianças, e temos que ter medidas para punir quem os não fizer, porque, a partir de certa altura, não basta a sensibilização... há que tomar medidas para impedir que essas coisas possam acontecer. Feita esta apreciação geral, quando nós pensamos em medidas dirigidas às crianças, eu acho que, talvez, um dos ganhos maiores foi... ah... o alargamento da escolaridade que hoje, claramente, nós temos, acho que isso é fundamental para um futuro melhor para as nossas crianças... acho que, dê-se as voltas que der, a questão da educação está sempre presente e continua a ser a régua pela qual nós aferimos... ah... a possibilidade das crianças se virem a desenvolver, a possibilidade de o elevador social funcionar e de nós conseguirmos alguma ascensão social das crianças. Dito isto... e, novamente, pensando, agora, nas questões ligadas à pobreza... eu tenho a opinião de que... ah... nós temos tido, no nosso país, dificuldades várias, em termos de encontrar políticas para combater a situação de crianças... para combater a incidência da pobreza nas crianças. Nós temos um conjunto de medidas... ah... desde o abono de família, apoios às creches, etc., que, claramente, visa esse objetivo, mas eu acho que ainda falta muito que fazer... aliás, nós, quando falamos em crianças, isto também é um conceito relativamente armadilhado, porque, quando falamos em crianças, podemos pensar dos zero até aos dezoito ou dos zero até aos dezasseis... há várias definições do que é que entendemos por criança... e, por exemplo, quando nós olhamos para a informação estatística que existe sobre a pobreza, o que é que nós constatamos? Primeiro, a pobreza das crianças e dos jovens em Portugal é superior à da média do conjunto da população, o que, desde logo, é uma bandeirinha vermelha a dizer ‘por favor, tomem atenção a isto’. Mas, se nós olharmos com mais atenção, conseguimos ver que há diferenças ao longo dos escalões etários... por exemplo, a pobreza das crianças entre os zero e os seis é muito menor que a pobreza das crianças entre os treze e os dezoito anos, por exemplo. O que é que isto, de alguma forma, traduz? Traduz que em relação a alguns aspetos ligados às crianças mais jovens nós já temos algumas políticas que funcionam, quer através de majorações no abono de família, quer através de medidas específicas de apoio aos recém-nascidos, quer, inclusivamente, nos apoios materiais, em termos de creches, etc. Quando nós olhamos para as crianças que estão mais perto da idade adulta, aí as coisas são mais difíceis... nós, por exemplo, tentamos colocar... ah... tentámos aumentar a escolaridade das crianças, tentamos

aumentar o acesso das crianças ao ensino superior, tentamos reduzir todas as formas de insucesso escolar, mas, provavelmente, ainda não... não temos medidas que impeçam que, muitas das nossas crianças, dos nossos jovens, neste caso, que não seguem este percurso ideal, não o fazem por falta de condições económicas. Quando nós olhamos, por exemplo, para questões como as bolsas... o ensino superior é um exemplo típico..., muitas vezes no ensino superior discute-se o valor das propinas comparativamente com outras coisas... ah... eu estou convencido, pelo menos, olhando para os meus estudantes, é isso que eu noto... que, para a maioria absoluta dos meus estudantes, o pagar o valor das propinas que pagam... ah... não é difícil, não é... não implica constrangimentos importantes, mas existem bolsas de estudantes no ensino superior que têm imensas dificuldades, não só em pagar as propinas, mas em ter uma vida integralmente enquanto estudantes por falta de condições materiais... e, aí, nós... o Estado tem a responsabilidade, nós deveríamos todos ter a responsabilidade, de garantir condições de igualdade de oportunidade a esses jovens. E isso, claramente, ainda não funciona... quando nós olhamos para o que é o valor das bolsas... para o valor dos subsídios e das bolsas de estudo é claramente insuficiente. Portanto, claramente, acho que há aqui vários caminhos e nós temos que perceber que, quando falamos em crianças, falamos em realidades muito diversificadas... e, portanto, cada um destes segmentos, se calhar, necessita de medidas específicas. E, não só necessita de medidas específicas como a hierarquia dessas medidas varia ao longo do tempo. Como eu digo, hoje nós temos uma situação melhor, ou menos má, nas crianças mais jovens do que nas crianças a partir dos doze, treze, catorze anos. Agora, é evidente que isso não significa que podemos descurar as primeiras onde ainda persistem muitos problemas..., mas temos que ter uma gama de intervenções que permita colmatar estas várias situações.

Entrevistador: Obrigada, Professor. Eu perguntava-lhe, agora, ...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidos para as crianças, de que se recorda ou nos quais tenha estado ou esteja envolvido, o que aponta como fatores diferenciadores da sua implementação, ou na execução destes programas ou iniciativas?

E10: Deixe-me lá ver.... eu, há pouco, quando referi que os programas de combate à incidência da pobreza das crianças... ah... não têm produzido um resultado tão desejável como gostaríamos, na medida em que a taxa de pobreza das crianças continua superior à

média, isso revela que, de alguma forma, nós temos tido uma insuficiente atenção a essa situação..., que temos tido muita dificuldade... ‘nós’, o Estado... que temos tido muita dificuldade de delinear políticas de combate à pobreza nas crianças. Existe alguma razão para isso. E existe alguma razão, porquê? Por exemplo, quando nós comparamos com a questão da pobreza dos idosos... no caso da pobreza dos idosos, nós identificamos, claramente, as necessidades daquelas pessoas. No caso das crianças é como eu disse no início..., você tem que se pensar em medidas para as crianças, mas tem que, ao mesmo tempo, pensar em medidas para as famílias onde elas estão inseridas... e isso torna a questão mais complicada... Porquê? Como é que nós fazemos o *merging* destas duas situações? Ou seja, ...ah... nós temos que combinar, no fundo, políticas de transferência de recursos... ou de aumentar os recursos próprios das famílias, através de promover a inserção do mercado de trabalho com direitos e garantias dessas famílias..., mas, simultaneamente, temos que garantir que as famílias têm, também, acesso a um conjunto de serviços, nomeadamente de educação e de saúde, para os seus filhos. Estava-me a perguntar um exemplo.... Deixe-me contar-lhe uma história que eu acho que tem muito a ver com aquilo que me estava a questionar. Eu aqui há uns anos, estava a dar uma formação para assistentes sociais que estavam a lidar diretamente com o RSI... e, no meio de uma daquelas sessões, alguém se lembrou de pôr uma pergunta daquelas mesmo complicadas... ‘Ó professor, explique-me lá o que é que é ter sucesso no RSI’. Bom, eu não estava à espera da pergunta... pensei um bocadinho e disse ‘Olhe, a resposta a essa pergunta é muito fácil e muito simples, ao mesmo tempo; muito fácil, porque é assim, se quiser, uma resposta teórica, ter sucesso no RSI era nós podermos acabar com ele, porque já não era preciso, isso era o sucesso no RSI, mas, enquanto isso não acontece, nós temos que pensar em outras formas de sucesso... e, portanto, temos que ver o que é que conseguimos, com esta medida, dar de valor acrescentado’... E começou a confusão a partir daqui... e havia uma assistente que me dizia ‘bom, para mim, sucesso é fazer com que as famílias que eu estou a acompanhar consigam ter todos os processos de vacinação dos filhos concluídos, até o fim deste ano’. Outra que me dizia ‘para mim, o sucesso é conseguir dar o mínimo de conhecimentos de economia familiar para que as famílias não passem um mês sem dinheiro nenhum no bolso e depois vão buscar o RSI e venham para casa de táxi’. Ou seja, nós temos muitas medidas que podem ter um impacto direto sobre as crianças... ah..., como estes, que eu lhe estou a dizer. Dos setores com maior fragilidade à pobreza, em Portugal, são... todas as estatísticas o dizem... as famílias alargadas

com crianças. Isto significa que nós temos que ter uma preocupação essencial com estas famílias. Temos que considerar, não só, por exemplo... e voltamos à questão de há pouco... não só as crianças que lá estão, mas até que ponto as diferenças de idade entre essas crianças implicam atenção a diferentes áreas de intervenção. Portanto, claramente, é assim... se me perguntarem que medidas é que eu me lembro que tenham efeitos sobre as crianças, é evidente que todas as medidas de combate à pobreza, se forem bem implementadas, têm impacto sobre as crianças e são importantes... provavelmente, ainda não encontramos a medida ideal para lidar com a pobreza das crianças... isso é outra história... é a diferença não entre ‘o copo meio cheio e o copo meio vazio’, mas entre o que já conseguimos percorrer e o que falta percorrer... e falta, ainda, percorrer muito. E, portanto, claramente... ah... novamente, voltamos àquela dificuldade... nós temos que intervir em várias frentes... a escola tem um papel fundamental, por exemplo... nós não podemos desligar o futuro das crianças da escola, basta pensarmos no que está a acontecer agora... todos os problemas que estão a emergir de novo, resultantes do confinamento, são, claramente, uma prova de que a escola ainda é o mais eficiente elevador social que nós temos, que, para muitas crianças, a escola é ainda a diferença entre passar fome e não passar fome. E, portanto, claramente, nós não podemos pensar em medidas para as crianças que não passem por este triângulo – garantir a saúde, garantir a educação, garantir os recursos.

Entrevistador: Hum, hum. Ah... eu costumo...e o Professor adiantou-se a falar da escola... eu costumo, precisamente, perguntar, no contexto desta pergunta... ah... como é que, para a implementação ou como fatores diferenciadores da implementação de programas para as crianças, vê o envolvimento das famílias, da comunidade ou do poder local. Não sei se quer acrescentar alguma coisa relativamente a este ponto...

E10: Em relação às famílias é, evidente, que não se consegue nada sem a participação das famílias, portanto, se queremos melhorar a situação das crianças, temos que mobilizar as famílias..., ou seja, não faz sentido pensar que melhoramos a situação das crianças em oposição às famílias. Isso implica que nós temos que ‘ganhar’ as famílias, muitas vezes..., dar-lhes, também..., pelo menos, em muitos casos... pô-las a refletir sobre o que significa criar uma criança... ou várias crianças, que é a situação mais normal no caso da precariedade. Em segundo lugar, obviamente que a escola tem um papel determinante, como eu já referi há pouco...ou seja, a escola não é só um meio de adquirir conhecimentos, é também um meio

de socialização e de ‘ganhar as pessoas’ enquanto cidadãos ativos numa sociedade... e, portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma que a escola, a esse nível, é fundamental. Em relação às autarquias, no fundo, a todos aqueles organismos intermédios da administração local e regional..., ah, eu tenho tendência a dizer que gostaria que, em tudo o que tem a ver com as questões da pobreza e do bem-estar, as Câmaras, as autarquias, as instituições a nível local, deveriam ter um papel mais ativo do que têm... esta é a minha impressão geral, mas eu não tenho dúvidas que ao dizer isto estou a ser injusto em relação a muitas destas entidades que já fazem isso e muito mais do que isso. Agora, assim como eu acho que o estado central não se pode desresponsabilizar do combate à pobreza, eu acho que nós deveríamos ter, em Portugal, uma institucionalização maior do papel das autarquias, das Câmaras no combate à pobreza... não é que muitas já não tenham um papel importante, têm, certamente, mas isso acaba desgarrado..., aparece, muitas vezes, como um extra que elas fazem em relação ao que é a obrigação delas... eu preferia ver uma lógica integrada, em que esses vários organismos tivessem um papel reconhecido e estabelecido de combate à pobreza, em Portugal, e em particular à pobreza das crianças... Até porque, nas autarquias, já estão, hoje, um conjunto muito grande de competências que são vitais para isto... quando nós falamos nas creches, quando nós falamos nas escolas, as autarquias já têm, hoje, uma palavra a dizer no funcionamento dessas instituições e, possivelmente, no futuro, terão ainda uma intervenção maior. Portanto, eu acho que... ah..., claramente, nós devemos ter orientações globais... e isso tem a ver com o facto de funcionarmos num regime democrático e, portanto, aquilo que são as políticas públicas devem ser uma emergência da vontade popular, expressa democraticamente..., mas, para além disso, isso significa que nós devemos tentar que a implementação prática dessas medidas seja o mais possível ao nível local e ao nível da proximidade com as pessoas.

Entrevistador: Obrigada, Professor! Eu pergunto-lhe, a terminar...

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e mais eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E10: Neste momento, está em laboração, em Portugal, uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Ainda não conhecemos... ainda não é público o seu conteúdo... ah..., mas eu não tenho dúvidas nenhuma que, nessa Estratégia, o combate à pobreza das crianças será uma

das principais prioridades. E, portanto, o que eu desejo, o que eu auguro é que esse programa seja implementado e que essa prioridade seja um sucesso.

Entrevistador: Muito obrigada! Está terminada.

E10: Ora bem, espero ter respondido às suas questões...

Entrevistador: Respondeu Professor, obrigada! É sempre incrível ouvi-lo e é uma oportunidade, portanto, muito obrigada. Um bom resto de dia, um bom trabalho, se for esse o caso. (...).

E11

Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS,

Dr.^a Mafalda Lourenço

19-02-2021, 9h00-9h30

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E11: Não é uma pergunta fácil, mas... ah... a integração das políticas dirigidas à infância, a mim, parece-me crucial.... Porquê? Porque... ah... nós temos que olhar para a criança, ou para a infância como uma questão absolutamente transversal, digamos assim ..., ah... e muito no sentido, também, dos direitos da criança. Ou seja, o que nós temos, em Portugal... e deixe-me dizer, à partida, que, na minha opinião, nós temos muito boas políticas, em Portugal, depois, temos é um problema grave de implementação, mas isso é outra questão... nós penso que continuamos a ter uma das legislações mais avançadas do mundo, em termos de direitos humanos..., depois temos é um problema grave em implementar as nossas políticas. E as políticas dirigidas à infância, aliás, como na maior parte das políticas, em Portugal, são setoriais. Ou seja, nós temos uma política de educação, temos uma política de saúde, temos uma política de família, temos políticas sociais das mais diversas ordens, mas todas elas... ah... tocam aspetos da vida da criança sem que haja integração, sem um verdadeiro olhar para as crianças como titulares de direitos, como pessoas com metas, digamos assim, apesar da sua dependência dos adultos. E, portanto, eu penso que é absolutamente essencial olhar para a criança e para os direitos da criança na sua integralidade e não chegar às crianças via políticas de família, digamos assim. Ou seja, um exemplo muito concreto com que nos estamos a deparar... as creches..., as creches são uma resposta social, estão nas políticas sociais para permitir que as famílias trabalhem... não estão... ah... orientadas, no fundo, ..., ou a política educativa... não é política educativa, sequer, ... as políticas de cuidados na primeira infância parecem estar todas baseadas apenas na necessidade de as famílias trabalharem. As creches, como lhe estava a dizer, são uma resposta social sem cariz educativo e as crianças dos zero aos três anos passam muitas, muitas, horas nesses equipamentos... às vezes mais do que com as próprias famílias, se descontarmos o tempo de sono, não é? E, portanto, parece-me essencial integrar as políticas dirigidas à infância, focadas nas necessidades da própria criança... das famílias, também, obviamente, são os seus

cuidadores. Mas pôr as crianças no centro das políticas que as afetam e das medidas que afetam a vidinha delas, não é? Ontem, assisti a uma formação muito interessante... ah... e, aliás, eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Juiz Armando Leandro que toda a sua vida lutou contra a expressão ‘menores’, que é como nos continuamos a dirigir às crianças... ah... e acho que isso diz muito da cultura das nossas sociedades atuais... aqueles seres pequeninos, totalmente dependentes, são ‘menores’. E, infelizmente, parecem ser menores em tudo, até na promoção... e na real experiência dos seus direitos.

Entrevistador: Muito obrigada pela sua resposta. Eu perguntar-lhe-ia, agora...

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem ou têm contribuído, para a melhoria das condições de vida das crianças e das suas famílias? Se consegue apontar, identificar alguma?

E11: Bom, com todos os defeitos que lhe poderemos apontar... ah... eu penso que o facto de há vinte anos, mais que isso, termos medidas de Rendimento Mínimo Garantido... ah, são... ou seja, são um instrumento importante na luta contra a pobreza e dirigido a famílias mais vulneráveis..., embora, depois, saibamos que as prestações sociais são absolutamente insuficientes e que as transferências sociais, infelizmente, contribuem muito pouco para a solução dos problemas da pobreza e, especialmente, da pobreza infantil, em Portugal. Ah..., lá está... nós as políticas temos, o pior é o resto. Ah... ao nível de política de saúde, por exemplo, que é a minha área, como sabe, derivado à instituição onde trabalho....

Entrevistador: Hum, hum.

E11: ... ah, o acesso universal e gratuito ao nosso Serviço Nacional de Saúde, que apesar de tudo, continua a ser um dos melhores do mundo, exatamente, pela universalidade que tem e que não é muito comum, mesmo nos países ditos mais desenvolvidos... ah... eu penso que o acesso universal e a gratuidade dos zero aos dezoito anos e, também, na gravidez... Muitas vezes, quando pensamos nas crianças, pensamos nelas a partir do momento em que nascem, quando aqueles nove meses anteriores são tão, tão importantes depois para o seu desenvolvimento, enquanto pessoas... ah... E, dizia eu, que a universalidade do nosso Serviço Nacional de Saúde, em termos de política de saúde, me parece absolutamente essencial. Ah.... outras... apesar de... e, lá está, face às necessidades da criança, ainda ser curto, as

licenças parentais... e a andar devagarinho, mas, ainda assim, a andar para... ah... uma maior participação do pai, não é? O facto de os pais já poderem, também, ou já terem, também, acesso a uma licença parental paga... ah... embora mais curta que a da mãe, mas isso são outras questões...portanto, o facto de termos, neste momento, já os cento e vinte dias, é importante... muito importante, eu diria... na minha opinião, devia ser um ano, ou mesmo dois, como nalguns países nórdicos, mas isso... uma coisinha de cada vez, porque, depois, também, tem a ver com as economias do país... Aliás, eu acho que um dos grandes problemas que nós temos, em termos de implementação de muito boas políticas que temos desenhadas, tem, exatamente, a ver com constrangimentos orçamentais, que, depois, levam a falta de recursos humanos, para as implementar. Portanto, neste momento, parece-me... são as que me ocorrem, assim de repente... assim de repente, seriam estas três as que me ocorrem...

Entrevistador: Ótimo, obrigada. Perguntar-lhe-ia, agora...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidas para as crianças, de que se recorde ou nos quais tenha estado ou esteja envolvida, o que aponta como fatores diferenciadores, aspetos positivos ou negativos, da sua implementação ou na execução destes projetos, destas iniciativas?

E11: Eu acho que para a implementação, com sucesso, de qualquer programa ou projeto dirigido às crianças... ah... eu acho que há dois fatores essenciais... ah..., serem desenhados a pensar nas próprias crianças, terem em atenção que cada criança é um ser único, e, portanto, programas, projetos e políticas muito *standardizados*, que tratem as crianças todas da mesma forma, pela mesma bitola... ah..., ainda que possam ter algum sucesso, eu fico sempre com algumas dúvidas, porque cada criança é única e acho que, na implementação destes projetos, temos que ter... temos que ter muito isso em atenção. Ou seja, eu acho que um fator essencial para o sucesso de qualquer programa é a flexibilização de podermos, no fundo, intervir, de acordo com as necessidades de cada criança. Ah.... outro fator que me parece essencial para o sucesso será sempre o envolvimento das famílias ou dos cuidadores... ah..., porque, em qualquer programa... ou seja, se pensarmos em programas ou em projetos com atividade dirigida às crianças são, normalmente... são, normalmente, não... são sempre intervenções limitadas no tempo, seja no tempo da sessão ou de sessões, seja a nível de um contínuo de tempo. Ah.... pelo lado negativo, eu penso que nós ainda temos... aliás, não somos só nós...

ah... muito ao nível da Europa, que é a realidade que melhor conheço... e fruto, também, dos orçamentos e das políticas orçamentais europeias e nacionais... é a 'cultura de projeto'. Ou seja, nós desenhamos um programa dirigido às crianças e temos uma intervenção que dura um ano... vá, às vezes, dois... e, por muito bons resultados que tenham, infelizmente, a maioria deles não passa a política pública, não escala, não é transferido e fica ali. E, quando falamos de crianças, eu penso que as intervenções dirigidas a crianças, e muitas das que são dirigidas a crianças com algum tipo de vulnerabilidade, têm que ter continuidade. Não é num ano a trabalhar com uma criança ou com uma família que nós vamos conseguir uma mudança duradoura, a não ser que esteja a resolver um problema... ou que esteja a intervir face a uma questão muito específica..., mas, normalmente, no desenvolvimento infantil, é preciso continuidade. Não é num ano que vamos conseguir que, por exemplo, uma criança com..., ah..., como se costuma dizer, com necessidades educativas especiais... não é num ano que vai deixar de as ter por muito bom que o programa seja, por muito boa que a intervenção seja e por muito bem intencionada. E esta 'cultura de projeto' ah..., como eu lhe chamo, ..., de projeto anual, porque é nesse ano que há financiamento e, depois, se o financiamento não continua, não há condições para continuar com as intervenções... ah... tem alguns resultados positivos imediatos. Por outro lado, eu penso que temos, de facto, ... ah... e falando, em Portugal, de levar a avaliação de impacto muito a sério... e de ser uma avaliação contínua e de estarmos dispostos a alterar o desenho de programas, projetos ou políticas, de acordo com os resultados dessas avaliações, não é? Temos que nos deixar um bocadinho daquilo que se chama, coloquialmente, a 'chapa 23' ... a política é esta, a medida é esta, vai tudo corrido assim e, depois, logo se vê, porque... e, lá está, eu acho que isto tem muito a ver com aquilo que eu lhe dizia... nós temos políticas... temos muito boas políticas, muito bem desenhadas... ah... quando as implementamos... ah... por um lado, quando as conseguimos implementar, não sabemos que mudanças duradouras é que elas trazem, porque não as avaliamos, e, por outro lado, muitas vezes, não as conseguimos implementar... ou, pelo menos, numa forma transversal, na sociedade, não é? Nós temos um país que é um retângulo minúsculo, mas continuamos, infelizmente, a ter muitas disparidades no nosso território. Uma coisa é implementar uma medida ou um projeto em Lisboa, outra coisa é implementá-lo no Porto, e se formos para o interior então é... os resultados são completamente outros...

Entrevistador: E se lhe perguntar, no caso de programas desenvolvidos pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, que fatores é que diria que são diferenciadores nos programas que desenvolvem?

E11: Duas coisas que lhe disse, já... completamente centrados na criança, ainda que... ah... nós, acho que desde sempre, mas de uma forma, digamos assim, posta no papel, desde os anos 1980 que usamos abordagens sistémicas, portanto, a nossa intervenção em saúde é centrada na criança, mas sempre..., sempre tendo em conta a família e a comunidade em geral onde estão inseridas. Ah... e nós temos, de facto, eu não sei até que ponto é que conhece o trabalho da Fundação, mas nós temos um modelo de vigilância de saúde, que está desenhado e o modelo é aquele..., mas que, dentro daquele modelo e daquela proposta de modelo, a frequência de consultas, as especialidades... ah... são ajustadas àquela criança e àquela família e posso-lhe dizer que, numa mesma família... ah... por exemplo, com duas crianças, dois irmãos, um tem um calendário de vigilância de saúde e outro tem outro, porque depende do risco biológico, porque depende do risco psicossocial, porque depende da própria criança. E outra coisa é... nós temos esse modelo, nós temos essa proposta de vigilância de saúde, mas cabe à família aceitá-lo ou não, ajustá-lo às suas necessidades e disponibilidades... ah... e, aqui, e no nosso modelo... e isso desde sempre, há setenta anos, fazemos setenta anos este ano... as enfermeiras de família têm um papel absolutamente essencial, porque são... ah... o técnico da instituição de referência para aquela família... ah... portanto, as famílias quando entram nos serviços na Fundação, cada criança, cada família, é-lhe imediatamente atribuída uma enfermeira de família a quem podem telefonar, com quem podem contactar sempre que haja uma qualquer questão, qualquer ansiedade, qualquer dúvida relacionada com a saúde... e que faz a gestão da vigilância de saúde daquela criança e daquela... e daquela família, nos vários serviços da Fundação. Portanto, está, no fundo... nós temos, desde sempre, a figura do gestor de caso... um técnico de referência para aquela família que a ajuda a navegar, digamos assim, depois, dentro dos vários serviços da Fundação. E, se me permite voltar um bocadinho atrás... um dos problemas que nós temos... um fator diferenciador, também, na implementação de projetos e programas, que me ocorre agora... e até de políticas... tem a ver com esta facilidade de navegação, digamos assim, para as próprias famílias dentro dos sistemas. Eu penso que isto, na situação atual, está-se a tornar muito evidente, com novas famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas que nunca precisaram de apoio social, que nunca tiveram que recorrer... ah..., no fundo, ao Sistema de

Proteção Social do país em que vivem e que, neste momento, estão completamente perdidas, não sabem onde se dirigir, como é que se trata, por um lado... por outro lado, têm muita vergonha da situação em que se encontram. Portanto, eu acho que é preciso, também, desmistificar esta questão de que o Serviço Social..., ah... digamos assim, que sei que é área do mestrado...é essencial, parece-me, a mim, desmistificar esta questão de que o Serviço Social é para os ‘pobrezinhos’... ah, e, portanto, temos que quebrar este mito de que os apoios sociais que temos, e que são alguns e bons, felizmente, ... ah... temos que lhes tirar este cariz assistencialista e caritativo, no fundo, e que estão dirigidos apenas àquele nicho da população. Todos nós precisamos... ou podemos, eventualmente, de precisar de apoio, ao longo da nossa vida, e eu acho que, neste momento, e neste último ano, e vai... e vai-se agravar... é essa a minha expectativa, infelizmente... vamos ter cada vez mais famílias a precisar de apoio. Ah.... voltando à Fundação... desculpe lá este à parte...ah... outra das coisas que nós... que nós fazemos e temos o cuidado de fazer são avaliações de satisfação periódicas, que não são só aqueles questionários de ‘estou muito satisfeito ou pouco satisfeito’, que servem para o que servem, mas que implementámos..., porque temos várias perguntas abertas que permitem às pessoas dar-nos sugestões, dar-nos a conhecer quais são as suas necessidades de saúde, ou outras, não satisfeitas, e o que podemos fazer para melhorar o nosso serviço..., portanto, eu acho que o envolvimento das próprias famílias... e das próprias crianças... nós, nos últimos anos, começámos por fazer estas avaliações de satisfação junto dos pais, da nossa população adulta, e nos últimos anos... em 2015, se não estou em erro, pela primeira vez... não, em 2017... desenhamos um questionário para crianças dos doze aos dezoito anos... e temos respostas maravilhosas aos doze, treze anos. Portanto, eu acho... uma coisa que vai estando, também, na ordem do dia e que é cada vez mais importante é ouvirmos as crianças... ah... nós temos este questionário, para já só a partir dos doze, porque é um questionário auto preenchido, mas não está fora dos nossos planos adaptar estas avaliações às nossas crianças mais pequeninas..., porque, de facto, as crianças têm muita coisa a dizer-nos e... muito interessante... e muito importante, para desenharmos serviços dirigidos a... não é só interessante no sentido de... eu acho que ficamos todos um bocadinho extasiados e surpreendidos com algumas das respostas que as crianças nos dão... e passo a expressão de que também temos que lutar um bocadinho contra essa coisa de ‘ah, que giro, imagine-se que ele aos cinco anos disse-nos isso’. Não... é..., se aos cinco anos nos disse algo que tanto nos surpreendeu ...ah... é porque é importante para ele ou para ela e,

mais do que ouvir, como dizia um Professor meu de Serviço Social de grupos e comunidades, temos que aprender a escutar..., porque, muitas vezes, nós ouvimos, mas não escutamos. E acho que, no caso das crianças, mais que ouvi-las, temos mesmo que as escutar se queremos ter bons programas e boas políticas dirigidas a elas.

Entrevistador: Muito obrigada. Eu aqui, neste quadro, em que já falámos da participação das crianças, do envolvimento das famílias, da comunidade, só lhe perguntaria, a terminar...ah... como é que vê, também, e falando de políticas públicas, de programas e projetos dirigidos às crianças... como é que vê o envolvimento do poder local, se é que o entende, neste contexto da implementação de políticas e programas?

E11: É assim... O poder local, em tudo quanto é intervenção, é absolutamente essencial, porque está muito mais perto das pessoas do que o poder central, digamos assim.... ah... e o poder local tem vários níveis... e, mais uma vez, vamos dar às disparidades, até por uma questão de recursos..., obviamente, que, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa tem recursos para implementar programas, projetos e políticas para a cidade que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não terá, digo eu... são exemplos... quer dizer, a de Lisboa é óbvio... a de Montemor, foi o que me surgiu... ah... que uma junta de freguesia, por exemplo, a de Belém, que eu conheço muito bem porque a sede da Fundação é em Belém... desde há setenta anos... ah... tem meios que, se calhar, uma junta de freguesia em Trás-os-Montes ou no Alentejo, não terá... Por outro lado, se pensarmos em nível de poder público, as juntas de freguesia têm um papel absolutamente essencial, porque conhecem a população, e quanto menor for o meio, quanto menor for a freguesia, melhor conhecem. Ah... se, por um lado, isto permite a implementação de políticas e programas muito feitos à medida das necessidades das pessoas... ah..., por outro lado, pode, também, contribuir para alguma disparidade, ao nível da população nacional... tanto pela via de maiores ou menores fundos orçamentais, como pela via, portanto, do lado positivo, digamos assim.... as juntas de freguesia mais ricas terão possibilidade de implementar mais programas... a minha dúvida... e, aqui, é mesmo uma dúvida... é se serão melhores programas, porque, normalmente, são freguesias maiores, com um nível de anonimização dos cidadãos maior... se calhar, uma junta de freguesia de uma comunidade mais pequena, em que ainda toda a gente se conhece, embora tenha menos recursos económico-financeiros, terá um programa melhor, mais bem desenhado, digamos assim, em termos das necessidades da população com que pretende

trabalhar. Eu acho que isto, em termos de políticas sociais e de políticas públicas, é sempre tudo muito... muito complexo, porque as variantes que temos que ter em atenção são demasiadas... ah... e, depois, estamos a trabalhar *com* e *para* pessoas, e cada uma já é uma complexidade só, não é? E nós não desenhamos programas individuais... ah... em termos de políticas públicas, são programas comunitários, digamos assim... seja a comunidade o país inteiro, ou uma cidade, ou uma vila... ah... e, portanto, tudo isto é muito... é muito complexo. Ah... uma coisa que eu acho essencial, para Portugal, se me permite, é deixarmos de trabalhar em silos... quando se trata de qualquer pessoa, mas em crianças, nós não podemos ter o Ministério da Educação a desenhar uma coisa que, depois, muitas vezes, entra em conflito, em termos de tempo e de disponibilidades, com o que o Ministério da Saúde desenha... ah... depois, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desenha outra... outro programa, outra política que não tem em atenção as necessidades educativas ou as necessidades de saúde... nós temos mesmo que deixar trabalhar em silos. Em Portugal, eu penso que nós temos dois exemplos muito bons a nível de integração de políticas, que são as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e o SNIPI. Ah..., o SNIPI, para crianças 0-6, é das coisas mais bem desenhadas que eu conheço, mas, lá está, está muito bem desenhado... depois, a implementação tem sérios problemas e a cobertura do SNIPI é, reconhecidamente, muito... muito baixa..., mas são duas experiências interministeriais dirigidas às crianças e às famílias, que eu acho... na minha opinião, estão muito bem desenhadas. E... outra coisa que me está a surgir... mande-me calar que eu falo imenso sobre estes temas...

Entrevistador: Não, não, está à vontade.

E11: ...ah... a nível, por exemplo, dos aspetos diferenciadores de programas e projetos, nós... nós, eu acho que no mundo, em geral, não sei se só em Portugal, temos um problema... só é notícia o que é mau. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são mediatizadas... ah... quando alguém se lembra de dizer que fizeram um mau trabalho, porque uma criança foi retirada à família e lhe aconteceu isto ou aquilo... todo o muito bom trabalho que fazem para manter as crianças no seu meio familiar natural... ah... passa completamente ao lado da sociedade, em geral. E, portanto, a visibilidade que não é dada a tudo de muito bom que se faz, em Portugal, em prol das crianças... ah... mantém... eu acho que mantém, ao nível da nossa sociedade em geral, esta desconfiança, relativamente ao sistema e às políticas.... e, se

calhar, não tanto desconfiança, mas o descrédito... e acaba por não contribuir, também, para a nossa evolução, enquanto população, na forma como olhamos para as nossas crianças. Ah... e outra coisa é..., normalmente, as políticas públicas são dirigidas... ou, não são dirigidas, mas acabam por ser conhecidas, digamos assim, quando se dirigem a populações vulneráveis. E... ah... crianças com vulnerabilidades, enquanto crianças, não estão só em famílias vulneráveis, infelizmente..., porque, senão, nós tínhamos ali uma faixa de população com quem trabalhávamos..., ah... eu costumo dizer, enquanto assistente social, que me preocupam muito mais as crianças em famílias dos estratos económicos mais altos do que os mais baixos. Porque as famílias mais vulneráveis, que dependem do sistema, digamos assim, todos as conhecemos... ah... e se eu não conheço, a colega da escola há de telefonar a dar-me a conhecer, ou a colega da junta e, portanto, acabam por ser crianças muito conhecidas e cujos problemas que as afetam são do conhecimento da comunidade e das instituições da comunidade. Ah... as crianças de estratos sociais mais elevados são invisíveis... e, infelizmente, negligência, maus tratos não é condição... não é condição de... ou seja, não são exclusivos das famílias pobres e que todos conhecemos... e, portanto, as intervenções, aqui, ...e isto tem muito a ver com aquilo que lhe dizia, de que temos que quebrar... que temos que ir quebrando, porque não é automático, este mito de que serviços sociais e apoios sociais e políticas sociais são só para as famílias pobres... não é verdade. Há muitas crianças que, felizmente, não têm falta de recursos económicos, mas têm falta de muitas outras coisas.

Entrevistador: Obrigada. Perguntar-lhe-ia, a terminar...

Q.4. Que elementos..., acho que já foi dando várias pistas neste sentido..., mas que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança? Um bocadinho neste balanço entre teoria e prática, de que foi falando, e do que é que falta, então, cumprir para assegurar à criança o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar.

E11: Falta pô-la no centro de todas as políticas... falta olhar... nós temos um... há um *clichê* ... e eu acho que só é um *clichê* porque acabamos por dizer isto um bocadinho da boca para fora, sem tomar muita consciência da verdadeira dimensão que isso tem.... As crianças são o nosso futuro. Nenhuma sociedade é sustentável sem as crianças de agora, não é? E,

portanto, eu acho que temos que perceber, de uma vez por todas, e embora isto choque algumas pessoas... ah... dizer isto, assim..., mas as crianças são dos investimentos com melhor retorno económico que nós podemos... que nós podemos fazer... tudo o que nós gastarmos, falando dos dinheiros públicos... tudo o que nós gastarmos com as crianças agora, vamos poupar daqui a trinta anos quando eles forem adultos, e daqui a cinquenta quando forem idosos, não é? E eu acho que isto nós ainda não percebemos. E eu acho que, quando percebermos isto, finalmente vamos pôr as crianças no centro de todas as políticas... e, portanto, vamos cuidar de que... os cuidadores, sejam eles pais, profissionais de creches, amas... ah..., infelizmente, sejam eles técnicos de acolhimento residencial, porque nenhuma criança devia ser institucionalizada, mesmo as que, infelizmente, não podem estar na sua família de origem, deviam estar em família e nunca numa instituição, mas isso é outra questão... ah..., investir nestes cuidadores, capacitá-los, na medida das suas... das suas necessidades... e aí, mais uma vez, eu dizia que ter dinheiro não significa ser mais capaz... ou ser mais capaz no sentido de ter melhores capacidades para educar uma criança e para cuidar de uma criança do que não ter dinheiro... ah... e, portanto, esta questão da capacitação parental, que é tantas vezes olhada como uma necessidade das famílias mais vulneráveis, não é verdade... termos... uma família só porque tem dinheiro, tem um bom emprego, poderá não necessitar menos de capacitação parental do que uma família que vive do Rendimento Social de Inserção... e, portanto, nós temos, de facto, que pôr as crianças no centro de todas as políticas, primeiro. Ao nível da implementação... ah... penso que é muito aquilo que eu lhe disse, de não pegarmos num programa que... até mesmo os que estão validados cientificamente, e há, muito bons... ah... ele não pode ser ... ele tem sempre que ser adaptado às necessidades de cada criança. E temos, sem dúvida, e eu acho que essa é uma das desvantagens dos sistemas educativos, não só em Portugal... nós não respeitamos os ritmos das crianças... não é porque tem seis anos no cartãozinho de cidadão que uma criança tem... ah... a mesma maturidade, a mesma sensibilidade, a mesma capacidade para responder satisfatoriamente ao currículo educativo do primeiro... do primeiro ano... e... ah... temos que deixar de olhar para as crianças que os próprios jardins infantis aconselham a ficar mais de um ano no pré-escolar... temos que deixar de olhar para eles como os... perdoe-me a expressão... ‘os coitadinhos que são burros e que nem para a primeira classe podem ir’... não, uma criança com um ritmo... um ritmo diferente... que pode ter a ver com os mais diversos fatores, muitos dos quais até biológicos, que não têm propriamente a ver com a situação

da.... ou com o contexto familiar. E....ah... sobretudo, aquilo que eu também já lhe disse... ouvir as crianças. Ouvir, ouvir... não é ouvir, é escutar as crianças... e desenhar programas, projetos que vão ao encontro das suas necessidades e anseios.

Entrevistador: Muito bem, muito obrigada. Está terminada. (...).

E12

Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães,

Dr.^a Alexandra Cunha

02-03-2021, 09h15-09h35

Q.1. O que entende por políticas de infância integradas?

E12: Bem, eu quando penso em... a palavra ‘integrada’, a mim, traz-me sempre a associação com outra palavra, que é a palavra ‘concertada’ ... e, portanto, no meu entendimento, políticas integradas serão políticas que estão associadas a duas grandes valências: por um lado, o cumprimento daquilo que são as orientações globais... e, portanto, a este nível, nós podemos considerar, desde logo, a nossa Carta dos Direitos da Criança, as orientações internacionais e, depois, também, as orientações mais locais, mais regionais... Portanto, integração, numa primeira vertente, porque tem que estar devidamente conciliada com as orientações legais, tanto internacionais como locais. E, depois, penso que uma política verdadeiramente integrada será aquela que tem em conta os vários contextos de vida da população alvo, assim como o envolvimento de todos os agentes que tenham um trabalho na matéria. Portanto, eu penso que o conceito de integração passará por estas várias variáveis.

Entrevistador: Obrigada.

Q.2. Das medidas de política, em Portugal, quais as que considera mais relevantes, ou as que mais contribuem, para a melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias?

E12: Eu acho que, no que diz respeito ao trabalho junto de crianças e jovens, ...ah...há alguns campos que são fundamentais...ou antes, que são de intervenção basilar, quando queremos promover o bem-estar deste grupo e, portanto, eu julgo que aqui a intervenção nunca pode descurar logo, em primeiro plano, as desigualdades... e, portanto, ...ah... a erradicação da pobreza, o trabalho no combate aos estereótipos, à discriminação... e aqui falo, por exemplo, nas crianças imigrantes, nas crianças refugiadas, nas crianças de etnia cigana, mas mesmo aquelas que, economicamente, são desfavorecidas, não é... nós sabemos bem que elas são alvo de discriminação... e, portanto, eu acho que, qualquer trabalho em prol do bem-estar das crianças e dos jovens, tem primeiro que ter em conta esta vertente mais basilar, de

garantir a igualdade de oportunidades, de diminuir a discriminação, de eliminar o preconceito e, sobretudo, de garantir, também, o acesso aos recursos básicos..., portanto, diminuir o impacto da pobreza. E, depois, teremos, naturalmente, outras áreas de intervenção que são absolutamente importantes... A intervenção precoce... acho que é muito importante...ah... estou a lembrar-me, por exemplo, do SNIPI, que é um programa de intervenção ao nível das competências parentais... e não só... familiares. E aqui temos, de facto, uma componente que me parece muito importante, porque conseguimos atuar, muitas vezes, na raiz dos problemas e isso acaba por ser diferenciador, em relação às restantes intervenções. Ah... E, depois, teremos, com certeza, um trabalho muito importante noutras vertentes, não é..., mas, se calhar, mais periféricas... estas seriam, na minha opinião, aquelas componentes que são verdadeiramente importantes e que podem ser a base de todo o trabalho. Teremos, naturalmente, sempre a componente das crianças e jovens que são vítimas de violência, não é... e aí temos, também, a intervenção muito importante das CPCJ e de outros órgãos que trabalham nessa matéria. Embora seja uma realidade específica, é, infelizmente, uma realidade muito frequente e, portanto, o trabalho em torno da violência, com famílias disfuncionais, ao nível das competências parentais, parece-me ser, também, uma área muito importante... se queremos garantir o bem-estar das crianças.

Entrevistador: Muito obrigada! Perguntar-lhe-ia, agora...

Q.3. No âmbito de programas, projetos e iniciativas desenvolvidas para as crianças, o que aponta como fatores diferenciadores da sua implementação?

E12: Ah... o fator diferenciador é a participação efetiva das crianças, na minha opinião... Portanto, até tendo em conta a faixa etária de que estamos a falar, eu acho que, ao longo das últimas décadas de intervenção nesta área, aquilo que, efetivamente, ficou deficitário... e muito trabalho tem sido feito...ah... foi, precisamente, a participação e o envolvimento efetivo das crianças nas decisões e no trabalho que estamos a fazer em prol delas. Portanto, no fundo, nós decidíamos o que era melhor para elas, nós estabelecemos planos de intervenção, as estratégias de ação... e isto tem sido visível..., portanto, se consultarmos documentos de há trinta ou quarenta anos atrás, percebemos que não houve participação efetiva das crianças na elaboração dessa estratégia... e, portanto, eu acho que aquilo que é verdadeiramente diferenciador é nós darmos voz às crianças, neste campo, portanto...

Naturalmente, temos que ter orientações estratégicas globais e nós temos documentos chapéu, pelos quais temos que nos reger, não só os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como também a nossa Carta de Direitos, mas..., mas julgo que, aqui, o que é diferenciador é a participação efetiva das crianças e nós temos, de facto, em Guimarães, um conjunto de programas, que são mais recentes, e que já contemplam esta área..., portanto, que já preveem esta participação, esta integração efetiva das crianças nos programas...ah.. temos o nosso ‘Plano de Ação de Guimarães, Cidade Amiga das Crianças’ ..., portanto, Guimarães foi reconhecido, pela UNICEF, há uns anos... e temos vindo a implementar um plano de ação, que parte, precisamente, desse pressuposto, portanto, aquilo que o torna diferenciador é que nós temos em conta...ah... a opinião das crianças sobre aquilo que estamos a fazer...e, portanto, temos assembleias de crianças, temos grupos ativos, temos trabalho junto das escolas... e, portanto, acho que isso pode fazer verdadeiramente a diferença, para termos a certeza que estamos a ir ao encontro das necessidades e das expectativas das crianças, porque realmente o olhar do adulto, por mais que nós queiramos, é sempre muito diferente daquele... daquilo que as crianças acham da realidade que as rodeia... e é muito interessante nós, depois, ouvirmos as opiniões delas sobre estes assuntos, porque realmente elas têm opinião, têm algum conhecimento e alguma perceção trabalhada da realidade que as envolve...e, portanto, acho que é muito importante... e este será, sem dúvida, o fator...Nós temos, aqui em Guimarães, um conjunto de outros projetos, que também já contemplam esta vertente..., portanto, não sei se conhece o trabalho que nós vamos realizando... está aqui pertinho, pelo que percebi, está na Universidade Católica...

Entrevistador: Ah, de Lisboa...

E12: Ah, de Lisboa! Então não está pertinho, pois... eu, na altura, não percebi em que polo é que estava a trabalhar... E, portanto, nós temos aqui, também, um conjunto de outros programas, que também já preveem esta participação.... Temos..., portanto, há cerca de dez anos, foi elaborada, já na altura, a Carta da Cidadania Infantojuvenil...foi, na altura, feita pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de Guimarães... foi um trabalho de intervenção e de investigação, financiado pela Gulbenkian... e, de facto, na altura já se fez um trabalho de grande dimensão, considerando a época e os trabalhos que existiam à data... e foi feito um levantamento estratégico, a este nível, as crianças foram ouvidas, em formato de assembleia... e, portanto, aí já foi feito um trabalho, que até serviu... acabou,

depois, por nos servir de alavanca para a construção do nosso ‘Plano de Ação para Guimarães, Cidade Amiga das Crianças’... e temos, também, o Eco Parlamento, o Pegadas, o Orçamento Participativo das Escolas... que são tudo, na minha opinião, exemplos concretos do envolvimento efetivo das crianças na intervenção. Guimarães assumiu-se, também, agora recentemente, como Cidade Educadora, temos o Plano Municipal para a Juventude... e, portanto, todos eles muito na linha daquilo que se pretende que seja uma intervenção, em que as crianças têm voz ativa.

Entrevistador: E tem, também...pelo que eu pude acompanhar... desenvolvido programas, projetos ou iniciativas específicas, nesta altura de contexto de pandemia, nomeadamente com o ProChild, se não estou em erro...

E12: É isso... o ProChild é um programa mais recente..., portanto, data de cerca de há dois anos... a sua implementação aqui em Guimarães é com a Universidade do Minho, como deve saber...ah... e temos, de facto, um conjunto de iniciativas que foram pensadas e adaptadas para o contexto de pandemia...ah..., nomeadamente, a avaliação da saúde mental das crianças em idade escolar..., porque é, de facto, uma das grandes preocupações... nós sabemos que o facto de estarmos confinados em casa com as crianças...ah... meses a fio, não é... e eu tenho filhos pequeninos e, portanto, sei o que é essa realidade... e não sabemos bem, em famílias que já são disfuncionais... e particularmente nestas...ah... qual é, depois, o impacto nas crianças deste confinamento e da falta de acesso... a privação, no fundo, destas crianças dos seus contactos habituais, com os pares, com os professores...no fundo, com as figuras que, se calhar, davam estrutura às suas rotinas e ao seu dia a dia... E, portanto, o ProChild tem, precisamente...para além de uma intervenção mais global, que está a ser levada a cabo, aqui em Guimarães, e muito em articulação, precisamente, com a Divisão da Ação Social da Câmara, que eu sou responsável... ah... para além dessa atuação mais global, temos, de facto, agora um trabalho muito adaptado ao contexto pandémico, no sentido de aferir da saúde mental destas crianças e jovens e poder intervir junto das famílias, da forma mais eficaz possível e em tempo útil.

Entrevistador: Ah.... Eu, neste momento, costumo perguntar...ah... e, aqui, não específico para o contexto pandémico, mas, em geral, para todas as iniciativas... como é que vê o

envolvimento das famílias, da comunidade e do poder local na execução destas iniciativas para as crianças e jovens?

E12: Eu vejo como essencial e muito importante, se queremos que as coisas sejam concretizadas e levadas a bom termo. Ah... acho que estamos ainda muito aquém daquilo que deveria ser... e, portanto, entendo que estamos a fazer um bom caminho...ah..., que estamos a criar bons alicerces e que temos, estrategicamente, o foco no sítio certo..., portanto, a evolução é esta, é este o caminho que temos que trilhar e há um espelho que é bem visível nos programas e nas iniciativas que estão a nascer, a nível nacional...ah... Acho que, realmente, é um caminho que ainda temos que fazer para conseguir que estes objetivos sejam perspetivados por todos os agentes da mesma forma ou, pelo menos, estes lhe confirmam a importância devida..., porque eu acho que, sem um envolvimento das políticas locais, dos nossos decisores políticos, da comunidade em geral e das famílias, nunca conseguiremos levar a bom porto estes nossos... estas nossas pretensões... Portanto, eu acho que... respondendo à sua pergunta, na minha opinião, são essenciais, para conseguirmos...ah... prosseguir com estes objetivos estratégicos... estamos ainda muito aquém do envolvimento necessário de todos estes agentes... e, quando digo de todos, é de todos mesmo...desde a família aos decisores políticos...

Entrevistador: Obrigada! Perguntar-lhe-ia, a terminar...

Q.4. Que elementos gostaria de deixar como sugestão para políticas e programas mais eficientes e eficazes na defesa e promoção dos direitos da criança?

E12: Ah... Eu aqui colocaria a tónica, novamente, naquilo que já fui referindo, que é a participação efetiva das crianças. Acho que há uma área de trabalho que agora já está ser mais explorada, mas que poderia ser a nossa alavanca para conseguir resultados mais rápidos e melhores..., que era conseguirmos que esta participação efetiva, esta integração ativa nos programas da infância, acontecesse a partir das escolas, aproveitando os contextos educativos e os agentes educativos...ah... para poder alavancar esta integração das crianças, porque realmente, por mais que nós tentemos atuar junto às famílias, por mais que realizemos assembleias de crianças, grupos focais, o EcoParlamento, o Pegadas, todas eles têm esta componente... ah... claramente, eles nunca conseguem ter a regularidade e, se calhar, a familiaridade para estas crianças que tem o contexto escolar... E, portanto, eu acho

que devíamos recorrer ao contexto onde eles passam mais horas por dia, não é...., que é, naturalmente, a escola... recorrer aos professores, que são figuras, para eles, de referência... ah... para conseguirmos integrá-los de forma mais ativa nas políticas, a partir deste contexto..., penso que poderia ser esta...ah... embora isto já aconteça em muitos programas..., mas fazê-lo de forma mais intensiva e mais estruturada.

Entrevistador: E, portanto, se eu lhe fizesse quase um balanço do que falta cumprir para assegurar à criança o gozo efetivo dos seus direitos e bem-estar, dir-me-ia que seria a participação?

E12: Diria que esta seria a componente que falta assegurar, com carácter mais inovador..., mas falta assegurar muita coisa... e nós temos consciência disso, não é? Ah..., portanto, nós temos, de facto, o caminho bem planeado, como eu referi... ah..., mas temos muitas crianças que continuam a passar por muitas privações, a todos os níveis... e nós sabemos que não estamos a chegar a todos da mesma forma..., estamos a fazer um trabalho muito bom, mas falta fazer muita coisa, a muitos níveis.

Entrevistador: Obrigada!

E12: De nada, foi um gosto!

B. Análise dos Dados Empíricos no Programa MAXQDA 2020

Segmentos codificados

Cor	Nome do documento	Código	Segmento
●	E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal	1. Conceito: definição e posicionamento \várias áreas do saber	Pelo que eu entendo, é construir uma política com base em várias áreas do saber, nomeadamente do serviço social, da ciência política, da economia... ah... e, portanto, que possam responder de uma forma sistémica àquele que será o objetivo dessa política
●	E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal	1. Conceito: definição e posicionamento \direitos humanos da criança	No âmbito de políticas públicas integradas para a infância, relacionadas obviamente com o tema da infância e da criança, estas estão muito claramente ligadas com os direitos ou com a garantia ou promoção desses mesmos
●	E2, Presidente da CNPDPCJ	1. Conceito: definição e posicionamento \investir nas políticas de infância	Ah... quanto mais um Estado investir nas políticas da infância, mais está a investir no seu futuro. E a infância, sendo ela própria transversal e tendo necessidades transversais, só com políticas integradas é que se conseguem responder aos desafios da infância..., porque, apesar de serem uma faixa etária concreta, estão interligadas com todas as outras áreas e com todas as outras faixas, porque ainda não são autónomos
●	E2, Presidente da CNPDPCJ	1. Conceito: definição e posicionamento \interligação com as políticas de família	todas as políticas, sejam políticas mais focalizadas na infância, na área da saúde infantil, na área da educação, na área dos apoios sociais, ... ah, têm que estar todas elas interligadas também com as políticas da família, porque as crianças.... ah, se tudo correr bem... terão todas uma família e se não tiverem uma família biológica, deverão ter a oportunidade de ter uma família de acolhimento ou, no limite, de serem acolhidas... eventualmente, para depois terem um projeto de vida no âmbito da adoção, se caso não seja possível voltarem à família biológica
●	E2, Presidente da CNPDPCJ	1. Conceito: definição e posicionamento \investir nas políticas de infância	E, portanto, as políticas públicas... só políticas públicas integradas é que podem responder aos desafios multisetoriais da infância, porque não dá para 'cortarmos às fatias'. Se queremos combater, por exemplo, questões como a pobreza infantil, ... ah, não é só promovendo o acesso à educação, ... ah, tem que haver políticas sociais, na área da saúde, na área do apoio à família, ao trabalho dos cuidadores, portanto, só de forma integrada é que se consegue... não estou a imaginar de outra forma...
●	E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP	1. Conceito: definição e posicionamento \visão do todo	Desde logo, eu acho que há aqui...acho que qualquer área de política pública...ah... tem que ser vista integrada, com o todo, sendo que, aqui, as áreas que nos interessam são as do bem-estar e as de proteção e desenvolvimento social....e eu não concebo que nenhuma medida de política social seja pensada sem ser em relação com a política económica, de emprego, de segurança ou de educação...Ah... Portanto, se nós... O Professor Alfredo Bruto da Costa dizia uma coisa, que é 'uma verdade de La Palice', mas que ele conseguia dizer de uma forma muito enfática e que me parece muito certa, que é: se nós formos tratar as políticas de combate à pobreza, as políticas que respondem à questão da exclusão social, das pessoas em situação de sem abrigo, seja o que for, apenas vocacionadas nessa questão, nós estamos a criar bolhas... ah... que funcionam dentro de si mesmas. E, portanto, o

		problema vai-se gerindo e remediando, mas não se resolve verdadeiramente, só se resolve quando nós abordamos estas questões a partir de políticas, que estão todas elas interligadas
• E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP	1. Conceito: definição e posicionamento \visão do todo	Desta forma, as políticas de infância e de juventude não são diferentes disto, porque não podem ser pensadas de uma forma separada das políticas de envelhecimento, porque... porque envelhecimento acontece desde o dia em que nascemos, não é... Assim, não podem ser separadas de políticas de educação nem de emprego, pois uma grande parte daquilo que nós podemos fazer com os jovens também tem a ver com que oportunidades é que nós temos para lhes oferecer, não é...., que perspectivas de vida e que ideias para o seu futuro
• E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP	1. Conceito: definição e posicionamento \articulação	eu diria que política de infância e juventude integrada é uma política que está a pensar em toda a articulação, desde as políticas... ah... que visam o... ou que promovem o bom desenvolvimento da criança, como, por exemplo, as de intervenção precoce... coisas como a intervenção precoce... e como é que isto tudo se articula até chegarmos, digamos, ao ponto extremo de tudo correr mal, mas que depois acabem bem, e que é uma adoção. Portanto, nós não podemos pensar no acolhimento familiar per se, nas políticas de prevenção per se, nas Comissões de Proteção per se, no acolhimento residencial per se...O integrado é, também, como é que isto tudo se articula...ah... numa resposta, que, no fundo, protege a criança e o jovem, que promove a sua potencialidade e que não esquece o seu primordial interesse. Isto é mais fácil dizer do que fazer, mas seria esta a minha ideia e visão sobre o assunto.
• E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO	1. Conceito: definição e posicionamento \fragmentação e sectorização	Aquilo que caracteriza as políticas de infância, num país como Portugal, que tem uma administração muito centralizada e, simultaneamente, muito compartimentada, é a fragmentação. Cada um dos setores da Administração Pública e do Governo ocupa-se de uma parte da criança...se a criança fosse multifacetada, portanto, há uma faceta, de que, enfim...o respetivo Departamento se ocupa...o Ministério da Educação, da criança enquanto aluno; o Ministério da Saúde, da criança enquanto paciente da saúde materno-infantil; o Ministério da Segurança Social, das crianças que estão numa situação de vulnerabilidade económica ou social; o Ministério da Justiça, das crianças que estão numa situação sobre a qual há uma específica forma de vulnerabilidade... são crianças que, ou cometeram atos identificados como crime no Código Penal, ou cujas responsabilidades parentais não são exercidas adequadamente e há necessidade de uma intervenção judicial... ah... e por aí adiante... Esta característica da fragmentação das políticas de infância impede que nós tenhamos, verdadeiramente, em Portugal... isto não é exclusivo para Portugal..., mas Portugal é um país paradigmático nesse nível... que nós temos, em Portugal, uma verdadeira política de infância.
• E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO	1. Conceito: definição e posicionamento \responsabilidade: quem a detém?	Se nos perguntarmos quem é o responsável..., ... quem é o último responsável, em última análise, pelas crianças... essa pergunta não tem resposta. Outros países resolveram essa questão criando o Ministério da Criança, como é o caso, por exemplo, da Irlanda. Outros criaram... e, aliás, é uma solução que me agrada mais... Comissões Interministeriais, na dependência do Chefe do Governo, para se ocuparem das políticas de infância e tentarem construir modalidades de ação, em que a criança seja vista globalmente como um todo... em que a geração infantil seja, portanto, objeto de políticas próprias... articulando a saúde com a

		educação, a segurança social com a justiça... e é nesse sentido que se referem a políticas integradas.
• E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO	1. Conceito: definição e posicionamento \totalidade da infância	Políticas integradas são políticas que são conduzidas para a totalidade da infância, visando o seu desenvolvimento e o seu bem-estar, ultrapassando os limites decorrentes da compartimentação administrativa
• E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO	1. Conceito: definição e posicionamento \exercício multinível focado na criança	são políticas que se exercem a vários níveis, desde logo, ao nível fundamental, a questão das políticas de Estado, mas depois, também, a nível local. Esta compartimentação, com alguma frequência, reproduz-se nas instâncias do poder local, por exemplo... e há situações como esta, por exemplo... o Vereador da Educação ocupa-se das crianças a partir dos doze anos de idade, enquanto que a Vereadora da Ação Social está mais centrada na questão das creches de infância, portanto, na educação básica... ou de aspetos parcelares daquilo que é a interação local com crianças. Portanto, estas políticas, que se exercem a diferentes níveis, têm sempre o mesmo foco: contribuir para que as crianças sejam atendidas como cidadãos de pleno direito, com capacidade participativa e globalmente considerados naquilo que é o exercício das políticas públicas.
• E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal	1. Conceito: definição e posicionamento \direitos humanos da criança	Acima de tudo, para a UNICEF, as políticas de infância e de adolescência, aqui no sentido de olharmos para as políticas que cobrem todo o ser humano até aos 18 anos, portanto, diria infância e adolescência para cobrir estas duas dimensões, devem ter por base os direitos humanos da criança e, nesse sentido, a própria Convenção sobre os Direitos da Criança... e uma política que tenha em conta a Convenção sobre os Direitos da Criança deve ser ela integrada, no sentido em que os próprios direitos da criança são vários, interdependentes e interrelacionados, e, portanto, para serem postos em prática têm que o ser na sua globalidade
• E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal	1. Conceito: definição e posicionamento \multidimensionalidade	Uma política pública que tenha em conta os direitos deve, então, depois, não só na sua prática, mas também na sua própria conceção, incluir todas estas dimensões que dizem respeito à criança... e, daí, incluir todas as dimensões relacionadas com a sobrevivência, com o desenvolvimento, educação, saúde, mas também todas as dimensões da participação, social e política... ah... E, enfim, tudo o resto que tem a ver com todas as condições de vida, com o cuidado, com a proteção e, portanto, diríamos que, do ponto vista mais teórico, isto seria uma política pública integrada.
• E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal	1. Conceito: definição e posicionamento \articulação	Na prática, e uma política pública não deve ser pensada apenas no seu desenho teórico, mas também nas condições que possam existir para a sua aplicabilidade, ela deve permitir, ou deve ter em conta, de que forma é que as várias entidades com responsabilidades diferenciadas se podem articular. Dando um exemplo, como é que a saúde se pode articular com a educação e com a justiça para que os direitos sejam postos em prática...

<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \fragmentação e sectorização</p>	<p>neste sentido, que uma criança não seja olhada, como o Professor Manuel Sarmiento diz muitas vezes, apenas do ponto vista dos lugares que ocupa, não é... o aluno na escola ou o utente no centro de saúde...</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \criança como sujeito de direitos e de políticas</p>	<p>Mas que seja olhada para a criança que vai à escola e que nesta tem várias necessidades e os seus vários direitos, não é ..., mas que também vai ao centro de saúde, que também participa na sociedade, que também vive numa determinada comunidade, que pode ou não estar em contacto, neste caso, com a lei e aqui para entrar na dimensão da justiça..., mas que continua a ser a mesma criança e os seus direitos devem ser olhados dessa forma... ah..., do ponto de vista das necessidades, quando estas surgem, por exemplo, de uma criança com algum tipo de necessidades, mas também da criança à qual não identificamos necessidades, mas que continua a ter direitos e os seus direitos devem ser cumpridos... É preciso olhar para a criança no seu todo, na sua globalidade, como sujeito de direitos, de todos estes direitos previstos na Convenção... ah... e, nesse sentido, se tivermos este olhar, teremos políticas públicas integradas e baseadas nos direitos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \políticas pensadas com as pessoas a que se dirigem</p>	<p>O que eu acho que são políticas públicas... ah, são políticas que se dirigem a todos, não é..., ao público, mas que são pensadas com as pessoas..., são pensadas, neste caso, com as crianças, com os pais, com os professores e com as comunidades educativas, no sentido de todos, em conjunto, pensarmos de que modo é que podemos trabalhar numa forma de desenvolver cidades, países, leis e uma Constituição, em que estejam todos mais integrados, mais ligados e sejam todos mais ouvidos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \cidadania: uma responsabilidade e partilhada</p>	<p>Bom, para isso, é preciso ir ao conceito de integração, não é? Ah..., e a integração, aqui, quando se está a pensar em crianças, tendo-as como o indivíduo e o cidadão que ela é, e não apenas o que vai ser, ... o cidadão que vai ser... ela já é um cidadão de pleno direito desde que nasce, ou desde até que é idealizada na conceção,... isto pressupõe que todos aqueles que possam contribuir para o seu bem-estar, para a garantia de cidadania que, no nosso caso, em Portugal, está assegurada pela Constituição, para ela e para todos os outros cidadãos... ah... isso compromete a família, as instituições, os serviços, o Estado, entendido, aqui, não só como os agentes públicos na figura das autoridades do Estado, mas o Estado enquanto comunidade, enquanto indivíduos que têm uma responsabilidade para com os outros. E, se for assim, que o entendemos... ah... uma integração ou uma visão de integração para o bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem da criança pressupõe responsabilidades partilhadas, pressupõe partilha de valores desta visão de criança e desta visão de cidadania</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \multidimensionalidade</p>	<p>pressupõe que... quem... ah... governa, possa ter, aqui, um entendimento de que não basta pensar em ter instituições de cuidado, instituições de educação, ter serviços de saúde, não.... É preciso ter políticas de família, antes de tudo mais... e essas políticas de família têm uma dimensão que passa, também, pela economia, passa pela cultura, que passa pelos espaços públicos... ah... e isto, para mim..., isto é uma visão integrada. Ou seja, quando se pensam em políticas públicas tem que se pensar na</p>

		criança, como em qualquer outro cidadão... com as dimensões todas que a vida da criança tem.
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	1. Conceito: definição e posicionamento \intersectorialidade: linguagem comum	esta integração entre setores deve estar alinhada com uma visão e em valores comungados, na adoção progressiva de uma linguagem que, também, seja comum, dentro da especificidade científica de cada área..., mas uma linguagem que seja comum, que seja compreensível e que facilite o diálogo... e esta é uma primeira dimensão de integração, entre os diversos setores que atuam para que a criança tenha os seus direitos garantidos, que possa ser um cidadão de pleno direito.
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	1. Conceito: definição e posicionamento \intersectorialidade: transições	Depois, é garantir que essa integração acontece ao longo das várias transições por que passa o indivíduo... e ela é tão crítica nos primeiros...ah... podíamos dizer, nos primeiros três anos, primeiros seis anos..., que já há evidência mais do que comprovada de que assim é... mas nós, como Fundação, defendemos ainda uma extensão maior desse período até aos nove anos..., que estas transições sejam seguras, significativas, que nasçam desta articulação entre os setores, desta corresponsabilização dos setores com a família, pelo menos, até aos nove anos de idade.
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	1. Conceito: definição e posicionamento \intersectorialidade: níveis de governança	E, depois, tem a ver com os níveis de governança, também.
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	1. Conceito: definição e posicionamento \intersectorialidade: linguagem comum	Por isso, uma visão integrada parte disto... ah..., desta visão partilhada, desta linguagem partilhada, de um conjunto de valores, que têm, como princípio, que a criança é cidadã de pleno direito e que, para tal, é preciso uma política... ou políticas públicas que radiquem nessa conceção. E, depois, o modo como se faz isto, obviamente... que é complexo, não é? Vai desde a formação dos profissionais, mas também com políticas sérias de família, que não... que não desresponsabilizem a família, também, daquilo que é a sua parte do trabalho..., que permitam à criança ter voz, ter espaço, ter direito de participação e tudo aquilo que está consignado..., mas, antes de tudo isso, ter direito à vida e ao nome, e à casa e à família e aquilo tudo que tanto ambicionamos para todos. E isso é o futuro da sociedade... a sustentabilidade de que falamos, que não é só a sustentabilidade ambiental, é a sustentabilidade da humanidade... é a sustentabilidade desta dimensão de relação entre indivíduos e dos indivíduos com tudo aquilo que os rodeia.
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	1. Conceito: definição e posicionamento \visão do todo	quando nós olhamos para a criança, nós olhamos para um ser que está em desenvolvimento e que interage com uma quantidade de áreas... ou depende de uma quantidade de áreas para o seu desenvolvimento harmonioso e pleno... ah... e, portanto, é muito importante que as políticas que sejam adotadas, as medidas que sejam avançadas, que contemplem este todo..., portanto, a criança, a família, na saúde, na educação..., portanto, seja o mais abrangente possível

<ul style="list-style-type: none"> • E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \transversalidad e e adequação das respostas</p>	<p>Normalmente, quando falamos de políticas de infância e políticas de juventude... ah, a conceção que tenho, e que temos defendido, aqui, no município, é que todas as medidas que adotamos para a infância e para a juventude são sempre potencialmente transversais, ou seja, não há nenhum setor da atividade e das políticas públicas... da atividade pública e das políticas públicas... que possa esquecer qualquer um dos grupos que fazem parte da comunidade. E, portanto, o grande princípio é pensar na permanente adequação das decisões que tomamos a uma comunidade que é complexa, diversa... ah... e que, muitas vezes, não só tem, aqui, grupos etários que precisam de respostas adequadas, como, mesmo às vezes dentro destes grupos etários, temos especificidades..., porque as nossas sociedades não são completamente coesas e, como tal, há um esforço de inclusão permanente</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \processo de decisão local participado</p>	<p>e, por isso, temos este esforço de trazer... ah... todo o processo de decisão e de intervenção da nossa... do nosso executivo, aqui no caso da Câmara Municipal de Almada, para... trazer todos os vereadores para todos os processos de decisão. Portanto, quando falo de uma perspetiva integrada, é mesmo esta... é de... eu tenho, por exemplo, o pelouro da juventude, entre os pelouros que tenho, e sei que cada vez que se fala de habitação, ou que se fala de desporto, ou que se fala de desenvolvimento económico, ou que se fala de espaços verdes, nós estamos, também, a falar de juventude, não é? Estamos a falar de respostas que têm que atender aos jovens, mas também às crianças, mesmo quando se fala de desenvolvimento económico, porque percebemos e sabemos que uma comunidade que é... ah... sob o ponto de vista do seu desenvolvimento económico, mais justa... combate, por exemplo, um enorme flagelo que temos no nosso concelho e temos no mundo, de uma maneira geral, que é o da pobreza infantil... e, portanto, são aspetos que estamos absolutamente conscientes. Uma das maneiras de o demonstrar é, nos Conselhos Gerais dos agrupamentos e escolas não agrupadas que temos no concelho, ah... tipicamente, as autarquias estão representadas, mas, no nosso caso concreto, em cada Conselho Geral, está representado um vereador, independentemente das áreas que tenha. Por exemplo, o vereador que tem os espaços verdes está num ou dois Conselhos Gerais, o vereador que tem... até a área dos cemitérios, curiosamente, não é? Porque, é claro que não tem apenas essa área, tem outras áreas, mas é esta perceção de que tudo aquilo que diz respeito à gestão da cidade, afeta todos os seus... todos elementos que vivem nessa cidade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \visão do todo</p>	<p>Repare, eu acho que nós não podemos pensar em políticas para um determinado setor, nomeadamente para as crianças, desligadas das outras.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \responsabilidad e: quem a detém?</p>	<p>Nós quando falamos em políticas públicas falamos em intervenção do Estado e o Estado tem a obrigação de garantir o bem-estar da população.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \direitos da criança e política pública</p>	<p>nós devemos olhar para os direitos das crianças como direitos das pessoas, com alguns qualificativos adicionais. O primeiro, que torna os direitos das crianças particulares, é que, obviamente, as crianças ainda não têm capacidade de defender integralmente só por si os seus direitos e, portanto, isso dá uma responsabilidade acrescida ao Estado de zelar pelos direitos das crianças. Por outro lado, porque as crianças não são independentes financeiramente... ah... não só financeiramente, mas também, efetivamente, em termos de relacionamento... nós quando falamos em direitos das crianças devemos ter em conta que uma parte desses direitos está conectada com os direitos das famílias onde elas estão inseridas e, portanto, existe aí uma componente. E, por último, quando nós pensamos em direitos das crianças devemos pensar, também... e aqui puxando um pouco mais para as minhas áreas... que as crianças são um dos setores mais vulneráveis às situações de pobreza... ah, e, portanto, isso também justifica uma atenção especial das políticas públicas em relação às crianças. Mas, para além destes motivos, há ainda um motivo adicional... é que... ah... nós quando estamos a pensar nas crianças temos uma atenção particular no sentido em que estamos a falar com pessoas, com seres, que são, no fundo, o embrião do nosso próprio futuro... e, portanto, por exemplo, quando colocamos a questão da pobreza das crianças não só estamos a pensar..., e isso já era suficiente..., nas próprias crianças, mas na própria transmissão intergeracional... ou seja, as crianças têm... são depositárias de um nível de esperança da sociedade que nós temos obrigação de cultivar e de desenvolver. Não é só porque são mais vulneráveis, não é só porque... ah... precisam de fazer um percurso mais partilhado com os outros..., mas, essencialmente, porque também ali se encontra grande parte da esperança de renovação e de resolução dos nossos problemas, em termos de futuro.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \fragmentação e sectorização</p>	<p>as políticas dirigidas à infância, aliás, como na maior parte das políticas, em Portugal, são setoriais. Ou seja, nós temos uma política de educação, temos uma política de saúde, temos uma política de família, temos políticas sociais das mais diversas ordens, mas todas elas... ah... tocam aspetos da vida da criança sem que haja integração, sem um verdadeiro olhar para as crianças como titulares de direitos, como pessoas com metas, digamos assim, apesar da sua dependência dos adultos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \direitos da criança e política pública</p>	<p>E, portanto, eu penso que é absolutamente essencial olhar para a criança e para os direitos da criança na sua integralidade e não chegar às crianças via políticas de família, digamos assim.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>1. Conceito: definição e posicionamento \fragmentação e sectorização</p>	<p>um exemplo muito concreto com que nos estamos a deparar... as creches..., as creches são uma resposta social, estão nas políticas sociais para permitir que as famílias trabalhem... não estão... ah... orientadas, no fundo, ..., ou a política educativa... não é política educativa, sequer, ... as políticas de cuidados na primeira infância parecem estar todas baseadas apenas na necessidade de as famílias trabalharem. As creches, como lhe estava a dizer, são uma resposta social sem cariz educativo e as crianças dos zero aos três anos passam muitas, muitas, horas nesses equipamentos... às vezes mais do que com as próprias famílias, se descontarmos o tempo de sono, não é?</p>

<ul style="list-style-type: none"> E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	1. Conceito: definição e posicionamento \menor' ou criança: que centralidade?	E, portanto, parece-me essencial integrar as políticas dirigidas à infância, focadas nas necessidades da própria criança... das famílias, também, obviamente, são os seus cuidadores. Mas pôr as crianças no centro das políticas que as afetam e das medidas que afetam a vidinha delas, não é? Ontem, assisti a uma formação muito interessante... ah... e, aliás, eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Juiz Armando Leandro que toda a sua vida lutou contra a expressão 'menores', que é como nos continuamos a dirigir às crianças... ah... e acho que isso diz muito da cultura das nossas sociedades atuais... aqueles seres pequeninos, totalmente dependentes, são 'menores'. E, infelizmente, parecem ser menores em tudo, até na promoção... e na real experiência dos seus direitos.
<ul style="list-style-type: none"> E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	1. Conceito: definição e posicionamento \fragmentação e sectorização	Ah... uma coisa que eu acho essencial, para Portugal, se me permite, é deixarmos de trabalhar em silos... quando se trata de qualquer pessoa, mas em crianças, nós não podemos ter o Ministério da Educação a desenhar uma coisa que, depois, muitas vezes, entra em conflito, em termos de tempo e de disponibilidades, com o que o Ministério da Saúde desenha... ah... depois, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desenha outra... outro programa, outra política que não tem em atenção as necessidades educativas ou as necessidades de saúde... nós temos mesmo que deixar trabalhar em silos.
<ul style="list-style-type: none"> E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	1. Conceito: definição e posicionamento \concertação internacional, nacional e local	Bem, eu quando penso em... a palavra 'integrada', a mim, traz-me sempre a associação com outra palavra, que é a palavra 'concertada' ... e, portanto, no meu entendimento, políticas integradas serão políticas que estão associadas a duas grandes valências: por um lado, o cumprimento daquilo que são as orientações globais... e, portanto, a este nível, nós podemos considerar, desde logo, a nossa Carta dos Direitos da Criança, as orientações internacionais e, depois, também, as orientações mais locais, mais regionais... Portanto, integração, numa primeira vertente, porque tem que estar devidamente conciliada com as orientações legais, tanto internacionais como locais.
<ul style="list-style-type: none"> E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	1. Conceito: definição e posicionamento \adaptação ao contexto de forma participada	E, depois, penso que uma política verdadeiramente integrada será aquela que tem em conta os vários contextos de vida da população alvo, assim como o envolvimento de todos os agentes que tenham um trabalho na matéria

Cor	Nome do documento	Código	Segmento
<ul style="list-style-type: none"> E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal 	2. Medidas de política: forças e fraquezas\educação inclusiva	eu acho que, nos últimos tempos, temos duas leis, quer a nível internacional, quer a nível nacional, que foram olhadas como positivas e estamos a falar da Lei 54 e da Lei 55 de 2019, que abordam a educação inclusiva. Na área da educação é, de facto, um avanço muito grande o de olhar para todas as crianças da mesma forma e não fazer uma distinção imediata pela diferença que estas possam ter... e possibilita a todas começarem, à partida, do mesmo ponto e não umas mais à frente da meta ou mais atrás da meta, não é... E, portanto, esta é, para mim, uma grande melhoria no que diz respeito à educação.	

<ul style="list-style-type: none"> ● E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\educação inclusiva\abandonamento escolar</p>	<p>Acho que... posso falar de outras políticas que tenham sido desenvolvidas, mas de facto estas duas são algo que considero bastante positivo... e, uma vez que, no âmbito do trabalho que desenvolvo na UNICEF Portugal, uma das áreas para onde fomos convidados a colaborar foi na definição da Estratégia Nacional de Combate ao Abandono Escolar. Ah... e, mais uma vez, é possível verificar, aqui, a interligação entre estas áreas, ou seja, de que forma é que a inclusão positiva de todos diminui os casos de abandono escolar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\educação inclusiva\promoção do sucesso educativo</p>	<p>Perceber esta visão... e quase relacionando com a pergunta anterior, ... Esta visão de olhar para a criança no seu todo, quer pelas suas características físicas, quer pelas suas características cognitivas e mentais, que estão todas previstas na Lei 54... e de que forma é que isso pode melhorar e contribuir para o seu sucesso escolar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\escola: espaço de defesa e promoção de direitos</p>	<p>eu considero que, ao nível da educação, vemos um esforço para tornar a escolaridade obrigatória, não só pelo direito que ela é, presente na Convenção sobre os Direitos da Criança..., mas também como uma área que permite trabalhar outras, não é... E a escola, tal como nós defendemos na UNICEF Portugal, não é apenas um local onde vamos aprender. É importante ter esta visão novamente, sendo esta potenciadora da defesa dos direitos da criança, uma vez que engloba as várias áreas de desenvolvimento da mesma.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\Estratégia Nacional para os Direitos da Criança: prioridades</p>	<p>Ah, bem, eu acho que o maior instrumento de política pública que acabou de sair, e a Mariana pode trabalhá-lo, porque ele é 'quentinho', saiu agora em dezembro, é a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança... que é o grande instrumento que junta nos seus pilares aquilo que são as grandes prioridades de Portugal, no âmbito da infância. E, de facto, mais uma vez, é difícil falarmos só numa que seja mais prioritária que a outra, porque elas estão absolutamente interligadas... e, em tempos como os de hoje, que são tempos de pandemia, ainda mais, porque as desigualdades aumentaram, as fragilidades aumentaram.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\Estratégia Nacional para os Direitos da Criança: prioridades\papel da academia</p>	<p>a academia tem aqui um papel fundamental, porque sem conhecer a realidade também não podemos definir políticas e a Estratégia Nacional tem mesmo um eixo, que é o último eixo, que é a criação de instrumentos de maior conhecimento, a produção de estudos..., que nos irá ajudar a saber melhor como tocar, por exemplo, nas questões da pobreza infantil, que é uma questão tão transversal e tão difícil de atacar... ah... Porque não é só, e temos tido um debate até com alguns especialistas nesta área..., não é só a questão de apoio social propriamente dito, o apoio financeiro às famílias para sair da situação de pobreza, tem que haver um investimento na educação, na parentalidade, no acesso à saúde, em todas as outras coisas para depois poderem sair das situações de pobreza.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\medidas de promoção e prevenção</p>	<p>nós habitualmente, quando falamos de políticas de infância e juventude, ou, eu pelo menos, sou transportada para o universo das medidas de promoção e prevenção, das medidas de colocação, quer seja em acolhimento familiar, quer seja residencial, de medidas de assessoria, de medidas de.... Pronto, sou transportada para este universo.</p>

<ul style="list-style-type: none"> E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/criar oportunidades</p>	<p>Mas talvez aquilo que consiga ser o maior garante do bem-estar das nossas crianças é nós conseguirmos ter políticas que, no fundo, sejam criadoras de oportunidade... e que sejam... de contextos de oportunidade e de contextos que potenciem o que são as competências das pessoas. Quando eu tenho um país que não tem oportunidades, que obriga as pessoas a emigrarem e em que eu passo a ter famílias em que tenho, geralmente, a mãe com as crianças, em que tudo recai sobre ela, em que tenho um pai que está afastado porque emigrou, em que há aqui um stresse familiar... Isto, é... é... muito mais potenciador de mal-estar e desproteção da criança do que propriamente eu depois ter um excelente sistema de acolhimento familiar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/políticas de conciliação</p>	<p>E outra coisa que eu acho que se fala, mas que eu acho que está muito negligenciado... e no nosso país acho que está muito negligenciado... são as políticas de conciliação. Portanto, nós não só temos um contexto que seja gerador de oportunidade, mas que depois tenhamos ambientes de inserção no mercado de trabalho que sejam respeitadores daquilo que é a vida familiar... ah... e, portanto, que não obriguem os pais a despejar os filhos em sítios que possam tomar conta deles ou a utilizarem televisões, tablets, telefones... como amas digitais para os filhos, não é... que não esgotem os pais completamente da sua energia, da sua capacidade, da sua criatividade, que quando chega o momento de estarem com os filhos são mais mortos-vivos do que propriamente pais...ah... E esse eu acho que é um vetor também muito importante, ao qual nós muitas vezes não damos atenção e que tem... Eu acho que tem consequências... Não sou, aqui, propriamente documentada relativamente a isso, mas creio que tem consequências muito perniciosas, porque... desde logo a falta de atenção... depois, há muita tendência de substituição de uma atenção por... por hábitos alimentares que são errados e que depois também levam ao desenvolvimento de algumas doenças... também levam ao desenvolvimento de alguns comportamentos, tais como a hiperatividade, etc., ... E que estão muito ligadas, por exemplo, ao consumo excessivo de açúcares. Tudo isto me parece que é muito mais potenciador do risco do que outras questões</p>
<ul style="list-style-type: none"> E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/medidas de promoção e prevenção</p>	<p>se formos transportados para aquele universo das medidas e do Sistema de Promoção e Proteção, eu acho que é fundamental o investimento... e é o que está a acontecer agora... e o desenvolvimento de políticas que promovam a intervenção, a chamada intervenção em meio natural de vida, portanto, políticas... deixe-me dizer assim... 'desinstitucionalizantes'. Portanto, pensar na casa de acolhimento como... uma resposta que não pode deixar de existir, mas que é residual no sistema. Apostar nas famílias de acolhimento, apostar nas medidas de apoio à família para... para poderem melhor corresponder às exigências da parentalidade... apostar nas medidas em meio natural de vida, que permitam aos jovens, que não possam estar junto das famílias, conseguir autonomamente responder à sua vida e desenvolver os seus percursos sem passarem por meio institucional... ah... Tornar a adoção cada vez mais... ah... sólida, do ponto de vista da forma como se estrutura todo o processo... ah... isso parece-me fundamental.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/medidas de promoção e prevenção\investir em respostas de apoio na comunidade</p>	<p>E investir em respostas de apoio na comunidade, ... São fatores que podem dar aqui um suporte à família... podem dar um treino de competências, mas podem dar ali um espaço de... de partilha, de audição, de experiências partilhadas, digamos assim... que pode ajudar as famílias em determinados momentos. É importante que na comunidade haja este tipo de respostas, que sejam ágeis, que sejam fáceis de acionar, que no fundo permitam... quando se sinaliza alguma questão..., e que também seja retirada alguma carga negativa que estas respostas tenham... portanto, não sirvam só para quando já existem processos de proteção e quando já há ali um problema, mas que sejam cada vez mais respostas que possam servir para pais e mães que, no exercício da sua parentalidade, em algum momento, sentem que precisam de algum apoio</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/medidas de promoção e prevenção\apoio à família no exercício da parentalidade</p>	<p>nós não nos podemos esquecer que há uma aprendizagem do que é a parentalidade, que tradicionalmente era feita de pais para filhos e no contexto das redes informais comunitárias, porque havia muito mais essa vida comunitária... Estes laços... essa transmissão..., hoje, desapareceu. Muitas vezes, os avós continuam aqui a ter um papel essencial, mas crescentemente mais rarefeito e, portanto, esse espaço de aprendizagem... ah... Muitas vezes, as mães, os pais, também estão até muito mais tarde focados nas suas carreiras, nos seus projetos pessoais... E, quando chegam ao momento da parentalidade, os seus pais... já... já passou o tempo, o seu tempo, para fazer essas transmissões...ah... e, portanto, é preciso haver, no fundo, o caminho entre as sociedades tradicionais e as sociedades complexas, é um bocadinho este... das instâncias, digamos, ... ah... tradicionais, de socialização e de aprendizagem serem substituídas por... por outro tipo de instâncias, mas que possam dar essa resposta. É muito importante que isto exista, que não seja só para mães e pais que estejam marcados já por alguma... avaliação negativa, digamos assim..., e que possam prestar este suporte, este apoio, antes de realmente as situações se tornarem problemáticas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/Estratégia Nacional para os Direitos da Criança: prioridades</p>	<p>Eu creio que aquilo que aconteceu de mais importante, ou que tem vindo a acontecer de mais importante, nos últimos tempos... e já ultrapassando estas situações conjunturais da pandemia, etc., ... foi a definição de uma Estratégia para a promoção dos direitos da criança. Esse trabalho foi realizado através da coordenação da Comissão Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e teve uma articulação muito direta com aquilo que foi... que tem sido a procura de respostas às críticas formuladas pelo Comité para os Direitos da Criança ..., portanto, da ONU. Essas críticas decorrem do processo de avaliação sistemático regulado pela própria Convenção sobre os Direitos da Criança e sinalizam uma série de prioridades que me parecem absolutamente fundamentais, designadamente no domínio do combate à pobreza infantil, através de medidas reforçadas e focadas nessa questão. Através, também, da promoção de modalidades de acolhimento familiar, que se estão a substituir progressivamente naquilo que é o excessivo e inusitado, em termos europeus, peso do acolhimento institucional, em Portugal... ah... medidas orientadas no sentido da promoção da participação das crianças, em todas as instâncias da vida, não apenas no domínio judicial, mas também no domínio daquilo</p>

		<p>que são, por exemplo, as políticas educativas e as instituições onde estão as crianças. Creio que essa Estratégia poderá colaborar no sentido de ter uma visão global daquilo que é necessário fazer e, de alguma forma, concentrarmos as intervenções, permitindo, portanto, um foco orientado na mesma direção de todas as políticas setoriais. Talvez isso seja o mais importante do que aconteceu, nos últimos tempos, no que respeita às políticas de infância.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>2. Medidas de política: forças e fraquezas/investir na primeira infância: educação pré-escolar</p>	<p>O que os estudos têm apontado, e também da própria experiência da UNICEF em vários contextos, é a importância dos primeiros anos de vida e, nesse sentido, do ponto de vista da política pública, do investimento na primeira infância, através da assistência ou dos programas de educação pré-escolar. Está mais do que provado que, para o plano de desenvolvimento da criança, tanto no presente, como também para as competências que vai necessitar no futuro, a educação pré-escolar, mas também nos primeiros anos de vida, é essencial para esse plano de desenvolvimento... e, por isso, os países que mais investem nestes programas de primeira infância são aqueles que, depois, também mostram melhorias no desenvolvimento da criança, ao nível, por exemplo, do desempenho escolar no primeiro ciclo, no segundo ciclo, enfim... em todo o percurso escolar..., mas também noutras competências pessoais e sociais da própria criança, que, por vezes, não estão refletidas no desempenho escolar... e há um relatório muito interessante da UNICEF..., que, depois, se quiseres, eu também te posso enviar, porque ilustra isso... e que faz, também, uma análise do investimento que vários países fazem e aquilo que é considerado o mínimo do investimento que os países devem fazer, para depois termos estes resultados positivos no desenvolvimento da criança. Ah... eu agora não me recordo necessariamente da percentagem, mas é qualquer coisa como: os países devem investir dez por cento do seu PIB em educação na primeira infância, para podermos atingir estes resultados que queremos. Portugal, neste aspeto, tem feito um trabalho considerável, e eu destaco como muito positivo o investimento que tem feito na primeira infância, em particular no pré-escolar e os compromissos que tem assumido para assegurar a universalidade do pré-escolar. Portanto, não só o assegurar, do ponto de vista mais político, este compromisso, mas também o de garantir que ele é universal, ou seja, que é gratuito.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\investir na primeira infância: educação pré-escolar\universalidade e gratuidade</p>	<p>há um relatório muito interessante da UNICEF..., que, depois, se quiseres, eu também te posso enviar, porque ilustra isso... e que faz, também, uma análise do investimento que vários países fazem e aquilo que é considerado o mínimo do investimento que os países devem fazer, para depois termos estes resultados positivos no desenvolvimento da criança. Ah... eu agora não me recordo necessariamente da percentagem, mas é qualquer coisa como: os países devem investir dez por cento do seu PIB em educação na primeira infância, para podermos atingir estes resultados que queremos. Portugal, neste aspeto, tem feito um trabalho considerável, e eu destaco como muito positivo o investimento que tem feito na primeira infância, em particular no pré-escolar e os compromissos que tem assumido para assegurar a universalidade do pré-escolar. Portanto, não só o assegurar, do ponto vista mais político, este compromisso, mas também o de garantir que ele é universal, ou seja, que é gratuito... porque a grande questão do pré-escolar não é apenas assegurar um acesso, mas assegurar o acesso universal, ... E, portanto que, principalmente, as crianças de famílias mais desfavorecidas ou em situação mais vulnerável, possam, efetivamente, ter acesso... Porque aquilo que nós também sabemos, de vários estudos que têm sido feitos e dos próprios relatórios do Innocenti, por exemplo, da UNICEF, é que são as crianças destas famílias mais desfavorecidas que mais beneficiam destes programas... ou mais beneficiariam..., mas que têm menos acesso porque, não sendo eles universais, têm que ser pagos... e são essas famílias que não têm dinheiro para pagar por esses programas e, por isso, esta questão da universalidade, não é..., de garantir o acesso gratuito a todas as crianças, mas, em particular, a estas em situação mais vulnerável</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\cultura e/ou educação?</p>	<p>Infelizmente, no caso da cultura, eu acho que ainda estamos num processo muito embrionário... estamos num processo mais avançado quando pensamos em cultura e educação. Como sabe, muito recentemente, foi criado o Plano Nacional das Artes, que tentou articular o Ministério da Cultura e o Ministério de Educação... é uma iniciativa que não é nova, no sentido teórico, ou seja, houve várias tentativas, ao longo dos anos, para se criarem departamentos interministeriais e áreas de convergência..., mas eu penso que ainda estamos muito longe de conseguir uma eficácia a esse nível, uma eficácia de relação e uma eficácia na utilização mais ajustada possível dos recursos existentes... e os recursos existentes é porque existem muitos recursos ao nível da educação, e existem muitos recursos ao nível da cultura..., o que eu acho que falta é uma correta e eficaz articulação entre estas duas áreas tão grande</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\cultura e/ou educação?\escala nacional e local</p>	<p>acho, no entanto, que, ao nível municipal, tem havido uma maior evolução, desde logo porque eu penso que tem a ver com as escalas, não é.... a escala de uma cidade é uma escala muito mais controlada que a de um país; é uma escala que, também, se faz de relações afetivas e de proximidade e acho que se faz muito mais de escuta.... ao nível ministerial, estamos a falar de uma outra matéria, de uma outra escala, estamos a falar muito de política e menos de relações.... e, por isso, eu acho que isso é uma das razões pelas quais os processos não avançam mais.</p>

- E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões

2.Medidas de política: forças e fraquezas/políticas culturais para as crianças?	<p>a verdade, o que acontece com a cultura é que se começou a pensar mais em políticas culturais para as crianças ou... desculpe, elas não existem, mas começamos a pensar mais na criança enquanto um público para a cultura, porque se começou a pensar, antes disso, numa rede de teatros e cineteatros... que, na verdade, não existe, é uma ideia..., mas o que se começou a pensar há uns anos atrás, no início dos anos 2000, foi na requalificação de teatros e cineteatros a nível nacional. Isso foi feito com um alto patrocínio da tabaqueira, mais um grande apoio da União Europeia e mais dinheiros locais, dos municípios... e, portanto, cada capital de distrito tinha um teatro ou cineteatro ou construído de raiz, ou requalificado... e, depois, era preciso pensar no que é que se vai fazer nestes teatros. E, então, começou a pensar-se no conceito da formação de públicos para as artes e para a cultura. Esta ideia de formação de públicos não estava propriamente, e diretamente, e obviamente, não estava... não era óbvio que isto fosse para as crianças, mas também sabemos que as crianças trazem... a relação com as escolas e com as crianças, é uma relação, a priori, mais facilitada do que uma relação com os adultos... ou seja, curiosamente, muitas vezes, nós conseguimos que os pais venham com as crianças ao teatro, mas não conseguimos que os pais sozinhos, eles próprios, decidam ir ver um espetáculo e isto faz uma grande diferença.... quer dizer que há... que os adultos se preocupam, por princípio, com as crianças. Porém, as crianças não votam... e, como as crianças não votam, esta parte política não existe. Ou seja, elas não são um elemento que concorre e que é preciso convencer para se conseguirem votos. Mas, por outro lado, os adultos sentem-se, hoje, mais responsabilizados sobre a educação que dão às crianças do que há 50 anos atrás.... há 50 ou 60 anos atrás, nós líamos o “Diário de Notícias” e não havia uma única notícia sobre uma criança. Hoje, seguramente, todos os jornais têm, pelo menos, uma notícia sobre crianças por dia. Quer dizer que nós mudámos a forma como nos relacionamos com a educação dos nossos filhos, não é... eles antes eram criados com as criadas e, agora, curiosamente, que nós ainda assim temos menos tempo, porque trabalhamos todos mais fora, as mulheres ganharam outro lugar no trabalho... ainda assim, nós hoje dispensamos mais tempo, e ainda bem, e dedicamo-nos muito mais à educação das crianças... e é esta a razão pela qual também nos preocupamos muito mais com aquilo que as crianças consomem, do ponto de vista cultural e artístico. E, por isso, também, por causa dessas necessidades dos próprios pais, as propostas culturais também se redirecionam e se fortalecem, não é.... nesse sentido. Por outro lado, nós também sabemos que a educação das crianças deve ser mais completa se elas tiverem acesso ao maior número de experiências de qualidade/relevância possíveis. Por isso, voltando à questão dos teatros, quero dizer que eles próprios, depois de uma primeira fase, perceberam que era preciso abrir áreas de programação que não só formassem públicos, mas também que fizessem uma formação mais específica, não é..., que pensassem exatamente em que objetos artísticos é que iam propor às crianças, em particular, de modo a que eles pudessem, por um lado, criar relações com o novo edificado, com os teatros, e, por outro lado, que naturalmente criassem relações também com esta</p>
---	---

		experiência artística, do lugar, do palco e da obra por si. E, por isso, eu acho que, ainda que não tenha sido de uma forma direta, mas indiretamente, eu acho que há aqui uma construção de qualquer coisa.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	2.Medidas de política: forças e fraquezas\continuidade das políticas	Porque se há condição necessária para... para que tudo o que ambicionamos seja concretizado é a continuidade... ou seja, a continuidade e a capacidade de monitorizarmos e avaliarmos para poder reajustar, e deixar para trás aquilo que não funcionou e ir à procura de outras, novas, e estar muito atualizado naquilo que se faz. E, por isso, sabemos que essa é a tarefa mais difícil... e não é só em Portugal, é no mundo inteiro... ou seja, a partidarização do governo do Estado, que se opera em ciclos de quatro ou de cinco anos tem originado, em todas as democracias, numas mais do que noutras, a descontinuidade das políticas.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva	se considerarmos, a sociedade portuguesa, nos seus interfaces diversos..., de facto, nós estivemos muito isolados, até durante o período da ditadura... ah... e se considerarmos que partimos daí, em 1974, com índices altíssimos de analfabetismo, com uma taxa de mortalidade e morbilidade das crianças assustadora... ah..., a ausência de planeamento familiar... tudo..., em quarenta anos, aquilo que eu considero que, em política pública, se fez de mais relevante
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva\Sistema Nacional de Saúde	eu diria, seguramente, tudo aquilo que se fez na saúde, o Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente os cuidados de saúde primários, com o imenso ainda que há para fazer..., mas, ao nível dos cuidados de saúde primários, os planos de vacinação, todo o trabalho em torno da saúde materno-infantil, o planeamento familiar e, sobretudo, são tudo políticas que ajudaram à qualidade de vida das crianças e das famílias, portanto.... ao nível da saúde, por aí, muito seguramente.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva\educação pré-escolar: uma visão inovadora	mas a educação pré-escolar nasceu de um modo muito robusto e fundado já naquilo que, na altura, era mais atual, em termos de visão pedagógica da educação de infância e isso permitiu uma assunção muito clara, por parte das famílias, do valor da educação pré-escolar. Não era só para ter as crianças ocupadas para as famílias irem trabalhar, era porque... era importante para a criança. Isso não está totalmente conseguido ainda, mas há valorização por parte das famílias portuguesas da educação antes do primeiro ciclo, isso eu não tenho dúvidas nenhuma... E, portanto, eu acho que essa é uma conquista enquanto sociedade, mas também dependeu do modo como, politicamente, se foram... foi organizado o Sistema Educativo, sobretudo a partir de 1997 com o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, que teve esta visão integrada, porque foi a todas as dimensões do sistema, e não apenas há que 'criar o lugar'.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva\educação para a cidadania	depois, diria que tudo aquilo que se tem feito em termos de educação para a cidadania, a partir dos mais pequeninos, tem sido... tem sido importante para o bem-estar das crianças.

<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/espaço público: papel da academia e das autarquias</p>	<p>O que se tem feito, em termos de espaço público... e, aí, eu sublinho, muito particularmente, o papel da academia, por um lado, e o papel das autarquias... que é outra conquista da democracia, é o papel da administração local na qualificação da vida... ah... fora das grandes metrópoles, nomeadamente Lisboa e Porto, como sabemos... eu comecei a trabalhar na década de..., em 1986, andei pelo país e sei bem o que era viver numa aldeia, numa vila... e de como a disparidade, a assimetria era tremenda..., e, neste momento, através da administração local e, obviamente, dos financiamentos europeus e da abertura de Portugal ao mundo, também, ... e a academia, porque tem produzido investigação e tem-se alinhado com aquilo que... e tem sido precursor, em muitas dimensões, daquilo que é importante para a aprendizagem e para o desenvolvimento, em todas as áreas.... nas neurociências tem havido um contributo muito, muito, significativo de Portugal e eu penso que, por aí, há um contributo importante. Se isso faz parte da política pública? Faz, porque houve um investimento sério, com Mariano Gago, na investigação, na valorização da academia e da investigação para... como responsabilidade social, ou seja, para a mudança da sociedade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/segurança social e/ou educação?</p>	<p>Obviamente, continuamos a ter ainda uma Segurança Social com uma visão... ah... descolada da realidade, no que concerne à infância. Portanto, continuamos ainda a ter uma divisão entre a educação antes dos três e depois dos três... antes dos três é cuidado... ah..., e veja-se, agora, se dúvidas houvesse, que, com o encerramento das escolas ... ah... foram abertos os jardins de infância com atividades no dia 8, esta semana... e as creches, que têm lá educadoras, que é obrigatório por lei, e ainda bem, mas não estão obrigadas a trabalhar... com as famílias... com as crianças. Ou seja, garantem assistência à família, mas não têm que trabalhar com as crianças. Isto é negar às crianças o seu direito à educação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/saúde e educação: evolução positiva</p>	<p>Pronto, eu sublinharia, sobretudo, estas dimensões.... Claro que, na saúde, também houve muitas perdas, porque se alteraram muito..., no entanto, isso já tem a ver com aspetos mais globais... ah... e que se prendem com os hábitos alimentares e com a abertura a outros produtos e a outros hábitos. Mas eu considero que a saúde foi... foi, em termos de política pública, a saúdee a educação... a saúde e a educação, em termos de políticas públicas, foram as maiores conquistas da democracia</p>
<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/saúde e educação: evolução positiva/educação de adultos e as mulheres no mercado de trabalho</p>	<p>e aqui, no papel das instituições educativas, muito, também, o trabalho que é feito com os adultos, em termos de educação de adultos, em termos de promoção da sua saúde, da sua qualidade de vida também, não só por prestação assistencial e social, mas investindo verdadeiramente nos pais, na convicção de que há ali uma corresponsabilidade e que ela faz parte... e, porque, também, sabemos que a aprendizagem, sobretudo das mães, e a literacia das mães, influencia a educação dos filhos, e o sucesso que têm e até onde eles conseguem chegar... portanto, eu diria que sim... e aí, também, obviamente, a abertura do ensino superior às mulheres, a escolarização das mulheres e que demonstra que tenhamos das maiores taxas de participação de mulheres no ensino superior, dentro da Europa... portanto, sublinharia isso. Ah..., o mercado de trabalho... a integração da mulher no mercado de trabalho, com todas as limitações que ainda tem, mas, ainda assim, nós</p>

		<p>somos... nós temos uma taxa à volta dos oitenta por cento de mulheres no mercado de trabalho a tempo inteiro, com crianças menores de três anos... isso devia obrigar-nos a olhar de outro modo para a educação e para a creche... e a creche não é a única resposta.... julgo que nos falta um longíssimo caminho na diversificação de respostas para as crianças mais pequenas... e a prova está aí... confinámos e, se não forem as creches, não há onde pôr as crianças, não há outras soluções</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\medidas de apoio à família</p>	<p>Ah.... olhe, nós... todas aquelas medidas que surgem de apoio à família são sempre muito bem-vindas, naturalmente. Nós, no IAC, embora o nosso... a nossa missão é pensar em toda a criança, não é.... nós temos um trabalho muito particularizado com crianças em situação de vulnerabilidade, portanto, trabalhamos diariamente em comunidades em que nos deparamos com crianças inseridas em famílias muito... ah... muito vulneráveis... muito vulneráveis a vários níveis..., portanto, não estou aqui só a referir a questão da situação de pobreza, nalguns casos extrema, ou risco de pobreza e exclusão social.... portanto, é... são famílias que estão vulneráveis, também, emocionalmente... e, portanto, também com muitas dificuldades em lidar com o seu dia a dia da melhor forma.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\trabalho em parceria</p>	<p>Nós, na comunidade, trabalhamos muito em parceria, porque, naturalmente, de nada nos adianta procurarmos trabalhar com aquela família sozinhos quando nos deparamos com problemas multifacetados... e, então, é importante uma articulação com a escola, com o centro de saúde, com entidades... ah... tais como a nossa, de intervenção de primeira linha... ah... IPSS que também estão no terreno e que podem, no fundo, aqui, consertar a sua ação no sentido de uma intervenção mais adequada, mais célere e concertada, no sentido de minimizar o risco em que estas crianças vivem. Portanto, qualquer medida de política social que seja pensada... e que seja, portanto, ... com o fim da melhoria da vida de uma criança, tem que ter sempre todos estes fatores em conta.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\Garantia para a Infância: combater a pobreza infantil</p>	<p>Nós, olhe... e temos agora, que estamos... Portugal tem aqui um papel que eu acho que é muito importante, enquanto Presidente do Semestre, da Comissão Europeia agora no primeiro semestre... ah... e que várias medidas foram avançadas... ah... por exemplo, agora aqui a questão... algo que já se falava há muito tempo da implementação de uma Garantia para a Infância... algo que já vinha a ser falado desde, salvo erro, não quero errar, mas 2013, quando foi emitida uma Recomendação para investir... digamos, investir nas crianças, não é? E já passaram oito anos... Portanto, e sempre os Estados a apelarem, as organizações da sociedade civil que trabalham no âmbito da promoção e da proteção dos direitos da criança... algumas das quais, nós fazemos parte... e fomos, de certo modo, testemunhas do quanto foram fazendo pressão para que, efetivamente, se olhassem para as crianças... porque já tinha havido uma Garantia para a Juventude, já se tinha percebido, efetivamente, os efeitos positivos que isso pode trazer na melhoria das condições de vida. Ah... é nós sabemos que é muito importante o investimento na criança..., portanto, claro que aqui o investimento na criança acaba por... a família, também, ter... portanto, ao investir-se na criança, de certo modo, está-se a investir, também, na própria família, porque</p>

		<p>que a criança não está sozinha. E eu acho que é muito esta ideia..., porque houve... e ainda estão a chegar a acordo, não é? Esta ideia de que esta Garantia pode, será, efetivamente, uma realidade e que haverá um conjunto... um número elevado de crianças que poderão vir a usufruir desta medida, que as retira do risco de pobreza e de exclusão social e que lhes proporciona uma vida mais condigna, com acesso a uma habitação condigna, uma educação inclusiva, melhores cuidados de saúde, principalmente, nos primeiros anos de vida, que também é tão importante... ah... portanto, há aqui uma esperança de que, efetivamente, isto venha, de certo modo, a ajudar. Ah..., é inadmissível, não é? Nós costumamos pensar... como é que é possível vivermos no século XXI, fazemos parte de um continente que é rico, no fundo, não é? E, ainda assim, uma em cada cinco crianças... que, depois, isto em números é exorbitante... vive em condições de pura miséria?... ah... se eu posso utilizar esta expressão. E, portanto, aqui, por exemplo, eu penso que acaba por ser... não faz ideia há quanto tempo o IAC, enquanto membro da Eurochild, por exemplo, tem vindo a fazer alguma pressão, se é que eu posso dizer assim, sobre o Estado português nesta matéria. E, portanto, nós próprios dizíamos ‘pronto, pode ser que agora, que estamos nos olhos do mundo, nos olhos da Europa, Portugal queira, efetivamente, mostrar o quanto se preocupa’.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/adequação das medidas às realidades do terreno</p>	<p>nós procuramos dentro daquilo que é o nosso trabalho no dia a dia, não é... dos vários serviços intervenientes do IAC e das várias áreas de intervenção... ah, nós temos... vá, um objetivo, por assim dizer, que nós designamos de contribuir para a adequação de medidas de política nas áreas da infância e juventude. E, no fundo, o que é que nós pretendemos com isto? É, com base no trabalho de terreno, com base na auscultação que fazemos de outras entidades com quem nós temos um trabalho de parceria efetivo, que também estão no terreno, com base num diagnóstico que nós queremos que seja fidedigno... ah... pensar em alternativas, em recomendações... portanto, no fundo, nós não vamos, naturalmente, quando pensamos em fazer alguma recomendação... ah... portanto, este trabalho não é um trabalho de pressão, de contrapoder... não tem nada haver com isso... é um trabalho muito de... nós estamos no terreno, estamos a ser, aqui, porta vozes das pessoas com quem nós trabalhamos, e, portanto, achamos que há alguma... há uma quantidade de medidas que podem, aqui, sofrer alguma alteração, que podem ter em conta, naturalmente, sempre o superior interesse de cada criança e de cada jovem com quem nós trabalhamos.... ah... nós temos essa.... aliás, nós batalhámos pela questão do superior interesse da criança na Assembleia da República, para que isso fosse sempre tido em conta nas decisões que afetam a sua vida, fossem elas quais fossem, e todo o nosso trabalho no dia a dia é sempre, portanto... é quase como fim último isto: não ser um lobby de pressão no sentido negativo, mas ser, no fundo, aqui um parceiro... acima de tudo, é um parceiro do Estado, em que vamos, portanto, alertando e vamos expondo aquilo é a nossa.... que são as nossas preocupações sobre a forma daquilo que nós podemos entender como recomendações.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/participação de todos os agentes</p>	<p>O que acontece é que, às vezes, é importante que se escute quem está e, por isso, outra das coisas que, para nós, é fundamental é a participação... a participação da criança que, para nós, isto vem logo desde... como se costuma dizer, toda a criança consegue participar, de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, naturalmente... ah..., mas toda a criança consegue participar e, muitas vezes,... e o que nós sentimos quando fomos, por exemplo, trabalhar para as comunidades pela primeira vez, há cerca de quase trinta anos... ah..., portanto, o Projeto Rua... portanto, o trabalho na comunidade no IAC surge um pouco..., não, surge a partir do trabalho de rua... ah... e a primeira coisa com que os colegas se depararam neste contacto com a população, foi uma completa ausência de motivação, de interesse, de conhecimento, portanto, porque nós, para participarmos, temos que estar informados, não é? Portanto, é isso que nós ensinamos às crianças, não é? Ela tem o direito de se fazer ouvir, tem direito de ser informada... ah... para poder, então, participar, de acordo com..., portanto, tendo em conta o seu ponto de vista... ah... e, portanto, de acordo com aquilo que lhe é solicitado. E o mesmo acontece com as famílias... o mesmo acontecia com os adultos, com a comunidade onde começámos a trabalhar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/Estratégia Nacional para os Direitos da Criança: prioridades</p>	<p>olhe, agora, ainda aqui assim pensando naquilo que é a nossa esperança hoje em dia... nós, por exemplo, no IAC, estamos, também, crentes, em termos da Estratégia Nacional dos Direitos da Criança..., portanto, nova... portanto, que agora está em vigor até 2024, salvo erro... e que traz, também, no fundo, como pilares, áreas que são fundamentais, o combate à violência, a questão da educação, novamente... que é fundamental... a participação... isto há pouco, quando me lembrei da participação, estava a pensar, aqui, na própria questão da participação... e a formação parental, que é fundamental, não é?</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/educação o inclusiva</p>	<p>Olha, há uma área que, naturalmente, essa ação é muito evidente, que é a área da educação. E, portanto, na perspectiva daquilo que têm sido as transformações, até sob o ponto de vista legislativo... ah... dos princípios, por exemplo, da inclusão... e quando falamos, aqui, da inclusão estamos a falar de respostas que não são apenas, como foram consideradas durante muito tempo, inclusão para a dimensão da deficiência, mas, hoje, quando se fala de inclusão fala-se não só da deficiência, como de grupos que estão mais afastados daquilo que é o mainstream da nossa sociedade... e, portanto, o grande trabalho que tem sido feito para promover a inclusão de todas as crianças e jovens no nosso sistema educativo acho que é um contributo absolutamente essencial.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas/saúde e educação: evolução positiva</p>	<p>A escola, apesar das Cidades Educadoras assumirem, aqui, um protagonismo muito grande e trazerem para o centro do debate político... ah... a ideia da educação não-formal e da educação informal..., mas o sistema educativo formal continua a ser um dos grandes reguladores das respostas dos poderes públicos junto da nossa comunidade. Ah... a grande aspiração do sistema educativo é contribuir para, por exemplo, reforçar a equidade e garantir que as crianças, independentemente das suas condições sociais de origem, possam concretizar os seus projetos de vida, e este é um princípio que é absolutamente essencial. Portanto, a educação parece-me que é</p>

		absolutamente essencial como setor e área da política pública que tem impacto nesta questão.
● E9, Vice-Presidente da CM de Almada	2.Medidas de política: forças e fraquezas\funções sociais do Estado	Mas, depois, tudo aquilo que diz respeito às funções sociais do Estado, toda a dimensão quer das questões de saúde, quer das questões que têm a ver com a garantia da justiça social e do acesso ao rendimento... e do acesso a um rendimento básico que garanta condições mínimas de dignidade, são dimensões absolutamente essenciais sob ponto de vista das políticas públicas locais e nacionais.
● E9, Vice-Presidente da CM de Almada	2.Medidas de política: forças e fraquezas\funções sociais do Estado	Mas diria que, para sintetizar a resposta, o essencial são aqueles ministérios ou serviços que estão ligados à administração pública central e que asseguram as funções sociais do Estado. Ah, portanto, educação, saúde, apoio social, cultura... ah... que me parece que são absolutamente centrais neste processo.
● E10, Professor Associado do ISEG/IUL	2.Medidas de política: forças e fraquezas\sociedade de que valoriza os direitos humanos?	É evidente que quando nós comparamos a situação das crianças, hoje, em Portugal, com as crianças há quarenta anos, antes do 25 de abril... ah... os passos dados foram gigantescos, ou seja, hoje nós temos não só melhores condições de vida, melhores condições de saúde, melhores condições económicas... até melhor sensibilidade para os problemas das crianças... e, portanto, tudo isso são conquistas civilizacionais que nós fizemos, melhorando a nossa sociedade, no seu conjunto..., ou seja, claro que, quando nós pugnamos por uma sociedade mais aberta, mais democrática, que valorize os direitos humanos, de uma forma geral, estamos a contribuir para melhorar a situação das nossas crianças.
● E10, Professor Associado do ISEG/IUL	2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva	E, aí, a gente pode pensar em exemplos muito concretos... se você pensar nas taxas de mortalidade infantil, se você pensar na... por exemplo, nos níveis de doenças infantis, se pensar nos níveis médios de qualificação das nossas crianças... ou seja, tudo isso são ganhos civilizacionais que nós conseguimos ao longo dos últimos anos.
● E10, Professor Associado do ISEG/IUL	2.Medidas de política: forças e fraquezas\sociedade de que valoriza os direitos humanos?	Significa isto que está tudo bem e que nós já podemos dormir descansados? Claro que não... ou seja, ainda há muito que fazer, ainda temos muitas crianças que... ah... não têm as condições mínimas que deveriam ter para uma vida digna; há muitas crianças a quem é rejeitado o acesso à educação, ou é limitado por dificuldades várias; há muitas crianças que ainda hoje veem os seus direitos, enquanto pessoas, enquanto seres, claramente limitados... há crianças que sofrem de abuso, há crianças que sofrem violência doméstica... ou seja, tudo isso nos diz que, apesar dos ganhos havidos, ainda há muito a fazer. E, portanto, claramente, eu diria que... ah... temos que ‘ganhar mais gente’ para... temos que sensibilizar mais pessoas para a importância do que é nós apostar fortemente nas crianças. Temos que ter medidas que previnam situações de abuso das crianças ou de violação dos direitos, em termos gerais, de crianças, e temos que ter medidas para punir quem os não fizer, porque, a partir de certa altura, não basta a sensibilização... há que tomar medidas para impedir que essas coisas possam acontecer.

<ul style="list-style-type: none"> E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\saúde e educação: evolução positiva\alargamento da escolaridade obrigatória</p>	<p>Feita esta apreciação geral, quando nós pensamos em medidas dirigidas às crianças, eu acho que, talvez, um dos ganhos maiores foi... ah... o alargamento da escolaridade que hoje, claramente, nós temos, acho que isso é fundamental para um futuro melhor para as nossas crianças... acho que, dê-se as voltas que der, a questão da educação está sempre presente e continua a ser a régua pela qual nós aferimos... ah... a possibilidade das crianças se virem a desenvolver, a possibilidade de o elevador social funcionar e de nós conseguirmos alguma ascensão social das crianças.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>2.Medidas de política: forças e fraquezas\medidas de combate à pobreza infantil, em Portugal</p>	<p>nós temos tido, no nosso país, dificuldades várias, em termos de encontrar políticas para combater a situação de crianças... para combater a incidência da pobreza nas crianças. Nós temos um conjunto de medidas... ah... desde o abono de família, apoios às creches, etc., que, claramente, visa esse objetivo, mas eu acho que ainda falta muito que fazer... aliás, nós, quando falamos em crianças, isto também é um conceito relativamente armadilhado, porque, quando falamos em crianças, podemos pensar dos zero até aos dezoito ou dos zero até aos dezasseis... há várias definições do que é que entendemos por criança... e, por exemplo, quando nós olhamos para a informação estatística que existe sobre a pobreza, o que é que nós constatamos? Primeiro, a pobreza das crianças e dos jovens em Portugal é superior à da média do conjunto da população, o que, desde logo, é uma bandeirinha vermelha a dizer 'por favor, tomem atenção a isto'. Mas, se nós olharmos com mais atenção, conseguimos ver que há diferenças ao longo dos escalões etários... por exemplo, a pobreza das crianças entre os zero e os seis é muito menor que a pobreza das crianças entre os treze e os dezoito anos, por exemplo. O que é que isto, de alguma forma, traduz? Traduz que em relação a alguns aspetos ligados às crianças mais jovens nós já temos algumas políticas que funcionam, quer através de majorações no abono de família, quer através de medidas específicas de apoio aos recém-nascidos, quer, inclusivamente, nos apoios materiais, em termos de creches, etc. Quando nós olhamos para as crianças que estão mais perto da idade adulta, aí as coisas são mais difíceis... nós, por exemplo, tentamos colocar... ah... tentámos aumentar a escolaridade das crianças, tentamos aumentar o acesso das crianças ao ensino superior, tentamos reduzir todas as formas de insucesso escolar, mas, provavelmente, ainda não.... não temos medidas que impeçam que, muitas das nossas crianças, dos nossos jovens, neste caso, que não seguem este percurso ideal, não o fazem por falta de condições económicas. Quando nós olhamos, por exemplo, para questões como as bolsas... o ensino superior é um exemplo típico..., muitas vezes no ensino superior discute-se o valor das propinas comparativamente com outras coisas... ah... eu estou convencido, pelo menos, olhando para os meus estudantes, é isso que eu noto... que, para a maioria absoluta dos meus estudantes, o pagar o valor das propinas que pagam... ah... não é difícil, não é... não implica constrangimentos importantes, mas existem bolsas de estudantes no ensino superior que têm imensas dificuldades, não só em pagar as propinas, mas em ter uma vida integralmente enquanto estudantes por falta de condições materiais... e, aí, nós... o Estado tem a responsabilidade, nós deveríamos todos ter a responsabilidade, de garantir condições</p>

		de igualdade de oportunidade a esses jovens. E isso, claramente, ainda não funciona... quando nós olhamos para o que é o valor das bolsas... para o valor dos subsídios e das bolsas de estudo é claramente insuficiente. Portanto, claramente, acho que há aqui vários caminhos e nós temos que perceber que, quando falamos em crianças, falamos em realidades muito diversificadas... e, portanto, cada um destes segmentos, se calhar, necessita de medidas específicas. E, não só necessita de medidas específicas como a hierarquia dessas medidas varia ao longo do tempo. Como eu digo, hoje nós temos uma situação melhor, ou menos má, nas crianças mais jovens do que nas crianças a partir dos doze, treze, catorze anos. Agora, é evidente que isso não significa que podemos descurar as primeiras onde ainda persistem muitos problemas..., mas temos que ter uma gama de intervenções que permita colmatar estas várias situações.
● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS	2.Medidas de política: forças e fraquezas/medidas de combate à pobreza infantil, em Portugal	Bom, com todos os defeitos que lhe poderemos apontar... ah... eu penso que o facto de há vinte anos, mais que isso, termos medidas de Rendimento Mínimo Garantido... ah, são... ou seja, são um instrumento importante na luta contra a pobreza e dirigido a famílias mais vulneráveis..., embora, depois, saibamos que as prestações sociais são absolutamente insuficientes e que as transferências sociais, infelizmente, contribuem muito pouco para a solução dos problemas da pobreza e, especialmente, da pobreza infantil, em Portugal. Ah..., lá está... nós as políticas temos, o pior é o resto.
● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS	2.Medidas de política: forças e fraquezas/saúde e educação: evolução positiva/Sistema Nacional de Saúde	o acesso universal e gratuito ao nosso Serviço Nacional de Saúde, que apesar de tudo, continua a ser um dos melhores do mundo, exatamente, pela universalidade que tem e que não é muito comum, mesmo nos países ditos mais desenvolvidos... ah... eu penso que o acesso universal e a gratuidade dos zero aos dezoito anos e, também, na gravidez... Muitas vezes, quando pensamos nas crianças, pensamos nelas a partir do momento em que nascem, quando aqueles nove meses anteriores são tão, tão importantes depois para o seu desenvolvimento, enquanto pessoas... ah... E, dizia eu, que a universalidade do nosso Serviço Nacional de Saúde, em termos de política de saúde, me parece absolutamente essencial.
● E11, Coordenador do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS	2.Medidas de política: forças e fraquezas/licença parental paga	apesar de... e, lá está, face às necessidades da criança, ainda ser curto, as licenças parentais... e a andar devagarinho, mas, ainda assim, a andar para... ah... uma maior participação do pai, não é? O facto de os pais já poderem, também, ou já terem, também, acesso a uma licença parental paga... ah... embora mais curta que a da mãe, mas isso são outras questões...portanto, o facto de termos, neste momento, já os cento e vinte dias, é importante... muito importante, eu diria... na minha opinião, devia ser um ano, ou mesmo dois, como nalguns países nórdicos, mas isso... uma coisinha de cada vez, porque, depois, também, tem a ver com as economias do país...
● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães	2.Medidas de política: forças e fraquezas/debelar as desigualdades	Eu acho que, no que diz respeito ao trabalho junto de crianças e jovens, ...ah...há alguns campos que são fundamentais...ou antes, que são de intervenção basilar, quando queremos promover o bem-estar deste grupo e, portanto, eu julgo que aqui a intervenção nunca pode descurar logo, em primeiro plano, as desigualdades... e, portanto, ...ah... a erradicação da pobreza, o trabalho no combate aos estereótipos, à discriminação... e aqui falo, por exemplo, nas crianças

		imigrantes, nas crianças refugiadas, nas crianças de etnia cigana, mas mesmo aquelas que, economicamente, são desfavorecidas, não é... nós sabemos bem que elas são alvo de discriminação... e, portanto, eu acho que, qualquer trabalho em prol do bem-estar das crianças e dos jovens, tem primeiro que ter em conta esta vertente mais basilar, de garantir a igualdade de oportunidades, de diminuir a discriminação, de eliminar o preconceito e, sobretudo, de garantir, também, o acesso aos recursos básicos..., portanto, diminuir o impacto da pobreza.
● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães	2.Medidas de política: forças e fraquezas\intervenção precoce	A intervenção precoce... acho que é muito importante...ah... estou a lembrar-me, por exemplo, do SNIPI, que é um programa de intervenção ao nível das competências parentais... e não só... familiares. E aqui temos, de facto, uma componente que me parece muito importante, porque conseguimos atuar, muitas vezes, na raiz dos problemas e isso acaba por ser diferenciador, em relação às restantes intervenções.
● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães	2.Medidas de política: forças e fraquezas\violência contra as crianças	Teremos, naturalmente, sempre a componente das crianças e jovens que são vítimas de violência, não é... e aí temos, também, a intervenção muito importante das CPCJ e de outros órgãos que trabalham nessa matéria. Embora seja uma realidade específica, é, infelizmente, uma realidade muito frequente e, portanto, o trabalho em torno da violência, com famílias disfuncionais, ao nível das competências parentais, parece-me ser, também, uma área muito importante... se queremos garantir o bem-estar das crianças.

Cor	Nome do documento	Código	Segmento
●	E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\projetos em contexto-escola: oferta e (des)coordenação	Na minha opinião, como aspetos positivos nós temos uma vantagem..., ou seja, o facto de existirem muitos, à partida, demonstra que há uma preocupação neste contexto... e, portanto, isso para mim é um aspeto positivo, ... é algo que é visível, que é necessário trabalhar nas escolas e que estas ainda não têm competências para o fazer sozinhas. Não têm competências, porque quando falamos de técnicos especializados que possam desenvolver este tipo de projetos...ah... muitas escolas não os têm e, portanto, ficamos a contar apenas com a boa vontade dos professores... que, na sua génese, não têm formação para fazer treino de competências. Desta forma, acaba por ser, na minha ótica, um aspeto muito positivo verificarmos que, quer nas grandes cidades, quer mesmo em contextos mais pequenos, existem IPSS e organizações não governamentais que têm esta capacidade e que, de facto, reconhecem que é algo que precisa de ser feito e que tem benefícios para as crianças e para os jovens... ah... e, portanto, eu acho que esse é um ponto positivo. Garantidamente, um ponto negativo será a falta de organização destes projetos em contextos de escola... e que, portanto, faria sentido haver uma maior articulação
●	E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\projetos em contexto-escola: oferta e (des)coordenação	acho que isto passa muito pela questão das próprias organizações... ainda não há instituído este hábito de colaborar ou de articular... e, assim, eu vou fazer e faço o meu trabalho, e até o faço bem feito, e será suficiente desta forma.

<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\ sistema de monitorização e avaliação de impacto</p>	<p>Eu acho que nós, em Portugal, temos este grave problema de não conseguirmos medir o impacto das políticas, e isso é uma questão que é muito apontada internacionalmente ao nosso país... nós temos boas políticas, eu acho que temos, nós pensamos bem as coisas, mas temos poucos e fracos instrumentos para monitorizar o impacto das políticas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\CNCJ: políticas públicas pelo olhar das crianças</p>	<p>Mas, por exemplo, falando agora aqui numa área... agora, vou 'puxar a brasa para a minha sardinha', não é.... eu acho que uma política que foi desenvolvida, e que está a ser desenvolvida, aqui, na Comissão Nacional, foi a criação do Conselho Nacional de Crianças e Jovens; criar um instrumento em que as crianças e os jovens de Portugal possam falar de temas que os preocupam. E este Conselho, que foi através de candidaturas das crianças e dos jovens entre os oito e os dezassete anos a nível nacional, começou por ter cento e três jovens, neste momento tem oitenta e tais e vai passar a ter só vinte, um por cada distrito..., mas tem sido bastante gratificante... até porque eu tenho tido o privilégio de estar nas reuniões com eles... ah... encontrar este mecanismo em que eles falam dos temas que os preocupam e dão pistas para políticas públicas. E, portanto, isto é um bocadinho transversal, ou seja, não é tanto uma análise às políticas públicas, embora eles também o façam... eles falam muito... daquilo que eles mais falam... por exemplo, em relação à igualdade de oportunidades e ao bem-estar, que é uma das prioridades da Estratégia... as medidas que eles mais apontam como medidas importantes... é um maior investimento na disciplina de cidadania, que esta seja levada a sério... eles dizem que a maior parte das escolas não leva a sério a disciplina, que, às vezes, os professores utilizam a disciplina para falar das faltas e não para falar de temas que lhes importa. Ah..., depois, dizem que a cidadania devia ser uma disciplina também prática, em que eles pudessem pôr em prática aquilo que aprendem. Portanto, no pilar do bem-estar e da igualdade de oportunidades, eles falam muito sobre a questão do combate à discriminação e que poderia ser através da educação. E, depois, vão falando também de outras sugestões em relação ao bem-estar, que depois colam com a família... falam muito da questão da conciliação da vida familiar com a vida profissional... muito, muito, muito... que a vida profissional não dá tempo para os pais estarem com os filhos..., ah..., falam muito das questões das famílias monoparentais e das dificuldades de ser família monoparental... falam, muito, das questões da saúde mental e dos problemas da saúde mental, da necessidade de na escola haver psicólogos não só educacionais, mas também clínicos, e que seja desmistificado o acesso ao psicólogo, e que não seja necessário que os pais, ambos, autorizem a participação... que eles próprios podiam ir sem ser necessária a autorização dos pais, porque, por vezes, os pais não deixam e eles sentem que deviam ir. Ah..., ou seja, eu, se calhar, estou a dispersar-me um bocadinho da sua pergunta, mas, no fundo... está-me a pedir políticas públicas que correm bem e correm mal e eu estou a falar delas através dos olhares das crianças e dos jovens com quem tenho estado nestas reuniões</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\CNCJ: políticas públicas pelo olhar das crianças</p>	<p>ainda ontem, estive com os jovens do Centro de Portugal, no sábado com os do Sul e Ilhas, na outra quinta com os do Norte, e sábado vou estar com os de Lisboa e Santarém e de Setúbal... e, de facto, o olhar atento deles é maravilhoso, porque eles... ah..., eles pensam sobre as coisas... eles, por exemplo, falam na cidadania e dizem que devia ter nota, que devia ser obrigatória, que devia ser dada mais importância, que é por aí que tudo começa..., que deviam ter oportunidades de se conhecer melhor... ah..., e, portanto, eu acho que estamos a fazer um caminho</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto\Estratégia Nacional para os Direitos da Criança</p>	<p>o que é que eu queria dizer, ... eu acho que a aprovação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança também nos vem dizer que há, aqui, um interesse especial nas crianças... se já havia, não estava tão arrumadinho..., e agora temos um instrumento mais arrumado de políticas públicas</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto\Estratégia Nacional para os Direitos da Criança</p>	<p>ah, mais arrumadinho, e que... espero é que possa ser posto em prática, porque os próprios jovens vão fazer parte da Comissão de Acompanhamento, e, portanto, eles também nos vão logo dizer como é que aquilo está a acontecer, se está a acontecer ou não a acontecer...</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto</p>	<p>Por isso, eu creio que, como referi, nós temos boas políticas, temos má forma de medir o seu impacto...</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto\ligação à academia</p>	<p>E, se calhar, o que nos faz mesmo falta é esta maior ligação à academia para saber o impacto, para irmos afinando as políticas</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto\Estratégia Nacional para os Direitos da Criança</p>	<p>elas até já vão existindo, às vezes um bocadinho dispersas, outras vezes com muita dificuldade de os próprios perceberem como é que acedem... os próprios, neste caso, as famílias..., nem sempre sabem, nem sempre conhecem como é que têm acesso ao cheque dentista, como é que têm acesso a determinados direitos que tinham e que não sabem que têm... portanto, é muito pouco usado o cheque dentista..., o cheque dentista é muito pouco usado, por exemplo, porque muitas famílias não sabem... E..., por isso, dizer que... eu acho que políticas temos várias, umas melhores, outras menos boas, mas falta-nos aqui este acompanhamento... que eu espero que a Estratégia venha a ser o instrumento que nos vai ajudar a isso.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\Selo Protetor e o papel da escola na proteção da criança</p>	<p>O Selo Protetor é outra política da Comissão Nacional que tenta valorizar as escolas que têm políticas ativas de promoção dos direitos da criança. Como eu dizia, apesar de ser um tema aparentemente... ah..., consensual, ..., a verdade é que eu acho que mesmo as escolas nem sempre olham para as crianças como sujeito de direitos, olham como objeto dos direitos e esquecem-se de as auscultar, de criar mecanismos em que... ah... de encontrar respostas que vão ao encontro daquilo que são as necessidades das crianças. E o Selo Protetor tenta puxar as escolas para esse cuidado. Primeiro, numa política proativa de prevenção dos perigos, dos acidentes, dos maus tratos..., portanto, um olhar atento a situações eventuais de maus tratos na infância, em que as crianças possam estar a sofrer e que nem todos os educadores têm essa atenção e podem estar ali ao lado e não perceber que aquela criança está a passar por um momento difícil..., que pode ser um momento pontual ou pode ser até já todo um momento normal. E... o Selo Protetor avalia isso tudo... têm uma grelha de análises a saber se a escola já tem políticas nesse sentido e como é que fazem para... se têm uma linha, um fio condutor, desde que a criança é vítima de maus tratos, quem é... para que não seja a escola toda a ter que saber disso..., quem é que são os interlocutores, se é respeitada a privacidade, quais são os passos seguintes, como é que intervêm, como é que contactam com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ou não, se não for necessário, não será... Ah,... então, o Selo Protetor é, também, aqui uma tentativa deste foco nas crianças</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\CNCJ: políticas públicas pelo olhar das crianças</p>	<p>os miúdos falam muito nisso... no Conselho Nacional, eles refletem muito sobre isso também... sobre serem mais ouvidos, de poderem expressar a sua opinião, e até têm dito isso, e ontem, por acaso, voltaram a dizer... em espaços, como o de ontem, em que estiveram duas horas a falar... e, mesmo assim, se eu deixasse, tínhamos ficado a noite toda... em que eles puderam dizer o que queriam sobre vários temas, ‘porta aberta’, sem criticar, sem julgar... ah, mesmo que fossem abordagens menos... daquelas que nós..., vamos conversando e eles vão dando as suas opiniões... e todas as opiniões contam..., pois, claro, há valores básicos que vamos tentando, também, conversar com eles para os pôr a pensar... mas, eles dizem que falta muito esses espaços, porque na escola..., se não houver uma boa política de cidadania e uma boa disciplina de cidadania, eles não têm espaço..., portanto, é a matemática, é o português, é isto, é aquilo e aqueloutro..., ah..., e não sentem ter espaço para isso, sentem muitas dificuldades, sentem o problema, referido por eles, também, do cyberbullying</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\currículo educativo abrangente</p>	<p>no cruzamento entre estas áreas, a que nos habituámos a chamar de sociais, digamos assim, toda a área da promoção e proteção e a área da educação e é muito importante que haja alguns aspetos de aprendizagem, que cada vez mais entrem também nas próprias escolas, nos currículos escolares e não apenas na educação para a cidadania, mas noutros... noutros... enfim, noutras matérias e que possam também ser..., de alguma forma, eu acho que este caminho tem vindo a ser feito, mas penso que há ainda muito para fazer, que possam também ser... ser como promotores de mentalidades mais conscientes daquilo que é o direito da criança, mais conscientes de modelos de parentalidade, em que não se fala tanto... de poder paternal, mas</p>

de responsabilidade parental, não é... A parentalidade como uma responsabilidade, mais do que um poder

- E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\programas contra o trabalho infantil: resposta ajustada Na primeira, foram os programas contra o trabalho infantil, em que eu tive oportunidade de acompanhar, enquanto perito externo, os inquéritos ao trabalho infantil em Portugal, que foram promovidos pelo Governo, em particular pelo Ministério da Economia... ah... foi, na altura, criado um dispositivo de estatística do trabalho infantil em Portugal, chamado SIETI [Sistema de Informação Estatística Sobre Trabalho Infantil], para dar resposta a um problema que tinha sido identificado, mas que não tinha tido resposta até então, que era o facto de nós não sabermos quantas crianças trabalhavam em Portugal e de haver apenas algumas opiniões, de facto, com uma natureza muito especulativa... ah... não assentes num trabalho empírico, rigoroso, com diferentes proveniências de algumas ONG's... E, portanto, foi possível, a partir exatamente desse dispositivo muito complexo e muito estruturado de inquérito às famílias portuguesas com filhos em idade escolar, identificar o número de crianças trabalhadoras e o tipo de trabalhos que exerciam e aquelas que, dentro das crianças trabalhadoras, estavam claramente numa situação que se designa por trabalho infantil. Este é um trabalho que não é socialmente aceitável, porque há muitas crianças que fazem ajuda familiar, designadamente no meio rural... e, desde que isso não seja incompatível com a frequência escolar, com o descanso, com momentos de lazer, isso é aceitável. O que não é aceitável é, de facto, o trabalho das crianças por conta de outrem..., em geral, por conta de outrem..., assalariado e que contrariam condições de desenvolvimento, de descanso, de frequência escolar, etc. Este trabalho foi, depois, a base... este conhecimento foi a base para a intervenção, no âmbito do PETI – Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, que eu também pude acompanhar, em várias manifestações... e de qual fui o avaliador, fui eu que dirigi a equipa de avaliação desses programas. Este é um Programa muito relevante em Portugal, porque, no princípio dos anos 1980, Portugal era considerado o país da Europa, juntamente com a Turquia, apesar de esta estar fora da União Europeia, com mais crianças envolvidas em trabalho assalariado. Isto causava, evidentemente, mal-estar social, era muito desprestigiante, mesmo do ponto de vista económico, da concorrência internacional... Isso era um fator muito negativo para a indústria portuguesa, em particular, para os setores industriais manufaturais, portanto, o calçado e o têxtil, em especial. Também outros setores, por exemplo, a cerâmica..., mas no calçado e no têxtil era fundamental. A possibilidade de conhecer a realidade e de intervir nessa realidade constituiu uma política pública, com mobilização de vários recursos, com o envolvimento da Universidade, da academia, o que é bastante importante... E, também, com uma

afirmação muito expressiva da sociedade civil organizada, através, designadamente, de uma organização criada na altura, a CNAISTI – Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil –, e que envolve umas dezenas... e ainda existe... umas dezenas de organizações, de sindicatos, etc. O trabalho infantil, hoje, é um fenómeno que desapareceu em Portugal, praticamente na totalidade... é, hoje, um fenómeno meramente residual... e isto é, evidentemente, uma vitória de políticas ajustadas, para além das condições económicas que, entretanto, a sociedade portuguesa veio a ter... ah... tendo-se desenvolvido uma economia menos assente na manobra intensiva e explorada e mais qualificada, por isso. Mas é significativo, quer dizer... é possível um fenómeno como este, que, no princípio dos anos 80, era, enfim, uma chaga social exposta... com grande visibilidade... foi possível pelo estudo e por uma intervenção focada em resolver o problema.

- E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO

3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\CPCJ: avaliação das atividades

A segunda intervenção que, digamos, quero destacar...ah... foi no âmbito da avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Nós temos um sistema muito inovador, que colocou sobre o terreno organismos não judiciais, que são constituídos por representantes de serviços públicos e de organizações não governamentais. A Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens tem tido um papel extraordinariamente relevante no diagnóstico e na intervenção junto de crianças em perigo. No entanto, há disfunções no funcionamento deste sistema que, de vez em quando, são muito mediatizadas, enfim... por acontecimentos, em geral, de natureza trágica e em que se assinala o facto de as comissões não terem atuado a tempo, não terem tido uma atitude preventiva suficientemente competente para impedir essas tragédias. Ah... Enfim, apesar de haver, por vezes, manifesta injustiça nesse tipo de mediação, a verdade é que este é um sistema que necessita de ser considerado e avaliado e foi isso exatamente aquilo que foi feito...houve um trabalho de levantamento nacional daquilo que são as práticas das comissões, das suas dificuldades, também das representações sociais em torno das comissões, de grupos locais com vários responsáveis de diferentes profissões: juizes, magistrados, médicos de saúde pública, de hospitais pediátricos, etc... uma série de estudos de casos de norte a sul do país... Eu fui responsável... lembro-me de ter integrado, naturalmente, o grupo de trabalho... ah.... dirigido pela Professora Amélia Torres, na altura, do ISCTE... fui responsável pela avaliação do sistema na região Norte do país e também o responsável pela formulação das propostas de modificação do sistema, num duplo sentido: por um lado, o de enraizamento e ancoragem das suas soluções preventivas, através de uma melhor articulação... de uma articulação alargada, chamada modalidade alargada das Comissões de Proteção, e... ah... os quadros, os Conselhos Locais da Ação Social, da rede social, de base municipal... e, por outro lado, no sentido de uma maior especialização das comissões restritas, que desenvolvem, fundamentalmente, ações no domínio de crianças em perigo...isto é, muitas vezes, até de natureza emergencial, e que não são dotadas de recursos suficientemente formados para poderem fazer um diagnóstico e intervenção mais adequado. Há algum amadorismo, que é inerente à própria modalidade de constituição dessas comissões e não vale a pena agora falar de forma muito detalhada sobre isso..., mas isto é um aspeto absolutamente crítico e essencial. Eu creio que nós temos um sistema de proteção com aspetos muito positivos, mas temos necessidade de o melhorar de forma muito significativa, quer no domínio da prevenção, quer no domínio da intervenção mais focada.

<ul style="list-style-type: none"> ● E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\CPCJ: planos estratégicos de prevenção</p>	<p>E, finalmente, uma intervenção mais... recente, foi exatamente junto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido do desenvolvimento dos seus planos estratégicos de prevenção e que, aqui na região Norte do país, em várias Comissões de Proteção... em processos que eu acompanhei e orientei... e cujo aspeto mais importante que cabe ressaltar é o facto de que a prevenção de risco das crianças tem tudo a ganhar se for feita em articulação com a participação social das mesmas. As crianças, se estiverem envolvidas num esforço coletivo de consciencialização dos direitos da criança e, simultaneamente, daquilo que são os riscos... ah... e se tiverem possibilidade de exprimir a sua voz e essa voz ser ouvida e transformada em orientação política... ah... isso tem vantagens acrescidas no desenvolvimento do trabalho de prevenção, que é um trabalho que não pode ser feito só pelas Comissões. Este é um trabalho de toda a comunidade organizada: dos municípios; das Instituições Particulares de Solidariedade Social; de outras instituições privadas, designadamente, empresas; dos serviços públicos, enfim... de todos os recursos que possam garantir que, numa comunidade, uma criança seja efetivamente sustentada, apoiada e promovida no seu desenvolvimento e bem-estar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\intersectorialidade</p>	<p>o que, aqui, seria importante é aquela perspetiva que falávamos há pouco da integração..., portanto, um programa que não seja setorial. Aliás, ele pode começar por ser uma política setorial e pode começar por tentar resolver uma questão, mas depois, na prática, ele tem que se integrado e tem que promover esta articulação entre os vários setores, para refletir esta integração e os direitos da criança.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\intersectorialidade\SNPI: coordenação interministerial - que avaliação?</p>	<p>Pensando num programa em particular... ah ... O próprio Sistema Nacional de Intervenção Precoce, teórica e conceptualmente, está pensado desta forma, no sentido de promover a articulação, aqui, em particular, da educação e da saúde, para aquilo que são as necessidades das crianças e de uma questão ainda mais importante que é não apenas a intervenção, mas também a prevenção... de detetar sinais precoces, muito prematuramente na criança, ... e não só sinais precoces, mas numa idade precoce, que são aqui duas dimensões muito importantes para a prevenção real do risco ou das necessidades. Esse Programa, conceptualmente, está pensado dessa forma e isso resultou num Programa de política pública em Portugal que eu destacaria como importante. No entanto, aquilo que vamos recebendo, enfim..., da prática ..., é que nem sempre os recursos estão lá para que ele funcione. Portanto, se o destaco porque está bem pensado, precisaria, aqui, de mais informação para o conseguir destacar como sendo uma boa prática... até porque aquilo que nós, por exemplo, identificámos no Relatório Alternativo que fizemos na altura é que existiam poucos dados sobre a avaliação da implementação deste próprio Sistema... portanto, não conseguimos perceber a qualidade da intervenção, por faltarem dados... ah..., mais do que perceções, mas dados rigorosos que nos permitam, efetivamente, avaliar a eficácia deste Programa... para além de perceções, sendo que estas são de que há recursos em falta, principalmente para as crianças com efetivas necessidades.</p>

- E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal

3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\ sistema de monitorização e avaliação de impacto

E a parte da avaliação até nem é só em relação a este Programa ou a este Sistema... é em relação a vários programas que dizem respeito à criança, em que continuamos a implementar vários programas e várias medidas... e não sabemos, depois, a eficácia destas próprias medidas, não é... e não sei se é porque, quando são pensadas, não está já prevista a monitorização e a avaliação, ou se é porque, depois, ela não é posta em prática... ah..., porque vai acontecendo aqui um misto,... uma vez que, se nós, no momento em que as desenharmos, pensarmos logo no sistema de monitorização e avaliação e dedicarmos recursos para que isso possa ser posto em prática, mais facilmente isto é implementado. A verdade é que muitos desses programas são pensados sem terem isto em conta e, depois, vão sendo implementados, não se pensa nisto, não há uma identificação de melhorias... e, portanto, depois os programas acabam por, às vezes, ser revistos, não necessariamente porque foi feita uma avaliação rigorosa da eficácia e da eficiência dos programas... e, dessa forma, continuamos um pouco assim... Aliás, há pouco tempo, numa entrevista ao Público, também me perguntavam quais eram as questões mais prioritárias, no que toca à Estratégia para os Direitos da Criança e eu dizia que é a questão é mesmo a de olhamos para tudo o que existe e integrarmos. Nós temos a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, a Estratégia Nacional para a Igualdade, temos, agora, a Estratégia para os Direitos da Criança, vamos ter uma Estratégia de Combate à Pobreza, que, à partida, terá a pobreza infantil... ah... Temos um sem número de estratégias, um sem número de planos operacionais, e não necessariamente um olhar integrado sobre todos estes compromissos. Se o tivéssemos, teríamos aquilo que é importante para atingir resultados, porque não podemos, por exemplo, olhar para o abandono escolar e ter uma Estratégia de Prevenção do Abandono e, depois, ter uma Estratégia de integração, por exemplo, de Comunidades Ciganas que não fala com esta do Abandono, sendo que uma das questões essenciais quando falamos de crianças de etnia cigana são as questões do abandono, não é... Portanto, temos que pôr estas estratégias todas a falar, para atingir o resultado que nós queremos, que é, por exemplo, no caso das crianças ciganas, que completem a escolaridade obrigatória. Contudo, não o podemos fazer se não pensarmos nisto tudo.

<ul style="list-style-type: none"> ● E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\mapeamento e asculção dos atores no território</p>	<p>Primeiro, eu acho que é preciso fazer um reconhecimento muito grande do terreno, de onde é que nós estamos... Que sítio é este onde nós existimos? Qual é a missão deste sítio? Para onde é que ele quer ir? O que é que ele quer fazer? Que recursos e que equipas é que têm? Mas, sobretudo, ter uma grande consciência do lugar. Um teatro municipal no Porto é diferente de um teatro municipal em Lisboa, e é diferente de um Teatro Municipal no Algarve. Portanto, é perceber bem quais são os territórios e que outras instituições é que existem para além daquela e quais são as suas missões..., porque há uma coisa que é muito importante que é a diferenciação... e a diferenciação na oferta..., ou seja, nós poderemos oferecer às crianças e aos jovens propostas diversas, diferentes, múltiplas, com outras pessoas que, no fundo, lhes permitam criar um acervo de experiências, que os ajudem, depois, a transformar isso e a acamar essa informação, para que ela se transforme num olhar crítico e mais sabedor. Bom, e, por isso, também, depois, muito mais engajado, muito mais interessado. Pronto... O que é que eu acho que é necessário para além disso? Acho que é necessário... uma das coisas que é muito importante... olhe, acho que é necessário ter recursos e é muito interessado ouvir e escutar... é muito importante, também, ouvir os outros agentes que trabalham para os mesmos públicos ou que se relacionam... neste caso, também com as crianças... é muito importante ouvir os pais, os avós, os vizinhos, os professores... é muito importante... E também é muito importante ouvir as crianças... e ouvir crianças de diferentes espectros, porque ouvir as crianças do bairro da Ajuda, é diferente de ouvir as crianças do Restelo, ou ouvir as crianças da Baixa-Chiado, ou do Porto... E é muito importante ouvi-las porque, naturalmente, em função das experiências que cada uma tem, terá, seguramente, necessidades diferentes. E é muito fácil, numa conversa com uma criança, percebermos, inclusive, que acervo de experiências é que ela tem, quando confrontada com uma proposta que lhe estejamos a dar... e, portanto, essa questão, eu acho que é muito importante. O mapeamento do território, uma definição muito clara de qual é o sentido para onde vamos, mas sempre auscultando quem está à nossa volta... nós nunca estamos sozinhos... nós não trabalhamos para nós... nem trabalhamos só para uns... nós trabalhamos para muitas crianças diferentes. O que elas têm de comum é uma franja de idade e aquilo que nós acreditamos ser uma fase ou um desenvolvimento, que pode ser... que é, mais ou menos, comum a todos... mais ou menos, não é...</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\mapeamento e asculção dos atores no território</p>	<p>no nosso caso, nós, quando abrimos, decidimos fazer uma auscultação à cidade... um pouco para... nós tínhamos umas ideias do que é que isto poderia ser...ah... tínhamos feito muita pesquisa e tínhamos, também, já muita experiência..., mas achámos que era muito importante ouvir uma cidade, sobretudo quando há um teatro para crianças novo. Quando há uma nova instituição cultural numa cidade, seja ou não para crianças... isto é uma espécie de placas tectónicas, não é portanto, acontece assim uma coisa e, depois, há assim uma espécie de uma reorganização, não é... e nós todos encontramos-nos e tudo se reorganiza... se calhar, algumas instituições que tinham que investir mais nessa área podem-se retrair e investir mais noutra, porque, de repente, há aqui uma espécie de uma ilha, que faz parte, também, depois, de tudo o resto... de todos os outros planos, não é? E, então, tivemos... desafiámos diretores de</p>

teatros com as mesmas características de outros países, que são teatros de referência

- E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\mapeamento e escutação dos atores no território E, portanto, ouvimos esses diretores desses outros teatros... um suíço e um belga... ah..., ouvimos, também, professores; ouvimos academia; ouvimos experiências pedagógicas informais de, por exemplo, do Brasil; e ouvimos, também, os alunos e os estudantes..., num modelo de trabalho, que foi um trabalho continuado, durante algum tempo, de uma escola, para conseguirmos perceber exatamente... para conseguirmos, primeiro, entrar dentro da comunidade escolar, de uma forma confortável e construir uma relação amigável, de modo a que pudéssemos ouvi-los, ouvir as suas partilhas e, depois, perceber como é que, também, este material ia ser apresentado. Fizemos, também, um World Café, que é um método de trabalho muito interessante e que nos permitiu, também, levantar pistas para um possível futuro. Com este material todo... reunimos o material todo... ah..., temos um gráfico, aliás, muito bonito e muito interessante, que resultou dessas conferências... e o que fizemos foi perceber, dentro daquilo que, supostamente, é a missão que o LU.CA deve ter.... que nos foi encarregue pelo executivo camarário... como é que nós agora juntamos isto, não é? Pegamos nisto, que é o objetivo central do teatro, atribuído por uma política municipal, se quisermos... e, depois, com aquilo que nós auscultámos do terreno... e foi muito bom... até porque neste World Café, só para acrescentar, havia pessoas das bibliotecas municipais, de teatros, professores, professores da animação sociocultural, enfim... pessoas com uma grande diversidade, mas sempre com alguma relação ou às crianças ou às propostas educativas, ou aos palcos ou aos teatros... e, por isso, foi um projeto bastante rico. Esse material ajudou-nos bastante a construir aquilo que nós, hoje, somos... Eu não posso dizer que é rigoroso, mas é muito importante, porque construímos, no fundo, uma cama para nós... ah... ou uma estrutura a que nós fomos, depois... ou o início de uma estrutura a que nós, depois, fomos acoplando outro material.... e, depois disto, conseguimos fazê-lo de uma forma mais segura. E isso é muito importante..., nós sabemos que... ok, nós podemos agora construir o resto com propriedade e de uma forma mais segura... e justificada... e bem justificada, acho eu.

<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação efetiva da criança</p>	<p>O fator é a participação da criança. Ah..., e a criança ser ouvida e ser valorizada naquilo que, obviamente, de modo adequado..., ou seja, não basta ouvir a criança porque perguntámos e ela pôde dizer, que já lhe demos o direito de participar... não, isso não é suficiente... porque, às vezes, também se faz isso, não é? Porque se diz que é muito importante ouvir as crianças, então vamos lá perguntar-lhe e vamos ouvir, mas, depois, não fazemos literalmente nada com o que ela disse... ou não sustentamos a sua capacidade de pensar sobre o que disse, elaborar e desenvolver e poder, depois, atuar... nem que seja para descobrirmos que, afinal, aquela ideia não funciona e que, portanto, é necessário encontrar soluções, numa lógica de trabalho de projeto, não é... e isto é que cria o sentido crítico, todas aquelas competências que estão muito bem definidas, mas que depois, por vezes, não sabemos como fazer. Eu diria que a participação, e a voz das crianças, é absolutamente fundamental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação dos profissionais</p>	<p>E a participação, como valor inquestionável... de todos..., ou seja, os profissionais também têm que ter direito a participar, dentro das estruturas e das orgânicas que cada organização tenha..., mas, a participação é fundamental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\sistema de monitorização e avaliação de impacto</p>	<p>uma dimensão de qualidade, que traz lá dentro tudo aquilo que nós consideramos, nomeadamente, em programas para a infância, que consideramos... se falarmos da educação, estamos a falar de currículo, estamos a falar de avaliação... e, aqui, a avaliação não é só a avaliação da criança... é a avaliação do sistema onde a criança... do sistema que está organizado para que a criança tenha as suas condições de aprendizagem e desenvolvimento... ah... é o financiamento...</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação da família/cuidadores/comunidade</p>	<p>é a capacidade de envolver os pais e a comunidade... e, portanto, a participação está aqui</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\formação dos profissionais</p>	<p>a qualidade da formação dos profissionais e a possibilidade que têm de se continuarem a desenvolver.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação</p>	<p>A participação enquanto valor e a qualidade enquanto princípio, com tudo isto lá dentro, a ser agido... ah... e, se não for assim, julgo que, dificilmente, conseguiremos promover a qualidade de vida das crianças e assegurar os seus direitos.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, I 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\mapeamento e ascultação dos atores no território</p>	<p>Ah... olhe... em relação ao IAC, um exemplo muito concreto e aquele exemplo que eu conheço melhor... Os projetos, quando são pensados, são pensados com base num diagnóstico... da realidade, portanto, fidedigno, daquilo que é auscultado no terreno... ah... e procuramos que seja, sempre que possível, naturalmente, com um olhar para a participação das pessoas para quem o projeto é dirigido... portanto, isso pode acontecer, podemos fazer questionários, podemos auscultar as necessidades..., mas pensar sempre e, na medida do possível, que haja ali a participação das pessoas visadas para o desenho daquele projeto. E isto pode parecer, em muitas situações, utópico... porque isto não acontece sempre... quando são projetos mais na comunidade, nós fazemos um esforço imenso para que isso aconteça... quando são projetos mais globais, procuramos, também, que isso aconteça, poderá é já não haver aqui um trabalho de tão grande proximidade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\ambientes amigos das crianças: exemplos de projetos em curso</p>	<p>Nós temos, atualmente, em curso um projeto, que é o Projeto Luz Verde à Criança, por exemplo... que é um projeto que é financiado pela Câmara Municipal de Lisboa, portanto, que surge ao abrigo de um protocolo que o Instituto de Apoio à Criança celebrou com a autarquia e onde nós... o facto de, se calhar, se chamar 'Luz Verde à Criança' já, aqui, dá a entender... o que nós procurámos foi, através deste projeto, criar respostas que fossem de encontro àquilo que nós avaliámos e considerámos que é importante... ah... para o bem-estar da criança... e, no fundo, contribuir, também, enquanto parceiro da Câmara Municipal, para... portanto, vá, como um instrumento para uma cidade que se quer, cada vez mais, amiga das crianças, não é? Portanto, hoje em dia, falamos muito nesta questão da cidade amiga das crianças, da cidade poder ser repensada tendo em conta aquilo que são as necessidades das crianças, aquilo que a voz das crianças nos diz... e este projeto 'Luz Verde', nós queremos crer, portanto, nós, na nossa humilde ideia, de que é um contributo para que haja... para que a cidade de Lisboa possa, efetivamente, se tornar mais amiga das crianças. Claro que este protocolo tem ações... prevê imensas ações e prevê ações que podemos questionar e isso foi um exercício que nós fizemos. Em que medida é que o facto de nós pertencermos a... ou melhor, em que medida é que, e isto é um exemplo porque são os elementos da minha equipa que têm este papel... e eu, a brincar, dizia 'Então, diga-me lá... ah... o facto de nós fazermos parte das Comissões alargadas das quatro CPCJ da cidade de Lisboa, em que medida... isso está lá patente no protocolo, é um compromisso que nós assumimos... em que medida é que nós podemos dizer que estamos a ajudar a que Lisboa se possa tornar uma cidade mais amiga das crianças?' E a resposta foi... no fundo, é engraçada..., mas, no fundo, foi, se nós pensarmos em todo o trabalho que nós fazemos de sensibilização para os direitos da criança, de ações concretas no âmbito do brincar, na questão da participação ... ah... a adequação dos espaços para que as crianças se sintam lá melhor, nomeadamente os recreios, os centros de saúde... agora estamos a investir nas salas do tribunal, portanto, numa sala de tribunal, em que a criança se possa... ah... a ideia é humanizar esse espaço, que é, normalmente... ah, um... as crianças, normalmente, veem o tribunal como aquele edifício escuro, que, normalmente, são chamadas lá porque... ou porque houve problemas, ou porque vão decidir sobre questões da vida dela, não é? E, então,</p>

estamos, neste momento, muito numa linha de procurar corresponder àquilo que o Conselho da Europa tanto tem recomendado aos Estados, que é tornar a justiça mais amiga das crianças e, portanto, nós estamos a contribuir, também, nesse sentido. E, portanto, dessa forma, eu acho que este projeto, se pensarmos nas diferentes ações que vamos desenvolvendo, acabam por aqui... ah... acabamos aqui, também, para contribuir para uma cidade mais amiga das crianças.

- E9, Vice-Presidente da CM de Almada

3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\poder local - pandemia: diagnóstico da situação e medidas

Então, sob o ponto de vista das medidas concretas, eu diria que... sob o ponto de vista local, nós desenvolvemos aqui um conjunto muito vasto de iniciativas que têm um impacto... eu diria... ou que tentamos que tenham um impacto na vida das crianças. Ah, não descurando o que estamos a viver neste momento, uma situação pandémica com efeitos muito contundentes naquilo que são as condições de vida das crianças e dos jovens... nós procurámos reforçar aquilo que são as nossas respostas para que um mínimo de condições de bem-estar e de acesso aos recursos, no caso de ensino e de aprendizagem, estejam salvaguardados. Relativamente às condições de bem-estar, para dar nota, tivemos, aqui, uma medida que foi duplicar aquilo que era o apoio alimentar, por exemplo, que garantíamos às nossas crianças... ah, no primeiro período de confinamento, em março de 2020, nós estávamos a entregar, a cada criança beneficiária da Ação Social Escolar, escalão A e B, uma refeição... ah... que era um almoço e um lanche, tipicamente... neste segundo período de confinamento, começado em janeiro de 2021, duplicámos esta oferta, ou seja, cada criança recebe duas refeições quentes e dois lanches. O que é que conseguimos garantir com isto? Temos a certeza absoluta de que aquela criança recebe as refeições necessárias para comer durante o dia todo. Portanto, isto, porque estamos muito conscientes de que há muitas famílias que estão a perder emprego, que estão com dificuldades em garantir essa dimensão básica que é a alimentação de todos os seus membros. Depois, também, uma medida que tomámos relativamente, ainda, neste contexto pandémico... agilizámos o processo de referenciação dos alunos para escalão A ou escalão B da Ação Social Escolar... quer isto dizer que famílias que, neste período específico, tenham perdido o emprego, que tenham entrado numa situação de carência comprovada pelas escolas, mesmo que não consigam tratar da documentação necessária para a formalização do processo, estamos a permitir às escolas que as classifiquem dessa forma e, numa fase subsequente, trataremos do processo de formalização. Depois, também, estamos a garantir que..., por exemplo, esta distribuição das refeições, que é um assunto particularmente crítico neste momento, que acontece na escola que está mais perto da residência da criança ou do jovem, independentemente de ser a escola ou não que frequente. Assim como estamos, também, a permitir que crianças e jovens que estudam em escolas que não estão no nosso concelho possam levantar as suas refeições nas escolas no nosso concelho, porque o grande objetivo, desde logo, é garantir e mitigar aquilo que são as consequências da pobreza infantil. Depois, um outro acesso e condição de acesso às aprendizagens, tem a ver com os recursos digitais... ah... computadores, acesso à internet, este tipo de questões. Estamos envolvidos num conjunto de projetos que visam facilitar a chegada destes recursos às crianças... no município, por exemplo, temos um Projeto que se chama 'O Futuro está On' e que tem como grande objetivo... ah, mobiliza associações, mobiliza a academia, mobiliza as juntas de freguesia... quando eu digo a academia estou a falar, aqui, de uma faculdade que tem cursos nessa área do digital e que, portanto, nos ajudam com a assemblagem das máquinas que vêm de empresas que estão em processos de renovação do seu parque informático... e, portanto, no período do primeiro confinamento, fizemos chegar, só com este projeto, quinhentos computadores

às crianças... ah... com outros projetos realizados, aqui, no concelho, cerca de mil recursos deste tipo. Ah, e estamos, neste momento, já com uma nova campanha com cerca de duzentos e cinquenta..., portanto, mais duzentos e cinquenta recursos digitais estão a ser entregues para garantirmos o acesso de todos às condições de aprendizagem. Isto para falar, especificamente, do contexto de pandemia... Para além de estarmos a fazer chegar cabazes às famílias e de termos reunido com as associações, para além das direções das escolas, com as associações de pais e encarregados de educação, com os psicólogos educacionais... ah... um dos grandes objetivos é garantir que situações que são sempre... que existem sempre... que são crianças que estão ou em risco de abandono ou que possam viver situações até de violência doméstica... ah... que possam essas situações ser sinalizadas. Sabemos que, muitas vezes, quando há questões deste tipo é na escola que estas situações são detetadas... quando as crianças estão, agora, em casa é particularmente crítico continuarmos a garantir que há visibilidade sobre fenómenos deste tipo e, por isso, a articulação com toda a comunidade educativa e, em particular, com os psicólogos educacionais, é muito importante. Ah... temos, também, as atividades de apoio à família e os profissionais que desenvolvem as atividades de enriquecimento curricular em contactos regulares com as crianças, portanto, reforçando aquilo que é o papel de professores e educadores. Isto, como o essencial das respostas em contexto pandémico. Ah..., para além de todos os processos de vacinação e tudo aquilo que está a ser feito nesse sentido.

- E9, Vice-Presidente da CM de Almada

3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\poder local: medidas de política e projetos para a criança

Depois, fora do contexto pandémico, desenvolvemos um conjunto muito grande de iniciativas que visam promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens... ah... e, também, para além do seu desenvolvimento integral, ah... perspetivando uma dimensão crítica, que é a dimensão da cidadania e da aprendizagem dos processos de cidadania, o empoderamento das crianças e dos jovens nestes processos. Portanto, quando falamos de medidas que desenvolvemos e que eu acho que são interessantes de realçar... ah... nós temos, por exemplo, uma iniciativa muito bonita que se chama 'A Agenda 21 da Criança'. E 'A Agenda 21 da Criança' aquilo que faz é colocar, anualmente, algumas turmas de diferentes escolas a refletirem sobre os problemas que vivem, os problemas da comunidade em questão e apresentarem propostas para esses problemas.... ah, no final de cada ano letivo, há quatro turmas pelo menos, representando a comunidade das suas escolas, que se reúnem num teatro que tem seiscentos lugares para que... para que essas quatro turmas possam apresentar as propostas, os projetos que construíram... e são projetos, muitas vezes, coisas... ah... situações tão diversas, como, para dar alguns exemplos, do último encontro que tivemos, desde as questões da segurança rodoviária, com crianças que propuseram... e que a Câmara editou uns coletes refletivos ao seu tamanho para que pudessem ir em segurança de casa para a escola e promovendo este tipo de circulação... a aprendizagem e a construção de um conjunto de jogos sobre isto, sobre segurança rodoviária, feitos pelas próprias crianças, que depois o município também desenvolveu... a projetos, por exemplo, de educação ambiental, como 'A Lagarta do Pinheiro', e os riscos da lagarta do pinheiro para a saúde das crianças e até dos animais, dos seus animais domésticos... ah, sabemos que os cães e os gatos, muitas vezes, são vítimas deste tipo de praga... E, portanto, depois, outras coisas, relacionadas com a própria qualidade de vida nos bairros onde estas crianças vivem. E estes projetos são votados, são apresentados pelas crianças perante uma assembleia de seiscentas pessoas, para se perceber o impacto que isto tem sob o ponto de vista da preparação... ah... até para o desenvolvimento de competências, de falar em público, de organizar ideias... e estamos a falar de crianças do primeiro ciclo... ah... e, depois, são votadas por todos eles. Ah..., muita simbólica... uma das medidas, uma das preocupações que um dos grupos de crianças apresentava era o facto de os pais passarem pouco tempo com eles, e, então, a proposta mais votada nesse ano foi que se criassem condições para uma maior conciliação entre a vida profissional e a vida familiar... e isto é um murro no estômago quando é dito por crianças com nove anos, dez anos... ah... e obriga-nos a todos a pensar muito sobre a maneira como nos organizamos. Depois, para além desta iniciativa, temos projetos muito diversificados, desde... ah... lançámos, respondendo ao desafio e ao repto das crianças e dos jovens relativamente às questões da emergência climática, lançámos um projeto que se chama 'Sextas-feiras pelo Futuro – Mãos à obra'... e o grande desafio era fazer com que, para além das greves que os jovens estavam a fazer, que se pudessem comprometer com um esforço de... conjuntamente connosco... trabalharmos as questões das alterações climáticas. E como é que decidimos fazê-lo? Em primeiro lugar, por aquela que é a maior resposta que pode ser dada que é uma resposta regenerativa... e esta resposta passa pela

plantação de uma árvore, por cada uma das crianças e jovens que temos no nosso sistema educativo... ah..., mas o projeto não é apenas e só a plantação da árvore... é, depois, a possibilidade de as crianças perceberem que, através da regeneração das áreas verdes, nós conseguimos, por exemplo, regular os circuitos hídricos e o sistema hídrico, conseguimos prevenir ondas de calor, conseguimos valorizar a biodiversidade, conseguimos até valorizar economicamente o território e o valor até que as casas que estão nesse território possam ter... ah... e essa aprendizagem é uma aprendizagem muito interessante que fazemos com... e que desenvolvemos com as crianças. Ah..., muitos projetos de outro tipo que são desenvolvidos... ah... uma iniciativa que lançámos, por exemplo, neste... foi já em janeiro deste ano... ah... decidimos oferecer às crianças umas cartas, que são uma espécie de máquina para construir histórias, ou seja, são cartas com figuras, umas com características locais, outras mais genéricas, e o grande objetivo é levar as crianças a processos de escrita criativa desenvolvidos com as suas famílias... ah... para um concurso que lançámos e que vamos agora preparar a segunda edição, que se chama 'Escrita Criativa em Família'. Outros projetos que desenvolvemos, na área da infância... ah... estamos a trabalhar com as escolas para apostar muito em processos que passam por uma grande consciência daquilo que são as questões do desporto, da atividade física para a saúde e para o bem-estar. Temos programas de iniciação à natação, estamos a preparar um programa de iniciação ao surf, estamos a interligar o desporto que a Câmara promove com o desporto escolar, estamos a preparar os logradouros das escolas para que sejam espaços, também, confortáveis para a realização de atividades pelas crianças. Portanto, isto, a nível local, são... é uma miríade de atividades... ah... Uma outra que gostaria de dar nota, por exemplo, quando é a celebração do Dia da Criança e, também, por ocasião, ... temos sempre eventos, naturalmente..., mas por ocasião da Declaração dos Direitos da Criança há uma sessão de reunião de Câmara em que as crianças vão expor aqueles que são os principais problemas que sentem... ah... e isto parece-me que é muito interessante pela interação com os poderes públicos. Ao nível da juventude, lançámos Orçamentos Participativos Jovens, Conselho Municipal de Juventude, Assembleia Municipal Jovem... ah..., que são tudo iniciativas que têm muito o objetivo de promover a participação dos jovens em atos... que são atos de aprendizagem, também, da cidadania e da participação cidadã.

- E9, Vice-Presidente da CM de Almada
3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\centralidade política da criança

A nível nacional, eu creio que há muitas medidas que se desenvolvem para assumir a centralidade da criança nas preocupações políticas que temos e, relativamente a isso, eu diria que hoje... ah, como já referi há pouco, não há nenhuma política pública digna desse nome que não integre as crianças no seu desenho, portanto...

<ul style="list-style-type: none"> ● E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\desenhar políticas de combate à pobreza infantil</p>	<p>Deixe-me lá ver... eu, há pouco, quando referi que os programas de combate à incidência da pobreza das crianças... ah... não têm produzido um resultado tão desejável como gostaríamos, na medida em que a taxa de pobreza das crianças continua superior à média, isso revela que, de alguma forma, nós temos tido uma insuficiente atenção a essa situação..., que temos tido muita dificuldade... 'nós', o Estado... que temos tido muita dificuldade de delinear políticas de combate à pobreza nas crianças. Existe alguma razão para isso. E existe alguma razão, porquê? Por exemplo, quando nós comparamos com a questão da pobreza dos idosos... no caso da pobreza dos idosos, nós identificamos, claramente, as necessidades daquelas pessoas. No caso das crianças é como eu disse no início..., você tem que se pensar em medidas para as crianças, mas tem que, ao mesmo tempo, pensar em medidas para as famílias onde elas estão inseridas... e isso torna a questão mais complicada... Porquê? Como é que nós fazemos o merging destas duas situações? Ou seja, ...ah... nós temos que combinar, no fundo, políticas de transferência de recursos... ou de aumentar os recursos próprios das famílias, através de promover a inserção do mercado de trabalho com direitos e garantias dessas famílias..., mas, simultaneamente, temos que garantir que as famílias têm, também, acesso a um conjunto de serviços, nomeadamente de educação e de saúde, para os seus filhos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\desenhar políticas de combate à pobreza infantil\política de sucesso: o que é? que impactos?</p>	<p>Estava-me a perguntar um exemplo.... Deixe-me contar-lhe uma história que eu acho que tem muito a ver com aquilo que me estava a questionar. Eu aqui há uns anos, estava a dar uma formação para assistentes sociais que estavam a lidar diretamente com o RSI... e, no meio de uma daquelas sessões, alguém se lembrou de pôr uma pergunta daquelas mesmo complicadas... 'Ó professor, explique-me lá o que é que é ter sucesso no RSI'. Bom, eu não estava à espera da pergunta... pensei um bocadinho e disse 'Olhe, a resposta a essa pergunta é muito fácil e muito simples, ao mesmo tempo; muito fácil, porque é assim, se quiser, uma resposta teórica, ter sucesso no RSI era nós podermos acabar com ele, porque já não era preciso, isso era o sucesso no RSI, mas, enquanto isso não acontece, nós temos que pensar em outras formas de sucesso... e, portanto, temos que ver o que é que conseguimos, com esta medida, dar de valor acrescentado'... E começou a confusão a partir daqui... e havia uma assistente que me dizia 'bom, para mim, sucesso é fazer com que as famílias que eu estou a acompanhar consigam ter todos os processos de vacinação dos filhos concluídos, até o fim deste ano'. Outra que me dizia 'para mim, o sucesso é conseguir dar o mínimo de conhecimentos de economia familiar para que as famílias não passem um mês sem dinheiro nenhum no bolso e depois vão buscar o RSI e venham para casa de táxi'. Ou seja, nós temos muitas medidas que podem ter um impacto direto sobre as crianças... ah..., como estes, que eu lhe estou a dizer. Dos setores com maior fragilidade à pobreza, em Portugal, são... todas as estatísticas o dizem... as famílias alargadas com crianças. Isto significa que nós temos que ter uma preocupação essencial com estas famílias. Temos que considerar, não só, por exemplo... e voltamos à questão de há pouco... não só as crianças que lá estão, mas até que ponto as diferenças de idade entre essas crianças implicam atenção a diferentes áreas de intervenção. Portanto, claramente, é assim.... se me perguntarem que medidas é que eu me lembro que tenham efeitos sobre as</p>

		crianças, é evidente que todas as medidas de combate à pobreza, se forem bem implementadas, têm impacto sobre as crianças e são importantes... provavelmente, ainda não encontramos a medida ideal para lidar com a pobreza das crianças... isso é outra história... é a diferença não entre 'o copo meio cheio e o copo meio vazio', mas entre o que já conseguimos percorrer e o que falta percorrer... e falta, ainda, percorrer muito
● E10, Professor Associado do ISEG/IUL	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\desenhar políticas de combate à pobreza infantil\papel da escola	E, portanto, claramente... ah... novamente, voltamos àquela dificuldade... nós temos que intervir em várias frentes... a escola tem um papel fundamental, por exemplo... nós não podemos desligar o futuro das crianças da escola, basta pensarmos no que está a acontecer agora... todos os problemas que estão a emergir de novo, resultantes do confinamento, são, claramente, uma prova de que a escola ainda é o mais eficiente elevador social que nós temos, que, para muitas crianças, a escola é ainda a diferença entre passar fome e não passar fome.
● E10, Professor Associado do ISEG/IUL	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\desenhar políticas de combate à pobreza infantil\política de sucesso: o que é? que impactos?	E, portanto, claramente, nós não podemos pensar em medidas para as crianças que não passem por este triângulo – garantir a saúde, garantir a educação, garantir os recursos.
● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\adaptabilidade das medidas e programas	Eu acho que para a implementação, com sucesso, de qualquer programa ou projeto dirigido às crianças... ah... eu acho que há dois fatores essenciais... ah..., serem desenhados a pensar nas próprias crianças, terem em atenção que cada criança é um ser único, e, portanto, programas, projetos e políticas muito standardizados, que tratem as crianças todas da mesma forma, pela mesma bitola... ah..., ainda que possam ter algum sucesso, eu fico sempre com algumas dúvidas, porque cada criança é única e acho que, na implementação destes projetos, temos que ter... temos que ter muito isso em atenção. Ou seja, eu acho que um fator essencial para o sucesso de qualquer programa é a flexibilização de podermos, no fundo, intervir, de acordo com as necessidades de cada criança.
● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação da família/cuidadores/comunidade	Ah.... outro fator que me parece essencial para o sucesso será sempre o envolvimento das famílias ou dos cuidadores

<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\(\des)continuidade das intervenções</p>	<p>se pensarmos em programas ou em projetos com atividade dirigida às crianças são, normalmente... são, normalmente, não... são sempre intervenções limitadas no tempo, seja no tempo da sessão ou de sessões, seja a nível de um contínuo de tempo. Ah.... pelo lado negativo, eu penso que nós ainda temos... aliás, não somos só nós... ah... muito ao nível da Europa, que é a realidade que melhor conheço... e fruto, também, dos orçamentos e das políticas orçamentais europeias e nacionais... é a ‘cultura de projeto’. Ou seja, nós desenhamos um programa dirigido às crianças e temos uma intervenção que dura um ano... vá, às vezes, dois... e, por muito bons resultados que tenham, infelizmente, a maioria deles não passa a política pública, não escala, não é transferido e fica ali. E, quando falamos de crianças, eu penso que as intervenções dirigidas a crianças, e muitas das que são dirigidas a crianças com algum tipo de vulnerabilidade, têm que ter continuidade. Não é num ano a trabalhar com uma criança ou com uma família que nós vamos conseguir uma mudança duradoura, a não ser que esteja a resolver um problema... ou que esteja a intervir face a uma questão muito específica..., mas, normalmente, no desenvolvimento infantil, é preciso continuidade. Não é num ano que vamos conseguir que, por exemplo, uma criança com..., ah..., como se costuma dizer, com necessidades educativas especiais... não é num ano que vai deixar de as ter por muito bom que o programa seja, por muito boa que a intervenção seja e por muito bem intencionada. E esta ‘cultura de projeto’ ah..., como eu lhe chamo, ..., de projeto anual, porque é nesse ano que há financiamento e, depois, se o financiamento não continua, não há condições para continuar com as intervenções... ah... tem alguns resultados positivos imediatos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\(\des)continuidade das intervenções</p>	<p>Por outro lado, eu penso que temos, de facto, ... ah... e falando, em Portugal, de levar a avaliação de impacto muito a sério... e de ser uma avaliação contínua e de estarmos dispostos a alterar o desenho de programas, projetos ou políticas, de acordo com os resultados dessas avaliações, não é? Temos que nos deixar um bocadinho daquilo que se chama, coloquialmente, a ‘chapa 23’ ... a política é esta, a medida é esta, vai tudo corrido assim e, depois, logo se vê, porque... e, lá está, eu acho que isto tem muito a ver com aquilo que eu lhe dizia... nós temos políticas... temos muito boas políticas, muito bem desenhadas... ah... quando as implementamos... ah... por um lado, quando as conseguimos implementar, não sabemos que mudanças duradouras é que elas trazem, porque não as avaliamos, e, por outro lado, muitas vezes, não as conseguimos implementar... ou, pelo menos, numa forma transversal, na sociedade, não é? Nós temos um país que é um retângulo minúsculo, mas continuamos, infelizmente, a ter muitas disparidades no nosso território. Uma coisa é implementar uma medida ou um projeto em Lisboa, outra coisa é implementá-lo no Porto, e se formos para o interior então é... os resultados são completamente outros...</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças \ (des) continuidade das intervenções \ intervenção - abordagens sistemáticas: 1 ex. no campo da saúde</p>	<p>desde os anos 1980 que usamos abordagens sistémicas, portanto, a nossa intervenção em saúde é centrada na criança, mas sempre..., sempre tendo em conta a família e a comunidade em geral onde estão inseridas. Ah... e nós temos, de facto, eu não sei até que ponto é que conhece o trabalho da Fundação, mas nós temos um modelo de vigilância de saúde, que está desenhado e o modelo é aquele..., mas que, dentro daquele modelo e daquela proposta de modelo, a frequência de consultas, as especialidades... ah... são ajustadas àquela criança e àquela família e posso-lhe dizer que, numa mesma família... ah... por exemplo, com duas crianças, dois irmãos, um tem um calendário de vigilância de saúde e outro tem outro, porque depende do risco biológico, porque depende do risco psicossocial, porque depende da própria criança. E outra coisa é... nós temos esse modelo, nós temos essa proposta de vigilância de saúde, mas cabe à família aceitá-lo ou não, ajustá-lo às suas necessidades e disponibilidades... ah... e, aqui, e no nosso modelo... e isso desde sempre, há setenta anos, fazemos setenta anos este ano... as enfermeiras de família têm um papel absolutamente essencial, porque são... ah... o técnico da instituição de referência para aquela família... ah... portanto, as famílias quando entram nos serviços na Fundação, cada criança, cada família, é-lhe imediatamente atribuída uma enfermeira de família a quem podem telefonar, com quem podem contactar sempre que haja uma qualquer questão, qualquer ansiedade, qualquer dúvida relacionada com a saúde... e que faz a gestão da vigilância de saúde daquela criança e daquela... e daquela família, nos vários serviços da Fundação. Portanto, está, no fundo... nós temos, desde sempre, a figura do gestor de caso... um técnico de referência para aquela família que a ajuda a navegar, digamos assim, depois, dentro dos vários serviços da Fundação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças \ facilidade e de acesso às prestações sociais</p>	<p>um dos problemas que nós temos... um fator diferenciador, também, na implementação de projetos e programas, que me ocorre agora... e até de políticas... tem a ver com esta facilidade de navegação, digamos assim, para as próprias famílias dentro dos sistemas. Eu penso que isto, na situação atual, está-se a tornar muito evidente, com novas famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas que nunca precisaram de apoio social, que nunca tiveram que recorrer... ah..., no fundo, ao Sistema de Proteção Social do país em que vivem e que, neste momento, estão completamente perdidas, não sabem onde se dirigir, como é que se trata, por um lado... por outro lado, têm muita vergonha da situação em que se encontram. Portanto, eu acho que é preciso, também, desmistificar esta questão de que o Serviço Social..., ah... digamos assim, que sei que é área do mestrado... é essencial, parece-me, a mim, desmistificar esta questão de que o Serviço Social é para os 'pobrezinhos'... ah, e, portanto, temos que quebrar este mito de que os apoios sociais que temos, e que são alguns e bons, felizmente, ... ah... temos que lhes tirar este cariz assistencialista e caritativo, no fundo, e que estão dirigidos apenas àquele nicho da população. Todos nós precisamos... ou podemos, eventualmente, de precisar de apoio, ao longo da nossa vida, e eu acho que, neste momento, e neste último ano, e vai... e vai-se agravar... é essa a minha expectativa, infelizmente... vamos ter cada vez mais famílias a precisar de apoio.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação efetiva da criança</p>	<p>Ah.... voltando à Fundação... desculpe lá este à parte... ah... outra das coisas que nós... que nós fazemos e temos o cuidado de fazer são avaliações de satisfação periódicas, que não são só aqueles questionários de ‘estou muito satisfeito ou pouco satisfeito’, que servem para o que servem, mas que implementámos..., porque temos várias perguntas abertas que permitem às pessoas dar-nos sugestões, dar-nos a conhecer quais são as suas necessidades de saúde, ou outras, não satisfeitas, e o que podemos fazer para melhorar o nosso serviço..., portanto, eu acho que o envolvimento das próprias famílias... e das próprias crianças... nós, nos últimos anos, começámos por fazer estas avaliações de satisfação junto dos pais, da nossa população adulta, e nos últimos anos... em 2015, se não estou em erro, pela primeira vez... não, em 2017... desenhamos um questionário para crianças dos doze aos dezoito anos... e temos respostas maravilhosas aos doze, treze anos. Portanto, eu acho... uma coisa que vai estando, também, na ordem do dia e que é cada vez mais importante é ouvirmos as crianças... ah... nós temos este questionário, para já só a partir dos doze, porque é um questionário auto preenchido, mas não está fora dos nossos planos adaptar estas avaliações às nossas crianças mais pequeninas..., porque, de facto, as crianças têm muita coisa a dizer-nos e... muito interessante... e muito importante, para desenharmos serviços dirigidos a... não é só interessante no sentido de... eu acho que ficamos todos um bocadinho extasiados e surpreendidos com algumas das respostas que as crianças nos dão... e passo a expressão de que também temos que lutar um bocadinho contra essa coisa de ‘ah, que giro, imagine-se que ele aos cinco anos disse-nos isso’. Não... é., se aos cinco anos nos disse algo que tanto nos surpreendeu ...ah... é porque é importante para ele ou para ela e, mais do que ouvir, como dizia um Professor meu de Serviço Social de grupos e comunidades, temos que aprender a escutar..., porque, muitas vezes, nós ouvimos, mas não escutamos. E acho que, no caso das crianças, mais que ouvi-las, temos mesmo que as escutar se queremos ter bons programas e boas políticas dirigidas a elas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3. Programas e projetos: oportunidades e ameaças\intersectorialidade\SNIPI: coordenação interministerial - que avaliação?</p>	<p>Em Portugal, eu penso que nós temos dois exemplos muito bons a nível de integração de políticas, que são as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e o SNIPI. Ah..., o SNIPI, para crianças 0-6, é das coisas mais bem desenhadas que eu conheço, mas, lá está, está muito bem desenhado... depois, a implementação tem sérios problemas e a cobertura do SNIPI é, reconhecidamente, muito... muito baixa..., mas são duas experiências interministeriais dirigidas às crianças e às famílias, que eu acho... na minha opinião, estão muito bem desenhadas. E...outra coisa que me está a surgir... mande-me calar que eu falo imenso sobre estes temas...</p>

<ul style="list-style-type: none"> ● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\cultura de participação\participação efetiva da criança</p>	<p>Ah... o fator diferenciador é a participação efetiva das crianças, na minha opinião... Portanto, até tendo em conta a faixa etária de que estamos a falar, eu acho que, ao longo das últimas décadas de intervenção nesta área, aquilo que, efetivamente, ficou deficitário... e muito trabalho tem sido feito...ah... foi, precisamente, a participação e o envolvimento efetivo das crianças nas decisões e no trabalho que estamos a fazer em prol delas. Portanto, no fundo, nós decidíamos o que era melhor para elas, nós estabelecemos planos de intervenção, as estratégias de ação... e isto tem sido visível..., portanto, se consultarmos documentos de há trinta ou quarenta anos atrás, percebemos que não houve participação efetiva das crianças na elaboração dessa estratégia... e, portanto, eu acho que aquilo que é verdadeiramente diferenciador é nós darmos voz às crianças, neste campo, portanto... Naturalmente, temos que ter orientações estratégicas globais e nós temos documentos chapéu, pelos quais temos que nos reger, não só os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como também a nossa Carta de Direitos, mas..., mas julgo que, aqui, o que é diferenciador é a participação efetiva das crianças</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\poder local: medidas de política e projetos para a criança</p>	<p>nós temos, de facto, em Guimarães, um conjunto de programas, que são mais recentes, e que já contemplam esta área..., portanto, que já preveem esta participação, esta integração efetiva das crianças nos programas...ah.. temos o nosso ‘Plano de Ação de Guimarães, Cidade Amiga das Crianças’ ..., portanto, Guimarães foi reconhecido, pela UNICEF, há uns anos... e temos vindo a implementar um plano de ação, que parte, precisamente, desse pressuposto, portanto, aquilo que o torna diferenciador é que nós temos em conta...ah... a opinião das crianças sobre aquilo que estamos a fazer...e, portanto, temos assembleias de crianças, temos grupos ativos, temos trabalho junto das escolas... e, portanto, acho que isso pode fazer verdadeiramente a diferença, para termos a certeza que estamos a ir ao encontro das necessidades e das expectativas das crianças, porque realmente o olhar do adulto, por mais que nós queiramos, é sempre muito diferente daquele... daquilo que as crianças acham da realidade que as rodeia... e é muito interessante nós, depois, ouvirmos as opiniões delas sobre estes assuntos, porque realmente elas têm opinião, têm algum conhecimento e alguma perceção trabalhada da realidade que as envolve...e, portanto, acho que é muito importante... e este será, sem dúvida, o fator...Nós temos, aqui em Guimarães, um conjunto de outros projetos, que também já contemplam esta vertente</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\poder local: medidas de política e projetos para a criança</p>	<p>E, portanto, nós temos aqui, também, um conjunto de outros programas, que também já preveem esta participação... Temos..., portanto, há cerca de dez anos, foi elaborada, já na altura, a Carta da Cidadania Infantojuvenil...foi, na altura, feita pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais de Guimarães... foi um trabalho de intervenção e de investigação, financiado pela Gulbenkian... e, de facto, na altura já se fez um trabalho de grande dimensão, considerando a época e os trabalhos que existiam à data... e foi feito um levantamento estratégico, a este nível, as crianças foram ouvidas, em formato de assembleia... e, portanto, aí já foi feito um trabalho, que até serviu... acabou, depois, por nos servir de alavanca para a construção do nosso ‘Plano de Ação para Guimarães, Cidade Amiga das Crianças’... e temos, também, o Eco Parlamento, o Pegadas, o Orçamento Participativo das Escolas... que são tudo,</p>

			na minha opinião, exemplos concretos do envolvimento efetivo das crianças na intervenção. Guimarães assumiu-se, também, agora recentemente, como Cidade Educadora, temos o Plano Municipal para a Juventude... e, portanto, todos eles muito na linha daquilo que se pretende que seja uma intervenção, em que as crianças têm voz ativa.
●	E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães	3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças\poder local - pandemia: diagnóstico da situação e medidas	o ProChild é um programa mais recente..., portanto, data de cerca de há dois anos... a sua implementação aqui em Guimarães é com a Universidade do Minho, como deve saber...ah... e temos, de facto, um conjunto de iniciativas que foram pensadas e adaptadas para o contexto de pandemia...ah..., nomeadamente, a avaliação da saúde mental das crianças em idade escolar..., porque é, de facto, uma das grandes preocupações... nós sabemos que o facto de estarmos confinados em casa com as crianças...ah... meses a fio, não é... e eu tenho filhos pequeninos e, portanto, sei o que é essa realidade... e não sabemos bem, em famílias que já são disfuncionais... e particularmente nestas...ah... qual é, depois, o impacto nas crianças deste confinamento e da falta de acesso... a privação, no fundo, destas crianças dos seus contactos habituais, com os pares, com os professores...no fundo, com as figuras que, se calhar, davam estrutura às suas rotinas e ao seu dia a dia... E, portanto, o ProChild tem, precisamente...para além de uma intervenção mais global, que está a ser levada a cabo, aqui em Guimarães, e muito em articulação, precisamente, com a Divisão da Ação Social da Câmara, que eu sou responsável... ah... para além dessa atuação mais global, temos, de facto, agora um trabalho muito adaptado ao contexto pandémico, no sentido de aferir da saúde mental destas crianças e jovens e poder intervir junto das famílias, da forma mais eficaz possível e em tempo útil.

Cor	Nome do documento	Código	Segmento
●	E2, Presidente da CNPDPCJ	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação	a Comissão Nacional tem vindo a tentar desenhar políticas para a comunidade... e agora vou à comunidade, que me falou muito nisso, e eu tenho estado a fugir um bocadinho, não sei porquê... porque é preciso uma aldeia inteira para criar, para educar uma criança, e, portanto, a comunidade tem um papel fundamental..., e aquilo que nós temos visto, até no âmbito das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, elas próprias compostas pela comunidade, que funcionam melhor aquelas que a comunidade é uma comunidade mais ativa, mais dinâmica, mais plural, que respeita, que interage, que protege... e, nessas comunidades, geralmente, há sempre também presente esta componente da participação das crianças, seja através do município, seja através das escolas, já são comunidades mais maduras..., temos outras comunidades que ainda estão muito fatiadas, e muito isoladas, e cada uma na sua capelinha, e que as crianças são ali um instrumento que está no meio... ah, ..., mas com muita dificuldade de articulação...

<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação\desafios e limitações</p>	<p>Ah, por acaso, alguns estudos refletem que há famílias, em média, nalguns concelhos... eu li isto no Norte..., que são acompanhadas por sete e oito organizações da área social a mesma família..., e precisam quase de uma agenda para o dia em que têm de ir reunir com a doutora de cada organização para falarem sobre os seus problemas..., e, de facto, esta falta de articulação e de junção de meios, que são poucos, é uma pena, porque a comunidade pode ter um potencial enorme, se se unir, se partilhar recursos... e pode potenciar respostas muito mais integradas do que fazendo isoladamente.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação\Selo Protetor: escolas abertas à comunidade</p>	<p>O Selo Protetor, também ele, quer muito apostar numa escola aberta à comunidade e, portanto, também tem... tem um requisito de abertura à comunidade... até porque as escolas onde... até há exemplos muito interessantes de escolas que, à noite, são escolas para os pais... e os miúdos, ontem, no Conselho Nacional falavam nisso também, curiosamente ..., diziam, porque não, também, haver escolas para pais à noite, não da matemática e do português, e de tudo, mas para serem melhores famílias..., bem sei que isto é um bocadinho filosófico, porque, depois, os pais não vão... eu trabalhei três anos numa escola e sei que, depois, é difícil chamar os pais... mas, se for assim em caráter de escola, com um diploma, quem sabe... ou com umas ações de formação concretas, se calhar até vão, e, se calhar, até todos ganham com isso... E, por isso, eu acho que uma comunidade ativa e atenta faz toda a diferença, sim.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E2, Presidente da CNPDPCJ 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação</p>	<p>E, por isso, eu acho que uma comunidade ativa e atenta faz toda a diferença, sim.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais/reconhecimento da criança no espaço público</p>	<p>E o reconhecimento da criança, de facto, como um outro alguém, que tem que ter espaço, ser ouvido e compreendido e tem que se exprimir... ah... Aqui, acho que é, de facto, a comunidade como um todo... mas vejo muito também a comunidade a passar pelo papel que as escolas... que o ensino...que a educação pode ter...e parecem-me fundamentais.</p>

<ul style="list-style-type: none"> E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\poder local - pandemia: que resposta?</p>	<p>O poder local, como esta situação da Covid mostrou, é absolutamente essencial, na medida em que detém algumas chaves de resposta de proximidade aos problemas sociais. Se não fosse o poder local...aliás, eu tive a oportunidade de fazer a avaliação sobre isso... no âmbito do laboratório colaborativo ProChild, em que sou membro da direção...ah... em que fizemos um inquérito aos municípios... o poder local foi absolutamente essencial na resposta às necessidades das crianças, designadamente no que respeita, não apenas à distribuição de computadores no ensino à distância, no primeiro confinamento, situação que se está a repetir agora... ainda ontem vi reportagens na televisão acerca disso... ah... como também, na resposta que me pareceu bastante... competente, ainda que algo desagregada, mas nem sequer seria possível fazer de outra maneira... mas uma resposta bastante competente aos problemas eminentes de fome, que poderiam decorrer da situação de desemprego, perda de rendimentos, etc... Creio que, aí, houve um esforço muito significativo, no sentido de debelar esses problemas, de os identificar, de os acompanhar, etc... Em alguns casos, os municípios foram até mais longe... que é o caso do município de Guimarães... com uma intervenção focada junto de situações, por exemplo, de perturbação ou de saúde mental, inerente aos processos de confinamento... e de internação perante qualquer sinal de risco, através da articulação de vários serviços, com uma figura de “pivô”, chamados “gestores de crise”, que eram técnicos e técnicas de serviço social, psicólogos, etc... e cuja função era exatamente identificar esses problemas e fazer esse trabalho de proximidade. Os municípios são absolutamente essenciais, porque detêm essas chaves de resposta e podem articular outros serviços, cujo peso organizacional e burocrático... ah... e mesmo a sua insuficiência de recursos leva a que haja mais dificuldades de resposta, como é o caso de, claramente, os serviços locais de ação social... que, de facto, deixaram algo a desejar nesta intervenção... em situação de pandemia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\participação da criança no contexto local</p>	<p>Por outro lado, os municípios têm programas, como as ‘Cidades Amigas das Crianças’ ou as ‘Cidades Educadoras’, que são absolutamente determinantes... e eu acho que... aliás, até escrevi sobre isso... que é exatamente no contexto local que, mais facilmente, a participação das crianças pode ser mobilizada... na exata medida em que é uma participação sobre problemas que as crianças conhecem. E, portanto, a capacidade de formular respostas a problemas conhecidos é muito maior... e a criação de modalidades, como o Orçamento Participativo Local de Crianças, o Orçamento das Escolas, a criação de Assembleias e Conselhos Locais de Crianças, os inquéritos às crianças sobre aspetos, enfim... diferenciados da organização da vida do município, do urbanismo aos equipamentos, aos transportes, à mobilidade, etc...</p>

<ul style="list-style-type: none"> E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\reconhecimento da criança no espaço público	Tudo isso é absolutamente determinante na criação de uma sociedade em que as crianças façam parte da vida em comum e colaborem, no sentido da construção, efetivamente, de um espaço convivial, onde todos têm lugar e todos têm voz.
<ul style="list-style-type: none"> E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portu 	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\direitos da criança na comunidade: que políticas locais?	Bem, nós na UNICEF Portugal, tal como na UNICEF global, acreditamos e, nos últimos anos, de uma forma muito mais visível, na importância das comunidades e do poder local na implementação dos direitos, no sentido em que as decisões tomadas a nível local têm um impacto direto na vida da criança. Podemos dizer, obviamente, o mesmo em relação às políticas de âmbito nacional, que têm um impacto na vida da criança... e, então, as medidas tomadas, por exemplo, no âmbito da pandemia, têm um impacto direto no dia a dia da criança, mas este nem sempre se vê logo. As medidas locais têm sempre este impacto na criança e, por isso, se queremos efetivamente garantir a realização dos direitos, temos que envolver o poder local e as várias instituições e entidades que fazem parte da comunidade para isto acontecer. Por isso, aqui, em Portugal, o que temos assistido é, por exemplo, ao nível da educação, uma responsabilização, uma delegação de competências cada vez maior nesta área e, portanto, vem reforçar ainda mais esta nossa perspetiva da importância das políticas locais... e porque os municípios não implementam apenas aquilo que são as orientações nacionais, mas vão desenvolvendo aquilo que são as suas políticas e as suas prioridades... e, acima de tudo, porque tentam responder às necessidades da sua própria comunidade e daí a importância do poder local, porque permite não só olhar para as questões que afetam o país todo, mas, em particular, para as questões que afetam a sua comunidade, o seu município no seu todo..., mas depois também para políticas de freguesia, que possam olhar para dimensões então ainda mais particulares de grupos de pessoas, neste caso, de grupos de crianças. Por isso, quando falamos de Estratégias de Combate à Pobreza, é muito importante pensarmos naquilo que são compromissos nacionais de redução do risco de pobreza infantil, mas termos em conta, por exemplo, a questão do ‘urbano’, não é..., da pobreza que se vive em alguns contextos urbanos e, por isso, o pensar nesta erradicação num território ou nesta redução da pobreza num território, num município como Lisboa será diferente de o fazer num município como Boticas..., mas sem dar exemplos, os dois territórios são diversos, não é... E, por isso, devemos ter em conta tudo isso e as próprias necessidades e os recursos que os municípios têm para conseguir responder... e recursos não só das Câmaras Municipais, mas de todas as entidades que fazem parte dessa comunidade e que devem ser envolvidos nestes esforços. Claro que, quando falamos de comunidade e de políticas públicas, não me refiro apenas à Câmara Municipal como entidade supra que tem toda a responsabilidade; não, é efetivamente uma responsabilidade partilhada. E, no caso destas comunidades, todas as entidades públicas, privadas e semipúblicas ou semiprivadas têm responsabilidade.

<ul style="list-style-type: none"> E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\direitos da criança na comunidade: que políticas locais?\Programa Cidades Amigas das Crianças: planos locais integrados</p>	<p>Posso falar no Programa das Cidades Amigas, que tenta pôr em prática tudo aquilo que eu referi, o envolver os municípios, e aqui a Câmara Municipal, mas todas as outras entidades, na aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, começando por desenvolver uma política local, um Plano Local para os Direitos da Criança, que pense estrategicamente aquilo que o município quer para os próximos, neste caso, no âmbito do Programa, para os próximos quatro anos. Portanto, que pense estrategicamente naquilo que quer mudar, melhorar, implementar ou fazer de novo para os direitos, enfim... para a aplicação dos direitos da criança e, depois, na prática, o que é que quer fazer e com quem é que o quer fazer, tendo sempre em vista aquilo que quer, em termos de mudanças, para a vida da criança. No fundo, o Programa tenta criar esta oportunidade de reflexão nos municípios, e também com a própria UNICEF, para que, em conjunto, possamos pensar sobre isto e ter estes Planos Integrados para a aplicação dos direitos. Portanto, o Programa tem, em vários territórios, permitido a construção destes Planos Locais e a sua implementação. Desta forma, temos já vários municípios pelo país, desde Norte a Sul e nas Ilhas, que têm demonstrado como estas mudanças são possíveis e como podemos ter políticas locais integradas que promovem os direitos da criança, e, aqui, direitos sociais, políticos, culturais, económicos e civis, e de como os direitos são postos em prática.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\poder local: dimensão cultural</p>	<p>Por exemplo, no nosso caso, o LU.CA nasceu de uma programação que existiu durante doze anos no Teatro Maria Matos e que foi crescendo, crescendo... Nessa altura, o poder local achou que era necessário dar um espaço autónomo e depositor a esta área de programação, e, portanto, os objetivos iniciais da programação do Teatro Maria Matos foram revistos e ampliados e agora ocuparam um teatro com outras questões, com outras interrogações, naturalmente... e também com mais objetivos... Ah..., e, portanto, da parte do poder local, o que eles fizeram foi... foi fazer uma avaliação de um trabalho e perceber que, se calhar, esse era o futuro, até porque... O que é que acontece? É que teatros que já têm muita programação, e se têm ainda uma área de programação para crianças quer dizer que a comunicação... a forma como nós chegamos às pessoas é uma forma muito mais afastada do que quando nós estamos a comunicar só num sentido, não é Porquê? Porque, naturalmente, estamos a divergir os públicos a quem nós nos dirigimos, não é... E, mais, quando nós temos um teatro só para crianças, nós sentimos... e acho que isso é.... acho que todos pensam exatamente assim.... é que a própria ideia de existir um teatro para crianças, ela só, como ideia, já é altamente comunicante. Portanto, nós aproximamo-nos... aproximamo-nos de um lugar destes, porque há uma ideia que nos é passada pela própria... pelo próprio... objetivo da instituição, não é.... este programar para crianças e para quem é que ele se dirige.... Penso que essa é a única resposta que eu posso dar... No entanto, sei que a Câmara continua... e que tem outros ligamentos... e vários e muitos com serviços educativos. Mas, na área do</p>

		<p>teatro, até porque o teatro, pela forma como funciona e pelos requisitos de que necessita... ah..., tem muitas... tem muita equipa associada... mexe com muitos mecanismos... ah, mexe com muito trabalho de... ah, repare... um teatro não tem o acervo que tem um museu, não é... num museu, podemos abrir as portas e estamos em relação com as obras... e pode ser uma relação mais próxima ou mais distante, enfim, depois, haverá vários mecanismos de mediação, que podem ser convocados..., mas nós podemos abrir uma porta e as obras estão ali. Num teatro, nós podemos abrir as portas e acender as luzes e o que temos é um espaço... não quer dizer que ele não seja muito rico e importante de se viver e de se visitar..., mas ele só se vive em pleno quando há qualquer coisa em palco, não é... que o ativa. E, portanto, nós não podemos existir sem uma série de mecanismos, e, por isso, quando um executivo toma uma decisão destas, está também consciente de que está a ativar uma série de mecanismos, que, para já, não tem... quer dizer, que depois já é muito complicado, também, parar... e que eles, naturalmente, darão os seus frutos, é isso que se espera... e também porque mexe, como dizia há pouco... mexe com muitos artistas e com muitas equipas que entram e que saem.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\poder local: dimensão cultural</p>	<p>aliás, o LU.CA surge, porque, também, há uma vontade da parte da vereação da cultura de replicar modelos que existiam noutros... noutras cidades da Europa, que têm já há bastantes anos teatros de referência com programação só para crianças e jovens... e, portanto, Lisboa não tinha nenhum e a vereação da cultura achou que era importante replicar esse modelo</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática</p>	<p>primeiro, antes de conseguirmos, de facto, que isso se concretize e que as pessoas..., que os profissionais o valorizem, nós temos que conseguir ter na equipa essa mesma cultura..., ou seja, a cultura organizacional tem que ser uma cultura democrática, de participação, e de participação não significa que tenhamos que ouvir toda a gente, a todo o momento, sobre tudo... e que toda a gente tenha o direito de decidir, a todo o momento, sobre tudo... a participação tem muitas outras formas de ser agida e exige responsabilidade. Portanto, eu diria que, para o envolvimento das famílias e para que a sua participação seja... e quando digo, aqui, famílias são os mais diretamente ligados àquela criança, mas falo também da comunidade... é preciso que a organização... e isso é muito claro no Centro Infantil Olivais Sul.... é preciso que haja uma cultura organizacional democrática, onde a participação seja um valor.... e, depois, o modo como se garante essa participação... se proporciona, se garante... e como é que as pessoas se sentem no dever e no direito de usarem a participação como espaço de cidadania... não é fácil... garanto-lhe que não é fácil... Agora, isso tem que estar na cultura organizacional e tem que haver um trabalho de equipa para que isso, depois, não seja artificial... porque, senão, a participação das famílias vai ser em reuniões de pais e em festas... e não é isso que se pressupõe que seja a participação... é muito mais. Por isso, tem que haver uma cultura organizacional e uma convicção de que a participação é um valor... e, depois, o</p>

		modo como ela se vai fazer, obviamente, tem que ser construído entre todos... ah... e nem todas as famílias estão dispostas... ou seja, têm uma visão do uso dos serviços que implique da sua parte essa participação. Portanto, é preciso construir isto, na forma como comunicamos, na forma como eles veem o relacionamento entre equipa, no modo como... como todo o ambiente educativo está organizado. A cultura organizacional é absolutamente fundamental.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática\relação com as famílias	Depois, o modo de participação das famílias tem que ser ajustado às famílias que lá estão. Também não há modos únicos de fazer, não é? Porque temos... todos os anos, as famílias... o grupo de famílias se altera. Há famílias que estão lá connosco desde os quatro meses até aos seis anos, a grande maioria, mas todos os anos entram famílias novas. Portanto, como é que este tecido social, esta comunidade se vai reestruturando e, ainda assim, não perde aquilo que é o seu valor fundamental.
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática\relação com a comunidade	Com a comunidade, é ter uma visão que não seja instrumental, ou seja, eu não vou lá fora só buscar aquilo de que preciso... eu também tenho que ter a capacidade de me abrir e servir outros, não é? Ah... e construir esta capacidade de é uma parceria e, depois, esta parceria evolui num sentido de trabalho em rede... criam-se micro-redes lá dentro... é preciso animar... é preciso animar esta... isto leva tempo... mas não é fácil, porque o próprio centro infantil... ah... já viveu períodos diferentes, em que estava totalmente fechado à comunidade, em que, no bairro, muitas pessoas nem sequer sabiam da existência do Centro Infantil, passavam por lá todos os dias e nem sequer sabiam o que ali se passava... e, neste momento, não...ah... e isso cria-nos, obviamente, outras situações, como a nossa lista de espera, que é sempre angustiante de longa, mas também sabemos que as pessoas que procuram o Centro Infantil já o fazem porque conhecem mais sobre aquilo que lá se faz e escolhem o Centro Infantil Olivais Sul. E isso é muito, muito, muito importante... e significa que nós estamos a fazer um trabalho na comunidade, também... e que estamos a valorizar aquela equipa no modo como trabalha e estamos a valorizar, modestamente, aquilo que é a qualidade na educação de infância...
● E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal	3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática\relação com as famílias	que os pais consigam perceber a diferença entre isto e aquilo... e que consigam ganhar esta capacidade de questionar..., ou seja, eles lá têm elementos para descodificar aquilo que, seja depois no primeiro ciclo, no segundo, vão encontrar... e encontrar esta capacidade de descodificar e de entabular diálogo com os profissionais em função daquilo que é a sua visão de educação. Isto leva anos a fazer, mas é possível... e, por isso, podemos ter, como nos aconteceu há dois dias, um pai que se encontrou com a nossa diretora na rua e perguntou-lhe ‘Então, como é que é está?’ – porque estão confinados em casa, não é, mas nós estamos sempre em contacto – e disse ‘Ah, mas não se preocupe, porque vocês também são família, se eu precisar eu peço ajuda’. E isto, para nós, vale ouro... isto para nós vale ouro.

<ul style="list-style-type: none"> E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>3.1. Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática</p>	<p>E, em termos da cultura organizacional, posso-lhe dizer que, ao fim de seis anos, ter as educadoras e as auxiliares a trabalharem em verdadeira equipa educativa e a produzirem recursos para as famílias... e esta semana, por exemplo, eu tive o primeiro... ah... recurso feito em conjunto..., não porque elas não façam já outros, mas feito em conjunto, onde não aparece 'educadoras e auxiliares'. Elas puseram os nomes de todas por ordem alfabética. Isto, para mim, se eu não tivesse atenta, podia passar absolutamente despercebido, mas não... isto é valorizado e tem que ser dito, tem que ser celebrado... e é assim que eu acho que se constrói essa qualidade e se garante às crianças um espaço seguro, feliz, onde elas constroem memórias..., mas onde a família também constrói memórias, que depois lhe vai levar e que a vão ajudar a ter esta noção de que teve uma infância, que foi uma infância segura, feliz e que vai fazê-la, eu espero, um cidadão diferente.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>3.1. Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática\trabalho em parceria com as famílias na comunidade</p>	<p>Ah... eu acho que, quando nós estamos envolvidos numa ação, temos muito mais facilidade em nos apropriarmos e a querer contribuir cada vez mais. E, portanto, acho que é muito importante que localmente, e para isso existem as Comissões Sociais de Freguesia que são compostas por entidades que têm intervenção local e que chamam a si também, depois... ah..., hoje, as associações locais, as comissões de moradores, no fundo... ah... e isso é muito importante, porque as pessoas envolvem-se mais... ah... sentem como se 'eu estou a contribuir para mim, também', não é? E isso acaba por, também, ser uma mais valia. E acho que pode ser... é diferenciador, na medida em que eu acho que leva a uma maior participação... quando as pessoas sentem que, efetivamente, estão a contribuir para melhores condições de bem-estar no seu espaço, na sua comunidade, na sua freguesia... E, assim, o que é importante é que este trabalho em parceria e esta questão de o poder local estar próximo das populações... aqui o papel de uma Junta de Freguesia é fundamental... de auscultar, de conhecer as famílias... claro que há freguesias que têm um número elevado de habitantes e de famílias e é difícil, mas, por isso, é que, depois, há as entidades parceiras que podem auxiliar... e, depois, o trabalho em parceria... acho que facilita... nós costumamos dizer que um trabalho em parceria bem concertado é fundamental e é meio caminho andado para que se possa ter um diagnóstico apurado, para se encontrar a melhor solução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>3.1. Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\cultura organizacional democrática\trabalho em parceria com as famílias na comunidade</p>	<p>Mas, por exemplo, em Marvila, nós fazemos parte da Comissão Social de Freguesia de Marvila, estamos no Bairro do Condado há quase trinta anos... ah... e, portanto, no ano que terminou, entidades que fazem parte da Comissão Social de Freguesia candidataram-se, em conjunto, para o Programa Proinfância. O Programa Proinfância é um Programa patrocinado pela Fundação La Caixa, portanto, foi adotado de uma ideia espanhola, mas... ah... transposto aqui para nós, com base em estudos que eles fizeram do trabalho nas comunidades. E lembro-me que, na altura, já há uns anos, nós tínhamos... o IAC estava a beneficiar de um projeto, com o apoio do BPI...,</p>

		<p>portanto, um projeto financiado pelo BPI... e a Fundação La Caixa pediu uma visita para conhecer a intervenção e pediu-nos que explicássemos como é que nós trabalhávamos em termos de... o trabalho em parceria na comunidade, o trabalho em modelo integrado.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais/cultura organizacional democrática\trabalho em parceria com as famílias na comunidade</p>	<p>e, portanto, em Marvila... este programa só vai ser implementado em três freguesias da cidade de Lisboa, porque foi assim.... a Rede Social de Lisboa em conjunto com a Câmara Municipal, portanto, elegeram das diferentes freguesias de toda a cidade três que consideravam aquelas que estavam em maior risco de pobreza e exclusão social, e foram Marvila, Penha de França e Santa Clara... ah... e nós, portanto fazemos parte do consórcio de Marvila e, portanto, também estamos muito expectantes... não é que o trabalho em parceria já não se faça, mas agora temos outros tipos de instrumentos... ah... e, portanto, queremos ainda aperfeiçoar mais... e claro, lá está... vão ser selecionadas famílias para se trabalharem, mas o trabalho aqui... aqui, não... o trabalho com as famílias só tem sentido se for com, era isso que eu queria dizer... nós não estamos ali a trabalhar para eles, nós estamos a trabalhar com eles. Ah.... claro que isto demora o seu tempo, trabalhamos com pessoas, não é? Não trabalhamos com números, trabalhamos com pessoas, logo, o ritmo não é igual... ah... e, portanto, estaremos, enquanto entendermos que é importante o nosso apoio. Quando consideramos que a família atingiu um patamar de autonomia, que não precisa, vá, da bengala do IAC, então, portanto, aí mudamo-nos para... e já aconteceu isso, já estivemos em diferentes comunidades e foi isso que fomos fazendo, no fundo.</p>

<ul style="list-style-type: none"> E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>3.1. Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais/participação da criança no contexto local</p>	<p>O princípio que seguimos é um princípio que tem já muitos anos na história da humanidade que é aquele princípio do ‘Nada de nós, sem nós’, não é? Portanto, não faz sentido falarmos de políticas para a população mais idosa sem os envolvermos, como não faz sentido falarmos de políticas para a juventude ou para comunidades migrantes ou para as crianças sem as envolvermos, sem terem voz ativa nesses processos... e, por isso, parece-nos que é sempre muito importante que haja uma coconstrução dessas políticas e que haja, sempre que possível, ... ah... políticas que são feitas, se quisermos ... que são construídas de baixo para cima, ou seja, que não são imposições... ah... e ideias emanadas dos serviços municipais, ou emanadas centralmente, mas que sejam construções e reivindicações das crianças e dos jovens, no caso, porque estamos a falar aqui desta população específica... ah..., mas a ideia é envolver sempre que possível nos processos de conceção... e, às vezes, diminui-se aquilo que é a capacidade ou surge um bocadinho a ideia de que as crianças ou jovens não conseguem ter ideias sobre o que é melhor para elas... e não é essa a opinião que nós temos. Nós temos a certeza, até por percurso feito antes de estarmos na Câmara, mas, sim, temos trazido isso também para a Câmara, que é... ah... há sempre uma palavra muito esclarecida por parte das crianças e dos jovens quando lhes perguntamos e quando lhes damos o poder de dizerem o que é que sentem que é melhor para as suas vidas. Ah..., uma medida lançada centralmente em que eu estive envolvido, porque desempenhei anteriormente funções também no Ministério da Educação, como Adjunto do Secretário de Estado... ah... uma das medidas mais interessantes a que tive ocasião de assistir foi, depois de se ter feito uma iniciativa chamada ‘A Voz dos Professores’, que decorreu na Gulbenkian, em 2016... creio que no início de 2016... ah, no final do ano, lançou-se uma iniciativa que foi ‘A Voz dos Alunos’, e em que se colocaram os alunos a refletir sobre aquilo que deve ser, por exemplo, a escola, a sala de aula, a aula, os projetos, os trabalhos de casa... e, contrariamente à tentação que poderia existir de alguns adultos de dizer ‘as crianças vão querer é menos trabalhos de casa e mais diversão’, não, pelo contrário. Foram sempre propostas, aquelas que ouvimos neste contexto... e esta iniciativa que foi lançada, em 2016, teve continuidade a nível nacional e foi correndo um bocadinho o país todo, mas também teve... foi, ao nível da OCDE, foi replicada como uma proposta muito interessante e está a ser aplicada, também, por muitos municípios, como, também, no nosso... ah... o grande princípio é que as crianças aquilo que nos apontam é, quando falam sobre a escola, dizem-nos aquilo que, de alguma forma, todos já sabemos, que é melhorar sob o ponto de vista das práticas de aprendizagem... querem práticas mais ativas, querem aprendizagens significativas, querem aprendizagens cooperativas, querem estruturas de... que não são de menos trabalho, mas que são de trabalho, se calhar, e de processo de aprendizagem mais eficaz... E, por isso, em momento algum, acho que</p>
---	---	---

podemos deixar de ouvir as crianças, os jovens ou os destinatários das políticas que desenvolvemos, para a sua conceção... e, por isso, mecanismos como os Conselhos Municipais, que, a nível local, concretizam este tipo de medidas, me parece que são tão importantes. Por isso, é tão importante um Conselho Municipal de Educação, um Conselho Municipal do Desporto, ou da Juventude, ou de Ação Social, em que os atores e os beneficiários das medidas se pronunciam sobre elas... e constroem essas medidas.

- E10, Professor Associado do ISEG/IUL
3.1. Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais/pobreza infantil e bem-estar: família - escola - município
Em relação às famílias é, evidente, que não se consegue nada sem a participação das famílias, portanto, se queremos melhorar a situação das crianças, temos que mobilizar as famílias..., ou seja, não faz sentido pensar que melhoramos a situação das crianças em oposição às famílias. Isso implica que nós temos que ‘ganhar’ as famílias, muitas vezes..., dar-lhes, também..., pelo menos, em muitos casos... pô-las a refletir sobre o que significa criar uma criança... ou várias crianças, que é a situação mais normal no caso da precaridade. Em segundo lugar, obviamente que a escola tem um papel determinante, como eu já referi há pouco...ou seja, a escola não é só um meio de adquirir conhecimentos, é também um meio de socialização e de ‘ganhar as pessoas’ enquanto cidadãos ativos numa sociedade... e, portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma que a escola, a esse nível, é fundamental. Em relação às autarquias, no fundo, a todos aqueles organismos intermédios da administração local e regional..., ah, eu tenho tendência a dizer que gostaria que, em tudo o que tem a ver com as questões da pobreza e do bem-estar,

<ul style="list-style-type: none"> ● E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\pobreza infantil e bem-estar: família - escola - município\maior institucionalização do papel das autarquias</p>	<p>as Câmaras, as autarquias, as instituições a nível local, deveriam ter um papel mais ativo do que têm... esta é a minha impressão geral, mas eu não tenho dúvidas que ao dizer isto estou a ser injusto em relação a muitas destas entidades que já fazem isso e muito mais do que isso. Agora, assim como eu acho que o estado central não se pode desresponsabilizar do combate à pobreza, eu acho que nós deveríamos ter, em Portugal, uma institucionalização maior do papel das autarquias, das Câmaras no combate à pobreza... não é que muitas já não tenham um papel importante, têm, certamente, mas isso acaba desgarrado..., aparece, muitas vezes, como um extra que elas fazem em relação ao que é a obrigação delas... eu preferia ver uma lógica integrada, em que esses vários organismos tivessem um papel reconhecido e estabelecido de combate à pobreza, em Portugal, e em particular à pobreza das crianças... Até porque, nas autarquias, já estão, hoje, um conjunto muito grande de competências que são vitais para isto... quando nós falamos nas creches, quando nós falamos nas escolas, as autarquias já têm, hoje, uma palavra a dizer no funcionamento dessas instituições e, possivelmente, no futuro, terão ainda uma intervenção maior. Portanto, eu acho que... ah..., claramente, nós devemos ter orientações globais... e isso tem a ver com o facto de funcionarmos num regime democrático e, portanto, aquilo que são as políticas públicas devem ser uma emergência da vontade popular, expressa democraticamente..., mas, para além disso, isso significa que nós devemos tentar que a implementação prática dessas medidas seja o mais possível ao nível local e ao nível da proximidade com as pessoas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação</p>	<p>O poder local, em tudo quanto é intervenção, é absolutamente essencial, porque está muito mais perto das pessoas do que o poder central, digamos assim</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E11, Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação\desafios e limitações</p>	<p>o poder local tem vários níveis... e, mais uma vez, vamos dar às disparidades, até por uma questão de recursos..., obviamente, que, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa tem recursos para implementar programas, projetos e políticas para a cidade que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não terá, digo eu... são exemplos... quer dizer, a de Lisboa é óbvio... a de Montemor, foi o que me surgiu... ah... que uma junta de freguesia, por exemplo, a de Belém, que eu conheço muito bem porque a sede da Fundação é em Belém... desde há setenta anos... ah... tem meios que, se calhar, uma junta de freguesia em Trás-os-Montes ou no Alentejo, não terá... Por outro lado, se pensarmos em nível de poder público, as juntas de freguesia têm um papel absolutamente essencial, porque conhecem a população, e quanto menor for o meio, quanto menor for a freguesia, melhor conhecem. Ah... se, por um lado, isto permite a implementação de políticas e programas muito feitos à medida das necessidades das pessoas... ah..., por outro lado, pode, também, contribuir para alguma disparidade, ao nível da população nacional...</p>

		<p>tanto pela via de maiores ou menores fundos orçamentais, como pela via, portanto, do lado positivo, digamos assim.... as juntas de freguesia mais ricas terão possibilidade de implementar mais programas... a minha dúvida... e, aqui, é mesmo uma dúvida... é se serão melhores programas, porque, normalmente, são freguesias maiores, com um nível de anonimização dos cidadãos maior... se calhar, uma junta de freguesia de uma comunidade mais pequena, em que ainda toda a gente se conhece, embora tenha menos recursos económico-financeiros, terá um programa melhor, mais bem desenhado, digamos assim, em termos das necessidades da população com que pretende trabalhar. Eu acho que isto, em termos de políticas sociais e de políticas públicas, é sempre tudo muito... muito complexo, porque as variantes que temos que ter em atenção são demasiadas... ah... e, depois, estamos a trabalhar com e para pessoas, e cada uma já é uma complexidade só, não é? E nós não desenhamos programas individuais... ah... em termos de políticas públicas, são programas comunitários, digamos assim.... seja a comunidade o país inteiro, ou uma cidade, ou uma vila... ah... e, portanto, tudo isto é muito... é muito complexo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação</p>	<p>Eu vejo como essencial e muito importante, se queremos que as coisas sejam concretizadas e levadas a bom termo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais\papel da comunidade e necessidade de articulação\desafios e limitações</p>	<p>Ah... acho que estamos ainda muito aquém daquilo que deveria ser... e, portanto, entendo que estamos a fazer um bom caminho...ah..., que estamos a criar bons alicerces e que temos, estrategicamente, o foco no sítio certo..., portanto, a evolução é esta, é este o caminho que temos que trilhar e há um espelho que é bem visível nos programas e nas iniciativas que estão a nascer, a nível nacional...ah... Acho que, realmente, é um caminho que ainda temos que fazer para conseguir que estes objetivos sejam perspetivados por todos os agentes da mesma forma ou, pelo menos, estes lhe confirmam a importância devida..., porque eu acho que, sem um envolvimento das políticas locais, dos nossos decisores políticos, da comunidade em geral e das famílias, nunca conseguiremos levar a bom porto estes nossos... estas nossas pretensões... Portanto, eu acho que... respondendo à sua pergunta, na minha opinião, são essenciais, para conseguirmos...ah... prosseguir com estes objetivos estratégicos... estamos ainda muito aquém do envolvimento necessário de todos estes agentes... e, quando digo de todos, é de todos mesmo...desde a família aos decisores políticos...</p>

Cor	Nome do documento	Código	Segmento
•	E1, Programa Educação pelos Direitos, UNICEF Portugal	4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\acompanhamento e avaliação de políticas e programas	<p>Eu acho que há sempre que melhorar..., mas para isso é preciso avaliar... e eu penso que aí vamos entrar, também, numa outra ótica e numa outra problemática de intervenção em Portugal... Avaliar não é propriamente algo que seja muito comum em contexto escolar... O que é que se avalia em contexto escolar? Avaliam-se os testes... avalia-se a assiduidade..., porque são parâmetros quase matemáticos da avaliação e, portanto, não necessitam de uma estrutura, quer ao nível dos indicadores, quer ao nível do conhecimento teórico que fundamente o porquê de se avaliar de uma determinada forma... Ah... E falo isto na mesma posição para o Programa Educação pelos Direitos, ou seja, não há ainda... e isso é algo que se pretende fazer, entretanto... uma estrutura de avaliação clara do impacto que nós temos em contexto escolar. Isto é, nós podemos fazer uma avaliação do aluno, no sentido em que este participa e dá a sua autoavaliação sobre o Programa... ah..., no entanto, não temos uma avaliação estruturada para perceber o impacto que o Programa tem em contexto escolar nas turmas em que é desenvolvido, de uma forma sistemática. É algo que pretendemos fazer e que tem de ser feito... ah..., porque só avaliando é que nós conseguimos perceber, para além do impacto que temos, o que é que temos que fazer de forma diferente, para passar de uma questão de bom senso... das necessidades que as escolas nos transmitem. Ah..., do conhecimento que tenho da prática, isto ainda não é perceptível... e eu acho que essa também é uma necessidade das próprias políticas... o impacto que as coisas têm depois de serem feitas ou quando são colocadas em prática...e, a meu ver, isto é transversal à sociedade portuguesa. E, portanto, nós somos muito bons e sempre fomos muito bons a redigir leis, como a Lei 54 e a 55 de 2019, mas depois o contacto com as escolas e com agrupamentos situados em áreas geográficas diferentes, mostram-nos que as coisas não são aplicadas da mesma forma...e, deste modo, não vamos atingir os mesmos resultados. Este ‘fazer à minha maneira’, ‘fazer à minha interpretação’, pode mudar-se se, de facto, houver uma estratégia de avaliação, porque se eu tiver que avaliar segundo um determinado padrão, eu vou ter que balizar as coisas... Não que eu defenda que tenha que estar tudo quase em formato checklist, obviamente que não... porque é importante que, quando eu vou aplicar aquela lei, possa também ter liberdade de o fazer segundo uma variedade enorme... e estamos a falar aqui, por exemplo, de determinadas leis, como a 54 e a 55... Nós quando vamos ver as medidas, as seletivas e as adicionais, elas não estão definidas quanto ao que é que eu tenho de fazer, obviamente..., pois isso quem tem que o fazer é o professor... é ele que tem conhecimento para a definição das medidas. No entanto, para perceber, de facto, aquilo que estou a promover ou a aplicar, nomeadamente uma lei, eu tenho que saber se ela funciona... e, para saber se ela funciona, tenho que avaliar. Portanto, sim... acho que isto é transversal... acho que... e, não gostando muito da palavra problema, porque tem uma conotação negativa e não é essa que quero deixar aqui..., mas acho que existe, de facto, uma falha naqueles que são os métodos de avaliação de impacto, quer de projetos, quer de políticas públicas.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\capacitação contínua e a especialização dos profissionais</p>	<p>Eu acho que isto é um caminho que nunca se completa, não é... Acho, também, que é muito importante que os profissionais... enfim, que se vão especializando nesta área... se bem que isto é um bocadinho de verdade para todas as áreas... mas que tenham sempre, que nunca fiquem descansados, não é...que nunca pensem que chegaram ao ponto em que está tudo feito e não há mais nada a fazer. Portanto, acho que há aqui uma vigilância permanente...ah... e é um caminho que, enfim... em que temos, a toda a hora, de nos voltar a questionar se estamos a ir na direção certa e isso é muito importante... Portanto, há aqui uma dimensão de melhoria do sistema que eu acho que tem a ver com uma crescente... eu vou utilizar esta palavra e depois vou ter que a explicar... uma crescente especialização dos profissionais que trabalham nesta área. Quando eu digo isto, não quer dizer que sejam... não quero, com isto, dizer que sejam profissionais que só saibam de crianças e jovens, até porque isso não é coerente com o início da nossa conversa e a ideia da importância do cruzamento. Eu não estou tão preocupada com o ter, aqui, psicólogos, assistentes sociais e educadores que sejam bastante especializados naquilo que é a infância e a juventude, etc. Agora, acho que esta é uma área que exige um know-how do ponto de vista... um know-how, é isto mesmo... um ‘saber como’... do ponto de vista daquilo que são o desenvolvimento de instrumentos, de modelos de intervenção e de abordagens, e, de facto, acho que se deve caminhar para que, quem trabalha nesta área, sejam cada vez mais profissionais que têm uma socialização prévia, com estas ferramentas que têm ao seu dispor, para poderem fazer um bom trabalho.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\interligação e interação teoria-prática</p>	<p>Depois, acho que as articulações... Eu, na semana passada, estive num webinar sobre as questões da adoção, que foi organizado dentro do meu Departamento e que me parece que foi um bom exemplo do que eu queria aqui dizer. No fundo, nós tivemos uma Universidade a fazer a apresentação de um projeto que desenvolveu... que é um projeto de investigação-ação, que se prende com... com uma metodologia...um modelo de trabalho para a preparação da criança para adoção... da criança e dos pais para adoção... e que foi implementado... e que se recolheram os resultados e, portanto, já foi submetido a alguma espécie de teste. Portanto, este modelo concetualmente gizado... ah... cientificamente fundamentado, com conceitos bem definidos, etc... foi traduzido por uma pessoa que pertence à minha equipa do Departamento... uma pessoa, quer dizer, não foi ela sozinha... Dentro da equipa da adoção, traduziu isto num guia técnico... ou num guião técnico para as práticas profissionais... ah... e que foi, no fundo, também apresentado neste webinar, esse guião técnico. Depois, tivemos uma colega do Centro Distrital de Aveiro, da equipa de adoção, que foi apresentar a experiência de aplicação e os resultados. Ah... E digamos que, não vendo eu isto como estanque, não é... não quer dizer que a pessoa que aplicou não possa dar inputs para quem concebeu e quem transformou essa ideia, essa conceção, numa operacionalização, que não possa, também, dar inputs... Portanto, tudo isto é interativo. Mas eu acho que esta... e como é no ‘ProChild’, no fundo ... promover esta interação entre a academia, entre o serviço público, ao nível de quem está mais a conceber e a pensar e as pessoas que estão depois na prática, no concreto, a pôr em marcha e a operacionalizar... isto é... ah... extraordinariamente importante nestas áreas, porque isto não se</p>

		trata só de estarmos aqui a debater e discutir ideias, não é... Trata-se de estarmos aqui a pensar... o que é que nós podemos fazer na prática para melhor salvaguardar os interesses das crianças e dos jovens, para melhor corresponder àquilo que é o nosso objetivo que, no fundo, é promover o seu bom desenvolvimento e a sua felicidade, podemos dizer assim... ah... E, portanto, há aqui um efeito prático, não é... uma implicação para a vida real, que é muito forte e, desta forma, estas coisas nunca podem andar... nunca podem andar desligadas e é muito importante promover este tipo de interação e que, no fundo, isto deve ser o que está... deve passar a ser a prática geral daquilo que é feito, no âmbito da intervenção nesta área.
<ul style="list-style-type: none"> • E3, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, ISS.IP 	4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\capacitação contínua e a especialização dos profissionais\saúde mental no sistema de promoção e proteção: que resposta?	Gostava só de deixar aqui uma nota... ia dizer isto há pouco, mas, entretanto, acabou por passar... Muitas vezes, quem está na prática, e sobretudo quem está ligado ao acolhimento residencial... ah... tem muita tendência para achar que o que nos faz muita falta para o sistema são mais casas de acolhimento especializadas, portanto, mais respostas, que têm uma... que sejam especializadas, e que possam responder designadamente a problemas de doença mental. Da mesma forma, como há uma enorme tendência para quem está no atendimento, por exemplo, de dizer que faz muita falta, os psicólogos no atendimento, porque... para poder abordar as perturbações, digamos assim... psicológicas das pessoas... ah... E eu gostava de dizer que eu tenho uma visão um bocadinho contrária a isso. Acho que não... não escamoteando, que pode haver... e há... que pode haver situações de doença mental que têm que ter uma resposta, que é também uma resposta médica ou clínica, digamos assim... Eu penso que o nosso caminho não deve ser no sentido de procurar 'medicalizar' ou 'psiquiatralizar' aquilo que é a resposta, no âmbito da promoção e proteção. Digamos que... se estes jovens, que nos chegam ao sistema, não tivessem problemas, isso é que seria estranho... porque, por alguma razão, eles estão no sistema... ou seja, eles para estarem no sistema, é porque alguma coisa correu mal. Se alguma coisa correu mal, digamos que o mais provável é que aquilo que correu mal tenha deixado marcas, do ponto de vista traumático, não é... Marcas no seu... ah... na sua dimensão psicológica, afetiva e emocional... e o que nós precisamos de ter, nas respostas que temos, é ter os tais profissionais cada vez mais especializados neste sentido, cada vez mais dotados de instrumentos... que dominam, que conhecem, que sabem aplicar e que os ajudam a responder a esta complexidade. Não precisamos de criar respostas que tendem a aproximar-se a respostas de saúde, que tendem a aproximar-se a lógicas asilares, de hospício, etc... para colocar...ah... aqueles jovens, que a própria sociedade maltratou, ao ponto de ficarem severamente perturbados e que depois continua a maltratar, encerrando-os em locais longe da vista pública, digamos assim.
<ul style="list-style-type: none"> • E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural	As políticas têm que ter uma definição ao nível estrutural, isto é, de criação de recursos..., portanto, a elaboração estrutural significa isto: a criação de regras e a distribuição de recursos.

<ul style="list-style-type: none"> • E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural\combate à pobreza infantil como área prioritária</p>	<p>E é fundamental, nesse sentido, dar prioridade absoluta às crianças que estão desprovidas de recursos que garantam a vida com dignidade. Portanto, o combate à pobreza infantil parece-me absolutamente essencial. Precisamos que, quer no âmbito das Estratégia de Direitos da Criança, quer no âmbito da Estratégia da Luta contra a Pobreza, que está a ser, neste momento, objeto, também, de definição, haja esta clareza de intervenção... ah... e sobre isto teria muito a dizer...a partir, designadamente, da primeira experiência, numa Estratégia conduzida na Luta contra a pobreza, que foi na Região Autónoma dos Açores, que tive oportunidade de acompanhar...</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E4, Professor Associado com Agregação, IE-UMINHO 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos</p>	<p>Mas eu acho que, para além dessa prioridade, ... dessa prioridade absoluta..., é muito importante trabalharmos, também, no domínio do simbólico, isto é, daquilo que são as representações e as perceções da população sobre o que é a criança. E não estamos numa situação, ainda, inconcluída de transição entre uma conceção paternalista, de que a criança é alguém em devir para a condição adulta e que precisa de ser corrigida nessa trajetória... e a outra conceção, que é claramente a da Convenção dos Direitos da Criança, de que a criança é um ser humano, como qualquer outro ser humano, dotado de direitos e, portanto, sujeito desses direitos, que tem de ser respeitado naquilo que é a sua diferença. E, por isso mesmo, tem, também, o direito de participar na vida coletiva... e esta transição para a construção de uma cidadania da infância, com a possibilidade de participação das crianças e com reflexos, quer ao nível das relações de intimidade, na cidadania íntima, quer ao nível daquilo que é a vida na cidade, ou daquilo que é a vida nas organizações e instituições, por exemplo, dentro das escolas... Aí precisamos muito de fazer alguns avanços na consciência coletiva e, portanto, na representação daquilo que são as crianças... E, citando aqui um autor de que eu gosto, chamado Axel Honneth, ‘se nós estivermos, nas famílias e na vida comunitária, um respeito autêntico pelas crianças, assente numa ética e num cuidado, teremos seguramente sociedades mais democráticas’, porque a formação das crianças torna, inevitavelmente, no diálogo e na participação... ah... e, portanto, no envolvimento e reconhecimento das crianças, condições para que a sociedade seja mais solidária, mais atenta ao outro e, por isso mesmo, mais assentes em princípios da democracia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?</p>	<p>Que as crianças fossem ouvidas. Não falei sobre esta dimensão quando falámos de políticas integradas, mas como é óbvio... aliás, falei dos direitos de participação social e política e, para eles serem postos em prática, é preciso que eles sejam efetivamente implementados, não é...</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?\desenhar respostas à medida da criança</p>	<p>Portanto, acrescentaria ou destacaria esse último ponto quando pensamos em políticas integradas, que, não só de políticas nacionais, mas como de políticas locais, que as crianças pudessem ser envolvidas... ah... no desenho das próprias políticas, na reflexão, mas também na sua implementação e na sua avaliação e monitorização. E que fossem envolvidas não pontualmente ou, mesmo que seja, de forma regular... que não fossem só ouvidas, mas que os seus contributos fossem tidos em conta e, depois, que fossem, obviamente, também tendo conhecimento daquilo que é o impacto dos seus contributos na melhoria ou no desenho das próprias políticas..., uma vez que não podemos pensar em políticas para este grupo da população se não as ouvirmos, no sentido em que são as crianças que sabem melhor sobre a sua vida do que qualquer outra pessoa, não é... Portanto, se ouvirmos as várias partes interessadas quando pensamos nesses grupos, também temos que ouvir as crianças quando pensamos em políticas para elas próprias.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?</p>	<p>Eu aqui destacava uma questão que me tem interessado muito nesta fase de pandemia e não é possível nos distanciarmos da pandemia quando falamos de direitos da criança, dado o impacto que esta está a ter na criança... e, portanto, não querendo aqui introduzir uma questão muito contextual e temporal, mas a verdade é que a pandemia não vai ser apenas uma questão pontual na vida da criança, vai ter um impacto bastante grande e, ao nível das políticas públicas, muito grande então... que é uma questão, enfim, na qual eu tenho dedicado algum tempo...que é o facto de todas estas políticas estão a ter, como eu dizia, um impacto gigantesco na criança, mas ainda ninguém falou para a criança. Não temos, por exemplo, conferências de imprensa para as crianças. Talvez, a conferência de imprensa não seja o modelo mais adequado para a criança... Ah... teríamos que pensar numa outra forma de falar com crianças, mas precisamos de falar para elas, dado que a rotina delas mudou, o dia a dia delas mudou, não é... iam à escola, agora deixaram de ir e estão fechados em casa... e não temos decisores políticos, nem a nível nacional, nem a nível local, que eu tenha conhecimento, a falar para elas. Temos algumas experiências locais e a própria UNICEF tentou, também, com questionários, ouvir as próprias crianças, o que é que elas estão a pensar, a sentir e o que é que mudou, no sentido depois de poderem informar as políticas. Mas não vejo isto de forma sistematizada, nem que esteja a ter um verdadeiro impacto, como nós queríamos. Vejo algumas experiências, por exemplo, dos meios de comunicação social, que ouviram um conjunto de crianças e perguntaram-lhes se queriam voltar ou não à escola. E não é surpreendente que as crianças queiram voltar à escola, mas quase como, enfim... todas estas peças, exercícios ou resultados vão saindo como ‘Ah, as crianças estão a dizer isto’, mas e depois? Não tem qualquer consequência, nem há ninguém que explique às crianças, por exemplo, que ‘eu sei que vocês querem ir para a escola, mas não é possível por isto, por isto e por aquilo’ ... e, num momento tão crítico como este, eu diria que isso está a faltar.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\decisores políticos e direitos da criança: que competências?</p>	<p>É preciso, eu diria até, trabalhar estas competências nos decisores políticos, porque também não queremos conferências de imprensa ou momentos destes paternalistas, não é...., do género, ‘eu sei que vocês querem, mas agora não vai dar’. Não, não... Não queremos nada paternalista, queremos algo real, efetivo e que seja genuíno. Temos milhares de crianças fechadas em casa, ou não, ou estão na rua, porque não podem estar fechadas em casa e é necessário que alguém lhes explique isto.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E5, Diretora de Políticas de Infância e Juventude, UNICEF Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\decisores políticos e direitos da criança: que competências?</p>	<p>E falta, se calhar, influenciada por aquilo que eu estava a dizer e por esta reflexão que eu tenho feito, talvez, até competência em direitos da criança dos nossos decisores políticos... e, ao nível local, o que o Programa das Cidades Amigas das Crianças tem feito, também, é trabalhar com as próprias autarquias e com todas as partes interessadas nesta dimensão da formação e da capacitação para os direitos, neste reconhecimento de que não é possível implementarmos os direitos sem os conhecermos e sem sabermos como é que os vamos implementar. Isso, ao nível local, foi a primeira necessidade e a primeira resposta que temos incentivado os municípios a tomarem, que é capacitem as suas equipas, na medida em que, se não o fizerem, não serão capazes de implementar os direitos desta forma integrada... de outra forma, teremos mais do mesmo, teremos mais políticas setoriais, e não integradas. Portanto, centrem-se e foquem-se na capacitação e, se o fazemos ao nível local com o Programa das Cidades Amigas das Crianças, sentimos o mesmo ao nível nacional... ah..., de que não existe um real conhecimento e uma capacitação de decisores, enfim..., de várias entidades para a aplicação efetiva desta perspetiva global, integrada e holística da Convenção sobre os Direitos da Criança e que, depois, se manifesta nestes momentos... em que pensamos, enfim..., em que pensamos, por exemplo, mais em questões gerais da sociedade e de saúde pública, e não tanto em direitos da criança, e, em particular, nas próprias crianças.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E6, Direção Artística do LU.CA - Teatro Luís de Camões 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\atividades culturais para crianças: investir e articular</p>	<p>Então, eu acho que deveria haver mais apoio aos artistas que fazem criação para crianças e jovens... acho que a DGARTES [Direção-Geral das Artes] deveria abrir um concurso específico só para este tipo de criações. Depois, acho que, também, deveria haver cotas... cotas nas instituições... e cotas têm a ver mesmo com valores orçamentais para estas áreas de programação... e isso devia ser legislado, mesmo. Bem como, esta questão de haver concursos, porque, repare... até há bem pouco tempo, a DGARTES tinha concursos para espetáculos de teatro que tinham, por obrigação, de ter uma área educativa... quando, muitas vezes, há artistas que não se sentem minimamente vocacionados para isso... nem têm que o fazer, se não se sentem vocacionados, não é? Porque, de repente, estão a preencher requisitos que não fazem qualquer sentido. Pronto, então, eu acho que deveria concursos específicos para projetos para crianças, de diferentes linguagens artísticas. Depois, deveria haver cotas nas instituições... e instituições não falo apenas nos teatros, falo em museus, em centros de inspiração... Depois, acho que deveria, efetivamente, haver uma articulação muito concreta e racional entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura... e quando lhe digo muito racional é porque não é preciso sermos demasiado ambiciosos, é preciso conseguir implantar no terreno, sermos eficazes e um pouco mais concretos nestas medidas... ah... pelo menos numa fase inicial e cujo objetivo deve ser mesmo esta relação. Depois, também, acho que era muito importante capitalizar os artistas que trabalham já para o Estado, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Bailado, o Teatro Nacional de São João, a Orquestra Metropolitana de Lisboa..., que são artistas que já trabalham para o Estado e que poderiam perfeitamente criar relações com diferentes escolas, a nível nacional, mesmo... Ou seja, a ideia de que um concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa possa...eu não digo um concerto, porque acho importante não esvaziar os locais de apresentação..., mas eu acho que poder ter um músico numa sala de aula, por exemplo, numa aula de educação musical, acho que era uma enorme ajuda a um professor... bastava uma, seguramente... que isso já tem um papel muito importante... Eu estou a dar isto como exemplo e, se calhar, não o deveria dar, porque...a questão dos exemplos é que, depois, ficamos muito agarrados a eles, não é? Mas eu acho que era... acho que era verdadeiramente importante.... Acho que, pelo menos isso, já era uma grande ajuda.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E7, Diretora de Educação, Fundação Aga Khan Portugal 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\ultrapassar a fragmentação: sistema integrado para a infância</p>	<p>Ah... eu acho que o essencial é termos um sistema integrado para a infância e não a separação entre tutelas de diferentes Ministérios... ah... E eu costumo dizer que é preciso, se calhar, alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo para que os três anos façam parte do sistema educativo, mas..., mas também é possível fazer muitas outras coisas sem que isso aconteça... basta que os Ministérios se entendam e saibam ter uma visão integrada. Mas as leis são importantes e, portanto, eu diria que a Lei de Bases do Sistema Educativo deveria ser alterada. Depois, é, de facto, esta dimensão da qualidade, nomeadamente o que concerne à monitorização e à avaliação e aos modelos de financiamento. Eu julgo que, sem isso, vai ser muito difícil nós... ah... conseguirmos ter os primeiros anos de vida e aquilo que é a dimensão do desenvolvimento e da aprendizagem totalmente assegurados, porque se nós não monitorizarmos e não avaliarmos, constantemente, e não são só as organizações, têm</p>

que ser as políticas públicas, que têm que ser robustas o suficiente para monitorizar e avaliar e... e, se não for assim, não há continuidade. O bem-estar e a qualidade de vida das pessoas não é património dos governos, é património das sociedades e, portanto, nós temos que atuar. Eu diria que isto é fundamental.

<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação/reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos/participação social e política da criança: uma realidade?</p>	<p>Olhe, acima de tudo, não é muito longe daquilo que já tenho estado a dizer... ah... a questão da participação, de se ouvir... ouvir e escutar. Ah..., nós, agora só um aparte, nós estamos envolvidos num projeto europeu, no âmbito de um trabalho que nós temos com crianças desaparecidas e, portanto, temos a linha do 116000, temos a linha da criança desaparecida... ah... e o que este projeto pretende é dar a conhecer, no fundo, o que é que é fugir de casa... isto em traços gerais... Este projeto conta com a participação de miúdos que vivenciaram uma situação de fuga, de vários países europeus, entre os quais estão lá alguns nossos... ah... e a ideia é, portanto, mudar aqui a perceção que nós temos de que uma criança que foge é, necessariamente, um delinquente, que é o que, muitas vezes, as pessoas pensam... e, portanto, procurar compreender os motivos que levaram a criança à fuga.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● E8, Responsável de Área, Cooperação Nacional e Internacional, IAC 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação/interligação e interação teoria-prática</p>	<p>E, então, em novembro, que foi o mês que nós dedicámos à campanha... ah... não sei se reparou, houve aí alguns cartazes na cidade de Lisboa, mais nas paragens dos autocarros e no metro... a campanha é... ah... eu não queria errar, mas é muito interessante, porque é a forma como nós trabalhamos... que é, no fundo, o 'escute', ah... ai, desculpe, agora deu-me uma branca..., mas, no fundo, é escutar, compreender e depois atuar, para atuar melhor... é uma linha neste sentido. Então, qualquer medida... eu acho que, quando pensam, é bom que auscultem as entidades que estão no terreno... é fundamental auscultar quem está no terreno, diariamente, com as famílias em situação de vulnerabilidade... perceber o que realmente se passa...ah... e, também, aqui, ouvir as pessoas para quem as medidas são políticas... eu sei que isto é tudo muito utópico, parece uma coisa demasiado cor de rosa... ah..., mas tudo leva o seu tempo, não é? As mudanças não se operam de um momento para o outro... ah... a mudança de mentalidades, então, é uma coisa que demora décadas... ah..., mas, pronto... se começarem a pensar que é importante, aqui, escutar e procurar entender os outros, se calhar, conseguem-se pensar em coisas mais adequadas.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E9, Vice-Presidente da CM de Almada 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural\dignidade, segurança, bem-estar e justiça social</p>	<p>Em primeiro lugar, eu diria que há princípios de dignidade que têm que ser sempre salvaguardados, ou seja, é difícil nós pensarmos que uma criança concretiza os seus direitos se não tem as necessidades básicas asseguradas... e, portanto, o acesso à alimentação, o acesso à habitação, à saúde, são condições sine qua non, ou seja, é impossível nós pensarmos em quaisquer outros direitos sem assegurarmos estes, em primeiro lugar... ah, não é impossível, mas quer dizer... eles são condição efetiva, porque uma criança que não se alimentou devidamente, dificilmente pode ter o direito a ser... a ter a instrução..., naturalmente ela tem que ser salvaguardada e protegida sempre, e esse é um dos primeiros direitos da criança... a sua proteção..., mas concretiza-se, também, por esta via, ou seja... ah... e, por isso, eu diria que há, sob o ponto de vista daquilo que são as nossas respostas sociais, que garantir condições mínimas de justiça social... ah... e isso é uma condição sine qua non, quer dizer, uma família onde a carência alimentar ou a fragilidade da sua condição habitacional estão muito presentes, é uma família... ah... que está rutura e com enormes dificuldades. Depois, é importante estarmos muito atentos a todos os fatores que, a par disto ou para além disto, porque também temos muitas crianças que, muitas vezes, apesar de terem salvaguardadas a habitação, a alimentação, a escola,... ah... têm famílias ou têm estruturas que estão em seu redor, ah... estruturas sociais, que não acautelam a sua segurança, que não acautelam o seu bem-estar e isso é absolutamente essencial... ah... estarmos muito atentos e vigilantes a tudo aquilo que possa colocar em causa a segurança física, mas também emocional das crianças, porque são condições essenciais para o seu desenvolvimento e o objetivo é promover o desenvolvimento integral da criança. Ah... e diria que é fundamental da parte dos poderes públicos e da comunidade como um todo, porque todos... ah..., por exemplo, a violência doméstica é um crime público, hoje, e bem... e bem..., porque não é possível nós termos um polícia ou um vigilante em cada bairro, ou em cada prédio, ou o quer que seja... mas se, por exemplo, situações de maus tratos são percecionadas por qualquer pessoa, há essa obrigação, que era não só moral, mas que, agora, inclusive, é mesmo uma obrigação legal..., e, portanto, é importante salvaguardarmos isto. Depois, para além desses aspetos, de salvaguardarmos condições de dignidade, condições de segurança e condições bem-estar, há que perspetivar que as crianças precisam de todo o tipo de estímulos, que precisam de ser expostas à riqueza, à imensa riqueza cultural que temos, de terem o acesso a práticas de vida e hábitos de vida que sejam saudáveis... ah... por aí a questão do desporto, a participação em espaços em que estejam com outros e que aprendam com outro,... ah... nos parecem questões, também, absolutamente essenciais. E, por último, dizer que aos poderes públicos cumpre criar medidas e políticas que salvaguardem tudo isto e que, para além disso, ainda construam possibilidades de futuro... e, com isto, eu quero dizer que abram horizontes tão amplos quanto possível, ou seja, para que nenhuma criança ou jovem veja confinados, ou confinada, a sua capacidade de sonhar..., portanto, ... e de ir para além dos limites que, à partida, encontrou, no contexto em que nasceu e cresceu..., portanto, a justiça social concretiza-se, também, por esta via e os direitos da criança são uma forma de justiça social.</p>
---	--	---

<ul style="list-style-type: none"> • E10, Professor Associado do ISEG/IUL 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural\combate à pobreza infantil como área prioritária</p>	<p>Neste momento, está em laboração, em Portugal, uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Ainda não conhecemos... ainda não é público o seu conteúdo... ah..., mas eu não tenho dúvidas nenhuma que, nessa Estratégia, o combate à pobreza das crianças será uma das principais prioridades. E, portanto, o que eu desejo, o que eu auguro é que esse programa seja implementado e que essa prioridade seja um sucesso.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E11, Coordenador do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\prioridade política à criança: investimento presente e futuro</p>	<p>Falta pô-la no centro de todas as políticas... falta olhar... nós temos um... há um clichê ... e eu acho que só é um clichê porque acabamos por dizer isto um bocadinho da boca para fora, sem tomar muita consciência da verdadeira dimensão que isso tem... As crianças são o nosso futuro. Nenhuma sociedade é sustentável sem as crianças de agora, não é? E, portanto, eu acho que temos que perceber, de uma vez por todas, e embora isto choque algumas pessoas... ah... dizer isto, assim...., mas as crianças são dos investimentos com melhor retorno económico que nós podemos... que nós podemos fazer... tudo o que nós gastarmos, falando dos dinheiros públicos... tudo o que nós gastarmos com as crianças agora, vamos poupar daqui a trinta anos quando eles forem adultos, e daqui a cinquenta quando forem idosos, não é? E eu acho que isto nós ainda não percebemos. E eu acho que, quando percebermos isto, finalmente vamos pôr as crianças no centro de todas as políticas... e, portanto, vamos cuidar de que... os cuidadores, sejam eles pais, profissionais de creches, amas... ah..., infelizmente, sejam eles técnicos de acolhimento residencial, porque nenhuma criança devia ser institucionalizada, mesmo as que, infelizmente, não podem estar na sua família de origem, deviam estar em família e nunca numa instituição, mas isso é outra questão... ah..., investir nestes cuidadores, capacitá-los, na medida das suas... das suas necessidades... e aí, mais uma vez, eu dizia que ter dinheiro não significa ser mais capaz... ou ser mais capaz no sentido de ter melhores capacidades para educar uma criança e para cuidar de uma criança do que não ter dinheiro... ah... e, portanto, esta questão da capacitação parental, que é tantas vezes olhada como uma necessidade das famílias mais vulneráveis, não é verdade... termos... uma família só porque tem dinheiro, tem um bom emprego, poderá não necessitar menos de capacitação parental do que uma família que vive do Rendimento Social de Inserção... e, portanto, nós temos, de facto, que pôr as crianças no centro de todas as políticas, primeiro.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • E11, Coordenador do Gabinete de Desenvolvimento Social, FNSBS 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?\desenhar respostas à medida da criança</p>	<p>Ao nível da implementação... ah... penso que é muito aquilo que eu lhe disse, de não pegarmos num programa que... até mesmo os que estão validados cientificamente, e há, muito bons... ah... ele não pode ser ... ele tem sempre que ser adaptado às necessidades de cada criança. E temos, sem dúvida, e eu acho que essa é uma das desvantagens dos sistemas educativos, não só em Portugal... nós não respeitamos os ritmos das crianças... não é porque tem seis anos no cartãozinho de cidadão que uma criança tem... ah... a mesma maturidade, a mesma sensibilidade, a mesma capacidade para responder satisfatoriamente ao currículo educativo do primeiro... do primeiro ano... e... ah... temos que deixar de olhar para as crianças que os próprios jardins infantis aconselham a ficar mais de um ano no pré-escolar... temos que deixar de olhar para eles como os... perdoe-me a expressão... 'os coitadinhos que são burros e que nem para a primeira classe podem ir'... não, uma criança com um ritmo... um ritmo diferente... que pode ter a ver com os mais diversos fatores, muitos dos quais até biológicos, que não têm propriamente a ver com a situação da... ou com o contexto familiar. E...ah... sobretudo, aquilo que eu também já lhe disse... ouvir as crianças. Ouvir, ouvir... não é ouvir, é escutar as crianças... e desenhar programas, projetos que vão ao encontro das suas necessidades e anseios.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?</p>	<p>Eu aqui colocaria a tónica, novamente, naquilo que já fui referindo, que é a participação efetiva das crianças. Acho que há uma área de trabalho que agora já está ser mais explorada, mas que poderia ser a nossa alavanca para conseguir resultados mais rápidos e melhores..., que era conseguirmos que esta participação efetiva, esta integração ativa nos programas da infância, acontecesse a partir das escolas, aproveitando os contextos educativos e os agentes educativos...ah... para poder alavancar esta integração das crianças, porque realmente, por mais que nós tentemos atuar junto às famílias, por mais que realizemos assembleias de crianças, grupos focais, o EcoParlamento, o Pegadas, todas eles têm esta componente... ah... claramente, eles nunca conseguem ter a regularidade e, se calhar, a familiaridade para estas crianças que tem o contexto escolar...</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos\participação social e política da criança: uma realidade?\recurso à escola e aos professores</p>	<p>E, portanto, eu acho que devíamos recorrer ao contexto onde eles passam mais horas por dia, não é..., que é, naturalmente, a escola... recorrer aos professores, que são figuras, para eles, de referência... ah... para conseguirmos integrá-los de forma mais ativa nas políticas, a partir deste contexto..., penso que poderia ser esta...ah... embora isto já aconteça em muitos programas..., mas fazê-lo de forma mais intensiva e mais estruturada.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de</p>	<p>Diria que esta seria a componente que falta assegurar, com carácter mais inovador...</p>

	direitos\participação social e política da criança: uma realidade?	
<ul style="list-style-type: none"> • E12, Chefe de Divisão de Ação da Social da CM de Guimarães 	<p>4. Realização dos direitos da criança: propostas de atuação\políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural\combate à pobreza infantil como área prioritária</p>	<p>mas falta assegurar muita coisa... e nós temos consciência disso, não é? Ah..., portanto, nós temos, de facto, o caminho bem planeado, como eu referi... ah..., mas temos muitas crianças que continuam a passar por muitas privações, a todos os níveis... e nós sabemos que não estamos a chegar a todos da mesma forma..., estamos a fazer um trabalho muito bom, mas falta fazer muita coisa, a muitos níveis.</p>

Matriz de códigos

Lista de Códigos	E1, ...	E2,...	E3,...	E4,...	E5,...	E6,...	E7,...	E8,...	E9,...	E10,...	E11,...	E12,...	SOMA
1. Conceito: definição e posicionamento													12
várias áreas do saber													1
investir nas políticas de infância													2
interligação com as políticas de família													1
visão do todo													4
articulação													2
fragmentação e sectorização													5
responsabilidade: quem a detém?													2
totalidade da infância													1
exercício multinível focado na criança													1
direitos humanos da criança													2
multidimensionalidade													2
criança como sujeito de direitos e de políticas													1
políticas pensadas com as pessoas a que se dirigem													1
cidadania: uma responsabilidade partilhada													1
intersectorialidade: linguagem comum													2
intersectorialidade: transições													1
intersectorialidade: níveis de governança													1
transversalidade e adequação das respostas													1
processo de decisão local participado													1
direitos da criança e política pública													2
'menor' ou criança: que centralidade?													1
concertação internacional, nacional e local													1
adaptação ao contexto de forma participada													1
Σ SOMA	3	4	4	5	6	2	7	2	3	4	6	3	49

Lista de Códigos	E1, ...	E2,...	E3,...	E4,...	E5,...	E6,...	E7,...	E8,...	E9,...	E10,...	E11,...	E12,...	SOMA
2. Medidas de política: forças e fraquezas													17
educação inclusiva													2
abandono escolar													1
promoção do sucesso educativo													1
escola: espaço de defesa e promoção de direitos													1
Estratégia Nacional para os Direitos da Criança: prioridades													3
papel da academia													1
medidas de promoção e prevenção													2
investir em respostas de apoio na comunidade													1
apoio à família no exercício da parentalidade													1
criar oportunidades													1
políticas de conciliação													1
investir na primeira infância: educação pré-escolar													1
universalidade e gratuidade													1
cultura e/ou educação?													1
escala nacional e local													1
políticas culturais para as crianças?													1
(des)continuidade das políticas													1
saúde e educação: evolução positiva													4
Sistema Nacional de Saúde													2
educação pré-escolar: uma visão inovadora													1
educação para a cidadania													1
educação de adultos e as mulheres no mercado de trabalho													1
alargamento da escolaridade obrigatória													1
espaço público: papel da academia e das autarquias													1
segurança social e/ou educação?													1
medidas de apoio à família													1
trabalho em parceria													1
Garantia para a Infância: combater a pobreza infantil													1
adequação das medidas às realidades do terreno													1
participação de todos os agentes													1
funções sociais do Estado													2
sociedade que valoriza os direitos humanos?													2
medidas de combate à pobreza infantil, em Portugal													2
licença parental paga													1
debelar as desigualdades													1
intervenção precoce													1
violência contra as crianças													1
Σ SOMA	5	3	7	2	3	5	10	9	5	7	5	4	65

Lista de Códigos	E1,P...	E2,...	E3,...	E4,...	E5,...	E6,...	E7,...	E8,...	E9,...	E10,...	E11,...	E12,...	SOMA
3.Programas e projetos: oportunidades e ameaças													19
projetos em contexto-escola: oferta e (des)coordenação													2
sistema de monitorização e avaliação de impacto													5
Estratégia Nacional para os Direitos da Criança													3
ligação à academia													1
acesso às prestações sociais													0
CNCJ: políticas públicas pelo olhar das crianças													3
Selo Protetor e o papel da escola na proteção da criança													1
currículo educativo abrangente													1
programas contra o trabalho infantil: resposta ajustada													1
CPCJ: avaliação das atividades													1
CPCJ: planos estratégicos de prevenção													1
intersectorialidade													1
SNPI: coordenação interministerial - que avaliação?													2
mapeamento e escuta dos atores no território													4
cultura de participação													3
participação efetiva da criança													3
participação dos profissionais													1
participação da família/cuidadores/comunidade													2
formação dos profissionais													1
ambientes amigos das crianças: exemplos de projetos em curso													1
poder local - pandemia: diagnóstico da situação e medidas													2
poder local: medidas de política e projetos para a criança													3
centralidade política da criança													1
desenhar políticas de combate à pobreza infantil													1
política de sucesso: o que é? que impactos?													2
papel da escola													1
adaptabilidade das medidas e programas													1
(des)continuidade das intervenções													1
intervenção - abordagens sistemáticas: 1 ex. no campo da saúde													1
facilidade de acesso às prestações sociais													1
Σ SOMA	3	13	2	4	5	4	9	3	4	5	11	7	70

Lista de Códigos	E1, ...	E2,...	E3,...	E4,...	E5,...	E6,...	E7,...	E8,...	E9,...	E10,...	E11,...	E12,...	SOMA
3.1.Programas e projetos: envolvimento dos atores sociais													12
papel da comunidade e necessidade de articulação													4
desafios e limitações													3
Selo Protetor: escolas abertas à comunidade													1
reconhecimento da criança no espaço público													2
poder local - pandemia: que resposta?													1
participação da criança no contexto local													2
direitos da criança na comunidade: que políticas locais?													1
Programa Cidades Amigas das Crianças: planos locais integrados													1
poder local: dimensão cultural													2
cultura organizacional democrática													2
relação com as famílias													2
relação com a comunidade													1
trabalho em parceria com as famílias na comunidade													3
pobreza infantil e bem-estar: família - escola - município													1
maior institucionalização do papel das autarquias													1
Σ SOMA	0	5	2	4	4	3	6	4	2	3	3	3	39

Lista de Códigos	E1, ...	E2,...	E3,...	E4,...	E5,...	E6,...	E7,...	E8,...	E9,...	E10,...	E11,...	E12,...	SOMA
4.Realização dos direitos da criança: propostas de atuação													11
acompanhamento e avaliação de políticas e programas													1
capacitação contínua e a especialização dos profissionais													1
saúde mental no sistema de promoção e proteção: que resposta?													1
interligação e interação teoria-prática													2
políticas públicas: a necessidade de uma elaboração estrutural													1
combate à pobreza infantil como área prioritária													3
dignidade, segurança, bem-estar e justiça social													1
reconhecimento da criança como sujeito de Direito e de direitos													1
participação social e política da criança: uma realidade?													5
desenhar respostas à medida da criança													2
recurso à escola e aos professores													1
decisores políticos e direitos da criança: que competências?													2
prioridade política à criança: investimento presente e futuro													1
atividades culturais para crianças: investir e articular													1
ultrapassar a fragmentação: sistema integrado para a infância													1
Σ SOMA	2	0	4	4	6	2	2	3	2	2	3	5	35